IMAGEM CONTESTADA

A Guerra do Contestado pela escrita do *Diário da Tarde*

(1912-1916)

1 ª reimpressão

Karina Janz Woitowicz

IMAGEM CONTESTADA

A Guerra do Contestado pela escrita do *Diário da Tarde*
(1912-1916)

1 ª reimpressão

À Ana Paula (in memorian),

Aos queridos Ana Victoria e Rafael,

Aos sertanejos do Contestado,
que lutaram na esperança
de conquistar a justiça e a igualdade.

Agradecimentos

Como os agradecimentos representam o sincero reconhecimento do(a) pesquisador(a) pelas contribuições profissionais e pessoais que acompanharam a realização do trabalho, não poderia deixar de mencionar com muito carinho as pessoas que auxiliaram na produção deste livro, resultado da dissertação de Mestrado defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos/RS) em 2002. Praticamente dez anos depois, ao revisitar a pesquisa em meio às comemorações do Centenário da Guerra do Contestado (2012), surgiu a ideia de publicá-la como registro do modo como o acontecimento entrou para a História pela escrita do jornalismo. Se o livro aqui está, é preciso compartilhar os agradecimentos a todos e todas que colaboraram com este feito, direta ou indiretamente.

Agradeço primeiramente ao professor José Luiz Braga, que desde as primeiras conversas, questionamentos e reflexões se revelou muito mais do que um orientador, concedendo plena liberdade para escolher o caminho que julgasse mais conveniente dentro do campo de referências que me ofereceu. Sua generosidade e capacidade analítica, evidenciadas no prefácio deste livro, serviram como motivação para este estudo e muitos outros trabalhos desenvolvidos desde então.

À minha família, pelo apoio e incentivo com que acompanharam minha opção pela vida acadêmica, meu agradecimento e carinho. Aos meus pais, Eurico e Iêda, à minha irmã Erika, aos sobrinhos Ana Victoria e Rafael, devo a companhia agradável e o afeto sem fim. E ao Volney, companheiro cuja presença se torna indispensável, registro minha gratidão por tornar meus dias muito mais felizes.

Agradeço ainda aos colegas e amigos do Curso de Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa pelo apoio à produção científica e pela interlocução constante. Também aos colegas pesquisadores da Intercom, da Alcar, da Rede Folkcom e demais entidades científicas do país

por oportunizarem diálogos e promoverem o amadurecimento acadêmico. E aos alunos de Jornalismo, que a cada dia nos provocam, em meio a atividades de ensino, pesquisa e extensão, a (re)pensar os modos de fazer e de refletir sobre o jornalismo.

A todos e todas – e ainda mais alguns(mas) – reitero minha gratidão, com a certeza de que foram e são fundamentais para a realização da pesquisa que deu origem a este livro e de outros trabalhos que virão.

Prefácio

José Luiz Braga [1]

No texto de Introdução, Karina faz referência à dissertação de Mestrado que é a base do presente livro. Lembra que fui o orientador desse trabalho. Essa foi, efetivamente, minha primeira interação com a obra, que começava então a ser elaborada – o que implica um processo complexo de leituras e comentários. Hoje, é na condição de leitor que me reencontro com o texto.

Interagir com textos em elaboração pede sempre uma percepção tentativa, voltada para o que ainda será feito, um acontecimento em processo de acontecer. Mas a orientação de Karina foi singular. Depois de um período presencial na Unisinos, de primeiras conversas sobre o objeto, Karina retornou ao Paraná e a sequência da orientação foi à distância. Leituras e comentários corriam por e-mail, apenas entremeados por vindas ocasionais da então mestranda a São Leopoldo. Uma originalidade dessa interação é que os textos recebidos vinham já acompanhados de reflexões. No corpo do e-mail que trazia capítulos ou seções em anexo, a própria autora indicava os trechos a serem ainda aperfeiçoados, sugerindo mesmo a direção que deveria imprimir para seu melhor desenvolvimento. Isso era, na verdade a marca de um pensamento crítico, que exige de si mesmo até certificar-se do rigor, da segurança do que está sendo dito. De minha parte, quase bastava dar o meu acordo a essa pré-orientação – conversávamos como dois colegas, cotejando as possibilidades que víamos no texto. É desnecessário enfatizar o que essa qualidade reflexiva da autora informa sobre o livro agora publicado – e o prazer que tive em ser convidado para prefaciá-lo.

Agora, já não se trata de acompanhar a direção de um texto em processo, de observar os andaimes ou atentar para o rigor da construção. Pude ler os originais do livro – reler –apenas entrando na narração e fazendo o que faz um leitor: sintonizar com as proposições, aprender com

1. Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Unisinos/RS.

estas; deixar-se levar nos ritmos do texto, pelos quais vão sendo iluminados determinados aspectos do mundo de referência. O livro – assim como o jornal analisado, mas de outro modo – faz acontecer o que aconteceu. Por que de outro modo? Não se trata apenas de outro ponto de vista, mas de outra ação comunicacional. É o próprio trabalho da história, oferecer um ângulo de especificidade, um modo de ver o mundo buscando a compreensão das coisas mostradas e produzindo o sentido pelo qual podemos nos relacionar com essas coisas.

O ângulo é outro. Ao mostrar como o jornal vê os episódios e as circunstâncias do Contestado, o livro oferece não só uma observação sobre os acontecimentos, mas os percebe sendo construídos pelo olhar do jornal, que ao vê-los acontecer participa diretamente de sua feitura, como participante especial, em seu modo de produção. O jornal não os produz simplesmente por decisões políticas tomadas, ou por apoiar estas ou aquelas vozes – mas essencialmente por elaborar os sentidos em que entende que devam ser vistos. São ações da ordem do discurso. O poder do "dar sentido" é mais pregnante, na construção social da sociedade, do que muitas decisões da ordem política.

O discurso não é uma "fala sobre as coisas do mundo" – é um modo de constituí-las imbricando eventos da realidade e um trabalho de negociação e disputa de sentidos – que se realizam pela comunicação. Por isso, onde leio "o discurso", percebo sempre a comunicação – os modos pelos quais um participante social (uma instituição, uma empresa, um jornal, uma pessoa), partindo do que assume como sua "identidade" (quer dizer: do modo como se vê) e do contexto em que se inscreve, tenta fazer seguir adiante, pela fala (texto, imagem, gesto), suas reações, os resultados de sua escuta, suas expectativas, seus objetivos – imprimir ao próximo passo do circuito interacional sua marca, compartilhando e expandindo aquela "identidade". Que, é claro, pela própria inserção no circuito, ao mesmo tempo em que se afirma, se modifica.

Isso pode parecer abstrato, mas no livro o discurso se concretiza em falas, eventos, acontecimentos, interpretações – pelos quais vemos surgirem, palpáveis, as circunstâncias e episódios que, no decurso da leitura, vão compondo isso a que podemos chamar de "o Contestado", já não como apenas referência a algo que sabemos ter acontecido, mas como coisa percebida, apreendida em sua complexidade, como acontecimento presentificado. Particularmente: presenciando o gesto constitutivo do jor-

nal na produção desse discurso. É todo um período histórico que se descortina, um ambiente cultural, uma conjuntura de poderes, tensões, vivências – de vida. Chegamos, em meio a esses processos diversificados, a uma compreensão das forças da comunicação se manifestando muito antes do que chamamos de "sociedade midiática". Vemos um jornalismo que, se hoje pode nos parecer profissionalmente ultrapassado, se faz ver também como marcador cultural de processos que dizem o que nós, historicamente, somos.

Disso é feita a história – na especificidade de suas narrações, mostra o jogo sutil de rupturas e de "ainda o mesmo". Perceber essas variações é fundamental para saber onde estamos – e também para duvidar um pouco de como nos vemos. O que, se por um lado elimina o conforto de imaginar o mundo como estável, é fundamental para estar no mundo. É por isso que se constata, reiteradamente, que estudamos pouco nossa história – e que, no âmbito dos estudos em comunicação, será preciso ampliar muito as pesquisas de natureza histórica, para desenvolver maior solidez sobre o conhecimento da área.

Nossa cultura é sempre insuficientemente voltada para sua própria recuperação histórica – e talvez por isso mesmo sempre desatenta para o fato de que a cada dia estamos reiteradamente, em todos os espaços sociais, produzindo história. Nesse ambiente, o risco é pensarmos nossa comunicação social em modo evanescente, como se dependesse apenas das emissões-e-recepções imediatas, dos processos de dominação singularizados em pessoas e instituições; e não instituídos em processos longamente ancorados na história, inclusive para contradizê-la.

Perceber as forças e os modos "do discurso" na construção da história é, assim, de fundamental importância. O livro de Karina Janz Woitowicz é uma valiosa contribuição nesse sentido.

Os elementos que entram em pauta na obra para uma percepção da conjuntura histórica são, em primeiro nível, os que fornecem as bases para a tensão político-social: a reivindicação do direito à terra, as iniciativas dos sertanejos, o conflito social, político e messiânico; o levante pretendidamente monarquista, a campanha militar, a disputa territorial entre o Paraná e Santa Catarina; a ideia de nação como instituição do imaginário, o discurso nacionalista. O campo polêmico é instituído pelas vozes oficiais. Citamos:

> Ao incorporarem o papel de porta-voz dos acontecimentos da Guerra do Contestado (vale lembrar que as informações chegavam até os jornais por

> meio de telegramas do Exército, inclusive número de baixas, resultado de investidas e relatórios de combate), os militares abrem espaço para a construção de uma imagem predominante dos acontecimentos, que é polemizada por meio das relações com demais grupos e instituições que "agem" no espaço simbólico da imprensa paranaense. (p.128).

O jornal elabora seus sentidos a partir do lugar de fala dado por sua inscrição na sociedade; mas na dinâmica dos eventos, a substância social não se contém inteira naquela fala – as tensões extravasam em outras vozes que, mesmo sem acesso direto ao jornal, não podem não ser referidas por este. Essas vozes ressoam no livro, que as escuta mesmo no contrafluxo da fala jornalística, em que elas se manifestam. Desde que se saibam buscar as pistas e os índices, faz-se o desvelamento do discurso.

Aparecem, assim, a religião comunitária do sertanejo, o sebastianismo versus o discurso oficial da igreja. Evidencia-se a confusão feita sobre o "monarquismo" dos sertanejos: ora o jornal os percebe como "hordas bárbaras", "sanguinários inimigos"; ora são vistos como vítimas. Ao se perguntar sobre essa flutuação, o livro encaminha elucidações:

> O que faz com que as "feras indignas de piedade" se apresentem agora, no mesmo jornal, como vítimas da miséria social? Neste movimento de sentido, que lógicas pode-se apreender? Tendo em vista que a imprensa é, por natureza, constituída por diversas vozes, a constituição do discurso jornalístico não abre caminho para uma outra relação de heterogeneidade com os acontecimentos? (p.111).

Nos implícitos ou nos índices mais transparentes – mesmo quando algumas vozes, sem outro acesso à fala, só podem ser expressas, no jornal, por falas que não são as suas próprias – o livro vai nos fazendo enxergar as vozes que se entremeiam. É o que aparece, por exemplo, na referência ao Diário da Tarde feita pelo livro:

> Um preceito ético, resumido num ditado que foi notícia no Diário da Tarde, evidencia muito bem os valores que pautaram o movimento do Contestado: "Quem tem, mói, quem não tem, mói também, e no fim todos ficarão iguais" (22/02/1914). Mais do que um simples ditado, este dizer representa também a construção de uma nova sociedade, em que os bens

> são comunitários e a igualdade entre as pessoas figura como princípio principal. (p.183).

Uma nota, no livro, explica que “este lema dos sertanejos de José Maria, referido em vários livros e ainda lembrado pelos moradores da região do Contestado, faz referência à igualdade e à vida em comunidade”.

No próprio esforço de produzir um sentido conforme as lógicas dominantes, explicita-se a complexidade do campo polêmico. É isso que faz, no capítulo que trata das motivações e crenças na base da insurreição sertaneja, dentro de seu rigor descritivo e analítico, um texto tão pungente.

O que faz o livro? Não é uma simples narrativa histórica em que, usando jornais como fonte, tenta-se recuperar uma verdade dos acontecimentos. Embora as ações políticas, os combates, as relações de poder sejam constantemente referidas, não ocupam o centro da cena. O texto, efetivamente, usa a observação da imprensa para refletir sobre a história do Contestado, mas, ao fazer isso, estuda os processos da imprensa que – ao relatar e produzir, diretamente no contexto social, os lances históricos em sua ocorrência – evidencia também uma história que é resultado da comunicação social, posta a circular sobre seus eventos. Mostra, também, que os setores que têm o poder de expressar e conduzir essa circulação direcionam os acontecimentos.

Assim, o livro não informa apenas sobre as ocorrências do Contestado ou sobre as vozes das posições dominantes, mas ainda e sobretudo sobre o jornalismo e suas formas à época, mostrando o jornal como coprodutor do acontecimento ao lhe atribuir sentido: “ao informar e emitir opinião direta ou indiretamente sobre determinada situação, o jornal está produzindo um acontecimento e, portanto, construindo história” (p.260).

Este se torna um importante eixo do livro: “nosso objetivo aqui é perceber e elucidar que jornal específico surge nesta análise quando o Diário da Tarde enuncia determinadas falas, toma certas posições e constrói modos de ver a realidade” (p.310).

O jornalismo é mostrado como uma fonte de percepção, pela sociedade, de sua própria história. Esta não apenas acontece para depois, pronta, ser contada, como se a fala da história correspondesse apenas a mostrar. É por isso que o acontecimento não é aquilo “que ocorreu”, factualmente, mas aquilo que é feito acontecer no ritmo das disputas, dos apagamentos e das zonas alumiadas, da circulação dos sentidos. A história

se faz na comunicação das vozes sociais, falantes ou caladas, nas falas do jornal, dos historiadores – e de estudos como este, sobre a história e sobre a imprensa. Diz Karina:

> Eis, aqui, a relação entre a dimensão discursiva e a dimensão histórica. Nos discursos mediáticos da insurreição sertaneja, os sentidos vão aparecendo aparentemente desconectados e distantes entre si; no entanto, ganham sua espessura e mobilidade pela repetição, pela crítica às vezes nítida, às vezes sutilmente disfarçada em explicação. Criando notícias e pautando opiniões, o jornal realiza o processo de "escrita" da história e nela interfere de modo a produzir e fixar determinados sentidos em um período histórico específico, singularizando os acontecimentos. (p.179).

Na sequência das falas, nos relacionamos com nossa história – dos eventos marcantes aos modos de falar sobre eles. Tanto os processos sociais como o entendimento destes se fazem na circulação continuada das vozes sociais. Cada ponto de um circuito comunicacional modifica – pois gera outros sentidos – o que antes ocorria e era dito. Trazer outras vozes, dar peso e sentido às que tenham sido caladas ou que foram reinterpretadas de fora e de cima – é isso que nos permite, no mesmo gesto, compreender o social e ser aí participante.

O livro de Karina, trazendo um período e objetos sobre os quais talvez esquecêssemos de atentar com a devida acuidade, torna a produzir, em outra tonalidade, os acontecimentos, oferecendo os sentidos que permitem apreendê-los.

SUMÁRIO

Introdução

"A utopia está no horizonte.
Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos.
Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos.
Por mais que eu caminhe jamais alcançarei.
Para que serve a utopia?
Serve para isso: para caminhar."
(Eduardo Galeano)

Se a história fosse contada do ponto de vista dos vencidos, o dia 22 de outubro poderia até ser uma data cívica brasileira. Mas não é. Neste dia, em 1912, morria José Maria, símbolo da chamada Guerra do Contestado. Perpetuado como líder de um número incontável de sertanejos – fanáticos ou idealistas? –, o personagem, assim como o movimento de resistência que originou, ocuparam até agora um lugar pouco concorrido na historiografia nacional, embora seja inegável sua importância como um dos mais expressivos movimentos sociais do século XX. O Contestado foi uma importante iniciativa popular de caráter religioso, associada à reivindicação do direito à terra.

Em quase cem anos de construção histórica, a Guerra do Contestado – conflito social, político e messiânico que marcou a história dos estados do Paraná e de Santa Catarina no período de 1912 a 1916, conhecido como o primeiro movimento armado pela posse de terra – já apareceu das mais variadas formas e ângulos: movimento messiânico, campanha militar, levante monarquista, conflito social dos trabalhadores, disputa política entre os dois estados em questão, luta pela terra e contra o capital estrangeiro, só para listar as principais. Mas o movimento foi provocado por diversos fatores, envolvendo cerca de 20 mil sertanejos. Uma luta polarizada entre universos e pretensões completamente diferentes, que se chocam e são, ainda hoje, incompreendidos.

Importante lembrar que nos manuais e livros didáticos mais divulgados de História do Brasil o movimento sertanejo aparece em breves referências, quase sempre distorcidas. Nas palavras de Eric Hobsbawn, palavras, lutas e conquistas são reduzidas a "notas de rodapé", como costuma acontecer com os movimentos sociais que, em determinado momento da história, ousaram apresentar resistência a ideias e estruturações sociais já consolidadas. Percebe-se, desse modo, que as deficiências de informação – (re)produzidas em jornais, obras e registros históricos que trataram os conflitos – foram, em boa medida, responsáveis pela instauração de expressões de cunho ideológico como "fanatismo" e "banditismo", tornando-se características dos movimentos sociais do campo. A Guerra do Contestado é um acontecimento que registrou esse impasse, gerou dúvidas, mas na maioria das vezes é lembrada como feito heróico-militar que tentou educar pobres e miseráveis campesinos que se deixavam levar por promessas de loucos e aventureiros embebidos pelo fanatismo místico-religioso. O Contestado, porém, foi muito mais do que isso...

Conhecendo um pouco de sua história, torna-se inevitável a percepção do descaso atribuído ao conflito sertanejo na história contemporânea, ao mesmo tempo em que se insinua a necessidade de lançar o olhar sobre este evento, buscando nuances de sentido capazes de revelar algumas pistas sobre o modo como os fatos foram produzidos e entraram para a História.

Este estudo vem mostrar que é possível recuperar a construção histórica e social do Contestado, aproximando-nos de um "testemunho" que sobreviveu ao tempo e dele extraindo fatos, tensões e angulações. Trata-se de uma análise que parte dos processos midiáticos e a eles retorna, a fim de observar a presença e a atuação do jornal *Diário da Tarde*, o mais importante do Paraná no início do século XX, na construção dos acontecimentos.

O assunto, ao contrário do que possa parecer à primeira vista, não é discutido nesta obra por um viés histórico, que consistiria na confirmação (ou, talvez, contestação) dos marcos principais do conflito, com atores, datas e principais batalhas. O livro – resultado de uma pesquisa de mestrado realizada no Programa de Pós-Graduação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos/RS), sob a orientação do professor Dr. José Luiz Braga, defendida em 2002 – está centrado no estudo dos discursos midiáticos que produziram o Contestado articulando vozes, opiniões e acontecimentos no principal jornal paranaense das primeiras décadas do século XX.

Este tema pode, a princípio, soar como um tipo de revisionismo da história e, por isso mesmo, parecer pouco pertinente para discutir os processos comunicacionais, cem anos depois do ocorrido. No entanto, entendemos que a análise da imprensa é capaz de revelar muito mais do que a "tradução" dos acontecimentos de um tempo – que pode ser de horas, dias ou dezenas de anos –, possibilitando compreender, no trabalho simbólico realizado cotidianamente pela mídia, as relações entre as práticas de linguagem e as práticas históricas, ou, em outros termos, o processo de construção dos acontecimentos pelo "dizer" jornalístico.

Diante da dificuldade de achar a medida certa entre o histórico e o jornalístico, em uma pesquisa que compreende a cobertura da imprensa sobre um fato histórico, partiu-se de perguntas próprias ao campo midiático para chegar às especificidades do tratamento do conflito sertanejo pelo *Diário da Tarde*: enquanto o movimento social se originava e fortalecia, quais são as vozes presentes nos jornais? O que diziam e como tratavam o conflito do Contestado? São questões como essas que orientaram a análise de exemplares do principal diário existente à época na capital paranaense, com o intuito de perceber marcas, indícios e detalhes que fizeram o Contestado do jeito que ele entrou para a história.

O interesse que norteia todo o estudo parte da compreensão do jornalismo como produtor de discursos sociais. Como tal, ele é capaz de construir cotidianamente a história – estabelecendo a mediação entre falas, tendências de pensamento e questões contextuais, registrando os fatos e emitindo sua própria voz. Uma percepção quase simplista que, ao nortear a observação da narrativa dos fatos pela imprensa, foi ganhando complexidade e se desdobrando entre temáticas, observações e impressões referentes ao tratamento jornalístico da Guerra do Contestado.

O intuito desta pesquisa foi, unicamente, deixar transparecer a dimensão processual da produção de sentidos tal como se deu nos textos jornalísticos ao longo do tempo. Dito de outro modo, para efeito de análise, não partimos de datas ou enunciadores específicos; a historiografia oficial não direcionou o processo de análise em si, apesar de ter sido "importada" para este trabalho e reconfigurada discursivamente sempre que se fez necessário evidenciar a memória discursiva em curso.

Foram percorridos cerca de 1600 jornais microfilmados (de junho de 1912 a dezembro de 1916), procurando e selecionando elementos a serem investigados; neste processo de seleção e organização do material

de pesquisa, não se deu prioridade aos textos e às notícias que trataram os fatos diretamente relacionados à Guerra do Contestado, mas aos textos em que o conteúdo simbólico do jornal representou um convite à interpretação. Para a realização da análise, utilizou-se o referencial teórico da análise de discurso, em diálogo com as teorias do jornalismo, tendo sempre presente as relações entre o texto, o contexto e os outros textos.

A diversidade e a amplitude dos problemas sugeridos por este caso de imprensa, com profundas e inevitáveis ligações com a dimensão histórica da Guerra do Contestado, nos sugeriu possíveis caminhos, que o próprio contato com os jornais acabou recortando e aprofundando. Assim, sem a preocupação de recuperar os acontecimentos do conflito, respeitando a cronologia oficial, procurou-se abordar temáticas relevantes para discutir a construção do conflito nos jornais.

Por este viés, elaborou-se uma leitura do argumento racial nos textos sobre os sertanejos, procuraram-se as marcas do nacionalismo na projeção simbólica dos militares, discutiu-se a religiosidade e demais aspectos contextuais (questão de terras, exploração estrangeira, crítica ao regime político vigente, entre outros) referentes ao momento histórico da guerra, mostrou-se a interferência da disputa pelos limites territoriais entre os estados do Paraná e de Santa Catarina na discursivização do Contestado e, por fim, procurou-se entender o papel do jornalismo no registro e na construção dos fatos históricos. Eis algumas referências que pareceram fundamentais para pensar a comunicação no movimento da história (e vice-versa), com base nos textos do jornal *Diário da Tarde*, conjugados com obras sobre o assunto e entrevistas.

Todas estas temáticas, que se complementam ao longo da pesquisa para oferecer uma leitura do modo como o *Diário da Tarde* tratou os fatos e personagens da Guerra do Contestado, mediando polêmicas e produzindo "estórias" e sentidos, procuraram dar conta das complexas relações existentes entre o campo da mídia e a sociedade, a partir da atuação específica do jornal paranaense na discursivização do cotidiano.

Dada a constatação de que não existe uma única e plena verdade adequada pelas palavras de homens e mulheres, a história – ou o que quer que se entenda pelas análises de histórias – também não pode reivindicar um sentido único. A multiplicidade de sentidos ganha força em interpretações de fatos que melhor conseguem apresentar indícios para entender as maneiras de se contar uma "história". O jornal, produto e meio de produzir

sentido, ganha importância para entender fatos e momentos que muitas vezes ficaram em janelas da história oficial como prontos e consensuais.

Nesta perspectiva, a pesquisa mostra, paralelamente aos vícios de interpretações históricas oficializadas e cauterizadas no imaginário social, que essa mesma história não apenas contou, mas foi efetivamente escrita pela voz frequente do jornal *Diário da Tarde*, que muito discutiu o confronto. Não se conteve em discutir, como seria de esperar de um meio informativo, mas buscou dar as diretrizes, ora responsabilizando os governos e as forças policiais pelo avanço das forças dos "jagunços", ora elogiando medidas que tentavam barrar os atos dos adeptos do monge, ora denunciando questões e problemas sociais, ora omitindo-os. Como toda procura que dialoga com incertezas, a pesquisa proporcionou encontrar estratégias discursivas usadas pelo jornal no trabalho informativo sobre a Guerra do Contestado, buscando levantar alguns elementos para uma melhor compreensão do papel do jornalismo no processo de escrita da história.

A investigação e a análise dos discursos mostram a força do dizer/fazer jornalístico acerca dos fatos sobre o conflito. Mas também é preciso perceber que o *Diário da Tarde*, quando informa e aponta o caminho para resolver de vez com o "problema Contestado", assume um papel importante na produção de uma imagem que passou e entrou para os livros, filmes, manuais escolares e histórias contadas sobre os feitos e heróis da Guerra do Contestado. Afinal, o fazer história pelo dizer jornalístico encontra eco e ressonância nas páginas do periódico.

Não é objetivo deste livro responsabilizar o jornalismo do início do século XX pelo modo como a guerra entrou para a história. Mas não dá para esquecer que, em especial em uma época e em um lugar onde o baixo número de leitores, conjugado a um alto índice de analfabetismo, dificultavam a operacionalidade do jornal como um espaço e campo de debates, o dizer jornalístico "dialogava" com as forças militares, com os intelectuais, políticos e populares que tinham interesse nos destinos do caso Contestado, sem deixar de manifestar a sua voz.

Também não há de se cobrar responsabilidade, por uma leitura parcial dos acontecimentos, aos editores da época. Nem seria intenção dessa pesquisa. Melhor compreender que um produto midiático só é o que é quando encontra espaço, procura a sintonia com o espírito do meio onde é produzido e comercializado, intromete-se no ambiente social ao mesmo tempo em que é conduzido por este. Foi assim com o *Diário da Tarde*, mostra este estudo.

Enfim, o livro não ousa contestar uma imagem construída e marcada no imaginário social da região que compreende hoje os estados do Paraná e de Santa Catarina. Tenta-se apenas entender como essa imagem foi sendo produzida e de que maneira as estratégias do dizer jornalístico do diário curitibano intervieram nesse feito. Pode-se antecipar que estas estratégias do dizer foram se tornando, pelo lugar que o produto jornal ocupava na época, estratégias de um fazer da história articulado a falas, situações e acontecimentos.

Percebe-se ainda que conhecer a história do Contestado é também penetrar em uma luta por direitos que motivou milhares de sertanejos a aspirar por uma sociedade diferente. É neste sentido que "Imagem Contestada" tenta recuperar momentos e posicionamentos dos atores sociais envolvidos no conflito, de modo a desvendar o papel do jornalismo na construção de imagens da realidade, seja dando visibilidade e fazendo ecoar, seja mesmo silenciando fatos e versões. Nas páginas que seguem, encontra-se um diálogo entre a comunicação e a história, na tentativa de remontar alguns fragmentos que permitem fazer uma leitura histórica do jornalismo no caso da Guerra do Contestado.

Jornalismo e in(ter)venção da história

Um diálogo possível no universo do sentido

"Nada do que um dia aconteceu
pode ser perdido para a história."
(Walter Benjamin)

Escrever uma matéria, acompanhar o desenrolar dos acontecimentos pelos meios de comunicação ou simplesmente folhear um jornal podem ser, aparentemente, atividades destituídas de qualquer sentido histórico. Contudo, ao tomarmos o jornalismo em seu papel de construção do cotidiano, alguns – nem sempre visíveis – entrelaçamentos entre o simbólico e o real transbordam os limites do papel para mostrar o modo como se atribui sentido cotidianamente aos acontecimentos por meio da atividade jornalística.

"Todo jornal é explosão", disse Drummond, num poema chamado "A casa do jornal, antiga e nova"[1]. Entendido como uma "explosão" de sentidos, pode-se dizer que o jornal apresenta uma maneira particular de veicular um "testemunho" dos acontecimentos, participando assim do processo de construção da história. Esse testemunho, ao ultrapassar a função de mero "registro" de um passado (de séculos, dias ou horas), revela a relação de afinidade entre as palavras e o real, entre as falas e as características de um contexto, entre o jornal e as variadas vozes que compõem o tecido social. Por isso, cada jornal é capaz de "testemunhar", em sua "explosão" silenciosa, coisas, situações e atores que, de uma maneira ou de outra, escreveram a História em um determinado tempo e espaço social.

Essa perspectiva permite encarar o trabalho com as notícias a partir de seus limites editoriais, efeitos de verdade, repercussões no social e, principalmente, construção da realidade pelo "dizer". Em outros termos, possibilita perceber como estes elementos inerentes à discursividade

1. "Rotativa / do acontecimento. / Vida fluindo / pelos cilindros, / rolando / em cada bobina, / rodando / em cada notícia. / No branco da página / explode. / Todo jornal / é explosão."

"constroem" um acontecimento a partir das falas do jornal em meio a posições e interesses em jogo.

Exemplos que ilustram o modo consensual e parcial com que alguns episódios e personagens foram lançados na História não faltam: basta lembrar da exclusão dos negros e dos índios na história oficial, dos estigmas associados às lutas históricas das mulheres, da pouca visibilidade ou mesmo do apagamento configurados aos movimentos sociais que conduziram e transformaram em momentos distintos a história do País e do modo como determinados segmentos da sociedade e vozes não orquestradas à política vigente ganham (ou não) legitimidade na esfera social. Isso tudo, como não poderia deixar de ser, construído em boa medida com o aval dos meios de comunicação, em suas práticas de seleção, organização de conteúdo e apresentação. É inegável, neste sentido, que nossa história está repleta de casos em que ocorre a permanência dos efeitos de sentido produzidos ao longo do tempo. Trata-se de um tipo de "discurso fundador"[2] – institucionalizado e repetido em livros escolares, em falas oficiais etc. – que fixa tanto o "texto" quanto a "história"; é, ainda, a fixação da leitura de um acontecimento como documento (ORLANDI, 1993, p.13), na qual a imprensa contribui na formação e legitimação de significados e consensos.

Interessante lembrar que, mesmo na história da imprensa, o poder de "poder dizer" algo sempre esteve inevitavelmente ligado a algum tipo de controle. As leis da imprensa – desde a (lenta) implantação da tipografia brasileira com a chegada da corte portuguesa até as práticas republicanas e pretensamente democráticas e os períodos de censura – passaram a prescrever, segundo critérios e interesses distintos, o que pode e o que não pode ser dito. O que entra (e como entra) ou não para a História.

Conforme analisa Bethânia Mariani, a instituição jornalística "esquece" que foi obrigada a fundar-se com uma interpretação do mundo previamente assegurada. O "esquecer", aqui, é justamente o resultado da atuação da memória histórica da formação de um tipo de discurso jornalístico. O resultado deste processo é a "ilusão do jornalismo-verdade, ou seja, a ilusão de que os jornais são apenas testemunhas, meios de comunicação

---

2. Textos capazes de promover filiações de sentidos hegemônicas ao longo do tempo são definidos por Eni Orlandi como "discursos fundadores" e representam uma dimensão particular do trabalho de memória histórica.

ou veículos informativos. Desse modo, ao alegar seu compromisso com a verdade, a imprensa finge não contribuir na construção das evidências." (MARIANI, 1998, p.81).

Esta percepção praticamente consensual do jornalismo como mero registro dos fatos coincide também com a utilização do jornal, na absoluta maioria das vezes, como fonte para a compreensão ou explicação da história. Foi assim com o Contestado e com uma série de outros conflitos que puderam contar com a presença "divulgadora" da imprensa. Contudo, o que se busca neste estudo é justamente descobrir e analisar como o jornalismo, ao informar, opinar e produzir representações sobre os fatos, elabora uma maneira singular de produção de sentido. Desse modo, considerando a atividade jornalística para além das funções básicas de pautar eventos, trabalhar os fatos, anunciar posicionamentos e publicizar informações e polêmicas, pode-se dizer que o trabalho simbólico de anunciabilidade dos fatos, em incorporação e constante (re)processamento na sociedade, representa uma forma de construção histórica e social da realidade. Na medida em que este trabalho registra, representa e informa não apenas os acontecimentos, mas as tensões sociais que se estabelecem num dado momento, oferecendo uma determinada leitura do real pelas páginas impressas, também "faz" coisas no universo da vida cotidiana.

Partindo deste pressuposto que "dizer é fazer", isto é, valorizando a capacidade de produção de sentido pelo dizer (e do modo como se diz), busca-se nesta pesquisa estabelecer um diálogo entre o jornalismo e a história, na tentativa de lançar o olhar sobre as implicações do trabalho com as notícias na produção dos sentidos históricos. Por história, vale lembrar, considera-se aqui a capacidade de (re)invenção cotidiana de significados em uma época e espaço social, na qual a imprensa atua como protagonista ao lançar mão de mecanismos discursivos de asserção sobre o real e instituição de veracidade aos acontecimentos.

Esta perspectiva soma-se à preocupação em investigar as diferentes formas e estratégias pelas quais os processos midiáticos "escrevem" a sociedade e constituem a própria história, norteando as observações da pesquisa e preenchendo-as de um olhar e uma reflexão que articulam comunicação e história. Dentro deste enquadramento, procura-se desvendar o papel do jornalismo na construção da Guerra do Contestado, a partir da

leitura e da análise do jornal paranaense *Diário da Tarde*[3] entre os anos de 1912 a 1916.

Neste estudo, foram selecionados os textos mais significativos que trataram dos diversos ângulos referentes à guerra, dividindo-os e organizando-os em temáticas específicas, a fim de discutir aspectos pontuais do contexto da época e das questões do Contestado. Não há um compromisso cronológico nem a intenção de recuperar os momentos e personagens que compõem a história do conflito. A abordagem restringe-se ao modo como o jornalismo tematizou o movimento, participando do processo de construção dos acontecimentos.

Fazem parte da pesquisa cerca de 170 exemplares do jornal paranaense referentes ao período do conflito, sendo extraídos de ainda outros alguns elementos que permitiram conhecer melhor o objeto estudado. Neste percurso, foi mantido o conteúdo original dos textos, embora a grafia tenha sido atualizada para facilitar a leitura e a análise, considerando, com isso, que o estilo e o sentido dos discursos jornalísticos tenham sido preservados. Textos longos, de uma linguagem pouco "objetiva" e, na maioria das vezes, carregados de marcas opinativas foram os encontrados no *Diário da Tarde*, o que possibilitou a descoberta de diferenciados tratamentos do caso de imprensa do Contestado.

As referências que seguem, que evidenciam o campo teórico em que a pesquisa se apoia e se movimenta, servem como suporte para as observações obtidas na análise dos jornais, procurando identificar como a imprensa serviu de "agente" do processo de inscrição de um dos mais importantes conflitos políticos e messiânicos do século XX na história brasileira, tendo como base teórica a análise de discurso e as teorias do jornalismo.

Ao identificar as marcas do "fazer" jornalístico da época, procuramos perceber como se especificam as formas de veicular e redirecionar valores e estruturas no caso Contestado, observando assim as táticas e estratégias pelas quais se constrói a realidade. Dentro desta perspectiva, a análise editorial e discursiva do jornal *Diário da Tarde* foi realizada tendo em vista o potencial do jornalismo na representação e produção dos acontecimentos e na instituição do imaginário social. Afinal, é como agentes do processo de

3. A escolha deste periódico, que é o mais antigo do Estado, deve-se à relevância que apresentava para a sociedade na época e à disponibilidade de consulta ao acervo microfilmado na Biblioteca Pública do Estado do Paraná.

produção de sentido – veiculando representações implícitas e explícitas de diferentes grupos e instituições envolvidos no conflito e manifestando sua própria voz – que os jornais revelam seu papel e sua presença na construção dos acontecimentos, inserindo-se no universo social de uma época.

O estudo busca identificar os conflitos entre diferentes campos de saberes e de poderes, que se utilizam das estratégias do jornalismo para "orientar" simbolicamente os acontecimentos no decorrer dos quatro anos de guerra. Objetiva, assim, investigar as formas como os fatos foram apresentados e marcaram o pensamento social da época, a fim de compreender não apenas a inter-relação do contexto com a imprensa e a atuação de cada grupo social, mas o modo como a imprensa tematizou e veiculou representações estabelecidas em função de interesses em jogo. Trata-se, portanto, de uma tentativa de compreender a instituição de significados pelos processos mediáticos, a partir do modo como a imprensa tratou um importante episódio da história contemporânea no sul do Brasil.

Percebe-se que os discursos, além de fazerem aquilo que fazem por dizerem alguma coisa, produzem algo essencialmente pelo fato de dizerem. Assim, diante de narrativas históricas já consolidadas ou de rápidas notícias estampadas e repercutidas no jornal que folheamos a cada dia, esta pesquisa propõe uma leitura para além do impresso, procurando apresentar alguns elementos que permitem visualizar o papel e a presença do jornalismo no processo de construção social da realidade a partir de uma percepção histórica dos processos midiáticos da Guerra do Contestado.

Um breve passeio pela História no Jornalismo

"Tudo tem uma história, ou seja, tudo tem um passado que pode em princípio ser reconstituído e relacionado ao restante do passado" (BURKE, 1992, p.11), escreve Peter Burke, sustentando em sua abordagem da "nova história" a ideia de que a realidade é social e culturalmente construída. Essa perspectiva, essencial para perceber a maneira de pensar de uma determinada sociedade, com seus hábitos e costumes, é a chave para relacionar a vida cotidiana aos acontecimentos. Dito isto, algumas questões emergem: como e até que ponto os acontecimentos penetram na vida cotidiana? Em que medida a imprensa se inscreve na vida social dos indivíduos, construindo, transportando e transformando sentidos?

É importante ter presente que os jornais estão sendo entendidos aqui como "produto social", isto é, como resultado de um exercício socialmente reconhecido, constituindo-se como um objeto de expectativas, posições e lógicas específicas. As notícias e os fatos devem então ser encarados como situações plenas de significação, que adquirem sentido pelo modo como são representadas, produzidas e repercutidas.

O resgate dos discursos midiáticos da Guerra do Contestado, instrumentalizado na análise do jornal paranaense *Diário da Tarde*, permite perceber o modo como se estabelece esta relação entre o discurso e a história na instituição dos acontecimentos. Inevitavelmente, emerge em meio aos textos jornalísticos a inserção (ou mesmo o silenciamento) de determinados grupos sociais, instituições e atores que, por aquilo que dizem e representam, fazem de uma construção discursiva um fragmento desta realidade. Pode-se, assim, compreender o Contestado contrastando e conjugando os diferentes discursos e as variadas versões que o constituíram. Nas palavras de Bourdieu:

> Trata-se, em outros termos, de tentar identificar e compreender em que medida o discurso, enquanto uma produção de sentido entre dois ou mais interlocutores, ao mesmo tempo em que reside na inscrição de um acontecimento já possui uma estrutura, opera como mecanismo de construção da história. (BOURDIEU, 1998, p.14).

Pelo modo como os eventos podem ser pautados, ocupam e envolvem os meios de comunicação, são processados pelo público e repercutem na sociedade, torna-se possível identificar e tentar compreender o papel e a presença dos meios de comunicação na constituição de um universo de significações, tendo em vista um contexto de conflitos políticos, econômicos, religiosos e sociais que servem como elementos para a constituição dos sentidos históricos.

As noções de história, discurso e acontecimento de Paul Veyne também servem de referência para a compreensão da construção da imagem (ou das imagens) da Guerra do Contestado construída(s) pelos processos midiáticos. Pois, em meio aos acontecimentos que compõem o conflito, revelados e construídos pela imprensa no período determinado, é possível indicar a forma como se materializa a singularidade histórica nos discursos dos jornais.

> A história interessa-se por acontecimentos individualizados, dos quais nenhum apresenta dupla função, mas não é sua própria individualidade que a interessa, ela procura compreendê-los, isto é, encontrar neles uma espécie de generalidade ou, mais precisamente, de especificidade. (VEYNE, 1998, p.56).

Nesta perspectiva de Veyne, a singularidade dos discursos veiculados no jornal paranaense serve como eixo para se tentar compreender a construção histórica e social da Guerra do Contestado, a partir do modo como variadas falas se articularam no espaço simbólico da imprensa para criar determinadas significações do conflito na história.

Guardadas as peculiaridades inerentes ao modo de compreender o discurso da história, essas mesmas considerações servem como referência para discutir o modo como se processa a construção das notícias. É, enfim, basicamente nos interstícios, espaços, vazios e nas colagens de falas e vozes – seja como apagamento, projeção, sobreposição – que a notícia, enquanto um acontecimento, oscila entre as dimensões simbólicas em que se estrutura, veiculando e fazendo existir um determinado discurso.

É neste sentido que Thomas Griffith[4] associa o movimento constante da realidade histórica à atividade jornalística: "Jornalismo é de fato a história em marcha. É a história escrita a tempo de ser também encenada: não apenas registrando seus eventos, mas de vez em quando também exercendo neles sua influência... Jornalismo é ainda o registro da história enquanto ela está se desenrolando".

A problematização do objeto da história realizada por Paul Veyne, ao romper com a noção de um determinismo história-verdade para abordá-la como um conhecimento lacunar e o mundo como múltiplas realidades, mostra que o modo como se "escreve" a história a torna um conhecimento "mutilado". Para o autor do ensaio *Foucault revoluciona a história*, "a história torna-se história daquilo que os homens chamam as verdades e de suas lutas em torno dessas verdades" (VEYNE, 1998, p.268).

Esta concepção, entendida como um conjunto de acontecimentos e de representações, constrói-se a partir do discurso realizado pelos indivíduos. Ao tomá-lo "enquanto espaço em que saber e poder se

---

4. Editor geral da Time Inc, citado em um de seus artigos pelo ombudsman da Brill's Content, Bill Kovack. (Revista *Jornal dos Jornais*: ano 2, nº 14, maio de 2000; p.15)

articulam, pois quem fala, fala de algum lugar, a partir de um direito reconhecido institucionalmente" (FOUCAULT, 1999, p.247), torna-se possível perceber como um momento se inscreve na história a partir de uma construção discursiva. Pela análise editorial e discursiva do *Diário da Tarde,* a pesquisa levanta alguns elementos para identificar a atuação da imprensa na mediação e construção de sentidos históricos da Guerra do Contestado. [5]

Neste campo de conhecimento em que se inscreve a História, a linguagem representa papel fundamental no sentido de instituir o imaginário social e representar uma realidade; é por meio dela que se cria, traduz e interpreta os acontecimentos, participando do processo histórico. É neste sentido que se diz que a realidade pode ser percebida e construída de diferentes modos, a partir dos ângulos, das motivações e perspectivas projetadas pelos discursos midiáticos. E é no reconhecimento da capacidade da imprensa de produzir sentido sobre os fatos, angulando-os e contextualizando-os, que se pretende observar as principais características e especificidades do caso de imprensa do Contestado.

O que se propõe, em meio a estas abordagens referentes ao campo teórico da pesquisa, é encontrar questões e pistas das respostas que envolvem a imprensa no caso Contestado, trabalhando questões chaves referentes à discursividade, à produção de sentido e ao jornalismo. Sem o interesse de discutir ou mesmo buscar uma "verdade histórica" – uma vez que a problemática se concentra no modo como a imprensa participou de um dos mais importantes conflitos deste final de século no País, divulgando as vozes que se relacionam e se contradizem para esboçar a consolidação da Guerra do Contestado na história contemporânea – procuramos neste livro indicar aquilo que dizem e como dizem os jornais no tratamento de eventos e questões do conflito sertanejo, na tentativa de "descobrir" algumas (entre tantas outras) implicações dos processos midiáticos na produção cotidiana de sentidos históricos.

5. Para Berger e Luckman, a construção social da realidade se situa no nível da vida cotidiana; é nela que se dá o processo de institucionalização das práticas. Esse processo é ao mesmo tempo socialmente determinado e intersubjetivamente construído. Isto nos leva a caracterizar a atividade periodística como um campo socialmente legitimado para produzir construções da realidade publicamente relevantes.

Para além da notícia, o sentido histórico

Ao atentar para o "poder das palavras" na produção do real, pode-se perceber os variados e diferentes significados que um discurso é capaz de adquirir, em relação à situação específica em que atua e também em relação aos outros discursos. Essa percepção da produção de sentido permite compreender que a dimensão histórica presente em cada fragmento de jornal é absolutamente peculiar; lê-se a história simultaneamente ao ato de ler-se jornalismo, sendo possível, portanto, reproduzir o movimento de que se faz história fazendo jornalismo. Esta dimensão deve-se, sobretudo, à possibilidade de construção da vida cotidiana pela linguagem.

Bethânia Mariani, ao fazer um paralelo com a função usualmente atribuída ao historiador – a de "organizar cronologicamente o passado, selecionando e hierarquizando os fatos e os sujeitos de uma formação social, de modo a não haver dúvidas quanto à veracidade do narrado" –, acrescenta que cabe ao discurso jornalístico organizar e ordenar cotidianamente os acontecimentos, de modo a mostrar que pode haver mais de uma opinião ou explicação para o fato em questão, mas nunca um fato diferente do que foi relatado (MARIANI, 1998, p.61). Isso implica considerar que, no próprio relato dos acontecimentos, já está a determinação dos sentidos históricos.

A partir de abordagem semelhante sobre a construção discursiva, pautada na análise sobre a construção da imagem do jornal *O Globo* pela publicidade, Ana Paula Goulart Ribeiro[6], tematizando a ideia de que "um jornal é a história do seu tempo", reafirma o caráter instituidor de sentido do/pelo jornalismo ao conferir à imprensa o estatuto de porta-voz "oficial" dos acontecimentos do social. Para ela,

> [...] os meios de comunicação, desde o final do século XIX, passaram a ocupar uma posição institucional que lhes confere o direito de produzir enunciados em relação à realidade social aceitos pelo consenso da sociedade como verdadeiros. A história passa a ser, desde então, aquilo que aparece nos meios de comunicação. São eles que detêm, em última instância, o poder de elevar os acontecimentos à condição de históricos. (RIBEIRO, 1995, p.03).

6. Texto apresentado no Encontro Nacional da Compós, no GT Estudos do Discurso. São Paulo, USP, 1995.

A mensagem jornalística, embora tida como registro histórico por excelência, não é, contudo, mero suporte para transmissão de informação, lugar de revelação de eventos; a apreensão do real pela mídia pressupõe o trabalho da linguagem, que envolve uma série de possibilidades e efeitos a partir do modo como os eventos ocupam as páginas dos jornais, são processados pelo público e repercutem no tecido social.

Percebe-se que a comunicação, como principal componente da vida pública, informa sobre o estado das coisas em diversos setores da história social, cultural e intelectual. A realidade social existe nos e pelos meios informativos, uma vez que os meios a produzem como experiência coletiva para os atores sociais. Essa noção de midiatização permite admitir que, embora não se pretenda realizar uma leitura determinista dos meios, torna-se inevitável a referência às construções discursivas que fazem um "acontecimento" histórico (e, por que não dizer, midiático), utilizando o espaço dos jornais na mediação e projeção de momentos, tensões e jogos de interesse diversos.

Conforme assinala Eliseo Verón ao desenvolver o processo de mediatização dos acontecimentos pelo discurso: "Los hechos que componem la realidad social no existem en tanto tales (en tanto hechos sociales) antes que los medios los construyan. Después que los medios han producido, en cambio, estos hechos tienem todo tipo de efectos" (VERÓN, 1987, p.IV).

Os jogos ou efeitos de significado que permeiam a atividade jornalística revelam o caráter múltiplo dos discursos, em constante movimento no "campo polêmico" que o jornal institui. Assim, são as práticas discursivas cotidianas que fixam, transpõem ou podem modificar sentidos em disputa, regidas por lógicas determinadas.

Neste trabalho de construção dos fatos, o jornalismo revela suas possibilidades interpretativas. Ao tomar a notícia como uma forma de "contar" a história, ou como maneira de "dar forma ao amontoado confuso de fatos do dia" – conforme analisa Robert Darnton –, pode-se imaginar o funcionamento do texto como um processo direto de extrair informações de uma página, mas, considerando-o um pouco mais além, acaba-se por avaliar que a informação é necessariamente peneirada e interpretada segundo configurações culturais que variam ao longo do tempo. Assim, sendo a História um universo em contínua reconstrução, podemos apreender determinados sentidos que são partilhados socialmente em um determinado

tempo e espaço pelos textos neles produzidos, como sugere Darnton no artigo "História da Leitura":

> Um escritor passa um sentido sem torná-lo explícito. Ele introduz um significado em sua história pela maneira como a relata. E, quanto mais comum essa maneira, menos idiossincrática é a sua mensagem. Se ele adota um estilo demasiado oracular, não será entendido, pois a inteligibilidade depende de um sistema comum de sentidos, e os sentidos são compartilhados socialmente. (DARNTON, 1992, p.213).

Mais do que relatos e estórias, as notícias são parte constituinte do próprio desenvolvimento da sociedade, com seus fatos e valores. A ideia de que "o contexto do trabalho modela o conteúdo da notícia, e as matérias também adquirem forma sob a influência de algumas técnicas de contar histórias" (DARNTON, 1990, p.96) revela os procedimentos dos quais a imprensa se utiliza para "agir" no cotidiano e no imaginário de seus leitores por meio de recursos de seleção de fontes e falas, da publicização e/ou silenciamento de fatos e posições, das estratégias discursivas e dos efeitos de verdade lançados na produção cotidiana de acontecimentos pelos jornais. A perspectiva de Darnton, ao afirmar que um jornalista é capaz de passar um sentido sem torná-lo explícito, introduzindo um significado em sua história pela maneira como a relata dentro de um universo comum de sentidos, é ilustrativa dessa questão:

> Indo e vindo entre a narrativa e a documentação, conseguiríamos delinear a dimensão social do sentido. Assim, podemos ler um texto não para descobrir todos os quens, ques, ondes e quandos de um acontecimento, mas para descobrir o que ele significou para as pessoas que dele participaram. (DARNTON, 1990, p.295).

Os fatos históricos, desse modo, aparecem como resultado de algum "investimento de sentido" que se dá pelas operações discursivas dos media, mas também pela história viva que extrapola as dimensões do papel e envolve o cotidiano dos mais diversos segmentos sociais no desenrolar de sua "história". História esta que se define como processo de constituição das coisas e de suas significações; em suma, uma história considerada não tanto como desdobramento dos fatos, mas como desenvolvimento da própria sociedade.

O jornal, produtor de discursos sociais

Albert e Terrou escreveram: "De todos os objetos de pesquisa histórica, o jornal é, talvez, o que mantém as mais estreitas relações com o estado político, a situação econômica, a organização social e o nível cultural do país e da época dos quais constitui o reflexo" (ALBERT; TERROU, 1990, p.10).

É inegável que, enquanto fonte, o jornal torna possível a recuperação de representações dos acontecimentos e, pelo seu fazer, informa sobre um contexto. No entanto, o jornal será aqui pensado em suas possibilidades de significação no universo social. Assim, a imprensa ultrapassa a função de registro objetivo de acontecimentos para se enquadrar como agente do processo histórico, uma vez que é capaz de (re)construir e retratar significados em uma época e espaço social, devido à relação dialógica entre o contexto e o jornalismo (este se institui na relação com aquele, e vice-versa). Interessa-nos, portanto, discutir em que medida o discurso jornalístico assume o papel de "porta-voz" das verdades factuais, operando como instrumento de instituição de veracidade aos acontecimentos e, desse modo, fazendo coisas rotineiramente no universo social.

Várias implicações são colocadas em questão em decorrência desta percepção da imprensa como fonte ou depósito de fatos, uma vez que acaba-se por não atribuir ao jornal o papel de construtor dos fatos por ele noticiados. Ao considerar a crítica de Alzira Alves de Abreu, pode-se identificar uma razão que explica o desinteresse pela imprensa como tema de estudo em si mesmo: o fato de ela ser considerada "subordinada e reprodutora de um discurso ideológico dominante", uma vez que se apoia em fontes que representam as instituições detentoras de poder e os interesses organizados. Nessa concepção, perde-se de vista, segundo a autora, "os casos em que a mídia tem a iniciativa do processo de definição e é provocadora de um acontecimento" (ABREU, 1996, p.08). Para romper com esta leitura, baseada na teoria da dominação, é fundamental entender os enunciados não como meros relatos jornalísticos que nada mais teriam a dizer além do que já está circunscrito na "objetividade" da notícia.

Tratando o jornalismo como produtor de discursos sociais, torna-se possível conceber a imprensa como um tipo de conhecimento social estabelecido como realidade partilhada entre os indivíduos. E é justamente por esta capacidade de transcender o "aqui e agora" que, conforme apontam Berger

e Luckmann, a linguagem estabelece pontes entre diferentes zonas dentro da realidade da vida cotidiana e as integra em uma totalidade dotada de sentido.

Mas, como saber de que maneira os leitores interpretaram os textos midiáticos, para se trabalhar a noção de jornalismo enquanto "agente" do processo de construção (histórica e social) da Guerra do Contestado? Não se tem nenhum registro de suas reações. Mas pode-se estudar a maneira como o texto funciona, como se encaixa no jornal e o papel do jornalismo no conjunto de textos relacionados que atuou como fundo básico de informações sobre os acontecimentos da época.

Entre a mídia e a discursividade

Ao estudar os discursos jornalísticos do Contestado e as maneiras de dizer de que lançam mão para construir a realidade, pareceu-nos inevitável fazer uma referência a algumas noções sobre a discursividade e suas implicações no mundo simbólico. Entendendo que significar é um processo que conjuga discurso e história (ambos em movimento)[7], atentaremos para as práticas discursivas como instâncias marcadas por interferências do contexto sócio-histórico em sua constituição.

Para analisar as marcas deste processo de dizer a realidade, tomamos como parâmetro inicialmente a concepção de discursividade de Eliseo Verón, que concebe os objetos ao mesmo tempo nos níveis interno e externo dos discursos, de modo a compreender as "gramáticas"[8] de produção e reconhecimento de sentidos. Dentro desta abordagem, a teoria da discursividade opera com o que Verón define como rede de distâncias – que seriam, a partir dos desdobramentos das condições de produção e da relação do discurso com seus efeitos, as noções de ideologia e de poder, constitutivas do que se chama "semiose social".[9]

---

7. Estamos considerando a relação de constituição mútua entre linguagem e história como princípio básico para a investigação dos textos jornalísticos: "A existência das coisas é resultado da sua constituição no âmbito da própria relação linguagem/história; os sentidos só se produzem porque são históricos, e a história, por sua vez, só existe como tal porque faz sentido. Linguagem e história são processos inseparáveis." (MARIANI, 1998, p.28).
8. O autor intitula "gramática" o sistema de relações entre um texto e suas condições sociais de produção, comparando-o (metaforicamente) a um conjunto de regras formais que geram sentidos.
9. Milton José Pinto, referindo-se à perspectiva de Verón, explica que o ideológico está presente em um texto pelas marcas ou pelos traços que as regras formais de geração de sentidos

Tratando a produção de sentido como resultado da prática discursiva, podemos compreender o ideológico e o poder como dimensões que repercutem e orientam a própria sociedade; estão em toda parte, enquanto "chaves da inteligibilidade do campo social"[10]. Reconhecer estas dimensões constitutivas da prática discursiva implica descobrir as formas por meio das quais o imaginário social se inscreve nos discursos e os põe em movimento.

Mas como é possível, enfim, identificar estes elementos subjetivos, uma vez que o texto não é um lugar autônomo de sentido? Resta perceber algumas "marcas" no texto, que dão conta da construção cotidiana de significados atribuída ao jornalismo, operando com as dimensões ideológicas e de poder.[11]

Quando se fala em discurso, está se falando em jogos ou efeitos de significado. Para Verón, a linguagem não é o lugar do consenso, mas do conflito entre diversas vozes. É neste espaço que algumas "regras" servem como intermediárias entre o discurso e a produção, operando no sentido de fazer prevalecer determinada visão do real e produzir efeitos.

Os elementos que fazem parte da teoria da discursividade de Eliseo Verón (estratégias discursivas, efeitos de sentido) operam com o valor simbólico das enunciações. E é por meio da identificação de determinadas relações de aliança ou antagonismo, da exposição e mesmo do ocultamento de determinados eventos e personagens que se torna possível analisar os discursos que projetaram sentidos e atuaram simbolicamente no caso de imprensa estudado, na tentativa de esboçar a construção de uma imagem predominante da Guerra do Contestado pelo jornalismo.

---

deixam na superfície textual; é, portanto, uma dimensão necessária de todos os discursos, responsável pela produção de qualquer sentido social. Em relação ao poder, o mesmo autor observa que se trata de uma instância que está em jogo em qualquer interação comunicacional, de modo explícito como objeto em disputa. (PINTO, 1999, p.42).

10. A expressão "chaves de inteligibilidade do campo social", utilizada por Foucault, é retomada por Eliseo Verón para manifestar a presença dos elementos que compõem as redes da produção social de sentido.
11. As gramáticas de produção e de reconhecimento são tratadas pelo autor como instâncias que não coincidem jamais exatamente: "O ideológico e o poder são essas redes da produção social de sentido perpetuamente sacudidas pelos mecanismos dinâmicos da sociedade e sempre mais ou menos desajustadas uma em relação à outra: produção e reconhecimento social do sentido são, em cada nível, em cada momento do tempo histórico, em cada zona do funcionamento social, submetidas a um processo de desregulagem e de reajustamento." (VERÓN, 1980, p.201).

Insistindo na ideia de que "dizer é fazer", podemos trazer alguns desdobramentos de uma leitura da discursividade para a análise dos jornais. Inicialmente, vale notar que o poder de um discurso não decorre de algumas marcas isoladas capazes de fazer coincidir o dizer com o fazer: "todo discurso tem duas faces. Remete, por um lado, às suas condições de engendramento; é, porém, por outro lado, o exercício de um poder" (VERÓN, 1980, p.217).

Como os discursos são práticas sociais determinadas pelo contexto sócio-histórico (ao mesmo tempo em que são partes constitutivas deste contexto), os modos de dizer, interagir e seduzir de um jornal mostram também possíveis motivações que o fazem dizer.

Os textos podem ser percebidos e enunciados de diferentes maneiras porque comportam sempre uma parte de indeterminação e de vago e também porque estão sujeitos a variações no tempo. Isso, se por um lado parece evidenciar a formação lacunar da história vivida cotidianamente, também dá fundamento à pluralidade de visões do mundo e à luta simbólica pela produção e imposição de determinados sentidos. Para tanto, são colocadas em cena uma série de estratégias cognitivas que produzem e preenchem o sentido dos discursos, indo além das significações mais visíveis e estruturadas. Lembrando que as relações discursivas se manifestam nos níveis interno e externo dos discursos, é a luta simbólica travada em meio a estruturas objetivas e subjetivas que dá ao discurso a característica de constante formulação.

Conforme nos mostra Michel Foucault[12], nem a língua nem o sentido se esgotam inteiramente em um discurso, pelo fato de ele estar ligado não apenas a um gesto de escrita e a situações que o provocam, mas aos enunciados que o precedem e seguem. Por isso mesmo, o autor dá as seguintes pistas para decifrar possíveis sentidos dos discursos.

> Por mais que o enunciado não seja oculto, nem por isso é visível; ele não se oferece à percepção como portador manifesto de seus limites e caracteres. É necessária uma certa conversão do olhar e da atitude para poder reconhecê-lo e considerá-lo em si mesmo. Talvez ele seja tão reconhecido que se esconde sem cessar; talvez seja como essas transparências familiares que,

---

12. Foucault refere-se à enunciação, tratando-a como um acontecimento singular, que não se repete.

> apesar de nada esconderem em sua espessura, não são apresentadas com clareza total. (FOUCAULT, 2000, p.128).

Importante lembrar que um discurso não apenas tem um sentido ou uma verdade, mas uma história: é um caminho de contradição que cede lugar e oculta determinados jogos de saberes e poderes. Portanto, revelar o nível singular em que tipos definidos de discurso têm, eles próprios, seu tipo de historicidade, constitui uma maneira de compreender os sentidos produzidos pelo jornalismo ao instaurar certas relações de colaboração, luta ou dependência.

Segundo Régine Robin,

> Todo documento, todo texto, é portador de uma ordem do mundo que lhe é específica, de uma ordem a ser decifrada. Daí um tratamento particular da linguagem que permite ficar à espreita do sentido. (...) Todo corpus pertence a uma dada língua, a um momento preciso de sua evolução. Tanto que palavras e noções do corpus não devem em nada assemelhar-se a entidades erráticas que autorizem todos os delírios imaginativos da interpretação. Têm um contexto, no duplo sentido do termo. Contexto intratextual, pelo qual a palavra faz sentido; contexto extratextual, que funda o funcionamento social do sentido. (ROBIN, 1985, p.78).

Esta perspectiva consiste em perceber os textos como uma luta por se fazer existir ou, ainda, como um modo de prever as potencialidades que a realidade encerra ao ser discursivizada. Levando-se em conta que a significação é determinada pelas condições sociais de sua existência (e, por isso, necessariamente histórica), podemos considerar as práticas discursivas e as práticas históricas em sua constituição mútua, caminhando para uma produção de sentidos que tem nos media uma influência marcante na escrita e na assimilação pública dos acontecimentos.

O que se pretende, portanto, é revelar algumas questões escondidas nas reais intenções e produções do discurso, contribuindo para compreender o modo como a imprensa construiu e projetou imagens predominantes da Guerra do Contestado na história contemporânea.

Decifrando maneiras de (des)dizer

"Dizer e silenciar andam juntos", sugerem certas abordagens da discursividade. Mas, como na maioria das vezes não se pode ter acesso ao silêncio, como decifrar determinados vazios que preenchem os acontecimentos de significado? Deve-se buscar, antes, a sobrecarga de sentido presente nas inúmeras lacunas deixadas entre as palavras, tentando entender textos e relatos não apenas em sua dimensão pragmática, como meras informações em que a linguagem seria a tradução de algum sentido, mas também como "linguagem do silêncio"[13], que diz por si mesma, ainda que se negue a fazê-lo.

Contudo, além da reflexão sobre os enunciados como participantes do processo de construção da realidade pelo que dizem, torna-se necessário levar em conta os vestígios deixados nas margens do dizer. É aí que se estabelece a relação entre o dizer e sua exterioridade, mencionada por Eni Orlandi quando analisa que o sentido tem a ver com o que é dito em certo espaço e também em outros lugares, e com o que poderia ser dito e não foi.

Desse modo, vários elementos que atuaram na produção de sentido nesse período da história (década 1910) precisam ser analisados, como a própria situação em que o enunciado foi dito, o lugar que a fala constrói por meio do que diz, as diferentes posições e os diversos interesses daqueles que empregam o discurso e, o mais importante, o que se deixou de dizer (indícios do esquecido, omitido, apagado).

Ao tratar o silêncio do "resto" da linguagem como uma significação implícita sobreposta a uma outra significação, Eni Orlandi estabelece a incompletude da linguagem pela relação com o dizer e o não-dizer. Desse modo, na ligação entre o imaginário e o real pode-se apreender o trabalho do silêncio no processo de significação.

É pela historicidade que se pode encontrar todo um processo discursivo marcado pela produção de sentidos capaz de apagar determinados personagens e, do mesmo modo, identificar o processo que os colocou no silêncio (embora nem por isso tenha deixado de significar na história). Essa perspectiva do silêncio enquanto princípio de significação, ou seja,

13. Segundo a concepção de implícito proposta por Eni Orlandi no artigo "Silêncio e implícito (produzindo a monofonia)", toda fala instala espaços de silêncio, que podem ser recortados pelo deciframento de certas "políticas" da palavra: "O silêncio não tem de ser referido necessariamente ao dizer para significar. Ou seja, o silêncio significa, ele não fala." (GUIMARÃES, 1989, p.40).

enquanto uma prática pela qual, ao dizer algo, apagamos outros sentidos possíveis mas indesejáveis em uma situação discursiva dada, é trabalhada por Orlandi da seguinte forma:

> Há um trabalho silencioso na relação do homem com a realidade que lhe propicia a sua dimensão histórica, já que mesmo o silêncio é sentido. O que nos leva a concluir que não se pode estar fora do sentido assim como não se pode estar fora da história. (ORLANDI, 1992, p.94).

O silenciado tem, portanto, uma materialidade histórica presente nos mecanismos de funcionamento dos discursos e em seus processos de significação, operando em um jogo de contrastes. A análise dos discursos jornalísticos que construíram a Guerra do Contestado na imprensa pode ser instrumentalizada dentro deste quadro de referências, na tentativa de relacionar o silêncio com outros discursos inscritos nas palavras.

As lacunas e as transposições de sentido que permeiam os textos jornalísticos, se observadas segundo as características "indicativas" trabalhadas por Alain Coulon, designam "a incompletude natural das palavras, que só ganham o seu sentido 'completo' no seu contexto de produção, quando são 'indexadas' a uma situação de intercâmbio linguístico. E ainda: a indexação não esgota a integralidade de seu sentido potencial" (COULON, 1995, p.33). A noção de incompletude, em sintonia com a de silenciamento, reafirma os jogos de significação que fazem que um discurso tenha sentido, constituindo um acontecimento. Assim, pensar a produção jornalística sob o signo das transformações históricas e estruturais que a orientam do ponto de vista simbólico passa a ser uma tentativa de deciframento de sentidos.

É neste sentido que Eni Orlandi, no prefácio do livro de Mariani, observa que a história se faz entre o dizer e o não-dizer. "Nesse entremeio estão as múltiplas escutas, as inúmeras versões possíveis, os diferentes gestos da interpretação. Mas há também o espaço já habitado por dizeres que fazem com que sentidos se antecipem, des-compreendendo os sentidos que chegam"[14] (ORLANDI apud MARIANI, 1998, p.09).

14. Este espaço em que um tipo específico de regulação é exercido é tratado por Orlandi pelo princípio da "monofonia", definida como "resultando de uma voz social homogeneizante que faz parte do mecanismo articulado entre o silenciamento e a injunção ao dizer, posta em prática por mediadores que distribuem socialmente os sentidos"(GUIMARÃES, 1989, p.44).

Ao trabalhar a história enquanto prática interpretativa, fluxo do discurso social, o jornalismo torna-se espaço (simbólico) de constituição de formas de produzir, refletir e representar a realidade. Conforme assinala Levi Giovanni[15], pode-se obter uma percepção histórica pela interpretação de sinais significativos que foram "organizados em uma estrutura inteligível", para permitir que a análise do discurso social "extraia a não-aparente importância das coisas".

A partir deste enfoque, uma possível postura diante dos jornais será a de apreendê-los não enquanto expressão verdadeira de um momento e um fato, ou como um veículo "imparcial" de transmissão de informações, mas antes como uma das maneiras pelas quais segmentos localizados e relevantes da sociedade trabalham percepções e valores, assim como a vivência coletiva dos indivíduos inscrita nas páginas da imprensa. Por meio deste diálogo entre a narrativa histórica e a comunicação, o cotidiano e a atividade da imprensa, pode-se chegar o mais próximo possível da percepção do jornal enquanto espaço de disputa e negociação, instituição e construção de sentidos.

Jornalismo e invenção do cotidiano

Ao participar da vida prática e imaginária da sociedade, o jornalismo manifesta seu poder: poder de dizer algo, de fazer coisas pelo que diz. Esta problemática permite situar o papel do jornalismo na constituição de um campo de significações. Para tanto, é oportuno resgatar alguns autores que se debruçam sobre as implicações das notícias na invenção do cotidiano[16], de modo a fundamentar a presença do jornal *Diário da Tarde* na segunda década do século XX como uma voz relevante na produção e divulgação dos acontecimentos do Contestado. Na análise de Alsina, "en principio, se

15. No artigo *Sobre a Micro-história,* que integra a coletânea de Peter Burke, Levi Giovanni parte da posição específica da micro-história dentro da nova história para discutir as ambiguidades do mundo simbólico e lançar o olhar sobre as lutas que ocorrem em torno dos recursos simbólicos. Esta perspectiva, embora pensada enquanto método histórico, também pode ser utilizada nas análises comunicacionais para a abordagem de acontecimentos históricos.
16. Tomaremos a concepção de notícia traçada por Miquel Rodrigo Alsina, que consiste em considerar a notícia "una representación social de la realidad cotidiana producida institucionalmente que se manifiesta en la construcción de un mundo posible" (ALSINA, 1989, p.18).

puede afirmar que la efectividad del discurso periodístico informativo no está en la persuaasióm (hacer creer) o en la manipulación (hacer creer), sino sencillamente en el hacer saber, em su próprio hacer comunicativo (1989, p.14).

Ao relatar um acontecimento, os media, além do acontecimento relatado, "produzem ao mesmo tempo o relato do acontecimento como um novo acontecimento que vem integrar o mundo" (TRAQUINA, 1995, p.31). Isso permite dizer que cada relato pretensamente objetivo e cada juízo factual comportam subjacente um ou mais juízos de valor, explicitados na maneira como os fatos devem ser constatados e expostos. Tratam-se, portanto, de estratégias de criação de uma realidade que provocam efeitos na vida prática e imaginária da sociedade. Afinal, é preciso levar em conta o trabalho de seleção, apresentação e instituição de uma forma do que se diz como maneiras de atribuição de significado às coisas pelo jornalismo, que fazem parte da (re)invenção cotidiana da história.

Para Traquina, são os meios de comunicação que determinam quais os acontecimentos com direito à existência pública e definem seu(s) significado(s), oferecendo interpretações de como compreendê-los. Ou seja, o poder da comunicação não reside apenas em declarar as coisas como sendo verdadeiras, mas fornecer as formas nas quais os discursos, personagens e situações aparecem. Isso implica o trabalho ativo "de selecionar e apresentar, de estruturar e dar forma: não apenas a transmissão de um significado já existente, mas o trabalho mais ativo de dar significado às coisas" (TRAQUINA, 1995, p.109).

Não se pode negar a interferência de determinadas forças sociais agindo em meio à construção das notícias; questões políticas, econômicas e culturais têm no jornalismo um suporte para suas leituras do real. No sentido inverso, também o jornal manifesta sua voz relacionando falas, fatos, opiniões e aspectos contextuais. Este caráter múltiplo dos discursos sociais – que se manifesta nos contextos de produção, circulação e consumo dos sentidos - pode ser tratado metaforicamente como um eco de vários pedaços de significação. É neste sentido que, para Alsina, "el acontecimiento periodístico es un eco. Un eco com diferentes voces. El sistema de comunicación institucionalizada es un solo mundo con voces múltiples" (1989, p.102).

Isso permite dizer que as notícias são representações sociais da realidade que se manifestam na construção de um mundo possível, um mundo

que existe nos e pelos meios informativos. O jornalista é, portanto, um construtor da realidade que leva em conta o mundo real e seu enquadramento em um mundo de referências escolhido, inserindo inevitavelmente elementos de valoração – que se potencializam quando lembramos que estamos estudando justamente um momento em que o fazer jornalístico ainda não apresentava um modelo de profissionalismo e a interferência do jornalista no relato dos fatos era explícita.

Assim, lançando diariamente um mundo possível à sociedade, o jornal exerce a tematização de acontecimentos considerados relevantes, seguindo mecanismos discursivos para a seleção de um tema e sua colocação em um espaço de "atenção pública". Mesmo que este processo implique a utilização de critérios subjetivos, a tematização e repercussão dos fatos pelo jornalismo acaba por atribuir à imprensa o papel de "tradutora" dos acontecimentos do social. O resultado desta aparência de neutralidade é a ideia de um jornalismo como sinônimo de verdade, praticamente incontestável...

Sobre a imprensa do Contestado, é possível verificar que os discursos jornalísticos, ao projetarem representações específicas, assumem, em determinados momentos, efeitos de verdade histórica. Afinal, a imprensa, enquanto parte constitutiva da história, registra, informa e constrói uma realidade pelo seu fazer cotidiano. A historicidade do texto em sua materialidade revela, por sua própria constituição, as marcas de uma época – pela forma como diz (no caso, o estilo jornalístico próximo à literatura, em que o gênero opinativo aparece frequentemente), pelo que representa enquanto objeto de uso social ou pela própria atuação no campo polêmico em que conflitam diversos posicionamentos, instituindo significados em um contexto determinado. Interessa-nos compreender, na reflexão sobre o efeito de verdade que um discurso é capaz de projetar, como e em que circunstância um determinado enunciado produz sentido.

Sabemos que a imprensa trabalha e cria consensos, opera com dados em um primeiro momento explícitos e que vão se tornando cada vez mais implícitos, figurando então como verdades ou pressupostos intocáveis. O discurso jornalístico, marcado por um tipo de relação com a verdade e a informação, está relacionado ao mesmo tempo com a ilusão referencial da linguagem e seu próprio processo histórico de constituição (MARIANI, 1998). Isto quer dizer que no discurso jornalístico, como tal, já se tem como parâmetro a própria instituição da imprensa agindo na produção das notícias.

Essas referências sobre o funcionamento dos textos jornalísticos e as relações de historicidade e discurso baseiam-se na ideia de que o jornalismo atua na ordem do cotidiano, pois além de agendar campos de assuntos sobre os quais os leitores podem e devem pensar, organiza direções de leitura para tais assuntos. E é essa discursivização do cotidiano que, enquanto ato socialmente simbólico, realça a interferência da prática narrativa da imprensa na vida dos indivíduos, para além das folhas do jornal.

Inserida como agente do processo histórico que configurou a Guerra do Contestado, mediando e produzindo discussões, polêmicas e conflitos de interesse, a imprensa paranaense tornou-se porta-voz e também mobilizadora das tensões que o próprio momento de transição política e econômica manifestava. Pela análise dos recursos e estratégias utilizados pelo jornal *Diário da Tarde* para dar visibilidade a determinados eventos (e, portanto, da ação social pelo discurso), a pesquisa procurou observar, sob diversos ângulos, a construção da imagem do conflito na/pela imprensa.

Trata-se, a partir da verificação sobre o modo particular de se fazer jornalismo no início do século, de observar como os jornais, no caso específico da Guerra do Contestado, pautaram, retrataram e construíram acontecimentos, articulando diferentes ângulos, versões e enquadramentos sobre os fatos. Desse modo, as questões de relevância histórica e social da época apresentam-se contidas nos elementos discursivos da imprensa, informando sobre as relações políticas, econômicas, religiosas e sociais em que os enunciados se inscreveram.

Tendo em vista os constantes jogos e disputas existentes no processo da comunicação, pretende-se analisar como se dá a produção de significados a partir da cobertura jornalística produzida pelo *Diário da Tarde* sobre os conflitos do Contestado. Indícios para se identificar os argumentos que configuraram o cenário social, político e cultural do período e, ainda, as vozes autorizadas a emitir opinião e agir discursivamente em meio às falas do jornal se organizam no transcorrer da pesquisa para esboçar a imagem do que foi o movimento político e messiânico do Contestado, ou o que se entendeu por ele.

Assim, tendo como paradigma a relação sempre conflituosa que se estabelece nos discursos e em seus efeitos de sentido, voltamo-nos para a observação do conteúdo das representações, das formas como ele é dito e de suas relações com o imaginário social. Nuances, conflitos de interesse, regularidades e rupturas figuram neste cenário como elementos funda-

mentais na construção da imagem deste importante episódio da história contemporânea.

Também o contraste entre os vários textos do *Diário da Tarde*, assim como os movimentos internos de sentido dos jornais, são investigados pelas alianças e contradições entre os discursos, na tentativa de descobrir as lógicas que regem tais construções dos acontecimentos. Observar o que foi dito, como foi dito, o que se deixou de dizer e, enfim, que lugar é construído por estas falas é a proposta deste estudo.

O questionamento sobre o que foi configurado pelos enunciados em um momento histórico dado permite observar o percurso da história como sequências dos atos de enunciar e produzir, impulsionados por falas diversas. A fala dos militares, marcada pelo discurso nacionalista, a dos políticos, pautada por interesses distintos em cada período do conflito, a dos sertanejos, que, direta ou indiretamente refletida nos jornais, configura um modo de ser ao movimento, a dos empresários, fundamentada pelo discurso do progresso e desenvolvimento, a dos religiosos, na constante tentativa de "domesticar" o povo... E também a fala da imprensa, que se constrói em meio às articulações com outras situações pelo seu fazer. Todas elas, ao estarem inseridas em um espaço determinado, agem sobre os acontecimentos, construindo a realidade; por este viés, a Guerra do Contestado pode ser entendida como efeito de sentido das diferentes falas e das transações que acontecem no contexto da sociedade.

Mas, que tipo de ação é essa? O que os discursos analisados dizem sobre a articulação fala/situação/contexto? Como se processa a construção do real na rede de significações que os enunciados põem em cena? Como observar o movimento de sentido na evolução dos episódios do Contestado? Em que medida os grupos e instituições projetam sentidos e se estabelecem em meio aos acontecimentos?

Perguntas como estas devem percorrer todo este trabalho de investigação e interpretação. Embora tenhamos presente a impossibilidade de respondê-las por completo, a pesquisa pretende levantar algumas reflexões sobre o processo de produção de sentido no caso específico da Guerra do Contestado, procurando compreender como os acontecimentos foram construídos e o papel da comunicação no processo de instituição de significados e de produção do real.

A relação da imprensa com as vozes que a constituem, por meio de acordos implícitos e explícitos que fazem que cada enunciado incorpore

sentidos latentes, é o que atribui ao jornal seu poder de asserção sobre o real. A questão-chave trabalhada na pesquisa é o modo como se articulam, movimentam e sobrepõem os discursos produzidos por agentes específicos em situações determinadas no espaço simbólico dos jornais.

É importante destacar que este conjunto de preocupações não é a promessa de um roteiro a ser cumprido: apenas relacionamos algumas referências que nos pareceram pertinentes para pensar a comunicação no caso de imprensa da Guerra do Contestado, de modo a reunir problemáticas comuns aos textos jornalísticos. Desse modo, o percurso aqui traçado se justifica pela construção de um olhar que, aceitando a singularidade de cada texto, permite compreender determinadas relações e entrelaçamentos nem sempre visíveis entre o simbólico e o real, o jornalismo e a história, os modos de dizer e as interferências internas e externas ao discurso. Trata-se de um amplo cenário de preocupações e intenções que vai se delineando na medida em que as escolhas temáticas da pesquisa pedem um tipo específico de abordagem e tratamento comunicacional, que é enfatizado pontual e gradativamente no transcorrer do processo de investigação.

O que estabelece um elo entre os textos que serão na sequência analisados é o deciframento de determinadas maneiras de produzir sentidos e a percepção, já bastante mencionada, do jornal como um jeito de "fazer história". Assim, percorrendo regularidades, movimentos e nuances de representação produzidas pelo jornalismo, procura-se aqui contribuir para a reflexão sobre o papel do jornal na construção da história.

Recortes do tempo na escrita do jornal

História e cotidiano no universo jornalístico da capital paranaense

"O fato ainda não acabou de acontecer e já a mão nervosa do repórter o transforma em notícia. O marido está matando a mulher. A mulher ensanguentada grita. Ladrões arrombam o cofre. A polícia dissolve o meeting. A pena escreve."
(Carlos Drummond de Andrade)

> "As páginas de um jornal morrem no mesmo dia em que nascem. E, no entanto, renascem no mesmo momento em que morrem. A cada volta que o mundo dá, o jornal cumpre o seu ciclo de vida. E leva a todos os seus leitores todas as informações que eles precisam para entender as voltas do mundo em toda a sua dimensão e grandeza. Esta é a história diária de um jornal. [...] As páginas de um jornal são páginas de história. E não morrem jamais". (ANDRADE, 1985).

A observação de Moacyr Andrade sobre o caráter aparentemente efêmero do jornal – presente no artigo "As páginas de um jornal podem ir para o lixo ou entrar para a história" – ilustra a importância do trabalho com as notícias enquanto registro dos acontecimentos de uma época e construção da própria historicidade por meio do dizer.

A partir de uma perspectiva que entende a imprensa como prática social e instrumento de constituição de modos de viver e pensar, procura-se analisar as principais características (em se tratando tanto de forma quanto de conteúdo) do jornal *Diário da Tarde* nos primeiros anos do século XX, a fim de compreender o espaço construído pelo jornalismo para "dizer" a realidade em meio aos acontecimentos da Guerra do Contestado.

Sabe-se que a leitura de um jornal desgastado pelo tempo é capaz de revelar uma série de características de um contexto mais amplo sobre o qual este mesmo jornal atua. Portanto, apontando para uma via de mão dupla, pretende-se neste capítulo esboçar, a partir da análise dos processos

midiáticos da Guerra do Contestado, possíveis "intromissões" da imprensa na sociedade curitibana e também do povo nas páginas dos jornais, tendo em vista o diálogo entre história e sociedade no jornalismo paranaense.

Para estabelecer esta relação, torna-se necessário recuperar historicamente o papel do jornalismo na sociedade brasileira, lançando mão de referências pontuais sobre o modo como se fez jornalismo nesta época e a importância da imprensa enquanto único meio de informação e transmissão de ideias e valores. Afinal, o período que envolve a Guerra do Contestado é igualmente um momento representativo também para a história do jornal no Brasil. A passagem do século XIX – que vivenciou grandes transformações como a abolição da escravidão, a proclamação da República, a ampliação acelerada do mercado interno e a imigração em massa, só para listar os momentos mais expressivos – para o século XX corresponde ao período de formação da imprensa nacional, isto é, da transformação de jornais que passavam de experiências isoladas e aventuras passageiras a grandes e estáveis empresas. A imprensa periódica, nesse contexto, ao construir espaços urbanos e participar de múltiplas disputas sociais, pode ser pensada enquanto experiência cultural, espaço de ideias e ações que se insere e se articula no cotidiano dos brasileiros.

De maneira mais ou menos acelerada, as cidades passam a sentir as transformações nos espaços urbanos e a efervescência de ideias e hábitos culturais. A imprensa, ao servir de mediadora e impulsionadora destas mudanças, torna-se uma dimensão importante da experiência social, um espaço privilegiado para compreender o modo de viver e conviver em sociedade.

Ao levar em conta este contexto histórico e social representativo para a imprensa e a sociedade da época, entende-se que, para elaborar uma análise dos discursos midiáticos pelo que eles significam em sua singularidade, torna-se oportuno mapear algumas características comuns à imprensa neste mesmo período, assim como o modo de se fazer jornalismo em meio às transformações sociais emergentes. Situar os jornais em um momento específico da imprensa brasileira oferece então algumas pistas sobre os procedimentos e tendências dos quais os jornais se utilizam para interagir com seu público. A possibilidade de encontrar regularidades e especificidades do jornal *Diário da Tarde* em relação a periódicos de algumas capitais brasileiras justifica, assim, a necessidade de um recorte da história da imprensa no Brasil capaz de orientar observações gerais sobre o jornalismo da época.

Pela investigação de algumas marcas presentes na folha de maior circulação do Paraná, busca-se perceber a presença do jornalismo na vida social e os traços de sociabilidade que ultrapassam os limites do papel. Trata-se de lançar o olhar sobre palavras e textos (muitas vezes de difícil compreensão aos olhos de leitores do século XXI), na tentativa de extrair do papel expressivos pedaços de significação que constituem o universo social da capital paranaense.

Forma e fazer jornalístico: a imprensa brasileira no início do século XX

As relações entre jornalismo e realidade oscilam e se complementam sempre, trazendo visível a marca da história. Por intermédio da observação destas relações pode-se remontar alguns dos momentos da imprensa no período estudado, a fim de perceber o papel do jornalismo no contexto das transformações cotidianas da realidade.

Neste sentido, torna-se indispensável resgatar algumas referências que permitem compreender o fazer jornalístico no início do século XX, para que se possa traçar as principais características desta prática na configuração dos acontecimentos e, consequentemente, projetá-las na identificação dos processos midiáticos no caso da imprensa do Contestado.

Para melhor compreender as formas de ser e de dizer da imprensa paranaense, assim como sua representatividade no período estudado, é importante ter presente um cenário mais amplo da prática jornalística realizada no Brasil no início do século XX, quando o país vivencia o crescimento demográfico e o processo de urbanização das cidades. Não por acaso, a imprensa se insere no cotidiano da sociedade e participa ativamente dos acontecimentos que marcaram a história contemporânea.

Interessa-nos, portanto, levantar algumas referências sobre este importante momento da imprensa em transição, identificando possíveis marcas deste fazer jornalístico nas páginas do *Diário da Tarde* e percebendo em que medida a imprensa traduzia tendências, tensões e formas de sociabilidade no referido período.

É sempre difícil traçar limites cronológicos para a caracterização das etapas evolutivas de uma instituição qualquer. Mais ainda para a imprensa, que jamais teve uma evolução sincronizada e sistêmica... Basta

lembrar do considerável atraso para a implantação da imprensa brasileira: três séculos depois da instalação da tipografia na América espanhola e dois séculos após o surgimento na América inglesa é que o Brasil ingressaria no período histórico da "galáxia de Gutenberg". E também cabe lembrar a lentidão da imprensa em termos de desenvolvimento e expansão pelo território nacional.[1]

Mesmo considerando os diferentes ritmos de desenvolvimento do jornalismo no território nacional – e sendo o Paraná ironicamente o último estado a registrar a presença da tipografia, em 1854 –, serão utilizadas para esta recuperação histórica obras que registram e discutem as etapas evolutivas do jornalismo, mais especificamente no que se refere ao momento de passagem da imprensa "artesanal" para o modo "industrial" de se fazer jornalismo.[2]

De um modo geral, os historiadores e pesquisadores da comunicação mencionam que, até meados do século XIX, a imprensa, tanto a oficial ou oficiosa como a de oposição, caracteriza-se por um grande envolvimento com as disputas políticas, atuando como uma espécie de tribuna de luta contra ou a favor das diversas causas que empolgam o país.[3] Os jornais, ainda que não descartassem o interesse em vendas e anúncios, eram feitos basicamente para veicular uma determinada mensagem (variável segundo cada jornal, obviamente), que podia ser de interesse pessoal, político ou literário do próprio jornalista ou de algum grupo que ele representasse. Conforme analisa Gisela Taschner, em estudo sobre o grupo *Folhas*,

---

1. Segundo José Marques de Melo, os motivos para a dificuldade de consolidação da imprensa brasileira devem-se, sobretudo, a uma série de fatores socioculturais como o analfabetismo, a censura, a ausência de urbanização, a precariedade da burocracia estatal e a insipiência das atividades comerciais e industriais.
2. Esta caracterização é utilizada por Nelson Werneck Sodré ao se referir à assimilação do caráter mercantil da informação, que contamina a imprensa nas primeiras décadas do século XX.
3. Em relação às características marcadamente políticas da imprensa até o final do século XIX, Gisela Taschner destaca o caráter combativo: "De estilo panfletário, com periodicidade inconstante, jornais feitos por poucos redatores, muitas vezes por um único, têm nos pasquins e panfletos os seus exemplos mais extremos: estes últimos, muitas vezes, não passavam do primeiro número. Os panfletos eram assinados, os pasquins não. Cada número era voltado para um único tema, não tinham uma organização empresarial e usavam linguagem extremamente virulenta" (TASCHNER, 1992, p.28).

> São muito frequentes, nos estudos sobre a imprensa, as referências ao jornalista "antigo", que escreve "com paixão", "porque gosta", ao seu caráter "não-profissional", "não-burocrático", à sua "vida boêmia". Mas a lógica que preside a elaboração da mensagem pode ser também a lógica política: defender ou atacar determinada causa ou elemento do sistema de poder ou o próprio sistema de poder. (1992, p.29)

Esta lógica pautada no posicionamento político confere ao jornalismo praticado até o final do século XIX um caráter de parcialidade e comprometimento; não concretamente com a informação, mas com as alianças polarizadas nas correntes liberal e conservadora que agiam na imprensa. Segundo Francisco Rüdiger, "o regime jornalístico dominante, que não pode ser compreendido fora das relações sociais vigentes, seguia as regras e finalidades ditadas pela racionalidade política" (1993, p.45).

As transformações políticas e econômicas que se operam no final do século – cujos indicadores mais significativos são a libertação dos escravos e a substituição da monarquia pelo regime republicano – trazem novas configurações à sociedade brasileira. E também à imprensa, que deixa de ser um canal de comunicação utilizado exclusivamente pela classe dominante e passa a servir de instrumento para manifestação dos interesses e disputas das classes trabalhadoras. Isso vai coincidir com o nascimento das primeiras empresas jornalísticas que, a exemplo das experiências europeias e estadunidenses, "mantêm jornais como fonte não apenas de poder político, mas também de lucro" (MELO, 1985, p.123).

A partir de fins do século XIX, algumas mudanças se fizeram sentir na imprensa. Não apenas em se tratando do desenvolvimento das técnicas de produção, com a utilização da litografia e da gravura, como também na lógica de mercado que passou a reger a atividade jornalística. As inovações tecnológicas – utilização de máquinas rotativas, linotipos e surgimento das bobinas de papel – também influíram sobre as características dos jornais, que evoluíram para o formato *standard* e puderam ampliar suas tiragens, aproximando-se do modo de produção "industrial". De outro lado, os jornais, ao assumirem contornos mais empresariais, dão início a modificações no processo do trabalho e no próprio estilo, adotando o jornalismo literário noticioso (que teve seu apogeu entre os anos de 1890 a 1920) e especializando-se na difusão de notícias e discussão de assuntos de atualidade, desvinculando-se gradualmente do comprometimento doutrinário.

Embora com algumas variações de datas, pode-se observar na história de muitos países uma ligação imediata e muito nítida entre o desenvolvimento do jornalismo e a preparação ou eclosão da revolução burguesa; o modo de produção capitalista, no momento em que se consolida, exige também uma nova organização política da vida social. Na análise de Vladimir Hudec, "foi precisamente o jornalismo que, refletindo e influenciando toda a vida das nações, se tornou um instrumento indispensável de apoio dos processos revolucionários que tinham um crescente impacto diário sobre as massas" (1980, p.22). A partir deste enfoque, pode-se estabelecer a relação entre a imprensa e as transformações econômicas e políticas que foram consolidadas com a penetração de novas concepções de vida no ambiente social.

Assim, acompanhando o processo de modernização e as transformações em curso na sociedade, o jornalismo vivencia a substituição da pregnância do campo político pela análise dos movimentos de mercado. Mas, conforme observa Rüdiger, isso não quer dizer que a imprensa deixou de ser política; "apenas que a nova empresa jornalística não expõe seu nome" (1993, p.63). A imprensa torna-se, a partir de sua expansão e desenvolvimento, um importante campo de produção e difusão de ideias, hábitos e comportamentos da vida urbana, figurando como mediadora e impulsionadora de acontecimentos da vida pública.

Sabe-se, inicialmente, que essa imprensa pautava-se essencialmente nos telegramas oficiais (reproduzidos na íntegra) e em uma forma romanceada de se fazer jornalismo, verificada pelo uso abusivo de adjetivos para reforçar um determinado ponto de vista e por narrativas e retóricas próximas ao discurso literário (como crônicas e artigos). Foi a partir da década 1880 que, dentro deste "padrão" jornalístico, ocorreu a proliferação de jornais, com o crescimento de assinaturas e de anúncios; neste período, intensificaram-se os órgãos de imprensa e de resistência, partindo da necessidade de "fazer a opinião" nas páginas dos periódicos. O historiador Nelson Weneck Sodré assim descreve o papel da imprensa nesta época: "Questões e reformas refletiam-se na imprensa, naturalmente, e esta ampliava a sua influência, ganhava nova fisionomia, progredia tecnicamente, generalizava seus efeitos – espelhava o quadro que o país apresentava." (1999, p.223)

Nos fins do século XIX, um importante marco para o desenvolvimento da imprensa é registrado: "a imprensa artesanal estava sendo substituída pela imprensa industrial; a imprensa aproxima-se, pouco a pouco,

dos padrões e das características peculiares a uma sociedade burguesa" (SODRÉ, 1999, p.261). Passou-se, então, a caracterizar o jornalismo como empresa, da pequena à grande, e a compra da opinião, segundo o historiador, tornou-se parte da rotina dos jornais.

A imprensa, no início do século, havia conquistado seu lugar, definido sua função, provocado a divisão do trabalho em seu setor específico, atraído capitais. Significava muito, por si mesma, e refletia as alterações que estavam mais ou menos definidas nos primeiros anos do século XX.[4]

Vale ressaltar que ao mesmo tempo em que o jornalismo se configura como o espaço público das ideias, a crítica de alguns intelectuais se manifesta: o jornal passava a operar como um reforço ao esquema de corrupção do regime. A projeção de pessoas, ideias, opiniões e obras dependia em boa medida das campanhas jornalísticas financiadas.

> Único meio de comunicação social de ampla penetração no período, quem quer que, pela posição, relação ou recursos, tivesse condições de influir sobre uma ou um conjunto de redações, teria plena projeção pública, recebendo dividendos na forma de mercados, solicitações, notoriedade, respeitabilidade, convites, promoções; o que aumentaria ainda mais sua publicidade numa roda-viva em crescimento permanente. (SEVCENKO, 1983, p.173).

Sobre este momento de transição na forma e na feitura jornalística, Luiz Garcia, no artigo "Era uma vez...", observa que "foi preciso esperar pelo século XX para que nascesse o jornal/empresa – politicamente mais ativo, mas já trabalhando a informação como mercadoria a ser vendida pelo seu valor intrínseco, e não pelo serviço que representasse para quem a veiculava" (RITO, 1989, p.31). O próprio movimento de expansão da imprensa periódica, acompanhando o processo de formação e transformação do espaço urbano, torna visível a participação da sociedade nas páginas dos jornais, que passam a servir como focos fundamentais de formulação,

---

4. Sobre as principais mudanças da imprensa em seu caráter empresarial, Werneck Sodré assinala: "Os pequenos jornais, de estrutura simples, as folhas tipográficas, cedem lugar às empresas jornalísticas, com estrutura específica, dotadas de equipamento gráfico necessário ao exercício de sua função. Se é assim afetado o plano da produção, o da circulação também o é, alterando-se as relações do jornal com o anunciante, com a política, com os leitores." (1999, p.275)

discussão e articulação de concepções, processos e práticas culturais e difusão de projetos e produtos.

Ao demarcar seu papel e sua atuação, a imprensa “empresarial” se consolida nas primeiras décadas do século mantendo estreitas relações com a publicidade, caminhando então para um novo tempo, em que seria, nas palavras de Sodré, “muito mais fácil comprar um jornal do que fundar um jornal: e ainda mais prático comprar a opinião do jornal do que comprar o jornal” (1999, p.315). Em relação à dependência da propaganda como via de sustentação da imprensa, Heloisa de Faria Cruz assinala:

> Com a virada do século, a propaganda deixa progressivamente o espaço exclusivo das publicações comerciais e articula-se à imprensa periódica de uma forma mais ampla. O sucesso de um periódico, sua manutenção como uma publicação competitiva e estável, passa a depender cada vez mais de sua capacidade de atrair recursos via propaganda. Anúncios e reclames passam a constituir parte característica e importante de um periódico de sucesso. Através da propaganda, a cidade-mercado penetra na imprensa periódica, denotando a crescente fruição de bens e serviços no espaço urbano. (2000, p.156)

Esta nova constituição empresarial, além de alterar a relação da imprensa com seu público leitor e sua atuação na sociedade, demarca também características peculiares ao modo de dizer dos jornalistas. A imprensa, ao consolidar seu predomínio sobre a produção literária, institui novas temáticas e formas de escrita, que emergem da proximidade do periodismo à produção ficcional. Os literatos vivenciam de forma tensa e contraditória as novas condições de profissionalização e produção cultural.

Trata-se, assim, de uma época caracterizada por uma enorme liberdade de criação literária, mas com relativo espaço para impulsos políticos. Contudo, a contestação de questões religiosas, abolicionistas, eleitorais, monarquistas *versus* republicanas e de mudança institucional, retratada nos mais diversos jornais, configurou um perfil singular à atividade da imprensa nos anos seguintes.

Dados e textos recuperados no estudo de Sevcenko possibilitam apreender algumas pistas sobre a estrutura social da nação na virada do século XX: o número de analfabetos no Brasil, segundo estatística oficial, era, em uma população de 14.333.915 habitantes, de 12.213.356, isto é,

sabiam ler apenas 16 ou 17 em 100 brasileiros. Entre os países presumidos de civilizados, difícil seria encontrar tão alta proporção de iletrados, o que permite concluir que o que se produzia era "uma literatura de poucos, interessada a poucos" (SEVCENKO, 1983, p. 88). Daí o descontentamento de alguns intelectuais, como Rui Barbosa, quando avaliavam que o público brasileiro sofria de "dispepsia literária".

O analfabetismo quase total da população brasileira neste momento histórico impedia o desenvolvimento de um amplo mercado editorial. Os intelectuais viram-se, em consequência deste cenário, compulsoriamente arrastados para o jornalismo, o funcionalismo ou a política.

Em contrapartida, o desenvolvimento do jornalismo neste período representa o fenômeno mais marcante na área da cultura, com repercussões sobre o comportamento da sociedade. Trata-se da "idade de ouro da imprensa": o mercado em expansão constante, a adoção de novas técnicas de impressão e edição, que permitiam o barateamento da imprensa, além do acabamento mais apurado e o tratamento literário e simples da matéria intensificaram o consumo de produtos culturais pelo público alfabetizado. "Esse novo jornalismo, de par com as revistas mundanas, intensamente ilustradas e que são o seu produto mais refinado, tornam-se mesmo a coqueluche da nova burguesia urbana, significando o seu consumo, sob todas as formas, um sinal de bom tom sob a atmosfera da Regeneração" (SEVCENKO, 1983, p.99), explica o autor, mencionando a formação de uma opinião pública urbana orientada pelos homens de letras que preenchiam as redações.

Para Cruz, trata-se do momento em que predominam as marcas do universo da República bacharelesca e pré-modernista: "o processo de absorção e contaminação do tom sisudo e empolado, moldado no parnasianismo, típico da linguagem acadêmica, é experimentado por diferentes publicações do período" (CRUZ, 2000, p.172).

Como literatura e imprensa se confundiam, daí as repercussões no periodismo dos jornais; a imprensa vivia tanto da literatura como esta vivia da imprensa, conforme descreve Sodré:

> O noticiário era regido de forma difícil, empolada. O jornalismo feito ainda pelos literatos é confundido com literatura. As chamadas informações sociais – aniversários, casamentos, festas – aparecem em linguagem 'melosa' e misturam-se com as correspondências e crônicas de namorados, doestos e desafetos pessoais. (SODRÉ, 1999, p.283).

Em seu livro-ensaio *O Mez da Grippe*, o escritor Valêncio Xavier, ao resgatar nos jornais paranaenses a construção da gripe espanhola em 1918, revela algumas características de um estilo jornalístico contaminado pela literatura, em que se privilegiava a descrição pormenorizada dos fatos, como em uma novela.[5] Apropriando-se dessa linguagem, os jornais eram carregados de textos longos em suas quatro páginas, em poucos casos explorando as ilustrações, charges e caricaturas. E havia uma multiplicidade de segmentos sociais que dispunham de seus órgãos de imprensa, embora, de modo geral, competissem com os grandes jornais-empresas quanto à escassez de equipamentos e de material. A imprensa operária, que surge e se desenvolve no início do século, é exemplo disso. Seguindo uma linguagem combativa, encontra um espaço para manifestar as mais diversas opiniões no "fazer jornalístico", muitas vezes utilizando-se da ironia como uma característica linguística.

Nicolau Sevcenko, ao resgatar a literatura no período republicano, observa que a nova grande força que absorveu quase toda a atividade intelectual do início da República foi sem dúvida o jornalismo. Crescendo emparelhado com o processo de mercantilização na cidade, o jornalismo invadiu impassível territórios até então intocados e zelosamente defendidos. Os jornalistas – retratados pelo pesquisador como ditadores das novas modas e dos novos hábitos – chegavam a desafiar e a vencer a própria Igreja na disputa pelo "controle das consciências".

> Nada embaraçava a expansão vitoriosa do jornalismo, de fato; muito menos os pudores das consciências mais escrupulosas. Sua força e sua ação, quer sobre as classes conservadoras, quer sobre a massa de caixeiros, aventureiros e funcionários de toda espécie, é uma evidência indiscutível. Suas campanhas contra os velhos hábitos e pela implantação de novos costumes, a criação de um clima geral de euforia e otimismo da Regeneração e do smartismo são talvez a primeira manifestação de um fenômeno de manipulação de consciências em massa no Brasil. (SEVCENKO, 1983, p.101).

5. O seguinte texto, publicado pelo jornal *Commercio do Paraná* em 22 de outubro de 1918, ilustra as marcas enunciativas deste "dizer" jornalístico: "Quando o povo se achava agglomerado em frente ao botequim, chegou ali Maria Esteves, noiva do assassinado, que pedia para ver o cadáver do seu noivo: pedido a que os guardas depois de muita relutância resolveram acceder. A infeliz noiva, a ver o cadáver do jovem amado, cahiu debulhada em lágrimas, lamentando a sua triste sorte." (XAVIER, 1998, p.16)

Ilustrativo deste tipo de reflexão sobre o jornalismo praticado pelos intelectuais e literatos transparece na obra de Lima Barreto, "República de Bruzundanga" – uma espécie de "Os Sertões" às avessas, em que o autor apresenta a opressão burguesa e oligárquica – quando percebe criticamente o papel do jornal na produção das ideias, das opiniões e da cultura: "Quem não aparece no jornal não aparecerá nem no livro, nem no palco, nem em parte alguma – morrerá. É uma ditadura". (SEVCENKO, 1983, p.244).

Essa "grande imprensa", que se insere e se desenvolve no cotidiano da sociedade nas primeiras décadas do século XX, passa a ser vista por determinados segmentos sociais como um meio para a "domesticação" da opinião segundo interesses políticos ou empresariais. Nas palavras de Honoré de Balzac, em *As ilusões perdidas*:

> Em vez de ser um sacerdócio, (*a imprensa*) tornou-se um meio para os partidos e de um meio passou a ser um negócio. Não tem fé nem lei. Todo jornal é uma loja onde se vendem ao público palavras da cor que deseja... Um jornal não é feito para esclarecer, mas para lisonjear as opiniões... (BALZAC, 1978, p.175).

À parte estas críticas ao modo como se conduziam as tendências deste jornalismo em transição e suas implicações, é inegável constatar que as mudanças experienciadas pela imprensa no referido período marcam um momento específico da história do Brasil em que a sociedade e o periodismo passaram a manter vínculos de reciprocidade mais definidos, uma vez que o jornal traduz e participa do movimento de transformação da sociedade e, da mesma maneira, permite "intromissões" do povo em suas páginas.

Interessa-nos, a partir de algumas referências pontuais sobre esse modo de fazer jornalismo característico das primeiras décadas do século XX, compreender a escrita como espaço em permanente tensão e cooperação com o estado político, a organização social e o nível cultural dos brasileiros, servindo como campo de (re)constituição das relações e dinâmicas que regem o movimento da sociedade.

Imprensa e cotidiano paranaense em (trans)formação

O presente texto convida a um mergulho no tempo pelas páginas de jornais antigos. O cenário? O ambiente da imprensa que se desenvolveu na capital paranaense nas primeiras décadas do século XX. O foco de interesse? Descobrir como os diversos setores da sociedade produzem, traduzem e alteram a realidade por meio do trabalho com as notícias. O caminho? O próprio jornal, entendendo-o como agente dos acontecimentos e dos processos de transformação por ele noticiados.

No entanto, para compreender e decifrar algumas marcas do jornalismo paranaense pela leitura do *Diário da Tarde*, torna-se necessário situar historicamente o desenvolvimento da imprensa paranaense e a presença do referido jornal no contexto social do período referente à Guerra do Contestado. Sendo o Paraná o último estado brasileiro a contar com o surgimento da imprensa[6] – tendo como registro deste marco a implantação da "Typographia Paranaense" em Curitiba, de onde saía, em 1º de abril de 1854, o primeiro número do jornal *O Dezenove de Dezembro*, que circulava aos sábados – somente em 1884 foi possível conhecer a primeira folha diária (o próprio jornal *O Dezenove de Dezembro*). A partir desta data registra-se na história da imprensa paranaense a proliferação de jornais de diferentes grupos e estilos, como os de imigrantes, clubes, folhas noticiosas, literárias e esportivas.

Pode-se dizer que o jornal *Diário da Tarde* – o mais antigo do Estado – acompanhou e participou de maneira significativa dos principais acontecimentos da história do Paraná desde seu surgimento, em 18 de março de 1889.[7] Mais do que isso, o jornal representou um importante veículo de informação e transmissão da cultura, sociabilidade e trajetória política da capital paranaense, servindo como porta-voz de tendências, tensões e posicionamentos da sociedade em momentos distintos da vida pública.

---

6. Registros históricos revelam que a instalação da tipografia no Paraná acontece em decorrência da criação da Província: "Ao inaugurar o governo provincial, a 19 de dezembro de 1853, Zacarias de Góis de Vasconcelos inclui entre as suas primeiras providências a criação de uma impressora, a fim de atender às necessidades da administração, relativamente à publicação dos atos oficiais. Ao deslocar-se para a nova província, Vasconcelos convidara Cândido Martins Lopes para montar aqui a sua oficina tipográfica, até então instalada em Niterói." (PILOTTO, 1976, p.07).
7. Ainda em 1899 são registrados mais nove periódicos, destacando-se "Esphinge", de Dario Vellozo, "Revista Literária", "Tribuna do Paraná" (de ataque ao governo) e "Oito de Dezembro" (órgão da Associação Curitibana de Empregados no Comércio).

Osvaldo Pilotto reproduz o objetivo do fundador do *Diário da Tarde*, Estácio Correia, ao fazer circular um jornal "em virtude da necessidade que sente o nosso Estado de uma folha que seja, entre as lutas partidárias, um elemento ponderativo." Mas, com sua "ponderação" – complementa o historiador – esbarrou muitas vezes no desagrado de muitos que foram alvos de seus ataques, em circunstâncias várias. Para se ter uma ideia do perfil inicial do jornal e do interesse em torná-lo acessível às camadas populares, a crônica redigida por Euclides Bandeira é bastante expressiva:

> Teve o seu ilustre fundador, o saudoso dr. Estácio Correia, a visão perfeita do panorama social: preparou-se para a rude batalha de abater o consuetudinário sistema (queria referir-se à distribuição de jornais somente a anunciantes) e, por outros caminhos, introduzir o jornal nos hábitos populares. O que se fazia mister, antes de tudo, era atrair a atenção pública. Estácio apelou para estratagema inocente, mas por fim inócuo: encheu a cidade de fantasmas, de preferência no alto de São Francisco e atrás do cemitério. Notícias impressionadoras de aparições terrificantes. A imaginação, em delírio, de Poe e Hofmann perpassava nas 4 páginas. O artifício deu ponto. O dr. Estácio Correia, porém, cometeu grave erro de psicologia: não procurou, concomitantemente, interessar o leitor assim desperto, em outros assuntos; sobreveio o fastio pelos lobisomens e a folha entrou em franco declínio, sendo o seu proprietário constrangido a transá-la. Contudo, aproxima-se o naufrágio... Quis, porém, o destino, a periclitante galera fosse ocupada por decidida equipe, valoroso contingente de uma das mais rútilas gerações literárias. Cheia de ardor e de novidades. (PILOTTO, 1976, p.31).

Segundo Osvaldo Pilotto, o autor da crônica refere-se especificamente a uma das seções – "Vitrina do Diabo", "chistosa, esfusiante e mordaz" – que mais tarde passou a difundir diversas temáticas da vida social: "debates impávidos em torno de atos e fatos administrativos, questões políticas, econômicas e religiosas, letras, artes, ciências (...); em vez de fantasmas, a transcrição da realidade" (PILOTTO, 1976, p.31). Informa, ainda, a propósito, a instituição de "reportagens sensacionais, porém verídicas, ficando célebre o 'furo' dos 'banhos de toalha', cruéis surras de espada, sob muito sigilo, nos presidiários."

Com um estilo popular, manifestando os problemas e as conquistas da capital paranaense e traduzindo seu processo de desenvolvimento

urbano, o jornal consolida-se como a folha de maior circulação no Paraná. Mesmo passando por mudanças de diretoria e, consequentemente, linha editorial[8] (uma característica comum ao jornalismo da época), o reconhecimento do jornal junto ao público transparece nos espaços dedicados às correspondências e na própria cobertura dos acontecimentos, em que o jornal anuncia "estar sempre junto ao povo, refletindo o seu sentir, nos momentos de prazer como nos dias de luto e sofrimento" (06/10/1913).

Em relação aos demais jornais existentes na época, o *Diário da Tarde* figura como o mais avançado tecnicamente, assim como o que mantém maior adesão e reconhecimento do público leitor. O próprio jornal, ao divulgar as qualidades de sua produção, aponta também alguns aspectos da formação e da organização da imprensa paranaense e das perspectivas da imprensa curitibana na década de 1910:

> Na correspondência anterior falamos da imprensa diária como calão por onde se mediria com acerto a intelectualidade do povo. De fato, a imprensa de Curitiba não desmente o nosso asserto. Entre os jornais matutinos publicam-se "A República", órgão oficial do Estado, amenizadas as publicações oficiais pela colaboração constante de um corpo de redação literário e recreativo; o "Comércio do Paraná", folha independente, noticiosa e variada, com excelente serviço telegráfico interno e do exterior com uma feição caracteristicamente moderna. Os vespertinos são o "Diário da Tarde", jornal moderno, bem feito, noticioso, redigido com elevado critério, variado e que a gente lê com prazer e fica satisfeito de ter bem empregado os 100 réis de seu custo. O serviço telegráfico nada deixa a desejar; é completo e variado; os assuntos tratados que requerem a emissão de conceitos são feitos com elevação de análise, sem paixões e a sua redação conhece o cumprimento do dever da imprensa no guiar o juízo político, o faz de modo a calar no espírito a verdade e a justeza dos seus comentários. Foram momentos felizes aqueles que passamos na redação do "Diário da Tarde", em visita a seus redatores.

8. Entre os proprietários do *Diário da Tarde* tem-se registro de Estácio Correia, Euclides Bandeira, Raul Rodrigues Gomes, Generoso Borges, Jayme Ballão, Ulysses Vieira, Oliveira e Plácido e Silva – embora outros diretores, grupos e associações também tenham percorrido a história do jornal –, até que na década 1950 assume a direção Francisco Cunha Pereira Filho, do grupo Gazeta do Povo.

Por último vem "A Noite", redigida por Caio Machado, jornal pouco noticioso, mas prenhe de estudos literários e pesquisas locais de colaboração assinada. Se outro valor a imprensa diária de Curitiba que esse que viemos de notar, bastava o de não ser partidária para demonstrar o alto caráter desses rapazes, seus redatores, para bem merecer do favor público, que não lhe falta (04/12/1912).

Não faltam argumentos e referências que procuram evidenciar o desenvolvimento da imprensa paranaense e as características de um jornalismo "profissionalizado", sem vínculos partidários e comprometida com a verdade dos fatos. Além dos constantes textos sobre a atividade jornalística e a adoção de discussões sobre o progresso e a vida cultural da cidade, procura-se outras formas discursivas para dar visibilidade a esta questão, como sugere a entrevista com Amadeu do Amaral, redator de "O Estado de São Paulo", em visita a Curitiba. Sob o título "Impressões do Paraná", o jornalista do *Diário da Tarde* obtém a seguinte resposta referente ao questionamento sobre o meio intelectual e a imprensa no Estado:

> Eu já conheço, há muito, o meio intelectual do Paraná (isto é, os belletristas), que me interessa pela sua operosidade e pela sua feição própria, inconfundível. Os nomes de Emiliano Pernetta, Silveira Netto, Dario Velloso, Sebastião Paraná, Romario Martins, Jayme Ballão, Seraphim França, Júlio Pernetta e outros, já eu os trazia de cor há vários anos, da leitura das revistas, jornais e livros aqui publicados. Surpreende um pouco a vitalidade e o valor dessa legião, relativamente numerosa... Os jornais do Paraná, já tenho tido ocasião de dizer, fazem honra a si e ao meio, com os recursos que há. Outras capitais mais antigas não podem gabar-se de possuir uma imprensa moderna e esclarecida como a de Curitiba. (10/11/1913)

Neste quadro da imprensa em fase de expansão e desenvolvimento (das técnicas de fazer e de dizer o jornalismo), o *Diário da Tarde* assume representativo destaque, investindo em correspondentes de diversas cidades e noticiando os problemas e conquistas de diferentes regiões do Estado. Pode-se dizer, baseando-se na representatividade do jornal na época, que as relações entre a imprensa e a sociedade paranaense vão se acentuando de tal forma que, em determinados momentos, o jornal define-se como mediador dos interesses do povo e dos poderes que orientam os rumos dos acontecimentos.

Igualmente interessante é analisar como a história da imprensa é contada e tematizada pelo próprio jornal, seja pela divulgação da aquisição de novas máquinas, seja pelas entradas e saídas de jornalistas, servindo como instrumento de registro e atuação sobre o percurso histórico da imprensa paranaense. Ilustrativos desta questão são os textos sobre a mudança de propriedade do jornal e do desenvolvimento técnico que se operam nos periódicos da época; nesta perspectiva, o *Diário da Tarde,* em setembro de 1912, sob a propriedade de Jayme Ballão, anuncia a mudança de 4 para 8 páginas, sendo o primeiro do Estado a fazer a tiragem com este número. Acontece, neste momento, uma verdadeira reformulação do jornal, com a implantação e ampliação de agências urbanas e suburbanas nos principais bairros da cidade e agentes no interior e no litoral.[9] O jornal noticia com otimismo este marco para a imprensa paranaense:

> Esta folha inicia, hoje, a sua publicação com oito páginas, diariamente. É, pois, o *Diário da Tarde* o primeiro jornal, no Estado, que faz a sua tiragem com tal número de páginas. Era essa uma necessidade nossa e do público. Nossa, porque não podíamos atender, convenientemente, ao numeroso serviço de anúncios com que somos favorecidos, bem como a outras publicações; do público, porque não nos era dado, com quatro páginas apenas, satisfazermos os contratos de publicações ineditoriais nem desenvolver a parte noticiosa. Era assim uma grande aspiração nossa tirar o *Diário da Tarde* com oito páginas. Estes últimos dias, devido às experiências de nossas máquinas, lutamos com algumas dificuldades, que pudemos vencer, felizmente, não deixando de dar o *Diário* um dia sequer, apesar de estarem nossas oficinas em completa reorganização.
>
> Fizemos agora aquisição de mais uma esplêndida máquina linotipo – Mergenthaler – sistema americano, de maneira que, com as outras máquinas de composição que já possuímos, encontramo-nos aparelhados para fazer frente a qualquer exigência do serviço.
>
> Estamos em negociações com uma máquina rotativa de impressão, que será a primeira que o Paraná vai possuir. Com a rotativa, poderemos desenvolver ainda mais o *Diário da Tarde*, que, como vêem os nossos leitores, não

9. Em 27 de setembro, o jornal divulga a atuação de seguintes correspondentes: Paranaguá – Leopoldino Rocha; Morretes – Manoel Pinto dos Santos Antonim, Rocha e Pisanço; Rio Negro e linha de São Francisco – Barão Dreifus; Palmeira – Ercílio Ramiro de Assis; Ponta Grossa – Madeireira, Irmão & Guimarães.

> poupa esforços nem sacrifícios para corresponder a aceitação pública, tornando-se um jornal moderno e que procura, sempre, atender aos interesses do povo com o auxílio do qual vive, desdobrando-se em atividades pelo engrandecimento da terra paranaense. (27/09/1912)

O conteúdo do texto traz, além do desenvolvimento técnico amplamente comemorado pelo jornal, referências que mostram o próprio desenvolvimento da capital. Ao que tudo indica, a ampliação do serviço revela uma demanda maior de anúncios e notícias (nesta ordem, evidentemente), e da própria formação de um público letrado que faz do jornal um espaço de diálogo entre temas comuns. Contudo, a avaliação mais exata sobre a difusão da imprensa apresenta-se difícil de ser realizada – uma vez que os dados quantitativos sobre a difusão e a circulação dos jornais, as informações sobre tiragens, assinaturas distribuídas e vendas avulsas são, de modo geral, raros e descontínuos. Sobre esta imprecisão encontrada em análises da imprensa e estudos históricos, Heloisa de Faria Cruz observa:

> Nos reclames de difusão desses periódicos na imprensa diária ou nas avaliações de época sobre o desenvolvimento da imprensa, obtém-se alguma informação isolada sobre a tiragem desse ou daquele jornal, a importância de venda de assinaturas na estrutura de financiamento de tal publicação, as estratégias de comercialização de uma terceira. Mesmo na literatura mais recente sobre a imprensa no período, a questão do alcance e difusão das publicações periódicas é muito pouco discutida. Na verdade, a ausência de indicadores mais seguros sobre tiragens e circulação de tais publicações, a realização de análises quantitativas mais refinadas fica na dependência de um esforço coletivo de construção de séries e índices, que a historiografia brasileira ainda não conseguiu realizar. (CRUZ, 2000, p.137).

Diante deste "vazio" quantitativo, buscou-se algumas pistas sobre a formação de um público leitor nos próprios textos veiculados no jornal que, indiretamente, abordam parte das rotinas produtivas e da dimensão do público leitor. Partindo deste percurso, estima-se que a tiragem do jornal é de cerca de dois mil exemplares. Não existe um registro preciso referente ao número de assinaturas e exemplares avulsos vendidos; contudo, o texto divulgado pela redação por ocasião da morte do coronel João Gualberto, que se imortalizou na história oficial paranaense por morrer precocemente

no primeiro conflito com os sertanejos do Contestado em Irani, oferece informações importantes sobre a tiragem do *Diário da Tarde* e, também, sobre o destaque dado ao acontecimento que envolveu uma figura pública :

> Somos forçados a dar o nosso jornal, hoje, com 4 páginas apenas, pois adoeceu, repentinamente, um dos nossos impressores, não tendo sido possível encontrar um substituto. E não é de admirar ter adoecido esse nosso auxiliar, dado o extraordinário serviço destes últimos dias, em que foram sextuplicadas as nossas tiragens, que ascenderam a dez e doze mil exemplares diários. (30/10/1912)

A expectativa e o otimismo iniciais manifestados pelo jornal, em se tratando do desenvolvimento técnico que possibilitou o aumento do número de páginas, no entanto, não se sustentam por muito tempo. Em 1913, passando por um momento de crise financeira, o jornal volta a circular com quatro páginas, pertencendo então a uma sociedade anônima "com elevado capital". A partir de 16 de agosto de 1915, a propriedade do jornal passa a ser de Ulysses Vieira, apresentando significativas mudanças na linha editorial. Algumas pistas desta mudança podem ser encontradas no seguinte editorial redigido pelo diretor do *Diário da Tarde*:

> Há um ano, nesta data, assumimos a direção e redação desta folha, que logo após se tornou de nossa propriedade. Quando nos abalançamos a tomar conta do *Diário da Tarde* sabíamos perfeitamente das responsabilidades tremendas que passariam a pesar nos nossos ombros. Uma solução de continuidade estabelecera-se na vida triunfal do grande jornal que a pena fulgurante de Euclides Bandeira alevantara e prestigiara; em que pese a rudeza da verdade encontramos esta folha em doloroso estado de decadência material, moral e intelectual. Competia-nos, para salvar as tradições do *Diário da Tarde*, pelo amor que sempre votamos a este cotidiano, não medi sacrifícios, não contar com dissabores, para realização dos nossos intuitos. Foi enorme o nosso esforço, colossais os obstáculos que se nos depararam. Além da força de vontade que nos animava, reunimos em torno de nós moços ilustres e delicados e afluiu para a nossa folha a colaboração valiosa de jornalistas e escritores de nome feito e brilhante.
>
> Entramos na arena com o pé direito: fomos reconquistando a popularidade de sucesso em sucesso, resultante de campanhas memoráveis da mais estron-

> dosa repercussão. O nosso triunfo não se restringiu a atrais simpatias para a folha; ampliou-se o número de leitores na capital, duplicou-se o número de assinantes, fez recrudescer os anúncios de balcão, mau grado os efeitos perdurantes da crise. A empresa que dava déficits avultados passou ao regime dos saldos, estando, presentemente, com os seus já diminutos compromissos perfeitamente em dia. (...) Podemos dizer que o mais difícil da nossa obra está feito. O mais é darmos tempo ao tempo, prosseguindo nós no empenho de fazer do *Diário da Tarde* uma folha essencialmente informativa.
> Assinalando a passagem dessa data, deixamos aqui as nossas congratulações aos nossos dignos companheiros de jornada. (16/08/1916)

O texto de Ulysses Vieira refere-se a uma ruptura com a fase de "decadência" vivenciada pelo jornal até então e o esboço de um jornal mais interessado em oferecer informações e debater questões de interesse da elite letrada curitibana. Interessante notar que é entre os anos de 1913 e 1914 que o jornal mais se aproxima das preocupações notadamente de interesse "popular", fase esta em que se verifica uma maior interação com o leitor (com a publicação de cartas e opiniões diversas) e mesmo a inserção explícita do posicionamento do jornal, por meio de campanhas promovidas pelo periódico. Na fase posterior, pode-se dizer que o jornal assume o perfil literário-noticioso, ampliando a participação de colaboradores (literatos). Seguindo a mesma linha, o proprietário posterior – que assina como D'Oliveira –, ao assumir a direção, manifesta um tipo de "neutralidade" e compromisso com os interesses coletivos que, nas décadas seguintes, contaminam a imprensa nacional, fornecendo um esboço do que seria o jornalismo propriamente informativo.

> Deixou ontem a direção dessa folha o advogado e jornalista patrício, dr. Ulysses Vieira. A direção, dizemos, porque me acho autorizado a assegurar aos leitores do *Diário da Tarde* que o ilustre continuará a prestar-lhe todo o concurso de sua inteligência. De como foi brilhante a sua passagem por esta casa, podem dar testemunho os leitores deste jornal. E, ao assumir hoje um tão pesado encargo, é-me grato reconhecer e proclamar esse fato. Bem sei que não é pequena a carga que tomo sobre os ombros, qual a de dirigir um jornal que tem sido o baluarte da opinião livre do povo paranaense. Não sou, porém, um novel nas lides da palavra e da imprensa. E por isso espero continuar a merecer a confiança dos apreciadores, assinantes e anunciantes do *"Diário da Tarde"*.

> Na medida das minhas forças procurarei orientar a opinião pública, agindo de frente e resolvendo todas as questões de interesse coletivo. O governo e as autoridades terão no "Diário da Tarde" um colaborador; não o anima propósitos de incondicional apoio, nem de oposição sistemática. O Diário será franco, dirá a verdade como o amigo que deseja o bem e procurará justificar sua opinião.
> As classes conservadoras poderão buscar aqui a nota que sempre aqui tem vibrado. Desde meus primeiros anos foram de minha predileção os assuntos econômicos, agrícolas e industriais, bem como aproveitarei de minha passagem por esta casa para propagar um certo número de idéias sobre a instrução pública. Sobre a momentosa questão de limites, minha opinião a respeito do acordo já foi publicada nestas colunas; mas a despeito de minha opinião individual este jornal continuará a ser o eco da opinião livre, a favor ou contra o acordo.
> Por educação e por índole sou adepto da mais ampla e completa liberdade quanto à manifestação do pensamento, com a natural restrição no que se refere às ofensas pessoais. Minha pena jamais se moveu para agredir a quem quer que seja. Nas violentas polêmicas em que por vezes me hei envolvido, minha atitude foi sempre de rigorosa defensiva.
> Continua este jornal aberto à colaboração dos artistas da palavra cujas produções serão recebidas nesta casa com agrado e distinção.
> Finalmente, este jornal pugnará pelas leis de reforma social em benefício das classes operárias, a quem sempre votei especial carinho. Com estes princípios, espero que o "Diário da Tarde" continuará a ser o que sempre tem sido, uma sentinela avançada do povo de minha terra. (07/10/1916)

A história de rupturas e continuidades, mudanças e desafios do jornal fornece alguns elementos que permitem traçar o modo como se organiza a imprensa nesta época e a própria sociedade paranaense, com seus desejos de desenvolvimento urbano e social. Os processos de adaptação e modificação percorridos pelo jornal tornam-se, portanto, referência importante para compreender o movimento de consolidação do discurso jornalístico na inscrição da Guerra do Contestado e seus reflexos na vida cotidiana.

Em meio às mudanças operadas em toda a trajetória do jornal, sua função como produto social manifesta-se pela maneira de agregar pessoas, grupos ou categorias no contexto mais amplo da sociedade paranaense. Por meio do trabalho com múltiplas formas, temas e objetivos, criam-se vínculos, disseminam-se visões de mundo e configuram-se alianças. A imprensa

adquire assim, nas palavras de Maria Céres Castro, "a função de potencialização das vozes, estreitamento de laços, criação de identidade e possibilidade de visibilidade pública aos interesses, aspirações e desejos de indivíduos e grupos que se radicam no espaço da cidade" (CASTRO *et al.*, 1996, p.33).

Mas, que relação o jornal estabelece com a vida cotidiana dos paranaenses? De acordo com o recenseamento de 1900, divulgado por Romário Martins (s/d), a população total do Paraná era de 331.509 habitantes, sendo a maioria residente em áreas rurais[10], superando os 450.000 habitantes nos primeiros anos da década 1910. Registros da época recuperados por Sílvia Araújo (1992) descrevem a capital como um centro onde existiam mais de 30 sociedades, clubes e instituições de ordem popular, seis colégios particulares, cinco livrarias, nove tipografias, uma litografia, oito jornais, dois dos quais eram diários (ARAÚJO, 1992, p.39).[11]

Dados mais precisos ou impressões sobre o cenário da capital e do Estado, como assuntos presentes em praticamente todas as edições, aparecem também como registros do próprio desenvolvimento paranaense. Assim, um espaço para estatísticas de nascimentos e óbitos é publicado semanalmente no jornal, além de outras referências gerais que procuram mostrar o processo de expansão da sociedade na época. Percorrendo os referidos periódicos no período estabelecido, é possível encontrar tais informações deslocadas em diversos espaços, o que contribui para uma tentativa de mapeamento das condições socioculturais em que se verifica o desenvolvimento da imprensa.[12]

---

10. Segundo Jorge Caldeira, em "Viagem pela história do Brasil", em 1890, o Brasil estava com 14,3 milhões de habitantes – população que, desde a década de 1870, vinha crescendo de maneira acelerada devido à entrada maciça de imigrantes. No início do século, cerca de 80% da população brasileira vivia em áreas rurais; entretanto, a cidade impunha-se como centro dinâmico da vida nacional (CALDEIRA, 1999, p.228). Na busca pela criação e/ou descoberta de uma identidade – ao país e aos estados brasileiros – os jornais assumem papel marcante, promovendo a (re)definição da cultura letrada.
11. O *Diário da Tarde*, em meio a notícias e textos literários e opinativos, também divulga algumas impressões sobre a cidade, como o texto "O Paraná de hoje", redigido por um viajante à capital. No artigo, aparecem referências à indústria da erva mate e da madeira movimentando a economia do Estado; à exportação de pinho; ao comércio da cidade (abastecido nos mercados europeus, principalmente alemão), além da existência de "duas livrarias e uma casa para a venda de jornais nacionais e estrangeiros, políticos, industriais e magazines - aquela pouco servida de obras de ciência e arte e quase que exclusiva de literatura, dessa literatura fácil e barata de romances de sensação e escândalo". (04/12/1912)
12. Estatísticas publicadas em 09/07/1912 no *Diário da Tarde* revelam os seguintes números: "Nascimentos - registram-se durante o ano de 1910, no Estado, 11428 nascimentos de filhos

O estudo de Sílvia Araújo e Alcina Cardoso, opondo-se ao desenvolvimento cultural otimista esboçado pelo redator do jornal *O Estado de São Paulo* em entrevista ao *Diário da Tarde*, indica que "a restrita ação transformadora das atividades econômicas primárias e suas limitadas relações de produção explicam, em parte, a moderação que marcou a vida intelectual paranaense; esta recebeu impulso das contribuições culturais dos imigrantes europeus, adoção de novos hábitos e experiência de vida operária politizada" (ARAÚJO, 1992, p.39).

Sobre o papel da imprensa em meio a este cenário político e cultural, as referidas autoras destacam:

> A imprensa em geral consistia em exercício do poder político. Os jornais de grande circulação formulavam apoio ou crítica aos governos, reproduziam idéias do exterior e expandiam o pensamento liberal. Essencialmente burguesa, a imprensa conquistava lugar como arauto das ideias políticas abolicionistas, republicanas e descentralizadoras. Ao defender a liberdade econômica e política, a igualdade entre seus pares e a propriedade privada, a filosofia liberal ganhava as páginas dos jornais e consolidava no poder as classes oligárquicas. Prerrogativa de grupos dominantes locais, a imprensa desenvolveu-se baseada no acúmulo de capital e expandiu-se reafirmando o poder de classe. (ARAÚJO; CARDOSO, 1992, p.135).

Embora esta abordagem esteja pautada na disputa entre classes por meio do jornal – o que justifica a existência de uma burguesia que consolida os projetos de imprensa na época e se utiliza desse poder para reafirmar seus interesses –, a observação é oportuna para ilustrar o modo como se polariza a linha editorial dos jornais na época: a favor ou contra o poder hegemônico. No entanto, para além da identificação da postura do jornal estudado no período do Contestado, interessa analisar em que medida as regularidades e eventuais rupturas que permeiam o discurso jornalístico neste momento específico produzem sentido ao se movimen-

legítimos, sendo a média diária de 31 e o coeficiente de 28,57 por mil habitantes. Casamentos: 3147; óbitos: 5405, havendo uma diferença de 6023 nascimentos em favor da população do Estado."

Em se tratando das condições de ensino, verifica-se em 20/11/1912, no mesmo jornal, que o Paraná ocupa o 8º lugar nos Estados, sendo o 3º que despende somas mais elevadas à sua receita. Divulga-se também que 5 mil crianças em Curitiba não freqüentam as escolas.

tarem entre fatos, fontes e argumentos pró e/ou contra os grupos envolvidos no conflito.

A pesquisa parte do princípio que a análise da mídia – tomada como componente de uma esfera capaz de reproduzir a experiência social – permite identificar e compreender as relações entre os processos evolutivos da sociedade, da imprensa e das formas de inscrição da historicidade. Mas, para isso, não basta investigá-los, inquiri-los, tentar apreendê-los; são eles que formulam suas questões. Buscar o sentido e o fim de cada um dos elementos que compõem a imprensa em uma determinada época requer, portanto, o encontro com o dito e o vivido que perpassa as experiências produzidas e registradas pelo jornalismo.

Traços e caligrafias do *Diário da Tarde*

O contato com o formato e as diferentes temáticas e abordagens utilizadas pelo *Diário da Tarde* no período referente à Guerra do Contestado promove um certo tipo de aproximação com o objeto estudado, contribuindo na percepção de determinadas nuances de significação presentes na escrita do jornal. Nesse sentido, analisar o modo como o periódico se estrutura e organiza seus assuntos e formas de dizer, no contexto da vida curitibana, pode ser representativo para uma leitura da imprensa no caso Contestado.

"Stereotypado e impresso em machinas rotativas Marinoni", o *Diário da Tarde* assume papel importante junto à opinião pública (letrada) especialmente em seu editorial na primeira página – que, via de regra, é a matéria principal –, discutindo alguma polêmica ou acontecimento mais ou menos relevante da vida cotidiana.

Um recurso marcante nessa imprensa é o uso do telégrafo, que se expressa na abertura da notícia sob a nomeação de "Pelo Telegrapho", um serviço especial do jornal. As notícias por correspondência, tanto nacionais quanto internacionais, ocupavam uma parte considerável, pois o periódico mantinha correspondentes de diversas cidades do Estado – como Castro, Ponta Grossa, Paranaguá etc – que informavam sobre política e assuntos policiais, em sua maioria, ou reproduziam notícias nacionais, do exterior ou anúncios oficiais.

Um outro recurso utilizado pelos jornais da época era a citação/transcrição do noticiário de outros órgãos de imprensa, fossem eles da

própria cidade, fossem do interior, de outros estados ou países. O *Diário da Tarde* tem como principais fontes os jornais *O Paiz* e *Correio da Manhã*, ambos do Rio, que repassam informações sobre as decisões e os fatos recentes da capital federal.

A publicidade, como principal fonte de sustentação dos jornais, ocupa diariamente cerca de um terço do espaço dos jornais analisados. Das quatro páginas que o jornal publica em 1912, a terceira é toda dedicada à divulgação de produtos como perfumes, moda e medicamentos (para sarna ou brotoeja e purgativos, mais comumente) e serviços (como vendas, contratações etc), além de informações de utilidade pública (doenças, higiene e afins) associadas ao comércio de produtos diversos. No ensaio "De Liberty a Marinoni: feição e feitura jornalística", de Paulo Bernardo Vaz, a presença da publicidade é analisada da seguinte forma:

> A venda de espaços para anúncios publicitários se amplia na proporção do desenvolvimento das atividades comerciais. Dessa forma, a imprensa vai tomando impulso à medida que se transforma em mídia publicitária. Fenômeno de "transvestimento": a publicidade toma a forma do jornalismo, pela insuficiência da mídia. Prenuncia, com sua vestimenta própria e adaptações gráficas, outra face da imprensa no futuro. (CASTRO *et al.*, 1997, p.57).

A publicidade, sem lugar fixo no espaço do jornal, costuma aparecer também na última página, juntamente com a programação cultural do Theatro Guayra, Smart-Cinema e Eden Theatro, artes e artistas nacionais e estrangeiros, eventos festivos e diversões públicas, além de poemas, versos e folhetins. Estes últimos, com espaço reservado na última página do jornal, contam com leitores assíduos (conforme demonstram as correspondências publicadas no jornal referentes aos folhetins "Mocidade Louca", "Eva Triunphante" e "A Schulamita") ao divulgarem a cultura letrada por meio de romances da vida real.

Vale lembrar que, no menu dos jornais, a literatura também não podia faltar. Vinha sob a forma de textos avulsos, em verso e prosa, ou de folhetins que se revelaram uma verdadeira febre na imprensa nacional. Para Maria Céres Pimenta Spínola Castro, no ensaio "A aventura da imprensa", os folhetins são a expressão do atraso técnico dos jornais brasileiros, na medida em que preenchiam as lacunas das coberturas dos acontecimentos políticos que, pela velocidade de sua sucessão,

dificilmente poderiam ser acompanhados com as técnicas disponíveis (CASTRO *et al.*, 1997, p.23).

Verificando o processo de transformação da imprensa no qual ela evolui de uma fase política, panfletária e literária para uma fase em que o jornal assume o caráter de empreendimento, pode-se identificar também no *Diário da Tarde* o crescimento do noticiário local – ao lado das seções de telegramas, das crônicas, dos folhetins – abordando vários aspectos da vida da cidade, explorando elementos do cotidiano, enriquecendo a pauta de assuntos tratados pela imprensa. Aparecem seções dedicadas às reclamações de moradores sobre problemas da cidade, registros de epidemias e indicações de providências tomadas pelo governo, notícias diversas de assuntos políticos, agenda cultural e coluna social. Enfim, um menu variado que inclui assuntos relativos à vida nacional e local, traçando o papel, as características e as repercussões da imprensa no momento histórico determinado.

Queixas do povo construindo um espaço público na imprensa

O diálogo e a relação entre o jornal e a sociedade paranaense se faz presente não apenas na publicação de dados estatísticos sobre o desenvolvimento da capital, notícias políticas ou policiais e serviços de utilidade pública. Há, também, um espaço relevante de produção simbólica que faz transparecer as imbricações entre o público e a atividade da imprensa: a coluna "Reclamações", contendo queixas da população sobre os mais diversos assuntos (características da cidade, deficiências dos bairros etc.), publicada diariamente no *Diário da Tarde.*

Reunindo problemas emergentes da cidade em formação, o jornal pautava temas de interesse público e se colocava ao lado das necessidades e aspirações do povo, assumindo-se como porta-voz dos descontentamentos dos paranaenses. Os textos que seguem expressam claramente esta questão:

> Um dos maiores deveres municipais é zelar pela higiene pública. Para isso, cumpre-lhe desdobrar o esforço, pois, de ação nesse sentido, dependem a saúde e a vida da população. Entre nós, porém, esse dever tem sido descenado. Poderíamos apontar centenas de exemplos que reclamam a contra

> incúria e o descaso municipais a respeito. Mas não queremos repisar contas tão conhecidas contra o que o público vive a clamar. Citemos, apenas, a falta de fiscalização nos quintais, principalmente nos estabelecimentos que estão em contato com o público. Em algumas dessas casas, verdadeiros depósitos de imundície, nem se pode penetrar, mesmo fazendo uso de desinfetantes, a não ser que esteja com o olfato estragado. Em muitas delas o lixo, os detritos de peixes e mariscos podres, são acumulados durante dias exalando odores. E quando vão retirar estes detritos, o mal cheiro é tal que o quarteirão inteiro fica dele tomado. (02/07/1912)

> Moradores da Travessa da Ordem e das ruas Graciosa e Ignácio Lustosa pedem-nos que chameis a atenção do sr. prefeito para os serviços de escoamento da água. (12/11/1913)

> Já que a nova câmara está empenhada em dotar a nossa capital dos melhoramentos de que ela necessita, acho oportuno o momento para solicitar dos senhores camaristas que dêem um jeito a fim de arranjar um par de olhos e uma, pelo menos, fossa nasal para o chefe de fiscalização ou para algum dos empregados da higiene municipal. Só assim pode ser que se extinga o foco de miasmas que é o trecho da rua Marechal Deodoro, entre as ruas Marechal Floriano e 1º de março.
> É um martírio para as famílias que moram em casas que não têm quintal o problema da limpeza. Os carrinhos de lixo não têm dia nem hora certa para passar nas ruas e o serviço é feito ao arbítrio dos encarregados. Assim que precisa a gente botar alguém de plantão, à porta, para ver, quando por acaso surge algum carrinho, que seja conduzido o cisco colocado em caixão ou lata na porta da rua. Confiamos na boa vontade dos novos edis, pois que eles, verdadeiramente escolhidos pelo povo, não deixarão de cuidar de casos como esses e outros semelhantes. (22/10/1912)

Higiene pública, lixo, mal cheiro, abastecimento de água, prevenção de moléstias, calçamento, criminalidade. Estes problemas – que ainda pautam notícias da atualidade, vale destacar – são alguns dos vários assuntos tratados como "reclamações" do povo nas páginas do *Diário da Tarde*. Trata-se de um forte laço que se estabelece com o leitor, tornando visível o papel do jornal na realização dos interesses coletivos. Com maior ou menor grau de ironia, conforme demonstram os textos transcritos, são

cobradas medidas do governo no que diz respeito à situação da cidade; eventualmente, porém, as providências tomadas também são divulgadas pelo jornal.

Além do espaço específico para reclamações, também surgem abordagens semelhantes dispersas no interior do jornal, mantendo aceso o debate sobre questões fundamentais do contexto da época. No período observado, foi possível notar a predominância de textos que discutem a estrada de ferro, nas mais diversas situações: ora do ponto de vista do operário-trabalhador, ora do desenvolvimento possibilitado pelo transporte, ora da empresa responsável pela obras (a Brazil Railway Company). Interessa, aqui, revelar o papel do jornal como porta-voz dos problemas e mobilizador das conquistas que se operam entre o dizer e os seus reflexos.

Em meio a este campo polêmico, os interesses do povo ganham sentidos variados. Polarizada a discussão entre os problemas e benefícios do assunto de maior relevância na época, não demoram a aparecer opiniões variadas sobre as condições da estrada de ferro e os grupos ou pessoas atingidos e descontentes. Admitindo que "começou a reação popular", o jornal publica reclamações em forma de cartas de leitores, como a missiva que segue, escrita por trabalhadores da estrada de ferro, em que denunciam as injustiças que vinham sofrendo.

> "Muito agradecemos a publicação da missiva que vos enviamos. Nós procuramos, dirigindo-nos ao *Diário da Tarde*, registrar as injustiças de que somos vítimas, nós que trabalhamos de sol a sol e que, além de ganharmos uma insignificância, recebemos a paga dos nossos serviços, depois de 10, 15, 20 ou mais anos, com um ponta pé, sem a menor consideração. E isto sem o menor motivo, a título de economia ou para encostar qualquer estrangeiro que aqui aponta. As coisas não podem continuar assim e, como já dissemos, não será de admirar que, de um momento para outro, tomemos a nossa justa represália. Ao *Diário da Tarde*, pois, deixamos aqui o nosso reconhecimento."
>
> Essas injustiças já tinham chegado ao nosso conhecimento, sabendo-se que, nestes últimos tempos, a estrada de ferro tem despedido em massa empregados cheios de melhores trabalhos, o que está produzindo grande indignação no pessoal. (08/03/1913)

Na história do Diário da Tarde, momentos significativos de envolvimento do periódico com o contexto social da época se manifestam. No transcorrer da Guerra do Contestado, verificou-se, em meio ao movimento de sentido registrado em diferentes desfechos e momentos específicos do conflito, o posicionamento explícito do jornal em relação a questões de interesse público. Talvez, o mais expressivo deles seja o lançamento de uma campanha a favor dos sertanejos, em que o jornal chega inclusive a apontar figuras públicas reconhecidas do governo e das forças armadas como responsáveis por injustiças e mortes.

As críticas, embora não se apresentem em forma de queixas, tornam visível a contradição de ideais, interesses e ações que envolvem os episódios da Guerra do Contestado. O longo texto publicado no Diário da Tarde em resposta às manifestações contrárias aos ataques discursivos motivados pela defesa dos sertanejos expressa as dimensões da campanha.

> Nessa campanha que levantamos e sustentamos com o aplauso do povo que nos lê, jamais acusamos a guarnição da 11ª região como culpada pela mortandade dos fanáticos. Responsabilizamos por ela, sim, o sr. Vidal Ramos, que precipitadamente invocou o auxílio de força federal para bater uns míseros desgraçados. Quanto ao exército, ao contrário, sempre lhe fizemos a justiça de reconhecer que ele estava cumprindo o seu dever, executando ordens superiores. Censuramos, é verdade, o coronel Almeida, pelo incêndio de ranchos de fanáticos, uma barbaridade perfeitamente inútil. Fizemo-los baseados em informações que nos foram passadas pelo nosso abnegado emissário coronel Rocha Tico.
>
> E agora digamos: o "Diário da Tarde" é que na realidade tem sido o defensor do exército. Pondo em execução a idéia que havíamos pregado, provocamos a manifestação favorável do sr. Vidal Ramos. Em seguida, enviamos para a região conflagrada dois emissários, que empregaram os possíveis esforços para obter a dispersão pacífica dos fanáticos. Tentamos assim poupar ao nosso soldado a tristeza e a dor de entrar numa luta inglória contra irmãos transviados da rota da civilização. E, mais do que isso, fomos os únicos a profligar as altas autoridades por deturparem a missão do exército brasileiro.
>
> Entretanto, fique claro: o "Diário da Tarde" foi sempre, e mais uma vez nesta campanha, um amigo e defensor dos interesses das forças armadas, tanto assim que, pugnando pela pacificação, manifestou sempre suas

> apreensões pela possível e inglória efusão de sangue dos nossos soldados; mas, se tivéssemos tido motivos para atacar os atos da guarnição, fa-lo-íamos com o mesmo desassombro que nos tem sido peculiar em toda a nossa existência de jornal. Todos os homens públicos estão sujeitos à crítica da imprensa, quando ponderada e justa. É triste a Nação em que uma classe, embora muito nobre e digna, se considerasse intangível à apreciação do modo por que ela desempenhasse sua missão no seio da coletividade. (28/02/1914)

Ao permitir a participação de diversas vozes no "campo polêmico"[13] construído na imprensa, o jornal participa das principais disputas que se operam no cotidiano da sociedade, mostrando seu papel e sua força na definição e visibilidade dos acontecimentos. Entre palavras elogiosas, denúncias, queixas e campanhas de opinião pública, o *Diário da Tarde* encena sua atuação na vivência dos diversos grupos sociais que nele ecoam.

O jornal "dizendo" a cidade

Neste modo peculiar de organizar temas que devem ser digeridos pela sociedade, a capital e seus traços de urbanidade também se veem tematizados nos textos dos jornais. As crônicas, ainda que de forma tímida – inicialmente publicadas apenas nos sábados sob o título de "O tempo e a cidade" – começavam a aparecer nas páginas do *Diário da Tarde*, valorizando o espaço literário e divulgando impressões diversas sobre o ambiente social. É desnecessário lembrar que no período estudado o discurso jornalístico se constrói sobretudo pela ação do cronista que, tematizando sobre a vida cotidiana, com especial preferência pelos costumes e pela política, produz a visibilidade de certos acontecimentos que, de outra forma, seriam inacessíveis ao habitante da cidade. Usando o registro ficcional, as crônicas veiculavam as impressões do autor acerca do cotidiano da cidade, impingindo-lhe um tom crítico por meio da ironia ou do humor.

O *Diário da Tarde* esboça, em sua coluna "Dizendo", um retrato da capital paranaense, por meio de artigos e crônicas sobre o desenvolvimento

13. A referência de "campo polêmico" aqui utilizada baseia-se na noção proposta por Maurice Mouillaud em "O jornal da forma ao sentido".

social e cultural da cidade. Assuntos, polêmicas e valores morais (como divórcio, beijos, questões de comportamento) fazem parte da agenda básica de temas que entram nas páginas do jornal diariamente, assim como conquistas que conferem à capital a atmosfera de “progresso”, conforme sugere o seguinte artigo:

> Vai fazer uma semana que Curitiba tem a satisfação de ver circular pelas suas pobres ruas lamacentas os tramvvays elétricos. O nosso povo, de ordinário tão indiferente, tomou-se de um vivo entusiasmo ao contemplar esses veículos rápidos e macios que dão à nossa capital o aspecto de cidade moderna. Esse entusiasmo era extremamente justo porque os elétricos fizeram desaparecer um sistema de viação urbana que desde muito tinha se incompatibilizado com os nossos foros de cidade civilizada e progressista. (16/01/1913)

Interessante perceber que o jornal atualiza notícias e debates em torno de assuntos que envolvem a formação do povo de um modo geral e, na maioria das vezes, assume caráter “civilizador”, apontando os defeitos (sociais e morais) da população e indicando os caminhos do progresso. Nesta perspectiva, é preciso lembrar que as primeiras duas décadas do século XX experimentaram a vigência e o predomínio de correntes realistas de nítidas intenções sociais, inspiradas nas linhas intelectuais características da *Belle Époque* (fundamentada no tripé ciência/raça/civilização). Nicolau Sevcenko analisa o papel da literatura – difundida por meio de livros e especialmente de jornais e folhetins – como um importante espaço para a manifestação das principais tendências da época pelo confronto e pela publicização de ideias.

> Os tópicos que os intelectuais engajados enfatizavam como as principais exigências da realidade brasileira eram: atualização da sociedade como o modelo de vida europeu, modernização das estruturas da nação, com a sua devida integração na grande unidade internacional e a elevação do nível cultural e material da população. Toda essa elite europeizada esteve envolvida e foi diretamente responsável pelos fatos que mudaram o cenário político, econômico e social brasileiro. (SEVCENKO, 1983, p. 77).

O contexto ideológico da época, fortemente influenciado pelas concepções positivistas, mostrava-se propício ao empreendimento de esforços

para a constituição de uma sociedade adequadamente instruída e desenvolvida. Nesse sentido, observa Mírian Cristina Freire Santos no ensaio intitulado "A hora e a vez dos demi-mondains", "os homens de imprensa viam-se autorizados a proceder à civilização da sociedade, através dos meios de que dispunham", sendo portanto o jornal "o instrumento de divulgação de textos educativos que enfocavam os mais variados assuntos" (CASTRO *et al.*, 1996, p.164). Assim, as ciências, a música, o teatro, a literatura, as belas artes, a religião, a moda etc. – elementos considerados civilizadores – eram tratados de forma a promover o enriquecimento intelectual e moral do público leitor, como também dos próprios jornalistas, conforme transparece no texto que segue, publicado no *Diário da Tarde*.

> Está novamente a imprensa patrícia preocupada com a triste situação moral da cidade, mudada, quase que de uma hora para outra, da patriarcal vida provinciana em que atravessou meio século para essa compostura de terra cosmopolita e alegre. Está a imprensa apontando as chagas e pedindo ao poder competente remédio eficaz para que não se contamine a sociedade toda. [...] É justo que se revolte o jornalismo contra o mal. A sua missão social é muito mais elevada do que essa limitada pelos interesses em conflito, oriundos do egoísmo dos homens. As questões morais devem atrair mais a atenção dos combatentes da imprensa do que esses desequilíbrios momentâneos dos orçamentos e essas vidas passageiras dos políticos da República. (18/10/1913)

O próprio jornal confirma sua importância e interferência nas formas de sociabilidade e na publicização de questões que envolvem o processo de (trans)formação da sociedade nas primeiras décadas do século XX por meio dos textos que faz circular. Campo de ação e expressão de ideias e tendências, a imprensa se confunde com a vida cotidiana paranaense, traduzindo e produzindo imagens do processo de organização da sociedade no período considerado.

Impressões e críticas do jornalismo

O percurso pelas folhas noticiosas do *Diário da Tarde* possibilita a descoberta e o reconhecimento de uma série de elementos socioculturais que podem traçar a atuação e a representatividade da imprensa no momento

em que acontece a Guerra do Contestado. Mas, além da identificação das relações entre o jornal e a sociedade paranaense, os textos também representam parte importante na reconstituição do jornalismo praticado na época, seja pelo modo como dialoga com o público e noticia os acontecimentos, seja, mais precisamente, pelo modo como o próprio jornalismo é tematizado nas páginas impressas.

Algumas referências evidenciam, em um primeiro momento, que a relação do periódico com determinados segmentos da sociedade não acontece de maneira tão harmônica quanto fazem parecer as cartas e colaborações dos leitores. Há, também, uma série de críticas ao modo como se faz jornalismo, ao apoio e/ou dependência de determinadas forças que incidem sobre a prática jornalística e ao ataque discursivo que se estabelece entre os jornais da capital, do Estado ou mesmo do País.

A divulgação das rotinas de produção do jornal, nesse aspecto, é relevante para ilustrar em que medida o posicionamento editorial do periódico é respaldado ou condenado pelo público. Em questões polêmicas, como é o caso do conflito envolvendo os sertanejos do Contestado, os militares e as forças políticas e econômicas, incidentes como o que aconteceu com o representante do *Diário da Tarde* em Rio Negro demonstram cenas de um conflito que é também discursivo, pois envolve e atinge diversas vozes em uma luta pelo sentido.

> Assinados pelos senhores Bley Netto, Ricardo Costa, José Bley, Alfredo de Almeida e Alleluia Santos, recebemos um telegrama do Rio Negro protestando contra frases empregadas pelo nosso representante Santos Júnior, a propósito dos fanáticos. Esse telegrama, além de exigir a retirada do nosso correspondente, comunicava que a remessa do *Diário da Tarde* fora queimada pela população rionegrense, como represália à atitude do sr. Santos Júnior.
>
> É claro que o *Diário da Tarde* não é responsável pelo sucedido e isto mesmo telegrafamos àquela comissão, ao mesmo tempo que providenciamos para o egresso do sr. Santos Júnior. Custa-nos crer que ele tivesse tido a atitude inconveniente de que é acusado, pois sempre deu provas do seu critério; por outro lado, os signatários do telegrama são pessoas de todo o conceito, aguardamos, pois, a chegada do sr. Santos para explicar o que houve. Em todo o caso, o *Diário da Tarde* tem dado tantas e tão decisivas provas de sua amizade à população do Contestado que não merecia o ‘auto de fé’

> que lhe foi feito em Rio Negro. Os rionegrenses, sentindo-se feridos por um nosso representante, poderiam limitar-se a trazer seu protesto a esta redação, que daria as providências necessárias sem maiores atritos, visto como só temos o desejo de continuar a gozar do mesmo apoio e simpatia que em toda a zona sempre nos foram dispensados. (31/08/1914)

As críticas manifestadas pelo público em relação ao posicionamento do jornalista mostram que o comprometimento do profissional às questões ideológicas acaba passando por uma espécie de avaliação popular, que o jornal procura mediar pacificamente. O conteúdo do texto privilegia a relação de cordialidade entre o jornal e a população do Estado, mesmo em momentos que parecem contradizer esta relação.

Igualmente interessante é descobrir pela leitura de textos jornalísticos a imagem predominante que se tem da figura do jornalista e das implicações de seu trabalho. Como alguém que preza pela verdade ou que se deixa comandar por forças maiores do poder, o profissional costuma aparecer em crônicas e artigos que avaliam seu comprometimento com os fatos nas mais diversas situações. O texto que segue, sob o título "O jornalista e o jornal", expressa essa ideia e aborda elementos que permitem vislumbrar o consenso produzido em torno da atividade da imprensa.

> Não há, seguramente, hoje em dia, profissão mais invejada e também mais denegrida do que a de jornalista. O público fala muito dessa classe, com admiração ou com despeito, mas, na verdade, conhece-a bem pouco. [...] Órgão complexo da vida moderna, motor, às vezes, do progresso, o jornal é um fator essencial de nossa época. E todavia, qual o pai de família que não teme, ao proferir a palavra jornalista. "Meu filho jornalista! Minha filha casada com um jornalista!" Ora, vamos, será uma profissão esta de conhecer tudo e toda a gente, beber em companhia de políticos e apertar a mão de bandidos! Entretanto, o pequeno repórter é, em geral, um tipo enérgico e leal e, às vezes, até heróico. E nenhum leitor, ao correr de manhã os olhos pela folha de sua predileção, suspeita sequer da esforçada perseverança e da audácia inteligente de que o repórter dá mil provas no desempenho da sua função. (27/09/1913)

Uma espécie de defesa – por vezes apaixonada – do "pequeno repórter" parece pautar a imagem do jornalista idealizada pelo *Diário da Tarde.*

Aliás, sobre esse aspecto, pode-se retomar a noção que o termo "campo polêmico" representa ou se deixa expressar nos próprios modos como o jornal também tematiza a imagem que alguns setores e grupos sociais têm dos então profissionais da comunicação impressa.

A expressão de perfis contraditórios do jornalista (que diferenciam o "pequeno repórter" dos já entregues aos vícios da profissão) também coincide com as características presentes na fase de consolidação da imprensa empresarial, no que diz respeito ao envolvimento do jornalista com os interesses em jogo. Contudo, alguns textos insistem em reafirmar o papel do profissional como um "portador de notícias" e um "gerenciador de anúncios", destacando o cumprimento de uma função sem vínculo com seus desejos pessoais e conflitos com a linha editorial da empresa jornalística, conforme demonstra o texto que segue:

> Na imprensa provinciana há ainda uns certos costumes de uma candura adorável. Entre eles esse de os mais ínfimos empregados do jornal se julgarem com o direito de intervir na sua orientação, promovendo interessantes protestos de agrado ou desagrado ao dono do jornal. Mas, meu Deus, o que vem a ser um repórter se não um agenciador, um portador de notícias, empregado como agenciador de anúncios? Um jornal é uma empresa industrial e comercial como qualquer outra. Imagine se, pois, uma casa comercial onde os caixeiros quisessem guiar os patrões na direção de seus negócios! Era uma anarquia, não? Assim o jornal moderno, onde cada auxiliar faz a sua tarefa, a tarefa que o patrão lhe determinou, sem se incomodar se a tarefa o agrada ou não, mesmo porque nem sempre a gente come só do que gosta. Enfim, vê-se que as coisas por aí ainda não andam tão difíceis. Ainda há lugar para arrufos de meninos! (09/01/1914)

Sem explicitar nomes e situações, o jornal condena desvios de conduta de jornalistas que ousam não comer o que não gostam; considerando este tipo de posicionamento um retrocesso ao jornalismo "moderno", que consiste no cumprimento de uma tarefa pré-estabelecida, o texto traz peculiaridades sobre a relação (estimada) dos jornalistas com a empresa. Assim como o trabalho individual do jornalista passa pela avaliação do público, também a imprensa denuncia posturas engajadas ou oportunistas dos demais órgãos em determinadas situações, sendo ao mesmo tempo alvo de críticas dos demais periódicos.

Pelo que foi possível verificar nos periódicos observados, além das referências esparsas a outros veículos de informação, usadas para negar ou reafirmar a postura editorial do *Diário da Tarde*, um tema recorrente sobre a produção jornalística é a chamada "imprensa amarela", uma adjetivação negativa dos jornais sensacionalistas. Embora os jornais não se assumissem como tal (e também o *Diário da Tarde* não menciona nomes ou grupos específicos), as críticas recaem sobre as estratégias de vendas avulsas resultantes da divulgação apelativa (e nem sempre verídica) dos fatos. Resgatando as origens e as características da "imprensa amarela", o jornal paranaense publica:

> A imprensa honesta, que procura criar e manter uma clientela pelo critério de suas idéias e pela abundância do seu noticiário, é às vezes obrigada – pela mesma razão porque se refere aos assassinatos, roubos, atentados ao pudor, lenocídio, isto é, por dever do ofício – a referir-se à imprensa denominada "amarela", que busca ter venda avulsa explorando a curiosidade doentia que uma certa classe sente pelos escândalos nacionais. Geralmente, sabe-se o que é a imprensa amarela e isto basta para torná-la desprezível aos olhos de todos quantos evitem pôr o espírito em contato com obras sórdidas, pela mesma razão porque se distancia de um leproso ou foge de um "souteneur". Em todo o caso, como é possível que haja por aí quem ainda ignore o que é esse gênero do jornalismo, achamos útil fazer uma rápida exposição de sua gênese e de seu estado atual.[14]
>
> O Brasil – e dizemos louvando a Deus - não tem órgãos que se aproximem do "New York Herald" e do "The Worlk". [...] Há, porém, jornais que procuram imitar, de modo relativo, a orientação dos dois arqui-pasquins norte-americanos, dois dos mais prósperos jornais do mundo. Sua "amarelice" não passa, entretanto, da esfera jornalística ou política, muito raramente beirando, de leve, o terreno social. Que nunca ninguém se lembre de fazer por aqui uma reprodução exata da imprensa amarela. Para nos nausear, basta, de sobra, o que já se tem feito por aqui. (26/12/1913)

---

14. O surgimento do que o jornal define como "imprensa amarela" deve-se ao jornal norte-americano "New York Herald", de Gordon Bennett, que "denegria reputações": "comprazia-se na lama, deliciava-se na indignidade, reboleava-se na torpeza, tripudiando até sobre a honra das famílias". Este tipo de sensacionalismo jornalístico criou um ambiente de disputa entre os demais jornais, fazendo que um jornal replicasse o outro com um escândalo ainda maior. Daí a contextualização da crítica na imprensa brasileira.

Dando continuidade às críticas a este tipo de imprensa, o *Diário da Tarde* publica uma série de textos sobre "o jornal amarelo" (julho de 1914), tecendo argumentos contrários ao jornalismo "desonesto" e apontando o modo como se estrutura e age a imprensa da época. Os textos e editoriais tratam, portanto, de percepções interessantes sobre os valores que incidem sobre a profissão e a forma como o jornalismo convive com as demandas de informação e opinião da sociedade.

Percebe-se, portanto, que quando o jornalismo discute o próprio jornalismo – seja pela imagem dos profissionais, seja por meio de críticas de leitores e determinados grupos sociais – o jornal passa também a tematizar sua própria conduta, na ousada busca de um padrão de crítica e norma de leitura sobre a imagem do profissional da notícia.

E, lembrando que um determinado produto ou discurso só tem sentido – na perspectiva de "lugar de fala" proposta por José Luiz Braga – se considerados, ou situados, alguns dos aspectos que efetivamente fazem que aquele produto signifique em um momento específico, torna-se fundamental ter presente o modo como o *Diário da Tarde* diz, veicula e institui valores e sentidos na construção dos acontecimentos referentes à Guerra do Contestado.

Estas e outras referências relacionadas ao *Diário da Tarde* permitem dizer que o jornalismo, sendo tematizado e projetado em meio a uma série de outras atividades e acontecimentos de interesse coletivo, figura como um importante componente da vida pública na década 1910, em seu poder de ação e expressão sobre as ideias e os fatos da época.

A partir deste enfoque, pode-se dizer que o jornalismo constrói um espaço próprio para testemunhar os acontecimentos – seja pela opinião expressa em crônicas, seja pelo atrelamento a determinados segmentos, seja mesmo impulsionando campanhas e definindo, por diversas vozes, as tendências e conflitos de determinados grupos sociais. Por meio da observação da imprensa da época, o jornalismo "explode": em seu formato, em sua atuação direta ou indireta, como porta-voz das tensões governamentais e, de modo geral, como palco de divulgação das ideias que marcam o pensamento social de um determinado espaço e momento histórico.

O *Diário da Tarde* na memória do jornalismo paranaense

Ao investigar as diversas maneiras de dizer a construir a realidade, selecionando e organizando temas sobre os quais o jornal e seus leitores se ocupam, procurou-se demonstrar que o jornalismo consiste basicamente em uma prática social, ligada ao movimento histórico de formação e informação da esfera pública. No momento em que o próprio jornalismo conta sua história por meio das páginas impressas, revela que a prática discursiva integra uma sociedade, sua história. Do mesmo modo, ele também é história, ou melhor, ele está mergulhado em historicidade.

No entanto, este poder de asserção sobre a realidade verificado ao longo da trajetória do *DT* está condenado a cair no esquecimento. Depois de mais de um século de atuação, um dos jornais mais antigos do Estado apresenta-se bastante esquecido na história. De acordo com o jornalista José Carlos Fernandes[15], autor de "Pequenas e grandes histórias de quem tem o que dizer" (2011), Francisco Cunha Pereira Filho, do grupo *Gazeta do Povo*, compra o *Diário* em 1963, incorporando inclusive seu maquinário (Marinoni). De fundamental importância em momentos de disputas políticas e decisões de interesse público, o periódico foi aos poucos, ao longo de cinco décadas, sendo apagado da memória da capital paranaense.

De acordo com Rui João Staob[16], que atuou como jornalista da *Gazeta do Povo* e como editor do *Diário da Tarde*, o jornal entrou para a rede como o segundo maior na década 1960, assumindo um estilo crítico e "popular", privilegiando assuntos policiais, esportivos e de utilidade pública, que teve seu auge na década 1970, quando atingiu uma tiragem de 16 mil exemplares. "A trajetória de um jornal crítico, que marcou presença na vida dos paranaenses, está encerrada", relata Staob.

Adotando o formato tablóide a partir de 1983, o jornal – conhecido como *Diarinho* – entrou no século XXI com uma tiragem reduzida, circulando de terça a sexta-feira. Do *Diário da Tarde* de mais de cem anos atrás permaneceu a seção para listagem de falecimentos, divulgada pelo Serviço Funerário Municipal, e a última página para assuntos de entretenimento – o "Diário Caricato", ilustrado por Xixo Fernandes. Com chamadas inusitadas e um estilo "popular" de construir as notícias, o jornal paranaense

15. Informações disponibilizadas à autora em 2013.
16. Entrevista realizada por telefone em abril de 2001.

dá sua modesta contribuição na divulgação dos acontecimentos, enquanto aguarda o momento de sair de cena.

Atualmente, o *Diário da Tarde* continua em circulação, mas apenas com uma edição mensal de 8 páginas e tiragem de míseros 400 exemplares, conforme relata o jornalista Irinêo Netto[17]. O jornal publica editais públicos e reproduz textos da equipe da *Gazeta do Povo*, basicamente das editoriais de Esporte e Vida e Cidadania. A publicação é mantida, segundo o jornalista José Carlos Fernandes, para manter a cota de papel da empresa *Gazeta do Povo*, o que justifica a edição com material "frio".

Folhear duas versões diferentes de jornalismo que se distanciam em mais de um século consiste em apreender o sentido histórico do trabalho discursivo e perceber, da mesma forma, o modo como o jornalismo traduz as necessidades e tendências sociais de cada época. Embora tenha desaparecido da vida da capital, o jornal preserva em suas páginas momentos expressivos da história do Estado, especialmente no que diz respeito aos desdobramentos da Guerra do Contestado e à compreensão do conflito pelos diversos grupos que disputam sentidos nas páginas impressas.

Assim, percorrendo as temáticas e formas de dizer do *Diário da Tarde* nos anos de 1912 a 1916 – assim como a relação que se estabelece entre o jornal e a sociedade, as "intromissões" do povo nas páginas impressas e o acompanhamento e participação da imprensa no processo de desenvolvimento e descoberta da capital paranaense –, acaba-se por entender que a prática discursiva do jornalismo, sob a alegação de estar informando, opinando e interpretando, vai constituindo sentidos e produzindo história; uma percepção fundamental para a compreensão e o questionamento da produção e dos efeitos de sentido construídos nas diversas situações em que a Guerra do Contestado é falada, representada e repercutida nos jornais históricos.

17. Informações disponibilizadas à autora em 2013.

Fanáticos, criminosos ou vítimas?

Nuances da representação dos sertanejos nas páginas da imprensa

"Ai, palavras, ai, palavras, que estranha potência, a vossa!
Ai, palavras, ai, palavras, sois de vento, ides no vento,
no vento que não retorna, e, em tão rápida existência,
tudo se forma e transforma!"
(Cecília Meireles)

A leitura de um jornal histórico deve, a princípio, trazer a tona acontecimentos relevantes da sociedade em uma determinada época. Temas importantes do cotidiano, relações políticas e econômicas, desenvolvimento social e urbano, enfim, imagens de um tempo. No entanto, os textos trazem ainda uma série de pistas ou sinais que indicam outras interpretações, que vão além da verificação de uma postura política do jornal ou de registros dos acontecimentos. Dizem respeito ao contexto social, ou mesmo a um discurso social já partilhado, que cria a imagem de determinados atores sociais, ao mesmo tempo em que contribui para a formação de consensos de significação por meio deste trabalho simbólico.

No transcorrer do processo de pesquisa, foi possível observar que, em meio a uma série de polêmicas que a Guerra do Contestado trouxe em seu processo de constituição e repercussão, um elemento comum aparece em todo o percurso histórico do movimento: o sertanejo[1], ou melhor, sua imagem projetada pela prática discursiva dos jornais. Ora como agentes mobilizadores do movimento, ora como seguidores cegos de interesses políticos, ora como vítimas da ignorância, os textos

1. A expressão "sertanejo" é utilizada no singular masculino porque é este sujeito que costuma ser tematizado e representado nos jornais. Sabe-se que a participação das mulheres no movimento do Contestado foi expressiva, principalmente com as virgens do monge, que recebiam suas mensagens divinas e passavam ordens aos comandos. Contudo, quando o jornal se refere a personagens femininas, as nomeia como tal.

veiculados no jornal *Diário da Tarde* oferecem alguns indícios para investigar o modo como o sertanejo é tematizado e representado na/pela imprensa.

Interessa, aqui, estudar as várias visões com que se falou sobre a condição sertaneja (em espaços nobres ou secundários, notícias ou editoriais), na intenção de registrar e interpretar não a condição sertaneja em si, mas os modos como as variadas vozes que atuam no "campo polêmico" do jornal falam sobre os sertanejos e o interpretam. Assim, sem espaço para se fazer ouvir, os integrantes do movimento do Contestado são falados pelos jornais e, de acordo com as situações específicas em jogo, adquirem características que, de forma praticamente consensual, condizem com o pensamento hegemônico da época.

Agrupados de acordo com suas regularidades argumentativas, os fragmentos do jornal paranaense *Diário da Tarde* procuram mostrar como e em que circunstâncias um determinado discurso produz sentido, na articulação entre fala, textos disponíveis e situação (segundo a noção de "lugar de fala" aqui adotada). Nessa perspectiva, pretende-se traçar o movimento de sentido que se estabelece na evolução dos acontecimentos, a partir da percepção das lógicas que regem a produção e projeção de significados no discurso jornalístico. É esta luta simbólica que, na relação de diálogo com a realidade sócio-histórica, configura um espaço específico do jornal na ação e construção sobre um contexto pelas suas variadas "falas".

O estabelecimento de conexões entre os pedaços de significação do jornal e o pensamento social da época procuram evidenciar algumas nuances da representação dos sertanejos na imprensa para, a partir desta análise, compreender as relações entre o contexto social e as falas que nele atuam na construção da(s) imagem(ns) dos sertanejos ao longo do desenvolvimento da Guerra do Contestado.

Marcas de um discurso legitimado pela diferença

A nação foi antes pensada em termos raciais do que entendida a partir de critérios econômicos ou culturais. O tema racial, neste sentido, representou um argumento de sucesso para o estabelecimento de diferenças sociais, uma vez que a interpretação pessimista da mestiçagem e a cópia do

modelo de pensamento europeu – que legitimava as diferenças e desigualdades raciais, justificando seu domínio sobre os demais povos – aplicadas ao contexto nacional, marcaram o final da monarquia e os impasses da República Velha.

Interessa, portanto, compreender como o argumento racial foi política e historicamente construído no momento da Guerra do Contestado pelas elites intelectuais brasileiras, assim como o conceito raça, que acaba recebendo uma interpretação sobretudo social.

> O pensamento racial europeu adotado no Brasil não parece fruto da sorte. Introduzido de forma crítica e seletiva, transforma-se no final do século XIX e início do século XX em instrumento conservador e mesmo autoritário na definição de uma identidade nacional e no respaldo a hierarquias sociais já bastante cristalizadas. (SCHWARCZ, 1995, p.42).

Presente no pensamento social brasileiro desde o final do século XIX, o argumento racial torna-se tema fundamental para compreender o modo como se forjou uma imagem predominante do sertanejo no período da Guerra do Contestado. Assim, analisar os textos jornalísticos é perceber as marcas do discurso da diferença que, ao produzirem sentido na caracterização dos moradores dos sertões do Contestado, contribuíram para a construção do imaginário sócio-histórico.

Importante ter presente que a ciência evolutiva e as teorias raciais vigentes até a segunda década do século XX passaram por diferentes abordagens e concepções, a fim de explicar as características (raciais) que marcaram as diferentes nações. De acordo com as tendências de desenvolvimento da ciência antropológica, os supostos atributos biológicos impunham uma imagem absolutamente negativa do "homem de cor" perante os outros tipos raciais que compunham a população brasileira. A negação do negro e do mestiço, neste contexto, vai incidir de maneira marcante na forma adjetivada (negativa e patologicamente) com que o homem do sertão é falado.

O Brasil, em função de sua composição étnica e racial, passava a ser analisado como modelo de falta e atraso por meio de uma percepção bastante consensual. Acreditava-se na deterioração decorrente da mistura de raças, capaz de apagar qualidades e deixar um tipo indefinido, híbrido e deficiente. Assim, a mestiçagem no Brasil não só era descrita como adjetivada,

constituindo uma pista para explicar o atraso ou uma possível inviabilidade da nação.[2]

Vários autores demarcam o final do século XIX como o marco para o surgimento do racismo no Brasil. Em sua recuperação histórica do argumento racial no País, Lilia Moritz Schwarcz lembra que, segundo Thomas Skidmore, antes do clímax da abolição da escravidão no Brasil, a maior parte da elite pouca atenção dava ao problema da raça em si; para esse autor, o pensamento racial teve seu auge entre 1890 e 1920, quando as ideias de hierarquização das raças e da superioridade da raça branca adquirem foros de legitimidade científica. A autora menciona também os estudos de Roberto Da Matta, em que aparece o final do século XIX como o período de florescimento das teorias raciais no Brasil. Para o antropólogo, "a elite intelectual brasileira absorveu as teorias deterministas europeias, tomando-as como doutrinas explicativas acabadas para a realidade do país".

Assim, o discurso evolucionista e determinista como modelo de análise social penetra no Brasil no final do século XIX como um novo argumento para se explicar as diferenças internas. Neste período, o debate entre monogenistas, que acreditavam que a humanidade era una, porém governada por princípios e níveis mentais e morais de evolução, e poligenistas, que valorizavam as diferenças raciais, é intensificado. Os estudos sobre a questão racial recebem uma interpretação biológica de análise dos comportamentos humanos, que passam a ser encarados como resultado imediato de leis naturais. A partir desta corrente de pensamento, nascem simultaneamente a frenologia e a antropometria, teorias que passavam a interpretar a capacidade humana tomando como base o tamanho e a proporção do cérebro dos diferentes povos. Conforme explica Lilia Moritz Schwarcz, estes estudos eram justificativas teóricas para práticas de dominação, pois por meio das variações raciais eram reconhecidas e determinadas as inferioridades.

2. A Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (RIHGB), criada no início do século XX, é uma das publicações que surge como porta-voz deste tipo de discurso: "A mestiçagem deve ser até certo ponto encarada psychologicamente como factor de degeneração. Entre nós, é constituída de elementos de várias procedências portadores de caracteres etnicos diversos e condições especiaes que sob as influências mesológicas devem trazer uma perturbação innevitavel na organização do equilíbrio inobstavel. A mestiçagem extremada aqui encontrada... retarda ou difficulta a unificação dos typos, ora perturbando traços essenciaes, ora fazendo reviver nas populações caracteres atavicos de indivíduos mergulhados na noite dos tempos. É preciso mudar as raças..." (SCHWARCZ, 1995, p.216).

> Com as conclusões evolucionistas, justificava-se o predomínio branco e a hierarquia social rígida. Utilizando um darwinismo social-biológico, explicava-se o "natural branqueamento" da população. Mas eram as teorias deterministas raciais que ajudavam a comprovar um certo atraso, ou condenavam a mistura racial do país. (SCHWARCZ, 1995, p. 137).

Estudos na área da Medicina e do Direito, inspirados na antropologia criminal de Cesare Lombroso – que estudava o crânio para comprovar a inter-relação entre inferioridade física e mental e concebia o crime como fenômeno físico e hereditário – passam a compreender a mestiçagem como fenômeno de degeneração não só racial como social. Assim, pautados no darwinismo social, o bom desenvolvimento da nação seria resultado de uma conformação racial pura.

> Nas características físicas de um povo é que se conheciam e reconheciam a criminalidade, a loucura, as potencialidades e o fracasso de um país. Critério objetivo de análise, o método antropológico trazia para alguns intelectuais uma série de certezas não apenas sobre o indivíduo como também acerca da nação. Desse modo, uma nação mestiça era uma nação invadida por criminosos. (SCHWARCZ, 1995, p. 167).

Mesmo com a evolução da aceitação racial, impulsionada por Sílvio Romero ao tratar a hibridação racial como a futura "viabilidade nacional", a desigualdade continua a encontrar grande força na valorização das "diferenças étnicas". A trajetória do argumento racial oferece, portanto, alguns indícios para se compreender o pensamento social da época e o modo como ele se manifesta nos enunciados enaltecedores da nação, na tentativa de identificar um tipo físico característico de brasilidade.

> O problema racial é a linguagem pela qual se torna possível apreender as desigualdades observadas, ou mesmo uma certa singularidade nacional. No momento em que se vinculava discurso racial e projetos de cunho nacionalista, parecia oportuno imaginar uma nação em termos biológicos, regular sua reprodução, estimar uma futura homogeneidade. (SCHWARCZ, 1995, p.239).

Foi pautando-se no ponto de vista da ciência, que emergia então como autoridade crescente, que os jornais teceram as representações do sertanejo do Contestado, entendendo a raça enquanto um problema não só social, na medida em que se considerava que a herança étnica poderia inferir negativamente nos destinos de um povo. Na constituição de uma "identidade racial" brasileira, reforçada pelas interpretações de teóricos vindos de fora do país, o fator "raça" era entendido como um tipo de influência vital no potencial civilizatório de uma nação: "o Brasil aparecia retratado como primeiro grande exemplo de 'degeneração num país tropical' de raças mistas" (SCHWARCZ, 1987, p.23).[3]

Assim, eram unânimes os temores que o nosso futuro racial poderia inspirar. Ancorada nestes argumentos, foi desenvolvida e difundida no Brasil, nos primeiros anos do século XX, uma tese que buscava traçar novas soluções para a raça brasileira: a "teoria do branqueamento das raças", que via a mestiçagem "ao mesmo tempo como um mal que deveria ser extirpado, e como uma solução para a questão racial brasileira" (SCHWARCZ, 1987, p.25). Conforme assinala a mesma autora:

> Essa concepção de branqueamento implicava, por um lado, a crença na desigualdade das raças humanas (no caso, na inferioridade e na incapacidade dos negros e mestiços se civilizarem) e, por outro e principalmente, uma seleção natural e social que conduziria a um povo brasileiro branco num futuro não muito remoto. Utilizavam-se ainda do jargão então popular da eugenia, e alguns autores nacionais sugeriam inclusive a possibilidade de depuração das características dos negros e dos mestiços após algumas gerações. (SCHWARCZ, 1987, p.25).

3. Sobre a influência das teorias raciais, que legitimavam o predomínio dos países europeus sobre os demais povos, Schwarcz destaca: "Buckle, Kidd, Le Bon, Gobineau, Lapouge e vários outros darwinistas sociais eram então muito cotados no Brasil, devido a suas teorias sobre a inferioridade negra, a degeneração mulata e a decadência tropical. Gobineau, por exemplo, que veio ao Brasil em 1869, concluía na época que a corrupção no sangue negro levaria sem dúvida alguma à decadência dos povos mestiços. Lapouge, por seu turno, acreditava que o Brasil se constituiria, num século, num imenso "estado negro" que retornaria indubitavelmente à barbárie. De acordo com estes intelectuais a 'promiscuidade' que ocorrera em épocas coloniais produzira elementos degenerados, instáveis e portanto incapazes de acompanhar um desenvolvimento progressivo." (SCHWARCZ, 1987, p.23).

Ainda na mesma perspectiva vigente na década 1920, a ciência insiste na evolução para uma nação predominantemente branca em termos culturais e raciais no contexto brasileiro. A ideia da "arianização" progressiva é uma das análises significativas deste período, acreditando nos reflexos da imigração branca, nos cruzamentos e na mortalidade de negros e mestiços. Assim, nas abordagens pessimistas da questão racial, tanto o negro quanto o mestiço eram vistos como elementos que, via de regra, maculavam a "civilização".

Participavam também desse pensamento pessimista alguns autores nacionais, principalmente Nina Rodrigues que, aliando a antropologia criminal com a pesquisa médico-legal, procurava mostrar a incapacidade da raça negra e dos mestiços de adaptarem-se à civilização, hierarquizando os povos por meio das diferenças.[4] Para o autor, analisado por Schwarcz, não se poderia falar em igualdade num país onde conviviam diferenças raciais tão significativas, e nem em desenvolvimento, uma vez que a situação racial do brasileiro estava condenada por fatores desfavoráveis resultantes da mestiçagem.

Enquanto a República surgia aos poucos, proclamando a igualdade e o direito de cidadania, a ciência, e o jornal como porta-voz do discurso científico, buscavam formas de comprovar as diferenças raciais. No processo de (re)construção da nação (logo após a abolição da escravatura e a queda do Império), o condicionamento do futuro do País pelas características das raças que o compunham foi determinante, uma vez que dizia respeito à tentativa da jovem nação se igualar aos demais países considerados civilizados.

Assim, juntamente com um projeto de desenvolvimento urbano, espalha-se entre os "homens de letras" a condenação de formas de cultura e religiosidade popular como parte do processo de urbanização. Este pensamento "aburguesado", inspirado em grande medida pelos europeus (que vai ao encontro do desejo de ser estrangeiros, ou ao menos "civilizados"), perpassa os discursos sobre as manifestações populares, representando um argumento que pode ser identificado na construção da

---

4. Ilustrativo desta abordagem é o livro *As raças humanas*, em que Nina Rodrigues propunha inclusive a criação de códigos penais diversos para negros e brancos que respeitassem as diferenças existentes, já que, segundo o autor, "a cada fase da evolução da humanidade se comparam raças antropologicamente distintas, corresponde uma criminalidade própria em harmonia e de acordo com o grau de desenvolvimento intelectual e moral".

imagem do sertanejo do Contestado em seu "catolicismo rústico" baseado na crença em líderes messiânicos.

Em meio a esse projeto de modernização da nação, surge a preocupação em definir um tipo étnico específico representativo de nacionalidade ou pelo menos simbólico dela. O "gigante adormecido", que sustenta o mito da ideologia do país novo, é colocado em questão pelos intelectuais, que pretendiam realizar um mergulho nas realidades do País para obter um veredito concreto sobre o futuro pela constituição de um "povo".[5]

Sabe-se que este tipo de análise racial não ficou restrito ao meio acadêmico. Começava a tornar-se, também, bastante frequente nos jornais, por meio de textos dos adeptos das novas teorias. Um deles, o jornalista Euclides da Cunha, merece destaque aqui pela importância de sua obra e pela similaridade que Canudos estabelece com o movimento político e messiânico do Contestado. Sua colaboração no jornal *Província de São Paulo* data de 1889, quando, partidário das convicções de Sílvio Romero, tomava como base de seu trabalho jornalístico a aceitação das leis científicas sobre as características morais das raças.

Assim, interessado em entender a resistência do homem do sertão, concluía que o mestiço era antes de tudo incapaz de conviver com a civilização. Para Euclides, a crença na idéia da existência de povos superiores legitimava a noção da "mestiçagem como um risco", já que, segundo o autor: "a mistura das raças mui diversas é na maioria dos casos prejudicial. (...) A mestiçagem extremada é um retrocesso, de sorte que o mestiço é quase sempre um desequilibrado" (CUNHA, 1973, p.132).

Este pensamento marcado pelo discurso da diferença transparece nos textos jornalísticos; à semelhança do que também ocorre no deciframento de traços religiosos e políticos no caso do Contestado, alguns jornais projetam a religiosidade dos sertanejos e a figura de seus líderes místicos ancorando-se no pensamento das elites intelectuais da época.

Sobre este aspecto, alguns traços já presentes nos jornais da época reaparecem na obra de Euclides da Cunha. Seu mapeamento das condições de vida dos sertanejos corresponde bem às designações pejorativas do homem do sertão no momento em que se refere às casas do arraial como

---

5. Esta problemática é analisada por Sevcenko por meio da literatura de Euclides da Cunha em sua caracterização do sertanejo em *Os Sertões* e de Lima Barreto em seus escritos contestadores da discriminação de negros e mulatos pelo viés jornalístico.

"urbes monstruosas de barro", "cidade selvagem", "tapera colossal". Para o jornalista e escritor, o arraial era a expressão da miséria (social e moral) do povo. Este aspecto ilustra o ensaio histórico e sociológico elaborado pelo autor (com fortes traços positivistas), em que denuncia um Brasil da época e suas contradições, um litoral civilizado e um sertão colonial, ambos em conflito.[6]

O destaque para a obra de Euclides da Cunha é relevante na análise da caracterização do sertanejo do Contestado, por trazer uma série de referências ao modo como se consolidaram, historicamente, os movimentos sociais no Brasil. O papel fundamental da imprensa na projeção de imagens do sertanejo – e do conflito de modo geral – revela a relação de constituição mútua entre a história e a prática discursiva, caminhando para a produção de um imaginário adequado em uma determinação histórica.

Na construção discursiva da Guerra do Contestado, o discurso racial se manifesta de maneira implícita; porém, determinadas colocações sugerem a supremacia da raça branca ao tratar, de forma estereotipada, o caboclo como um mestiço inculto e criminoso. Este pensamento se manifesta inclusive em obras do pós-guerra, como é o caso do livro de Aujor Ávila da Luz, que traz uma série de referências que enquadram o tipo físico do caboclo como sinônimo de degeneração moral:

> Estigmas físicos de degeneração se patenteiam na fisionomia do tipo caboclo – os lábios são grossos, o nariz grande e achatado, os zigomas salientes, a fronte curta, as orelhas grandes. O monge José Maria, tal o era, figura como tipo perfeito de mistificador; tudo está a caracterizá-lo como degenerado moral. (LUZ, 1952, p.95).

Pela análise dos textos jornalísticos enquanto registro e produção simbólica de enunciados, pode-se perceber alguns valores que marcaram o pensamento da época e atuaram na produção de sentido neste período

6. Euclides da Cunha – ao dividir a obra em A Terra, O Homem e A Luta – descreve a terra nordestina do ponto de vista geográfico e físico. Estuda o homem da região, os costumes, as crenças e superstições, detendo-se em Antonio Conselheiro e definindo-lhe os traços psicológicos. E, por fim, narra a luta entre o governo e os "fanáticos". Conforme analisa Maria Antonieta Iadocicco (1999), Euclides se opunha à perversidade e violência das tropas governamentais, mas há momentos em que se contradiz, pois expressava com frequência seu preconceito com os sertanejos, dotados de ignorância e preguiça, além dos aspectos de degeneração racial, por serem mestiços.

da história. Assim, sob o clima tenso criado pelas pressões sociais e políticas e sob o impacto da destruição de esquemas de dominação tradicionais e a emergência do coronelismo, as populações sertanejas aparecem nos jornais da época como responsáveis por uma série de questões que comprometiam o bom desenvolvimento do Estado. Profundamente marcado pela teoria étnica, o pensamento social dominante marginaliza os movimentos populares e a classe excluída, conforme analisa Luís Costa Lima em estudo sobre a construção de *"Os sertões"*, de Euclides da Cunha:

> A potência desagregadora das massas e sua inferioridade mental, junto com o postulado evolucionista acerca da inferioridade do mestiço, desempenham papel fundamental no propósito de Le Bon: 'a alma da raça domina inteiramente a alma da massa. O estado de massa e a dominação pelas massas constituem a barbárie ou o retorno à barbárie. (LIMA, 1997, p.68).

Interessante perceber que nossa história está repleta de casos em que ocorre a permanência de efeitos de sentido consensualmente aceitos, o que implica no silenciamento imposto a grupos e personagens de alguma maneira excluídos da sociedade. No caso da Guerra do Contestado, a pesquisa procura mostrar o modo como o sertanejo é falado nos jornais e participa da construção simbólica deste dizer. Em outras palavras, busca as marcas do processo de construção da sua imagem. Ou, ainda, procura entender as lógicas que fazem que os sentidos se movimentem no transcorrer dos acontecimentos, revelando diferentes faces do homem do sertão, ainda que tragam, como pano de fundo, a reafirmação do mesmo.

Construção de sentidos e formação de consensos

A identificação de regularidades na forma como o sertanejo do Contestado é significado nas páginas do jornal paranaense *Diário da Tarde* será aqui realizada com o objetivo de perceber em que medida a formação de um consenso discursivo vai preenchendo a atividade da imprensa e contribui para a formação de um imaginário predominante em relação aos envolvidos no movimento.

Inicialmente, será tratada a denominação como uma forma singular de atribuição de sentidos, que tem na repetição o mecanismo de afirmação de determinadas características. Assim, a insistência em argumentos que denotam a inferioridade do sertanejo em seus atributos de criminalidade, ignorância e fanatismo percorrem os textos jornalísticos, explicitando as marcas de um pensamento hegemônico condizente com as tendências da intelectualidade brasileira no período.

Denominar, portanto, é tornar visíveis as disputas, imposições, silenciamentos e projeções de sentido presentes na construção do acontecimento histórico (e midiático) do Contestado. De acordo com a reflexão de Bethania Mariani, o processo de denominação organiza-se na ordem do discursivo, que consiste na relação entre o linguístico e o histórico-social, ou entre a linguagem e a exterioridade:

> As denominações significam não apenas pelo que se diz com elas, ou pelo modo como se diz, bem como pelo que se depreende das relações que elas mantêm entre si. As denominações vão, assim, organizando regiões discursivas de sentidos que podem se repetir ou se transformar a cada período histórico, em correspondência com as relações sociais de força em jogo. (MARIANI, 1998, p.119).

Observando os jornais que tematizaram e construíram os acontecimentos da Guerra do Contestado, é possível perceber que o processo de denominação, embora conte com eventuais nuances de diferenciação, se vale de formas adjetivadas para reafirmar um sentido comum: a inferioridade (cultural e moral) do sertanejo. Neste aspecto, as representações discursivas que seguem evidenciam como este argumento esteve presente na consolidação do movimento na história, assim como o modo como estas representações fazem sentido em uma estrutura significativa mais ampla do jornal, que perpassa os demais textos e temáticas.

Que tipo de atitudes, no cenário simbólico construído pelo jornalismo, é possível esperar de “esfaimados carnívoros” (17/06/1915), “bandidos temíveis” (12/02/1915), “bandoleiros assassinos” (09/02/1915) e “hordas bárbaras de desertores da lei” (29/10/1912)? Que perfil os leitores acabam por construir de homens que figuram como “famigerados bandoleiros” (09/06/1915), “sanguinários inimigos” (10/10/1914), “criminosos fanáticos” (03/06/1912) e “feras indignas de piedade” (02/05/1914)?

Os adjetivos, ao explicitarem os valores presentes na sociedade, estão carregados de valor simbólico, angulando os sentidos negativamente. Assim, pelas denominações "povo inculto e sanguinário" (02/10/1912), "caboclada rebelde" (05/09/1914), "selvagens criminosos" (12/09/1914) e "perversos facínoras" (17/09/1914), os sertanejos passam a ser considerados sinônimos de criminalidade, ao mesmo tempo em que as expressões "fanatismo bárbaro e truculento" (05/04/1914) e "infelizes jagunços fanatizados" (19/12/1913) evidenciam a "ignorância e ferocidade daquela gente fanatizada" (20/05/1914) dominada por seus "instintos sanguinários" (01/05/1914).

O fanatismo, a ignorância e a rebeldia consolidam-se, por meio das marcas discursivas do jornalismo, como as principais imagens do sertanejo em luta. Desse modo, mesmo quando o assunto principal dos textos é a questão de limites, ou aspectos políticos e econômicos que envolvem a revolta sertaneja, o discurso sobre o movimento é parte constituinte da significação, incorporando os sentidos comuns referentes ao sertanejo em todo o percurso de evolução da guerra.

Os efeitos de sentido produzidos pela denominação (e pelos discursos que se organizam em torno dela), ao tornarem explícitas as significações que os jornais constroem cotidianamente, mostram que a imprensa delineia e acompanha as tendências históricas, agindo sobre elas.[7] Assim, o deciframento do emprego das palavras, do tipo de relação que elas mantêm entre si e do modo como ocorrem e significam nos textos revela que, na luta simbólica pela construção do sentido, o funcionamento de palavras e expressões assume papel relevante em se tratando da formação de consensos.

Outro aspecto significativo que pode ser esboçado pela prática discursiva do jornal *Diário da Tarde* é a compreensão dos modos pelos quais os sertanejos ganham voz nas páginas da imprensa. Ao traçar o perfil biográfico de líderes ou seguidores do movimento sertanejo, o jornal age de maneira subliminar, reafirmando as características atribuídas pela denominação explícita. Embora não muito comuns, textos com dados biográficos,

7. Na concepção de Castoriadis, "podemos dizer que a combinação dos signos resulta do sentido, pois enfim o mundo não é só feito de pessoas que interpretam o discurso dos outros; para que aqueles existam, é preciso primeiro que eles tenham falado, e falar já é escolher signos, hesitar, corrigir-se, retificar os signos escolhidos – em função de um sentido." (CASTORIADIS, 1991, p.167).

acompanhados de depoimentos da população sobre as ações dos "caboclos", aparecem no jornal para consolidar a imagem do sertanejo como desordeiro e criminoso.[8]

Sob o título "Quem é Euzébio Ferreira", o jornal paranaense publica informações sobre um dos chefes do movimento do Contestado, procurando apontar os valores religiosos pelos quais os sertanejos se deixaram absorver:

> Euzébio Ferreira dos Santos, chefe do movimento dos fanáticos, é um indivíduo de 60 anos presumíveis e natural de Agudos, comarca de São José dos Pinhais, nesse Estado. Mal sabe ler e escrever e até o ano passado, por ocasião da aparição do célebre José Maria, foi um homem morigerado e de comportamento irrepreensível. Dessa data em diante, porém, tornou-se um adepto fervoroso da crença perniciosa espalhada em torno do seu grupo de fanáticos pelo monge, substituindo o passado de homem equilibrado para se alistar nas fileiras do embuste, embora não houvesse participado dos lutuosos acontecimentos do Irani. A causa que leva hoje Euzébio a colocar à frente de uma horda de fanáticos, explica-se pela seguinte versão: andando fora de casa um filho de Euzébio, chamado Manoel, regressou apreensivo dizendo haver encontrado em determinado lugar da floresta o monge José Maria, que fê-lo mensageiro de uma ordem terminante para seu pai, mandando que este sem perda de tempo reunisse gente a fim de promover a guerra de São Sebastião. (19/12/1913)

Neste breve percurso pela história de Euzébio, destaca-se o fato de ele "mal saber ler e escrever", assim como o abandono de um comportamento "irrepreensível" em função da crença em um "célebre" monge que se tornou conhecido nos sertões por liderar uma "horda de fanáticos". A aparição do monge para seu filho, neste contexto, acaba contribuindo para a ilegitimidade atribuída à crendice do homem simples, e distanciando-o ainda mais de um passado de "equilíbrio". Assim, ao explicitar os traços de uma personalidade do movimento, cria-se uma maneira singular de representar o sertanejo por meio de uma fala "sobre" ele, partilhada pela sociedade.

---

8. No dia 17 de setembro de 1914, o *Diário da Tarde* publicou alguns dados biográficos de Bonifácio José dos Santos, Aleixo Gonçalves e Antônio Tavares Júnior, que estavam à frente do movimento do Contestado no período, procurando evidenciar por entrevistas e depoimentos os "crimes e aberrações dos fanáticos".

Igualmente interessante é perceber que o sertanejo não tem voz direta, sendo portanto falado pelos mais diversos segmentos da sociedade por discursos jornalísticos, crônicas ou artigos de colaboradores. No entanto, entre os jornais analisados aparece como exceção uma entrevista com dois integrantes do movimento do Contestado que estavam em companhia do capitão Matos Costa, figura que entrou na história pela sua tentativa de "pacificação".

> Sabendo que o bravo capitão Matos Costa tinha trazido em sua companhia dois jagunços, fomos até sua residência para ouvi-los. De fato, lá os encontramos em frente à casa em atitude de contemplação, com esse olhar velado de melancolia próprio dos nossos sertanejos, quando se vêem deslocados dos seus hábitos, afastados do seu meio. Chamam-se eles José Froglis e Alfredo de tal. José, apesar de sua descendência germânica, apresenta o aspecto de um perfeito sertanejo: é um rapaz claro, tostado pelo sol, tendo aproximadamente seus 28 anos. Seu companheiro é um rapagão de 20 anos presumíveis, de um moreno pálido, com um pequeno cavanhaque. Ambos nos declararam não saber ler nem escrever; o José pareceu-nos inteligente, por isso a ele é que dirigimos as nossas perguntas.(...) (07/04/1914)

O início do texto parece sugerir o contraste entre a situação do campo e a civilização a que os "jagunços" contemplam com distanciamento. É de notar, assim como na descrição de Euzébio, no texto anterior, que o fato de não saberem ler e escrever é profundamente relevante nestes discursos. Contudo, este período de 1914 é marcado por um discurso diferenciado do sertanejo, em que são colocadas em questão tentativas "pacíficas" de dispersão do movimento. Neste contexto, os "rebeldes" figuram, em determinados momentos, não mais como criminosos, mas simples vítimas, conforme será abordado adiante.[9] Talvez, em função da campanha lançada pelo próprio jornal, a aparição dos dois integrantes seja uma forma de reafirmar a condição sertaneja e elevar os méritos de uma possível pacificação.

---

9. Entre as variadas características atribuídas aos sertanejos, a ignorância aparece explícita ou implicitamente nos textos do jornal: "A causa primordial do movimento de anarquia que reina no sul do país reside principal e quase exclusivamente no analfabetismo e ignorância das populações desamparadas do poder público e abandonadas ao "Deus dará" e que são ainda espoliadas nos seus direitos." (28/12/1914)

Na sequência, o diálogo do jornalista com José (o sertanejo que "parece" inteligente) traz informações sobre o aspecto religioso, a figura do monge José Maria e as práticas utilizadas pelos sertanejos nos redutos.[10] Vale notar que o jogo de perguntas e respostas assume contornos um pouco diferenciados da caracterização predominante em outros momentos da guerra, quando os sertanejos representavam uma espécie de "ameaça à ordem".

> _Pode dizer-nos como foi que se deixou fanatizar e como acompanhou essa gente?
> _Eu lhe conto bem certo: Venuto, Sindoca e o velho Euzébio nos disseram que José Maria ordenara que todos fossem pelejar na guerra santa de São Sebastião e que a tempo a monarquia tinha chegado; que aquele que não fosse receberia um terrível castigo: seria envolvido numa escuridão durante três dias, e outros castigos ainda piores do que esse se aguardariam a todo aquele que se recusasse a acompanhá-los. José Maria ordenava ainda que toda pessoa contribuísse com uma rês para alimentar o seu povo, que, depois, em vez de uma ele faria aparecer dez... Nós, diante dessa promessa e temendo os castigos que poderíamos sofrer, não pusemos dúvida em acompanhar esses chefes.
> _Há muita gente dentro do reduto?
> _Tem, sim senhor; eu não sei bem, mas deve ter umas 900 pessoas entre homens, mulheres e crianças.
> _E que fazem lá dentro?
> _Venuto faz constantes formaturas; nessas ocasiões o povo recebe as ordens de José Maria, que as dá diretamente a uma menina de uns dez anos; esta a transmite a seus chefes e estes por sua vez a transmitem ao povo, que recebe com muito acatamento e respeito. Depois da formatura, há procissão, onde é carregado o retrato de José Maria num registro desse tamanho... Todos são obrigados a beijar o retrato do santo.
> _Os senhores não receiam, por acompanharem o capitão Matos Costa, uma vingança dos chefes dos fanáticos?
> _Receamos, sim senhor; por isso é que queremos acompanhá-lo.
> _O capitão então é muito bom?
> _Muito boa pessoa; aqui nos tem levado para ver uma porção de coisas

10. Sobre a religiosidade dos sertanejos, é possível encontrar várias referências pejorativas nos discursos jornalísticos do *Diário da Tarde*: "O nosso caboclo, um homem cheio de crendices e ignorante, algumas vezes vai até o fanatismo." (28/09/1912)

> bonitas e nos tem comprado muitos presentes; em sua companhia já vimos o balão subir, já fomos ao cinema, jantamos num tal Amerikan, casa muito bonita onde a gente come bem... (07/04/1914)

Ao evidenciar a organização religiosa dos "jagunços", a entrevista projeta os valores de uma classe, fundamentados na crença em um líder espiritual que se impõe ora pelo temor aos castigos, ora pelas crianças mensageiras que lideram o movimento. A pergunta "como se deixou fanatizar e acompanhou essa gente?", estabelecendo a oposição aos valores hegemônicos da época, traz ao público, implicitamente, a ignorância e a incultura das populações sertanejas.

Deixando explícita a parcialidade do jornal (e do jornalista), o questionamento sobre a bondade do capitão é oportuno no contexto da conversa, uma vez que dá legitimidade à operação de "pacificação" que tanto Matos Costa como a própria imprensa tentam concretizar no momento. Contudo, a submissão do entrevistado à benevolência do militar, fascinado com as novidades da "civilização", tem valor argumentativo ao promover a oposição profunda entre o universo do sertão e da cidade.

Tanto na descrição de traços biográficos quanto na entrevista com um integrante do movimento do Contestado, é o implícito que reafirma a condição sertaneja. Enquanto a denominação marca de maneira explícita o modo como o sertanejo é representado nos jornais, os demais textos partem de falas "sobre"; assim, ao invés de dizer que o homem do sertão é ingênuo e inculto, fala-se sobre sua crença; ao invés de defini-lo como fanático e desequilibrado, descrevem-se suas ações e convicções.

Essa questão transparece de maneira mais intensa nos seguintes fragmentos do mesmo jornal:

> À simples vista, somos levados a não dar crédito às pregações e ao poder sugestivo desses monges maltrapilhos que sempre aparecem fazendo profecias e explorando as populações sertanejas. Mas a questão é que os caboclos, homens sem cultura e de uma credulidade inconsciente, deixam-se arrastar facilmente, quando se lhes contam cousas que os impressionam pela estupidez. (26/09/1912)
>
> O deputado paranaense Correia Defreitas, que foi ao reduto dos fanáticos em Taquarussu, em Caraguatá e em Perdizes, e pode conhecer as causas da insurreição que tantas e tão preciosas vidas tem roubado às nossas forças

> armadas, declarou que o motivo principal do fenômeno que atrai agora todas as atenções do país é o analfabetismo da população insurgida. Todas as outras causas, diz o sr. Correia Defreitas, são secundárias e dependentes daquela. (18/12/1914)

Percebe-se, pela análise destes enunciados, que a representação do sertanejo na imprensa, marcada pela afirmação da ignorância e da inferioridade, é uma mistura de ditos e não-ditos, insinuações e afirmações, que fazem da prática discursiva um campo simbólico com inegáveis interferências no contexto sócio-histórico. É este processo que funciona como elemento fundamental na representação e na reprodução dos consensos resultantes das produções discursivas repercutidas no jornal, construindo um sentido "natural" para a imagem negativizada do sertanejo ao longo da história.

Discursos e ações... produzindo o terror

A análise da produção e da repetição de determinados efeitos de sentido permite reconstituir o cenário das regularidades discursivas que funcionam como suporte para uma leitura predominante da imagem do sertanejo nos discursos jornalísticos. Assim, as características já traçadas de "incultura" e "fanatismo" são legitimadas nos textos do *Diário da Tarde* por outros argumentos que vão incorporar estes sentidos (e acrescentar outros) para produzir uma imagem determinada do movimento do Contestado.

Neste aspecto, a ciência e todo um discurso médico-legal passam a representar "discursos da verdade", servindo até mesmo como explicação para determinados problemas sociais. Essas ideias, obviamente, atingem o cotidiano dos cidadãos pelos jornais e passam a constituir elementos para a definição de critérios e perspectivas de civilização.

Trata-se, aqui, de perceber como o discurso das diferenças raciais incide no tratamento discursivo do sertanejo do Contestado, assim como o próprio posicionamento (explícito ou "desfocado") do jornal enquanto porta-voz destes discursos ancorados na visão pessimista do negro e do mestiço.

Ao anunciar os atos de "banditismo", "crime" e "massacre" realizados pelos integrantes do movimento, o jornal passa também a definir

os traços de um grupo específico. Os textos que seguem explicitam esta questão:

> São gravíssimas as notícias que hoje recebemos sobre os fanáticos. Segundo essas notícias, os caboclos, entregando-se a verdadeiros atos de banditismo, atacaram as estações de São João e Calmon, saqueando-as e massacrando. (07/09/1914)

> É de fácil verificação pelo que nos dizem estes despachos a situação amarga e dolorosa em que se encontram as populações de Papanduva, Itaiópolis, Rio Negro e União da Vitória, em face dessa horda perigosíssima de selvagens criminosos que percorrem aquelas zonas, em desrespeito de autoridades constituídas e afrontando rudemente as populações laboriosas e honestas que vem caracterizando seus pseudo-fanáticos. (12/09/1914)

> Este povo está bem armado a Winchester Comblain e muitas Mauzers e é um povo famigerado que não aceita acordo algum, a não ser o de matar, roubar e saquear, sendo sempre preferidas as propriedades dos paranaenses. Não se trata de fanatismo e sim de banditismo e saque, com o pretexto de Monarquia. (08/10/1914)

Por meio destes discursos, os sertanejos representam um perigo para as "populações honestas" das diversas cidades por onde passam. As origens do conflito e a situação de miséria e exploração que se somam aos fatores que levaram à eclosão da guerra são ocultados nestes textos, enquanto as intenções de saquear, roubar e matar ganham destaque, em um contexto que o próprio jornal constrói pelo modo como informa os acontecimentos. Ignora-se, portanto, as causas primordiais dos sertanejos para enquadrá-los em atos de "banditismo", desprovidos de sentido contestador e reivindicatório, conforme sugere o texto do jornal:

> Esses caboclos que agora põem em sobressalto o Contestado pouco têm em comum com os primitivos fanáticos que adoravam São José Maria. Uns, são desses ainda, com o espírito obcecado pela sua crendice. Outros, mais numerosos, lutam ainda para vingar o bombardeio injustificado de Taquarussu. A maior parte são aventureiros que fazem do banditismo meio de

> vida. Há ainda os que os acompanharam por medo, sabido que é melhor estar ao seu lado que do lado oposto, e os que esperam de tudo isso a posse da terra que lhes foi extorquida.
>
> Unem-nos, na mesma campanha, os sentimentos mais diversos. Os primeiros, defendem a memória do seu "monge". Os segundos, agem pelo ódio a quem os atacou. Refratários ao trabalho, procuram os terceiros tirar proveito da situação anormal. Os últimos, querem as terras que passaram de sua posse para a propriedade dos grão senhores de latifúndios. Todos congregam-se pelo receio de ser mais uma vez atacados.
>
> A princípio, como bandeira marrom, bastava o "fanatismo". Veio depois a lembrança de que na Monarquia eles nunca foram atirados a canhão e viviam em paz no chão que cultivavam. E surgiu, então, entre eles, a ideia sebastianista, que uns adotaram sinceramente e outros exploram com perversidade. Eram dezenas, ao princípio. Foram logo centenas. Hoje são milhares. Quatro mil é o cálculo mais frequente. Assim numerosos, e após tantas lutas, deixaram de ser inofensivos, como o eram e nós o proclamamos. Constituem agora um perigo. Os sertões do sul estão sem policiamento, entregues à horda dos caboclos. As famílias fogem espavoridas. Os povoados mais vizinhos estão desertos. As próprias cidades sentem-se ameaçadas. É uma situação intolerável e necessário tornou-se resolvê-la. Mas, como?
>
> Sempre fomos partidários de uma solução incruenta. Queríamos a pacificação, por meio de emissários e os mandamos aos redutos. Fracassadas as tentativas, batemo-nos por um serviço de polícia energioso e permanente, até que os amotinados entrassem na ordem, e nossas palavras não foram ouvidas. (29/08/1914)

A trajetória realizada pelo jornal aponta para o fim das características iniciais do movimento sertanejo, ou seja, a crença em José Maria, e parte para sua transformação em caso de polícia, uma ameaça à sociedade. Há momentos, porém, em que o jornal se utiliza de argumentos que procuram justificar uma determinada leitura do social, propondo então ações no sentido de "colonizar" o povo e aproximá-lo da "civilização". Assim, diante das tentativas não concretizadas de dar fim ao movimento considerado "subversivo", o jornal refere-se às vitórias aparentes das sucessivas

expedições[11] e aborda o problema da pacificação dos sertanejos da seguinte forma:

> Não há quem não reconheça que foi a falta de policiamento do contestado que mais diretamente concorreu para a formação de núcleos de bandidos. A solução prática seria, pois, a permanência definitiva de tropa do exército no contestado. A grande e necessária vitória não teremos pelas armas, mas pela ação permanente no terreno contaminado pelos bandidos e será, não pela ação guerreira, mas colonizadora. (09/02/1915)

Afirmadas as características dos sertanejos pelo próprio desfecho da guerra, em que as armas de fogo são combatidas por golpes de facão de madeira, aponta-se a colonização como o meio possível para enfraquecer o movimento. O trecho que segue é bastante expressivo, ao reunir argumentos que justificam as lógicas pelas quais a condição sertaneja adquire sentido.

> Não eram vãs as nossas palavras de sábado, quando afirmávamos que o bárbaro assassinato do tenente Campos vinha demonstrar que os fanáticos, ao contrário do que se dizia, se achavam, ainda, no firme propósito de continuar a sangrenta tragédia que há mais de um ano se vem desenrolando nos nossos sertões, trazendo o luto e o desconforto a dezenas de lares, e maculando o solo de nossa terra. A absoluta paz que as autoridades competentes diziam reinar, não poderia ser senão aparente, pois todos nós conhecemos de sobejo o caboclo fanatizado [...]. Podem ficar certos, os senhores homens de poder, que a extinção desse desastroso mal, que é o levante de grupos fanatizados, pelos sertões, jamais será levada a efeito pelos meios até agora praticados. Mil vezes que se os disperse e que se os tente dizimar, eles de

11. "A primeira expedição militar para li enviada imaginou ter dado caça a um simples bando de salteadores; mas os salteadores, regressada a tropa, reapareceram, saídos de seus covis. E assim sucedeu com todas as expedições posteriores, a última das quais, a que antecedeu a atual – a expedição Carlos de Mesquita – chegou até a receber aclamações e festas, tão grande era a certeza de que ela tinha de fato extinguido os redutos dos bandoleiros. Ora, nada indica que a mesma coisa não se repita agora com a expedição do general Setembrino. Os bandoleiros daquelas paragens, fatigados, dispersam-se ou fingem que se dispersam. Mas congregam-se depois e recomeçam as suas tropelias. [...] A expedição Setembrino, se ela realmente pensa ter acabado com os últimos redutos dos bandoleiros, não deve contentar-se com uma vitória que pode ser tão aparente quanto foi a do general Mesquita." (09/02/1915)

> novo se reunirão, cada vez mais fortes, para lançarem à face da civilização e da paz a sua aterradora ameaça. É necessário que se procure trazê-los para o convívio das regiões mais adiantadas ou lançar nas terras que eles habitam as sementes fecundas da instrução e do progresso. (18/05/1914)

O jornal, ao estabelecer a mediação de um discurso pautado no pensamento dominante na época, faz dos atributos e comportamentos dos sertanejos um argumento para a legitimação das diferenças. Trata-se de estabelecer, pela oposição entre um "nós" civilizado e um "eles" atrasado, um jogo de sentidos no qual o Contestado representa a negação de uma sociedade estruturada e em desenvolvimento (social e moral, conforme as tendências de pensamento predominantes na construção de um projeto de brasilidade).

É pela prática discursiva dos jornais que se propõe um "nós" imaginário, pois, construindo representações do sertanejo, constitui-se ao mesmo tempo a imagem invertida do que normalmente se apresenta e oferece. O "nós" representado pelo apoio às forças militares veiculado nos discursos jornalísticos torna-se, da mesma forma, o projetado como sendo o dos paranaenses. Os textos seguintes evidenciam este contraste, uma vez que projetam valores simbólicos diferenciados na caracterização das forças em disputa:

> Como se não bastasse tanto sangue derramado, a jagunçada tirou, numa emboscada, a vida preciosa do capitão Matos Costa, ilustre e bravo oficial, cujos sentimentos humanitários trazem o mérito de uma pacificação, chamando-se à razão toda essa horda estúpida e alienada que é a dolorosa inferioridade cultural das populações do sertão brasileiro. (19/12/1913)

> Bandoleiros e assassinos, ou simples espíritos empolgados de negro fanatismo, os seres que, em bandos terríveis de ferocidade se levantaram empunhando armas contra as gloriosas forças do país eram essencialmente prejudiciais à ordem e ao progresso. (05/04/1915)

> Impossibilitados de tirotear, os soldados do Regimento de Segurança defendiam-se a carabina contra as investidas dos caboclos dispostos a chacinear toda a tropa, a golpes de arma branca. Soldados e fanáticos se misturavam nessa luta fantástica em que os gemidos torturantes das vítimas se confundem aos uivos de rancor partidos dos caboclos tomados de verdadeira fúria. (31/10/1912)

Percebe-se, pela análise destes enunciados, uma espécie de linha divisória marcando, de um lado, um "nós" em que figuram personagens conhecidos, respeitados e admirados, vítimas da ação dos jagunços e, de outro, figuras desconhecidas e pervertidas, inferiores culturalmente, alienadas e ferozes, ao ponto de serem consideradas prejudiciais à ordem e ao progresso. De maneira semelhante, a entrevista realizada com o general Carlos de Mesquita[12] reafirma tal oposição ao traçar o percurso das operações de batalha e anunciar uma nova fase, marcada pela rendição gradativa dos rebeldes. Sobre as estratégias de atuação no Contestado, o general menciona os serviços do capitão Matos Costa e do Padre Lacher, e as dificuldades de estabelecer um diálogo com o que o general denomina de "essa gente ignorante".

> [*Essa viagem ao reduto*] não produziu o efeito desejado, porquanto os amotinados, sabedores da ida do padre ao seu reduto, resolveram sumariamente assassiná-lo, salvando-se ele por benevolência de um caboclo, que o avisou sobre a sorte que o aguardava. O padre Lacher, porém, conseguiu chegar até as proximidades do acampamento dos fanáticos, tendo de se retirar abruptamente, falhando assim as suas intenções. De volta de sua perigosa viagem, o reverendo declarou-me que os fanáticos de Caraguatá são verdadeiras feras indignas de piedade, merecendo ser a todo transe exterminados. Referia-se ele aos 100 caboclos bandidos de que falamos no começo desta entrevista e que são capitaneados pelo alemão Conrado de tal, adventício que parece estar explorando em seu proveito a ignorância dos nossos sertanejos.

12. A apresentação que antecede a entrevista confere legitimidade ao que se diz sobre os sertanejos, ao explicitar a trajetória do referido general: "O general Carlos de Mesquita fez toda a campanha do Rio Grande do Sul na Revolução Federalista, de 1893 a 1895, a princípio comandando a polícia daquele estado, prestou assinalados serviços, tendo deixado a seu pedido o comando da polícia, assumiu o do 30º batalhão e de outras localidades ainda no mesmo Estado. Em Canudos foi ferido em combate, tendo feito depois as duas expedições a Mato Grosso, nas quais foram relevantes os seus serviços na célebre questão com a Bolívia. Ultimamente, por ocasião da revolta dos marinheiros da armada, marchou para o Rio como comandante da 56ª de caçadores, sendo depois promovido a general de brigada pelos serviços prestados durante aquela revolta. Seguiu depois para o estado do Ceará na qualidade de chefe de inspeção daquela região, donde regressou para o Rio Grande do Sul, como chefe da 4ª Brigada estratégica, onde é bastante estimado por seus companheiros de armas e pelo povo daquele estado, que reconhecem em sua excia um caráter aliado à rigidez de princípios nunca desmentida." (02/05/1914)

> [...] Ensinado pela experiência do movimento de Canudos não vacilo em afirmar que essa gente protegida pela topografia do terreno em que se refugiou pode enfrentar com vantagem um efetivo de 1000 a 2000 soldados que, desconhecendo as particularidades do solo, servem de alvo aos tiros certeiros disparados no seio da floresta, pela mão do caboclo. (02/05/1914)

Diante das tentativas frustradas tanto das forças do exército quanto de representantes da igreja, os sertanejos aparecem condenados ao extermínio, justamente por figurarem como bandidos ou "feras indignas de piedade". Assim, mostrando como são e agem, fica claro que o "eles" marca oposição a um "nós" implícito no texto que, por sua vez, corresponderia ao jornalista que escreveu a matéria e aos leitores do jornal da época. A partir dos efeitos de sentido produzidos por estes textos, na situação em que se inscrevem, é possível apreender a imagem predominante construída pela ação da imprensa. Apreender, portanto, os sinais que apontam para a polaridade e o contraste existente entre a mentalidade forjada por diversos segmentos da sociedade, que compartilham a leitura da notícia, e as práticas dos sertanejos, colocados distantes destes locais onde se produzem as representações.

Na inversão de papéis, o movimento de sentido

No processo de evolução dos episódios da Guerra do Contestado, pode-se dizer que as transformações do contexto social e os interesses que regem tais situações modelam o conteúdo e as formas de significar das notícias. Em outros termos, é possível observar que a construção simbólica dos sertanejos e do movimento político e messiânico não permanece estável durante todo o processo, recebendo novos elementos e reafirmando ou negando dizeres anteriores.

Trata-se do processo de movimentação dos sentidos, que, em estreita relação com a situação específica em que são produzidas as representações, traz à tona as lógicas que orientam a produção de determinadas falas em detrimento de outras. Nessa dinâmica, os sentidos das palavras e expressões apontam para sua constituição em termos das relações de forças sociais.

Portanto, deslocar discursivamente o sentido, nas palavras de Bethania Mariani,

> [...] indica o processo de migração de sentidos, indica também reorganização dos modos de dizer historicamente constituídos, ou seja, sinal de possíveis resistências, rupturas e transformações histórico-linguageiras. Indica, por fim, que as práticas discursivas estão em permanente processo de repetição e/ou ruptura em função da permanência e/ou transformação dos rituais enunciativos que as constituem. (MARIANI, 1998, p.50).

Percorrendo os principais momentos do desfecho da guerra, dos primeiros combates e derrotas das forças oficiais até a interferência das polícias dos estados do Paraná e de Santa Catarina e o respaldo do Exército Nacional, pode-se considerar que os interesses em jogo (em especial referentes à questão de limites entre os dois estados) fazem que o posicionamento mais ou menos aceitável às medidas tomadas para a dispersão do movimento circulem de maneiras diferenciadas no espaço do jornal. Depois de apoiar as operações de guerra, no extermínio do movimento subversivo de fanáticos, o *Diário da Tarde* passa a questionar o modo como as forças policiais do estado vizinho procedem, na tentativa de acabar com os redutos dos sertanejos, conforme demonstra o texto do jornalista Rubens do Amaral:

> Os arautos da solução sangrenta acham que, feito no Gragoatá e no Corisco o que se fez no Taquarussu estará normalizada a situação. A nós, parece-nos que esses três combates serão apenas o prólogo de uma tragédia sertaneja, que se vai desenrolar por muitos meses ainda, quiçá por muitos anos. Está apenas levantado o pano.
>
> As forças do exército e da polícia catarinense cercam e atacam os fanáticos em seus três conglomerados. Eles resistem como podem, porém as suas pica-paus não podem competir com os canhões e por isso debandam. Quem os impedirá de reunir-se, pela coesão do ódio e do espírito de vingança em novos redutos?
>
> O soldado brasileiro não poderá, assumindo as funções que competem ao soldado catarinense, dar caça aos Venuto Baiano, aos Chico Ventura e aos quejandos facínoras cuja existência entre os fanáticos inofensivos justificou o emprego das armas contra infelizes patrícios mergulhados na ignorância e na conseqüente crendice e superstição. É possível que a efusão de sangue tenha tido a virtude de esclarecer o espírito dos fanáticos. Quem negará que a bala esclarece os espíritos, como um bom livro ou um hábil

> mestre-escola? É também possível que ela tenha, além desse efeito civilizador, outro mais espantoso ainda: o de regenerar os bandidos. Todavia, não esqueçamos que um Estado que não pode manter senão com os canhões federais a tranqüilidade dentro do seu território é pretendente a um terço do paranaense, com que duplicará o seu. O contestado que vá vendo como são bons governantes os que ambicionam dominá-lo. Santa Catarina conquistou agora, definitivamente, a confiança dos seus jurisdicionados. (12/02/1914)

Neste texto, em que os catarinenses são os "arautos da solução sangrenta", o sertanejo permanece dotado de ignorância, sendo, no entanto, estabelecida a diferença entre os "facínoras" e os fanáticos "inofensivos". A superioridade das forças, que combatem modestas pica-paus, é tratada com certa ironia nos momentos em que o jornalista refere-se à possibilidade de "esclarecer os espíritos dos fanáticos" e "regenerá-los" pela efusão de sangue, que teria efeito civilizador comparável ao da instrução. No entanto, estes argumentos ganham força explicativa ao final do texto, quando tal posicionamento é justificado pelo viés da disputa política entre os dois estados. Com o respaldo das forças do exército, o governo catarinense estaria mais próximo das instâncias decisivas em relação à questão de limites.

O efeito de sentido estabelecido inicialmente pelo discurso da união de forças para lutar por uma finalidade comum – a dispersão dos sertanejos – acaba sendo deslocado de acordo com os interesses que incidem sobre as estratégias políticas dos estados na questão de limites. O enunciado "o contestado que vá vendo como são bons governantes os que ambicionam dominá-lo", carregado de cinismo, explicita a relevância de uma causa maior – o temor da perda de território pelo estado vizinho – em meio às formas com que as forças atuam nas operações de guerra.

Entre os variados posicionamentos dispersos no jornal no transcorrer dos acontecimentos aparecem referências de um contexto social que está sendo construído e no qual as questões do Contestado se desenrolam. Assim, os jornalistas manifestam, em seu próprio fazer, as situações políticas e sociais que perpassam o conflito, constituindo espaços para outras versões e formas de significar.

O fragmento de jornal transcrito abaixo, anunciando telegrama "patriótico" sobre a pacificação sem sangue pelo general Setembrino e

transmitindo um apelo ao presidente do Estado do Paraná para o envio de recursos, promove um movimento de sentido do caboclo criminoso ao sertanejo vítima da sociedade.

> "O general, comunicando ao presidente a grata notícia da próxima submissão dos sertanejos, dirigiu um apelo ao governo para que os nossos míseros patrícios, transviados do caminho da lei pela ignorância e pelo abandono em que vivem, sejam localizados nas terras férteis do Paraná "sob as vistas generosas e diretas de autoridades bondosamente moralizadas, a semelhança do que se faz com o colono estrangeiro, a quem cercamos de todas as regalias e que estão destruindo a alma da nossa pátria."
> Nessas simples palavras de um despacho telegráfico, o ilustre general aborda um problema de notável relevância social: a incorporação do proletariado nacional à sociedade. A alma da nossa pátria origina-se dos elementos étnicos, esparsos e ainda não bem caldeados, que concorrem para a formação de nossa raça. O caboclo representa aí um fator preponderante, que, entretanto, é desprezado e, muitas vezes, perseguido e esmagado, em benefício do estrangeiro que vem exatamente, como diz o general, destruir a alma nacional.
> Há ainda uma frase no telegrama do general, que revela a nobreza dos seus sentimentos: "Nós, brasileiros, devemos nos condoer da sorte dos nossos desaventurados sertanejos, os quais tudo esperam do fervoroso patriotismo de v. exa." Tem razão o general: nós, os brasileiros, não podemos deixar de condoer-nos da sorte dos nossos míseros patrícios, quando sabemos que eles se encontram nessa triste condição, única e exclusivamente por *nossa* culpa. Nós é que os deixamos entregues à sua própria sorte no fundo dos sertões, sem sentirem nem de leve os benefícios da civilização, para o qual eles também concorrem com o seu obscuro e afanoso labor.
> Eles não têm escolas, que lhes abra o espírito à verdade, afugentando dele as perniciosas crendices; não têm o bem estar e muitas vezes não têm nem o direito de viver no pedaço de terra que ocupa, regando-a com o suor do seu rosto.
> Como uma dolorosa antítese, o colono estrangeiro tem todas as regalias: ocupa as terras que de direito pertencem ao nacional, recolhe do Estado toda sorte de auxílios, tornando-se, com os elementos de superioridade intelectual que já traz de seu país, um competidor, a que o sertanejo ignorante, supersticioso,

> fatalista, tem de submeter-se, por se encontrar isolado e sem apoio moral e intelectual de seus patrícios. O caso dos sertões é um sério problema moral e social, que revela uma bem inspirada solução; esta não é, porém, a destruição dos fanáticos a ferro e fogo. A sua solução cabe não ao exército, mas sim ao mestre escola. Destruir o homem e deixar a ignorância é cortar a árvore daninha e deixar as raízes. Estas se reproduzirão com mais rigor, brotando por toda a parte em novos e mais perniciosos rebentos. (07/01/1915)

Este longo texto veiculado no *Diário da Tarde*, embora apresente marcas que legitimam a visão consensual sobre o sertanejo, em termos de inferioridade, ignorância e desvios morais, traz também uma série de elementos que permitem (re)pensar a condição sertaneja. Afinal, em relação ao "colono estrangeiro" – que recebe todo tipo de apoio do governo para se estabelecer no País, ainda que esteja contribuindo, segundo alguns nacionalistas, para a destruição da alma brasileira – o caboclo passa a figurar como um compatriota, desfazendo a visível oposição presente nos demais enunciados entre um "nós" e um "eles". Neste contexto, o caboclo é considerado um "mísero patrício" que só não partilha dos comportamentos e pensamentos "civilizados" pela ignorância e abandono em que vive.

Curioso também é o modo com que se assimila uma certa culpa pela condição em que se encontram as populações do sertão, desprovidas de direitos e oportunidades, uma vez que, por natureza, já estão em desvantagem em relação aos estrangeiros, considerados superiores intelectualmente. Finalmente, em vias de pacificação dos sertanejos, aparece o apelo ao sentimento de unidade nacional, pois "*nós*, brasileiros, devemos nos condoer da sorte dos *nossos* desaventurados sertanejos" – estes mesmos homens, a quem foi considerada necessária a destruição pelas armas, em garantia da ordem e da paz.

O que faz que as "feras indignas de piedade" se apresentem agora, no mesmo jornal, como vítimas da miséria social? Neste movimento de sentido, que lógicas pode-se apreender? Tendo em vista que a imprensa é, por natureza, constituída por diversas vozes, a constituição do discurso jornalístico não abre caminho para uma outra relação de heterogeneidade com os acontecimentos?

Analisando os espaços organizados com sentidos já legitimados e a possibilidade da abertura desse dizer para rupturas, apreende-se o surgimento de outros sentidos, que se movimentam entre o "mesmo" e o "diferente".

A abordagem deste tipo de percurso de significação nos discursos jornalísticos assume contornos mais explícitos no momento em que o jornal paranaense se firma em um olhar sobre a questão do Contestado que se distancia, de alguma maneira, dos sentidos inicialmente formulados em relação às práticas de combate ao movimento. O texto de Rubens do Amaral – “Os sertanejos em armas são revoltados, fanáticos ou instrumentos? Em qualquer caso, não são os principais culpados” –, explicita esta questão.

> Pelas informações que chegam daqui e dali e pelo desenrolar dos acontecimentos, o que se nos afigura é que os fanáticos estão unidos por dois elos principais: sua ignorância fanatizada por monges tão ignorantes como eles próprios e seu ódio a algum morubixaba politiqueiro que os tenha molestado por qualquer razão. Depois virá o instinto de sociedade e de conservação dos bandidos que tenham contas a ajustar com a justiça do Paraná e de Santa Catarina. [...] Se são revoltados contra humilhações contínuas, se são vítimas da ignorância, ou se são ao mesmo tempo uma e outra coisa, merecem esses brasileiros ser acuados na sua toca, como feras, fuzilados a Mouser, varridos a metralha, despedaçados a canhão? Não! Sua culpa é bem menor do que a de quem os exacerbou e de quem os deixou crescer semi-bárbaros nos sertões, segregados da civilização, sem escolas e sem justiça. Que ao menos as intervenções se façam com o mínimo de efusão de sangue exigi-lo-iam os sentimentos de humanidade, se não o impusessem os da justiça. Eles também são brasileiros! (07/01/1914)

Tomado agora por sentimentos humanitários, o jornal anuncia que os sertanejos, que também são brasileiros, não merecem ser tratados a bala, designando parte da culpa pela situação de conflito à omissão da própria sociedade. Assim, contando com o respaldo de autoridades e grupos sociais da capital paranaense[13], o jornal legitima uma campanha – “Pela Humanidade!” – à opinião pública, posicionando-se como aliado dos sertanejos, em nome dos sentimentos patrióticos. Mas, ao mesmo

13. Sobre a adesão da campanha junto à comunidade, vale destacar: “O apelo que lançamos destas colunas – pela humanidade – em prol dos sertanejos de Taquarussu vai repercutindo dia a dia em todos os corações de bons brasileiros. Já registramos aqui o apoio que a esta nobre causa trouxeram autorizados órgãos da imprensa do Paraná e da capital federal. Hoje, temos a anunciar, jubilosos, à aquiescência do Sr. Vidal Ramos, governador de Santa Catarina, a idéia que agitamos.” (15/01/1914)

tempo em que a adesão a um fim pacífico para o movimento torna-se um desejo comum, as operações negam tais intenções. É baseando-se na insatisfação com os rumos tomados pelas forças federais e policiais que o *Diário da Tarde* noticia, em tom emotivo:

> Comemorou-se o assalto de Taquarussu. Os caboclos foram feridos a bala, estraçalhados a metralha, espedaçados a canhão. Homens, mulheres e crianças morderam o pó, com os membros decepados, o peito varado, o crânio fulminado, o ventre estripado. O sangue tingiu de rubro as matas do sertão catarinense. Quarenta e oito sertanejos tombaram mortos. Venceu a tropa regular. Nós, do *Diário da Tarde*, estamos com a consciência tranqüila. Não concorremos com incitamentos para tão dura lição aos que pensaram em rebelar-se. Ao contrário, num momento em que a opinião quase desvairava baixando o polegar, como Nero no Coliseu, em sinal de morte, aos fanáticos do Taquarussu, erguemos nossa voz, levantamos o nosso protesto e lançamos o nosso apelo – Pela humanidade!. Esse brado ecoou no Estado inteiro, em Santa Catarina, no Brasil todo. Um movimento de opinião se fez, em prol dos míseros sertanejos.
>
> Um dia, quando se escrever a história desses ajuntamentos, como Euclides da Cunha escreveu a de Canudos, há de constar de suas páginas os esforços que empregamos, como brasileiros e como moléculas da humanidade, para evitar a sangueira que correu. Nossa voz e nossa ação chocaram-se de encontro à invulnerável obstinação de uns e ao invencível fanatismo de outros. Mas nunca se dirá que tivéssemos concorrido para a tragédia com o nosso aplauso, ou sequer com o nosso silêncio.
>
> Os nossos soldados, por sua vez, cumpriram um dever imposto pelos seus superiores hierárquicos. Não os censuramos por isso. Lamentamos, apenas. Mas o coração nos diz que a 8 de fevereiro de 1914 se praticou em Taquarussu um erro, uma iniqüidade, senão um crime, de que os responsáveis são o coronel Ferreira de Albuquerque, de Curitibanos, o coronel Vidal Ramos, governador de Santa Catarina, e o marechal Hermes da Fonseca, presidente da República. (11/02/1914)

Além de nomear os culpados e lamentar o desfecho dos acontecimentos, ressaltando por uma descrição minuciosa o modo como as forças procederam no massacre aos sertanejos, o jornal evidencia o papel da imprensa no desenrolar dos fatos, agindo sobre a realidade que noticia.

Os esforços do *Diário da Tarde* em sensibilizar a população e apontar os rumos de uma solução "sem derramamento de sangue" são os elementos principais presentes no referido discurso jornalístico, ao ponto de anunciar a entrada do jornal de maneira decisiva nas "páginas da história". Conteúdo semelhante pode ser encontrado na continuação desta campanha, quando o jornal publica manifestações de adesão aos seus objetivos, como a correspondência enviada pelo deputado Correia Defreitas[14] e os demais textos que insistem em apagar as marcas de violência comumente atribuídas aos sertanejos:

> (*Defreitas*): "Os fanáticos não praticaram uma agressão ainda, um roubo, uma depredação. Vão ao extremo de queimar dinheiro, viveres e munições apreendidas para não se aproveitar do que é alheio. A própria lenda da existência de perigosíssimos e facínoras bandidos entre os fanáticos é desfeita por inteiro. Agora que o exército já se desafrontou plenamente na resistência oposta à coluna Adalberto, ponha-se um paradeiro aos mais violentos empregados para dispersar os caboclos. Use-se de outros meios, o sítio, por exemplo, já que a intervenção pacificadora dos emissários do "*Diário da Tarde*" não surtiu o almejado efeito. Os fanáticos, com o revés sofrido devem ter-se convencido já de que não há lugares santos, de que José Maria não os livra de serem mortos pelas balas dos nossos soldados. Perderam a força moral; provavelmente hão de render-se sem dificuldade." (14/02/1914)
>
> O "*Diário da Tarde*", em artigo intitulado – Pela humanidade! – definiu sua opinião em relação ao caso com que o sr. Vidal Ramos nos injustificavelmente alarmara o país. Os fatos que cada dia foram chegando ao conhecimento da imprensa e do público vieram felizmente comprovar que a razão estava conosco e não com os que exigiam contra os sertanejos o extermínio

14. Dando continuidade à campanha de opinião pública, o jornal publica: "Quando o "*Diário da Tarde*", em vibrante artigo de autoria do seu ilustre diretor Jayme Ballão, encetou sua já memorável campanha contra o premeditado massacre dos fanáticos de Taquarussu, não imaginávamos que os acontecimentos viessem a dar tão completa razão. À proporção que se foi dissipando o mistério que envolvia o reduto dos fiéis de José Maria, viu-se ficando demonstrado que os sertanejos em armas eram realmente muito mais dignos de lástima e de piedade do que do morticínio que se lhes preparava. Para acabar de tornar perfeitamente justa a campanha do "*Diário da Tarde*", aí estão agora telegrama do coronel Rocha Tico e carta do deputado Correia Defreitas, os dois abnegados brasileiros que não hesitaram em sacrificar-se para poupar a vida a uma ou duas centenas de compatriotas." (14/02/1914)

> a todo transe. Ficou exuberadamente demonstrado que os devotos de São José Maria, até a data do primeiro ataque, ainda não haviam cometido a menor depredação. Assim, pois, não havia como legitimar o envio de centenas ou milhares de soldados do nosso exército para varrer a bala pobres homens que só faziam mal a si mesmos, entregando-se a práticas só compatíveis com o absoluto analfabetismo em que jazem mergulhados. (28/02/1914)

Importante destacar que as ideias promovidas pela campanha não se limitam às páginas dos jornais. Configurando um modo singular de fazer jornalismo, marcado por posturas políticas bastante definidas (característica da imprensa ainda nos primeiros anos do século XX), o jornal envia representantes para os redutos, na tentativa de conhecer de perto a realidade camponesa e promover o fim do conflito. O jornalista, neste cenário, deixa de ser um observador dos acontecimentos para se inserir diretamente no processo histórico. O texto intitulado “A odisséia de um pacificador – Um homem que se expõe a todos os perigos e à própria morte em bem da humanidade” é ilustrativo desta questão, pois descreve a trajetória de um emissário especial do *Diário da Tarde* nos redutos de Taquarussu, Gragoatá e outros em tentativa de “pacificação”, acompanhado de parentes de pessoas que lá se encontravam (como Antonio Sampaio, Generoso Ribeiro e Firmo de Mello).

> O velho Antonio Sampaio, que pretendeu conseguir convencer o filho que devia voltar para casa, nada pode obter, apesar de chegar a derramar lágrimas ao abraçar o filho, mas tão fanatizado estava este que permaneceu indiferente às súplicas do pai que, nestas condições, teve de voltar para sua casa, tão assombrado ficou por lá estar despertando desconfianças.
>
> Já estávamos sendo vigiados por ordem do vidente, um menino de 9 para 10 anos, que eles tratavam “o comandantinho”, e todos os dias ia pela madrugada receber ordens de São João Maria. As ordens as transmitia imediatamente aos vários comandantes, um do batalhão de meninos e outro dos 12 pares da França.
>
> [...] Senti muito não ter podido evitar tanta sangueira inútil, quando pelo sítio se poderia conseguir tudo em menos de oito dias e ainda se pode conseguir nos dois redutos restantes. Senti queimarem a boa casa do assassinado Praxedes Gomes. Nessa casa, consta, havia pessoas vivas que foram queimadas no incêndio. (22/02/1914)

Embora o emissário, sendo vigiado pelos videntes, não consiga a adesão dos seguidores do monge José Maria, a aproximação do jornal (e, por que não dizer, da opinião pública organizada por ele) acaba por dissolver a ideia de lados completamente opostos e em conflito. O relato em primeira pessoa, neste contexto, torna-se praticamente uma prestação de contas ao leitor, principalmente no que diz respeito à impossibilidade de conter determinadas atitudes das forças policiais, como a destruição dos redutos.

Neste importante momento da história, em que o sertanejo é falado não mais como uma ameaça à sociedade – mas como parte e, principalmente, vítima dela –, deve-se procurar compreender as formas pelas quais se procura representar a condição sertaneja, com enfoques distintos em momentos específicos. No percurso histórico dos jornais, percebe-se que os próprios acontecimentos que se desenrolam após os primeiros meses do ano de 1914 acabam por promover a retomada das características anteriores atribuídas aos integrantes do movimento do Contestado[15].

Esta campanha de pacificação promovida pelo jornal representou um significativo elemento na definição dos rumos do Contestado. A relevância da observação deste momento específico da história, em que acontece o processo de "migração de sentidos" a partir de mecanismos e estratégias discursivas, está na singularidade com que se procurou traduzir e significar as origens e a situação dos moradores do sertão e integrantes do movimento, de modo a produzir sentidos sobre os fatos.

Pela ação discursiva do jornal, os sertanejos foram representados de um modo particular, dentro de um quadro de referências próprias ao pensamento da época que se somaram a situações pontuais em que o conflito foi tematizado. Ao observar variações de tratamento que conduziram a uma imagem específica dos sertanejos nos jornais, foi possível constatar a construção de um discurso que repercute na sociedade e nas páginas do *Diário da Tarde* para traçar simbolicamente ângulos e marcas de uma história que, conforme procuramos demonstrar, se faz pela polifonia dos sentidos.

---

15. Nota-se que nos levantes posteriores o posicionamento do jornal junto às forças dominantes é explícito; a própria mudança na direção do jornal vai incidir sobre a maneira pela qual o *Diário da Tarde* noticia o desenrolar dos conflitos.

Sobre algumas imagens de um discurso racial

Procuramos, nesta tentativa de organização temática dos discursos que construíram a imagem predominante do sertanejo, perceber certas nuances de representação (que vão do perfil de criminoso ao de vítima) e o modo como são construídas ao longo da história, evidenciando os significados latentes que fazem da realidade um processo constante de produção e atribuição de sentido. Ou, em outros termos, buscamos analisar as formas de inscrição da historicidade nos processos discursivos e reavivar os sentidos que se movimentam em meio às dinâmicas de atores, fatos e situações dispersos nas páginas do jornal.

Variando entre um trabalho ora analítico, ora reflexivo, ora emocional e dramático, ora de informação, ora de apelo a um determinado tipo de ação (às armas, à decisão política, ao humanitário), o *Diário da Tarde* coloca-se em pauta e mostra que seu trabalho não se separa formalmente de um agir orquestrado pelas forças sociais; trata-se de um tipo de interferência mútua entre o jornal e a sociedade da época, que faz que os dizeres do jornal paranaense produzam sentido.

A diversidade de perspectivas aqui trabalhadas mostrou que o jornal elabora uma certa lógica que o permite se mover, nos níveis interno e externo dos discursos, entre posições e ângulos diferenciados, segundo a situação e os interesses em pauta. Mudanças no andamento do conflito, na política regional, nas vinculações e alianças dos jornalistas e em demais questões relativas aos rebeldes interferiram de forma definitiva no modo como o sertanejo e os demais atores sociais foram tratados e reconhecidos pelo periódico.

O percurso pelas falas do jornal paranaense possibilitou perceber algumas formas pelas quais se compreendeu a condição sertaneja durante a Guerra do Contestado. Desvendando marcas de um pensamento hegemônico marcado pelo argumento racial, reconhecemos a busca pela definição de um perfil do sertanejo por meio da descrição de suas características físicas e morais, individuais ou coletivas – que se manifesta na utilização da denominação e outras formas retóricas – como um recurso constantemente utilizado pelo jornal para “dizer” a realidade. Com a intensificação de uma narração que vinculava os rebeldes às atitudes criminosas, e ainda com o descrédito com que sua religiosidade era tratada, percebemos também que as imagens aqui referidas do homem do sertão percorrem os textos

jornalísticos de maneira direta ou indireta, contribuindo para oferecer determinada leitura dos fatos já anguladas e pré-concebidas no transcorrer da guerra.

Neste sentido, é importante destacar que o vínculo do sertanejo ao analfabetismo, à ignorância e ao fanatismo, embora assuma sentidos diferenciados de acordo com a circunstância em que se revela, é parte integrante do consenso que se constrói discursiva e simbolicamente ao longo do conflito. Este potencial de ação e representação que configura a atividade da imprensa se constitui porque o jornal

> [...] trabalha com e cria consensos, opera com dados num primeiro momento explícitos, e que na prática diária de repetições e reiterações tornam-se cada vez mais implícitos, reforçando-se enquanto verdades ou pressupostos intocáveis. [...] Portanto o jornal cria e recria consensos que a cada repetição necessitam de menos explicações. (SCHWARCZ, 1987, p.248).

O jornal, portanto, trabalha com a existência de questões essenciais e por isso mesmo nem sempre mencionadas explicitamente, ou na maioria das vezes enunciadas de forma subliminar. É no interior desses intervalos de ditos e não-ditos que se pode depreender um leque de representações sobre o movimento do Contestado que vai configurando, desdobrando e constituindo verdades assumidas coletivamente no processo de construção da história pelo jornalismo.

O jornalismo na construção (simbólica) da nação

Ou como o discurso nacionalista produz sentidos na história do Contestado

"Vemos quanto é forte esta alavanca –
a palavra – que levanta sociedades inteiras,
derruba tiranias seculares."
(Euclides da Cunha)

Visíveis e expressivos contrastes marcam o percurso da história da Guerra do Contestado. Vozes variadas e visões polarizadas da realidade disputam sentidos e agem sobre os acontecimentos, constituindo um campo simbólico de projeção e construção de imagens diversas (e divergentes) deste importante episódio da história contemporânea.

Estes contrastes e disputas emergem e assumem materialidade histórica quando enquadrados em um chão social, em um tipo específico de imprensa e em questões que dizem respeito aos vários grupos envolvidos no conflito. Conflito este, vale lembrar, que não está sendo considerado apenas nos limites de sua constituição histórica, mas também no terreno das práticas simbólicas que o envolvem, no qual a imprensa ocupa espaço privilegiado.

Para realizar uma análise do movimento do Contestado retratado/construído na imprensa é importante considerar que a busca de qualquer esclarecimento ou reflexão sobre o assunto passa, necessariamente, por um estudo do processo histórico e da formação cultural da época. Desse modo, torna-se fundamental analisar alguns elementos do pensamento social presentes no período estudado, que coincide com um momento de transição política (da Monarquia à República) no Brasil, além das características socioculturais que contribuíram para a eclosão da Guerra.

Analisando as formas argumentativas que marcaram o pensamento da época, pode-se apreender, por meio da imprensa, as representações que o discurso produz e suas relações com o social. Nessa perspectiva,

os discursos jornalísticos podem ser entendidos como parte integrante e instituidora dos principais acontecimentos do período, devido à sua inegável interferência nos contextos político, econômico, religioso e cultural da sociedade paranaense.

Basta lembrar que a análise da imprensa de uma determinada época faz, inevitavelmente, vir à tona as principais tensões que configuram o cenário de uma sociedade. E a República, com sua projeção simbólica na vida e no imaginário social, torna-se, nos primeiros anos do século XX, o grande eixo temático para se tentar compreender o funcionamento e a organização dos segmentos que entram em conflito e produzem sentidos em função de interesses específicos.

Com base nesta possibilidade de investigar as significações sociais que atravessam os discursos jornalísticos, o tema da nação se configura como um importante viés para uma releitura do pensamento social brasileiro na Primeira República. Afinal, inegável admitir que, ao veicularem ideais nacionalistas, os jornais construíam um conjunto de ideias e de ações que visavam a projeção simbólica da nação, passando a representar uma alternativa para o desenvolvimento da sociedade brasileira. Desse modo, o espírito nacional passa a ser visto, no início do século, como fonte de valores e de conduta, abrindo espaço para uma visão hierarquizada dos indivíduos e uma determinada ordenação do mundo político e social dominante.

Isso justifica uma leitura sócio-histórica do período do movimento do Contestado associada à análise de como a imprensa representa os fatos e contribui para a configuração de um novo campo político no período considerado. A busca de referências e marcas do pensamento social projetadas pelo jornal *Diário da Tarde* na fase de consolidação do regime republicano oferece, assim, alguns subsídios para uma leitura do poder simbólico de construir sentidos pelo dizer, tendo em vista o movimento jornalismo/sociedade e o modo como se refletem, interferem e complementam.

Esta perspectiva, que norteia e delimita a análise dos jornais no caso Contestado, está voltada para a investigação de como os discursos midiáticos projetam e legitimam um projeto nacionalista ao incorporarem os argumentos e posicionamentos oficiais. As formas pelas quais o jornal se aproxima do pensamento hegemônico traçado pelas forças dominantes, expressas na idealização dos militares como representantes da ordem e da justiça, serão aqui observadas dentro de um contexto de legitimação

da República, assim como o envolvimento e o potencial de formação da opinião pública atribuído ao jornalismo no período.

Assim, em meio à formação e à transformação dos modos de "significar" a Guerra do Contestado, vão se construindo sentidos, negando outros e, enfim, construindo representações e histórias. Pela apreensão dos modos de dizer/fazer dos discursos jornalísticos, abre-se uma perspectiva de deciframento de sentidos no contexto político da época, que se procura dar conta nos limites deste estudo de caso.

A República, entre vivências e escritas

O momento histórico marcado pela proclamação e consolidação da República na vivência coletiva dos brasileiros é significativo para compreender os reflexos e a interferência do pensamento pautado no novo regime político nas representações tecidas pelo jornalismo. Admitindo a indissociável relação do jornal com o contexto social em que atua e participa, pode-se avaliar em que medida os discursos jornalísticos contribuem para a projeção dos ideais nacionalistas e dos valores da nova sociedade "idealizada".

Sabe-se que a República foi a única alternativa para evitar a calamidade da revolução e promover a reabilitação da Pátria. E, desde o início do regime, a orientação conservadora ditou os limites das transformações sociais e políticas. Devido às implicações que a mudança política representava, nos primeiros anos o novo projeto enfrenta não apenas a resistência dos últimos monarquistas, como também a disputa entre as próprias forças vitoriosas na Proclamação pelo controle do poder.

Para Maria Helena Capelato, a República desponta como um novo marco na história do Brasil, expressando o desejo de romper com vínculos do passado e, por meio de um discurso homogeneizador, encobrem-se as alternativas de outros grupos cujos projetos foram derrotados: "a República significa, para seus artífices, o tempo da liberdade" (CAPELATO, 1988, p.46). Contudo, a mesma autora critica o modo como a memória oficial e oficiosa registrou os acontecimentos em momentos como a abolição da escravatura e a proclamação da República, analisando a participação da imprensa no sentido de oferecer uma versão dirigida dos acontecimentos e apagar a participação do povo nas conquistas. Capelato refere-se aos

bastidores das transformações sociais, em que as injustiças e os interesses costumam ser ocultados pelo brilhantismo das comemorações, como aconteceu com a "festa republicana": "Quanto ao povo, foi convidado a participar da festa, mas não da República" (CAPELATO, 1988, p.46).

O modo como a República se consolida no final do século obedece aos princípios de progresso e desenvolvimento determinados pelo pensamento positivista. Conforme analisa Juliana Maria de Siqueira, no artigo "Além das palavras, além das formas", são estes princípios que, nos meios republicanos, determinam as ações de propaganda e os planos para a construção da nova ordem, pautando-se nas seguintes orientações: criação da moral positivista, valorização do sentimento de dever, governo autoritário e implantação do sistema capitalista. Segundo a autora, embora o projeto republicano se configurasse estrategicamente em uma ordem antidemocrática, acabou empolgando toda a sociedade sobretudo graças à imprensa e às escolas, que atuaram na formação de consensos sobre o tema (CASTRO *et al.*, 1996, p.78).

Pode-se dizer, portanto, que a construção do ideário republicano se deu por um trabalho simbólico no qual a imprensa ocupa fundamental importância, uma vez que a abertura de jornais e de organizações foi parte constituinte da movimentação no mundo das ideias, abrindo janelas que antes se continham no recatado mundo imperial. Percorrendo o processo de construção do imaginário republicano brasileiro, José Murilo de Carvalho observa que "a manipulação do imaginário social é particularmente importante em momentos de mudança social e política, de redefinição de identidades coletivas" (CARVALHO, 1990, p.11). Assim, ao admitir a junção de símbolos e ações políticas na busca pela afirmação da condição nacional, acaba-se recaindo constantemente nos modelos de república existentes na Europa e na América.

A própria expressão do pensamento político positivista sintetizado no *slogan* "Ordem e Progresso", caracterizada pela ênfase no novo, representa metaforicamente a passagem das trevas à luz, reforçando a ideia de que a monarquia fora vencida pelas forças representativas da modernidade. A legitimidade do projeto republicano perpassa os problemas sociais do País e as práticas de manipulação simbólica que procuram evidenciar os rumos do processo de transformação social. Na análise de Carvalho,

> Além de ter surgido em uma sociedade profundamente desigual e hierarquizada, a República brasileira foi proclamada em um momento de intensa

> especulação financeira, causada pelas grandes emissões de dinheiro feitas pelo governo para atender às necessidades geradas pela abolição da escravidão. (CARVALHO, 1990, p.29)

Este espírito de especulação, denunciado amplamente na imprensa, na tribuna e nos romances, dava, conforme o historiador, uma marca ao regime incompatível com a virtude republicana. Neste sentido, a ação tinha de se basear no convencimento, pelo uso de símbolos e da projeção de heróis para a construção de um rosto para o País. Aliada a esse processo, a palavra escrita foi usada abundantemente em livros, jornais e publicações da Igreja como arma principal de convencimento dos setores médios. Mas empregava-se também o simbolismo das imagens e dos rituais (como a bandeira e o hino), embora, sem raiz na vivência coletiva, a busca pela legitimidade do regime tenha caído no vazio.[1]

Em seu estudo sobre a participação popular no regime republicano, Murilo de Carvalho reproduz uma frase que se tornou famosa, do propagandista da República Aristides Lobo, revelando uma visão menos "romântica" da proclamação da República: "O povo, que pelo ideário republicano deveria ter sido protagonista dos acontecimentos, assistira a tudo bestializado, sem compreender o que se passava, julgando ser talvez uma parada militar."[2]

Sabe-se que nos primeiros anos houve, inclusive, uma espécie de antipatia popular pelo novo regime. Afinal, a expectativa inicial despertada pela República, de uma maior participação, foi sendo sistematicamente frustrada:

> Desapontaram-se os intelectuais com as perseguições do governo Floriano; desapontaram-se os operários, sobretudo sua liderança socialista, com a dificuldade de se organizar em partidos e de participarem do processo eleitoral; os jacobinos foram eliminados. Quanto ao grosso da população,

---

1. A simbologia republicana é destacada na obra de Carvalho pela análise de monumentos, da nomeação de heróis e da tentativa de despertar o sentimento nacionalista na população. A importância da imprensa e do uso de imagens e rituais neste processo é evidenciada pelo autor, ao mesmo tempo em que se revela um desnível entre a tentativa de se criar um consenso "artificial" e a incorporação do projeto republicano no cotidiano dos brasileiros. (CARVALHO, 1990, p.139).
2. Carta de Aristides Lobo ao *Diário Popular* de São Paulo, em 18/11/1889.

> quase nenhum meio lhe restava de fazer ouvir sua voz, exceto a imprensa. (CARVALHO, 1987, p.37).

Embora, de alguma maneira, houvesse um avanço em termos de participação popular em relação ao antigo regime, as decisões que envolviam os destinos do País caberiam só aos mais comprometidos com os ideais de "ordem e progresso". Trata-se, portanto, de uma abertura relativa à participação do povo no regime republicano, uma vez que nem todos estavam aptos a votar. Na solução adotada, limitou-se o direito de voto apenas aos alfabetizados; como apenas 8% da população sabia ler e escrever, a maioria ficou de fora do âmbito da política. Conforme aponta Jorge Caldeira, a exclusão foi de tal ordem que, na primeira eleição da República, o número de eleitores não ultrapassou o daqueles que haviam participado da última eleição feita nos moldes da Constituição de 1824 (pela qual votava quem tivesse renda superior a 100 mil-réis, fosse alfabetizado ou não).

Diante deste quadro da sociedade da época, que aponta para a exclusão discriminatória nas decisões da política republicana para mulheres, analfabetos e menores de idade, os cidadãos encontravam nas manifestações populares de caráter político um espaço para "dizer" fora dos canais oficiais – por meio de greves e atos públicos. É nesse contexto que acontece, em 1904, a mais importante ação popular da época – a Revolta da Vacina[3], resgatada no livro de Murilo de Carvalho por meio de textos jornalísticos, ilustrações e fontes oficiais.

Percebe-se, com isso, que a imprensa figurava no referido momento histórico como protagonista dos acontecimentos. Incitando debates e mobilizações, divulgando opiniões e servindo como porta-voz dos mais variados segmentos sociais, o jornalismo revela seu papel na construção dos episódios que marcaram o período republicano. Exemplo disso é o modo como o *Correio da Manhã* se envolve na Revolta da Vacina. Lembra Carvalho que a multidão saiu em passeata até a sede do jornal, onde deu

3. Com a saúde pública em crise, teve início a luta pela implantação da vacina obrigatória contra a varíola (prevista desde 1837), a terceira epidemia no alvo de Oswaldo Cruz. A resistência geral à vacinação movimentou a capital; mostra Carvalho que, fora do Congresso, o combate à obrigatoriedade deu-se principalmente na imprensa, destacando-se o *Correio da Manhã* e o *Commercio do Brazil*, que pregavam a resistência à vacina por meios legais ou pela força, pois consideravam a intromissão do governo um "despotismo sanitário", chegando inclusive a divulgar que a "honra da família estava ameaçada", pois os agentes de vacina "violariam os lares e desnudariam braços e colos de filhas e esposas". (CARVALHO, 1987, p.100).

vivas ao *Correio da Manhã* e morras a jornais que apoiavam o governo (como *O Paiz* e *Jornal do Commercio*).

O modo como os jornais produzem sentido, angulam e contextualizam os agentes envolvidos reflete a própria essência do jornalismo: construir significados (variados e até mesmo contraditórios) pelo discurso. A ideia de um "lugar de fala" formado pelas diversas vozes que disputam na imprensa um espaço de publicização das ideias, apontada pelo autor pela recuperação histórica da Revolta da Vacina, serve como eixo possível para a reflexão sobre efeitos e as variações de sentido presentes também na imprensa do Contestado.

Afinal, assim como na revolta de 1904 a indiferença do governo em relação aos sofrimentos da população – que culminou na legítima defesa dos direitos civis como tema da primeira campanha publicitária de êxito no Brasil – ganha visibilidade pela ação discursiva da imprensa, as tensões sociais que se estabelecem durante a Guerra do Contestado podem ser observadas pelo modo como o jornalismo faz transparecer e estimula os confrontos entre os diversos segmentos, devido ao seu poder de construção da realidade pelo dizer.

Tendo em vista o cenário da sociedade da época, a análise caminha na tentativa de observar as marcas presentes nos discursos sobre a questão do Contestado, de modo a reconhecer nos textos jornalísticos veiculados no *Diário da Tarde* momentos significativos da construção da história na/pela imprensa.

Discursos e ações: o jornalismo e a instituição do imaginário

Como a ideia de nação faz parte do universo simbólico, sua valorização visa proporcionar sentimentos de identidade e de alteridade a uma população que vive e se originou em um mesmo território. Os grupos, categorias ou segmentos sociais constroem e utilizam um referencial simbólico que lhes permite definir seus interesses específicos e projetar significados a fim de criar uma "identidade coletiva" que, no caso analisado, faz transparecer os ideais do projeto nacionalista.[4]

4. "É importante ressaltar que não existe, nem nunca existiu, um único nacionalismo. O desenvolvimento do nacionalismo foi determinado pelos problemas que cada nação enfrentou ao

Lúcia Lippi Oliveira, ao estudar a nação como forma de obter um tipo de identidade coletiva, analisa os condicionamentos presentes na produção, divulgação e consagração dos bens simbólicos: "Falamos em nação ora como mito, ora como ideologia, ora como percepção do senso comum. No entanto, nação não é um conceito científico, e sim um conceito que pretende legitimar uma dada construção social da realidade." (OLIVEIRA, 1990, p.21).

Importante destacar, no que diz respeito à constituição dos processos sociais pelas práticas discursivas, a presença da história como produção simbólica ininterrupta que organiza sentidos pela linguagem. É por meio deste encontro entre o dizer e sua historicidade que se pode apreender a dimensão simbólica dos processos midiáticos.

Partindo dos investimentos de sentido que se formam e conformam em momentos históricos específicos, pode-se conceber o ideário republicano além de suas dimensões práticas na experiência social, considerando-o sobretudo como parte de um sistema imaginário que contribui para a consolidação do regime. O tema da nação, nesta perspectiva, procura despertar o sentimento de pertencimento a uma sociedade, seja nomeando aliados ou criando figuras heroicas por meio da mitologização.

É neste espaço reservado para um discurso sobretudo enaltecedor da nação que recebem destaque nos periódicos o culto ao Exército e à glória militar. Como "a produção de uma ideologia nacionalista, fundada nas representações políticas de um grupo específico, é capaz de orientar a ação em tempos de crise ao propor formas de salvação da pátria" (OLIVEIRA, 1990, p.66), o discurso nacionalista se faz presente no imaginário coletivo pelos argumentos da identidade e da tradição.

Em se tratando da Guerra do Contestado, pode-se perceber o posicionamento do jornal *Diário da Tarde* por meio de seus recursos e mecanismos discursivos. Os valores do nacionalismo e do civismo são tematizados constantemente nos enunciados sobre a revolta sertaneja, refletindo um movimento nacional que procurava exaltar esta ideologia a fim de reafirmar a República e a figura dos militares num período conturbado e repleto de incertezas.

Analisar o discurso jornalístico é considerá-lo do ponto de vista do funcionamento imaginário de uma época: o discurso jornalístico tanto se

procurar a realização de um destino comum que proporcionasse auto-identificação e sentido de pertencimento à sua população." (OLIVEIRA, 1990, p.44).

comporta como uma prática social produtora de sentidos como também, direta ou indiretamente, veicula as várias vozes constitutivas daquele imaginário. A partir das formas de inscrição da historicidade na linguagem, podem-se perceber os processos midiáticos que atuam na perpetuação e construção de determinados sentidos em detrimento de outros, organizando os acontecimentos de modo a orientar – simbolicamente – uma dada visão da realidade.

Neste trabalho de anunciar e construir acontecimentos, uma das características observadas no jornal *Diário da Tarde* é a oficialidade; o periódico dedicava espaços nobres do veículo para a divulgação de depoimentos e notas das forças da República. Nestes espaços, a grandeza das ações militares, em contraste com a “crueldade e ignorância” dos sertanejos do sul, são constantemente exibidas por meio de matérias que ressaltam o heroísmo, a bravura e a superioridade dos “guardiões da ordem”, conforme sugerem os fragmentos de texto abaixo:

> As primeiras virtudes militares são o caráter e a energia; depois vem a inteligência e o saber. (05/01/1912)

> Se o militarismo é uma estrada cuja extrema curva é a morte ou a glória, se a profissão das armas não é um meio de viver, senão uma preparação lógica da morte, então a educação militar tem por fim fazer conhecer ao soldado seu papel no seio da nação e excitar os nobres sentimentos de solidariedade, devotamento, confiança e abnegação que farão deste um completo guerreiro. (05/01/1912)

Estes trechos do jornal paranaense evidenciam a presença de uma cultura hegemônica que perpassa os ideais republicanos. Os argumentos baseados nos sentimentos de dever, civismo e patriotismo aqui destacados aparecem também em outros momentos do período analisado como pano de fundo para a caracterização dos militares em meio aos conflitos da Guerra do Contestado; é baseando-se neste tipo de construção simbólica que os textos jornalísticos tratam o movimento como uma campanha militar impulsionada pelo fanatismo, ignorando o conflito social e as condições de miséria e exploração dos sertanejos. Desse modo, a exaltação do patriotismo e das figuras militares como representantes da nacionalidade se faz presente nos jornais, consolidando o Contestado na história oficial a partir

dos esforços e virtudes dos militares em assegurar a paz tumultuada pelos fanáticos de José Maria.

De acordo com Oliveira, o estilo ou perspectiva de pensamento significa a maneira pela qual se vê um objeto, o que se percebe nele e como alguém o constrói em pensamento. Assim, "o pensamento de todas as partes em todas as épocas é de caráter ideológico" (OLIVEIRA, 1990, p.17). Dentro de um quadro de representações que consolida o projeto republicano/nacionalista, interessa observar como o discurso jornalístico legitima determinados poderes e dá visibilidade a seus símbolos, esboçando uma história por meio da oposição entre um "nós" (representado pelas virtudes dos militares) e um "eles" (formado por sertanejos rebeldes e, portanto, não patrióticos).

Ao incorporarem o papel de porta-voz dos acontecimentos da Guerra do Contestado (vale lembrar que as informações chegavam até os jornais por telegramas do Exército, inclusive número de baixas, resultado de investidas e relatórios de combate), os militares abrem espaço para a construção de uma imagem predominante dos acontecimentos, que é polemizada por meio das relações com demais grupos e instituições que agem no espaço simbólico da imprensa paranaense.

O discurso predominante da ideologia republicana, ao transparecer nos enunciados jornalísticos, oferece aqui importante elemento para a observação dos sentidos produzidos no imaginário social. A partir da apreensão de algumas formas de significar os acontecimentos do Contestado, procura-se detectar um campo polêmico instituído pelas vozes oficiais, autorizadas a emitir conceitos e trabalhar as regularidades e diferenciações da caracterização dos envolvidos no conflito. Ou seja, trata-se da compreensão dos modos pelos quais os processos midiáticos produzem e articulam sentidos ao longo dos episódios do Contestado.

Apelos e angulações de um discurso militarista

Ao produzirem sentidos, os media não estão apenas refletindo um mundo exterior, mas também as práticas daqueles que detêm o poder de determinar as angulações dos acontecimentos na vivência dos leitores. Mais do que considerar os registros jornalísticos como aquilo que realmente aconteceu, pode-se ver nestes registros as práticas das pessoas que fazem, direta ou indiretamente, estes mesmos registros.

No decorrer dos acontecimentos da Guerra do Contestado, pode-se perceber o entrelaçamento entre o simbólico e o real nos discursos que retrataram e construíram os episódios ao longo de cada conflito. Visões românticas da ação dos militares, relatos estereotipados do lado “subversivo” e destaque para aclamações populares aos aliados projetam um imaginário que se materializa em cada combate, praticamente de maneira independente do fracasso ou do sucesso das forças militares, que detêm o poder (na sociedade e na imprensa).

Esta questão transparece no tratamento excessivamente emotivo dado pelo jornal para informar o momento que deu início à Guerra do Contestado, quando o Regimento de Segurança do Paraná embarca para Palmas para dispersar os sertanejos que estavam então reunidos em torno do líder José Maria. O Paraná, na verdade, interpretou a chegada dos seguidores do monge na região de Irani como uma invasão catarinense ao território de limites ainda indefinidos.

Segundo Maurício Vinhas de Queiróz, desde o início, quando se espalhou o boato da “restauração da monarquia”, o governo do Paraná recebeu com extrema inquietação as notícias do movimento em torno do novo monge.

> Chegou a julgar que se tratava de manobra por parte de Santa Catarina a fim de guarnecer o Contestado com tropas federais e garantir assim a execução da sentença do Supremo Tribunal no caso dos limites. Essa versão deixou de prevalecer desde que o bando de José Maria penetrou em território sob a jurisdição do Paraná. (QUEIROZ, 1981, p.90).

Diante da decisão de enviar tropas para expulsar os “intrusos” da área, é nomeado o coronel João Gualberto (personagem bastante conhecido na sociedade curitibana pela atuação nas forças militares, na Sociedade de Tiro Rio Branco e nas páginas do jornal *Diário da Tarde*, do qual era colaborador) para chefiar a expedição em defesa do território paranaense, fato este amplamente comemorado pelo jornal:

> O dr. Carlos Cavalcanti, visivelmente comovido, pronunciou algumas palavras, salientando a sua satisfação pela rapidez com que o Regimento se movimentara. Disse que à frente da força ia o coronel João Gualberto, oficial que tanto se destaca pelo valor, pela competência e pelo espírito

> organizador do oficial que é um dos belos ornamentos do Exército, onde os há, felizmente, em abundância. As ordens são as mesmas que eu já dei ao ilustre comandante. Trata-se de um caso simplesmente policial e espero que o glorioso Regimento, habituado a manter a tranquilidade pública, corresponderá à confiança do governo. Tem essa certeza porque o Regimento sempre desempenhou com presteza os serviços do Estado.
> (...) À proporção que se aproximava a hora da partida, que se realizou às 7 da noite, crescia a excitação no povo, que, afinal, rompeu de vez quando o comboio se movimentou. Foram erguidos calorosos vivas ao Regimento de Segurança, ao Paraná e à República. Do comboio, a soldadesia, entusiasmada, levantava os mesmos vivas. Seguiu o trem atirando, por despedida, a banda de cornetas e tambores uma marcha triunfal, cujos ecos se casavam com o das aclamações populares. (14/10/1912)

É neste clima de exaltação do dever de defender o Estado, que encontra respaldo nas manifestações do povo, que o jornal constrói um espaço para "dizer" a realidade, a partir de enfoques e angulações já dadas. A despedida, conforme registrado no jornal, é envolta de um tom comemorativo e de apoio popular; afinal, trata-se da prova concreta dos deveres e virtudes das forças militares, que passam de discursos recorrentes à vivência da sociedade curitibana. Esta percepção pode ser verificada no relato de um oficial ao *Diário da Tarde*, no momento em que se anuncia a necessidade de conter a reunião de sertanejos na área contestada:

> As nossas almas (nós éramos 15 oficiais) eram tomadas pela saudade profunda de deixarmos os entes queridos a quem mais amamos. Mas, que fazer, é esta a missão do soldado; não há remédio senão de, com orgulho, cumpri-la. A locomotiva rolou rumo sul, em busca do Rio Caçador, donde devíamos continuar, a cavalo, em procura desse lendário monge de longas barbas e unhas crescidas, a maneira dos sacerdotes egípcios. (05/10/1912)

O jornal, assumindo um caráter de oficialidade diante dos acontecimentos, noticia o envio de tropas reafirmando os argumentos que dão legitimidade aos ideais dos militares. No entanto, a iniciativa acabou frustrando drasticamente os que apostaram no poder das forças militares no combate em Irani. Aliás, importante destacar que registros históricos e relatos da guerra demonstram que os fanáticos de José Maria não desejavam

combater; tanto assim que pediram prazo para dispersar-se pacificamente, argumentando que não tinham interesse algum na questão de limites.

No entanto, do outro lado, as decisões já estavam tomadas. "Ainda em Curitiba, após aceitar a missão de que fora incumbido, o comandante da força pública não escondia aos íntimos quais os objetivos em que se empenhava: levava cordas e havia de trazer os bandidos todos, amarrados".[5] Sabe-se que, assim que chegou ao município de Palmas, o coronel enviou até José Maria um importante "recado"[6], que não é aceito pelo monge por estar "escrito a lápis". A partir de então, trava-se o primeiro combate da história do Contestado. A catástrofe do Irani foi motivo de comoção generalizada, contagiando inclusive o redator do jornal, pela descrição minuciosa das informações disponíveis.

> À nossa redação pediam informes e o telefone tilintava de momento a momento tangido por pessoas que tiveram seus entes queridos no campo de ação, por amigos que indagavam o que havia. Não tardou que tivéssemos a notícia oficial da tremenda catástrofe. No auge da dor que nos dominou, faltou-nos coragem para contar ao povo a desgraça que nos feria.
> A avançada das forças paranaenses, composta de 70 homens, sob o comando do denodado coronel João Gualberto, fora exterminada em combate renhido com a horda de bandidos não em pequeno número mas montando uma força de 500 homens bem armados e municiados.
> Entre os nossos bravos sucumbiram o brioso militar, o brilhante ornamento do Exército Nacional, coronel João Gualberto, que heroicamente caiu sobre a metralhadora que pessoalmente dirigia. Morreram também os alferes Libindo e Sarmento, caindo com bravura ao lado dos seus soldados, outras tantas vítimas do cumprimento do dever. Toda sociedade paranaense enluta-se, participando

5. Queiroz, em seu estudo sociológico sobre a Guerra do Contestado, recupera importantes informações como esta declaração de João Gualberto por meio da história oral. (QUEIROZ, 1981, p.94).
6. "Acampamento do Regimento de Segurança nos Campos do Irani em 20 de outubro de 1912. Senhor José Maria. Deveis comparecer a este acampamento com a maior urgência a fim de explicardes o motivo da reunião de gente armada em torno da vossa pessoa, alarmando os habitantes dessa zona e infringindo as leis do Estado e da República. Caso não atenderdes a essa intimação que me ditou o cumprimento do dever e o sentimento de humanidade, comunico-vos que que dar-vos-ei já franco combate e a todos que foram solidários convosco, em verdadeira guerra de extermínio a fim de voltara essa zona do Estado o regime da ordem e da lei [...]." (QUEIROZ, 1981, p.95).

> da dor que inconsolavelmente atormenta as famílias dos mortos. Se consolo pudesse haver para a mágoa esse estaria na desolação em que se encontra a alma do Estado. Às famílias das vítimas heróis ao estado e ao ilustre dr. Carlos Cavalcanti, o *Diário da Tarde* envia sinceras condolências. (23/10/1912)

Poderia ser listada uma série de adjetivos que são utilizados pelo jornal para fazer referência ao coronel encarregado da expedição e às ações das forças militares – como brioso, brilhante, heróico, denodado, bravo. Mas, além da explicitação destas características, é relevante observar também os argumentos em que o jornal se baseia para informar seus leitores, mesmo "faltando coragem para contar ao povo" as trágicas notícias. No relato comovido, verifica-se claramente o envolvimento do jornal com um "nós", na medida em que se lamenta as perdas do combate, sem informar os motivos pelos quais se combateu e as baixas "do outro lado".

Registros oficiais revelam que o Regimento de Segurança do Paraná havia partido de Curitiba com aproximadamente 400 homens, dos quais o coronel Gualberto tirou 43. Reunidos estes ao contingente do tenente Busse, somavam uma força de apenas 64 homens, que assim atacaram os "fanáticos do Irani". Sob as ordens de João Gualberto, a tropa do governo enfrentou pouco mais de 200 sertanejos (QUEIROZ, 1981, p.100). Estes números, entretanto, não coincidem com as informações divulgadas pelo jornal, de 500 "bandidos" bem armados.[7]

---

7. Sobre a entrada do coronel João Gualberto nos sertões, o jornal divulga relatos mais ou menos precisos de testemunhas dos acontecimentos, como o que segue, trazendo assim importantes referências sobre a versão oficializada dos fatos e as especulações em torno do monge: "Antes, muito antes de mover-se o Regimento de Segurança, já corriam aqui em União da Vitória desencontrados boatos sobre o monge José Maria. Ora, o monge tinha 200 homens outrora, o monge proclamava a monarquia em Campos Novos e, por último, já ele tinha tomado conta da cidade de Palmas, onde havia aprisionado diversas pessoas de influência política etc. Diante dessas contradições, reservei-me calado, sem nada querer adiantar a esse vespertino, que me honra em aceitar as minhas pobres linhas, tão rudes quanto o meu espírito. Já nada mais adiantarei em dizer que o glorioso Regimento de Segurança, sob o comando de brioso militar João Gualberto, aqui desembarcou debaixo de chuva, que atravessou as ruas em garbosa marcha, ao som da música de tambores e cornetas; que se alojou na casa do coronel Amazonas, a beira do Iguaçu, improvisada em quartel e que, ainda mesmo chovendo, o povo num delírio extraordinário levantava entusiásticos vivas ao Paraná, ao dr. Presidente do Estado, ao Regimento de Segurança, ao dr. Chefe de polícia e ao coronel João Gualberto.
   (...) Bem informado estou que o Regimento, após chegar aos campos de Palmas, dividiu-se da seguinte forma: 30 praças foram destacar na cidade de Palmas; 63, inclusive o piquete da

Segundo estudo de Marli Auras, por volta das 7 horas da manhã a vanguarda troca os primeiros tiros com os fiéis. Pouco depois, uns 200 sertanejos, a pé e a cavalo, caíram de supetão sobre os soldados.

> Avançando sobre a tropa, não obstante os tiros que abriam claros em suas fileiras, os seguidores do monge fizeram grandes estragos nos policiais, com seus facões e espadas de pau e com as armas de fogo de que dispunham. No meio da luta, José Maria caiu prostrado por uma bala. Quando os soldados, apavorados, começaram a se dispersar, um grupo de caboclos enfurecidos cerca João Gualberto e, enquanto o matavam, um fanático grita para os demais: “piquem este desgraçado que ele é o único culpado”.
>
> Entre mortos e feridos, um terço das forças policiais foi destroçado. Muitos sertanejos também morreram. Estava, desta forma, concluída esta batalha nos campos do Irani, na manhã do dia 22 de outubro de 1912. José Maria, o monge que assumiu, a contragosto, o comando dos sertanejos em direção a esta luta armada estava morto. Estava morto também João Gualberto, comandante da força policial, sem ter logrado atingir seu intento: desfilar pelas ruas de Curitiba com a prova de seu destemor e de sua maior vitória – o monge e seus “fanáticos”, todos amarrados. (AURAS, 1997, p.69).

Dias depois do combate, em seguidas manchetes, os jornais de Curitiba referiam-se à “tragédia de Irani”. A cidade, em comoção, recebeu apenas no dia 5 de novembro o corpo do coronel João Gualberto, permanecendo em visitação pública até o dia 7, na Sociedade de Tiro Rio Branco. O desfecho do combate assumiu grande impacto na sociedade curitibana, assim como um grande tema para o jornalismo; vale lembrar que as homenagens ao coronel se tornaram uma grande campanha de apoio popular aos militares, na qual os jornais assumem inegável

---

cavalaria, seguiram ontem ao encontro do monge, na costa do rio do Peixe, tendo ficado o resto do Regimento acampado na fazenda do sr. Felippe Bueno, distante da cidade de Palmas cerca de dez léguas. O coronel João Gualberto seguiu com a pequena força até o esconderijo do monge, tendo levado as metralhadoras em cargueiros, por picadas intransitáveis. O que é de admirar é que o monge mandou um parlamentar conferenciar com o coronel João Gualberto, dizendo que a sua atitude era toda pacífica e que quisera ser amigo do Paraná (*ilegível*). Para evitar complicações, o próprio espião ou parlamentar marchou junto com a força, pois o seu intuito era avisar o monge.”(24/10/1912)

importância. As manifestações populares são amplamente divulgadas pelo *Diário da Tarde*, que também incorpora o sentido da luta em seus relatos e comentários.

> O povo dirigiu-se pelas ruas Dr. Muricy, 15 e Rio Branco, erguendo vivas ao Paraná, ao dr. Carlos Cavalcanti e à memória do coronel João Gualberto e ao Regimento de Segurança. Em frente ao Palácio, estacionou-se e fez um silêncio profundo. Falou então o sr. Dario Velloso, que enalteceu o bravo coronel João Gualberto e disse ao sr. Presidente do estado que o povo esperava que o governo apontasse o caminho a seguir para vingar o sangue paranaense. O dr. Carlos Cavalcanti respondeu pedindo calma ao povo e dizendo que saberá honrar o nome paranaense e zelar pelos destinos da terra à qual há muito consagrava seus esforços. (...) Gualberto era um bravo, há muito que se queria bater pelo Paraná que ele tinha dentro de sua alma. Pedia ao povo toda a calma neste momento supremo, confiante na ação do governo que está inteiramente ao lado do povo. E culminou dando vivas ao Paraná. (24/10/1912)

As homenagens tornam-se, também, momentos de manifestação política. Afinal, ressaltando as ações patrióticas das forças que lutaram e morreram em Irani, também se transfere apoio aos segmentos diretamente responsáveis pela "ordem e progresso", nos limites do Estado. Daí a importância de mostrar ao povo que o governo está ao lado dele, como insistem os jornais em vários momentos da Guerra do Contestado.

As práticas discursivas, em situações plenas de significação como a que deu início ao movimento, são o terreno em que se formam os consensos e as ideias em torno das batalhas. Por isso, torna-se inegável, no referido contexto, a participação da imprensa na constituição (histórica) da memória oficial do Brasil, angulando os acontecimentos de acordo com os traços do pensamento hegemônico da sociedade da época.

Para Bethânia Mariani, no artigo "Os primórdios da imprensa no Brasil (ou: de como o discurso jornalístico constrói memória)", o discurso jornalístico,

> [...] enquanto prática social, funciona em várias dimensões temporais e simultaneamente: *capta, transforma* e *divulga* acontecimentos, opiniões e idéias da atualidade – ou seja, lê o presente – ao mesmo tempo em que *organiza* um futuro – as possíveis conseqüências desses fatos do presente –

> e, assim, *legitima*, enquanto passado – memória – a leitura desses mesmos fatos do presente, no futuro. (MARIANI apud ORLANDI, 1993, p.33).

O discurso jornalístico, neste sentido, se insere no processo histórico de seleção dos acontecimentos que devem integrar a história/memória oficial. Mais do que isso, os processos de seleção de ângulos e adoção de formas de dizer acabam por engendrar e fixar determinados sentidos para os acontecimentos, de modo a integrar, no próprio discurso, uma forma de legitimação do passado. Assim, vão se produzindo escritas e leituras que, amparadas em um contexto de reafirmação da essência nacionalista, produzem determinados sentidos (e não outros) no caso de imprensa da Guerra do Contestado.

Procuramos nesta etapa da pesquisa investigar em que medida tais discursos interferem propriamente nos acontecimentos, envolvendo indivíduos e grupos na luta, não apenas simbólica, pela paz no território contestado. Formando opiniões, registrando combates e incitando decisões de interesse público, o jornalismo interfere no cotidiano e não apenas escreve, mas também lê, complementa e movimenta a realidade, oferecendo e construindo sentidos na história.

A imprensa na invenção (e mitificação) de heróis

Os positivistas, influenciados pelas ideias de Comte, defendiam a tese de que os militares eram cidadãos especiais que, devido à sua formação e disciplina, eram os únicos capazes de comandar o desenvolvimento racional do país. Decorre deste pensamento uma marcante idealização das figuras militares no imaginário social do período republicano, que orienta a ação da imprensa nos fatos que dizem respeito aos interesses na nação.

É baseando-se no posicionamento dos jornais no tratamento de acontecimentos que marcaram a história do Contestado que se pode tratar o discurso jornalístico como um importante suporte para uma percepção mítica dos "heróis" que defenderam o Paraná em momentos distintos da revolta sertaneja. Afinal, lembrando das noções de mito propostas por Roland Barthes, pode-se dizer que a imprensa tem o poder de alimentar um mito, deslocando-o do sentido real para o

imaginário, pela ação de designar e notificar, fazer compreender e impor um significado.[8]

Neste sentido, a imprensa se encarrega de preencher os acontecimentos cotidianos de significados míticos, manifestando predisposições e intencionalidades que contribuem para uma determinada leitura da realidade. Ao tratar o mito como um valor, que não tem a verdade como sanção, Barthes assim interpreta sua carga ideológica: "Se a nossa sociedade é objetivamente o campo privilegiado das significações míticas, é porque o mito é formalmente o instrumento mais apropriado para a inversão ideológica que a define." (BARTHES, 1982, p.163).

A partir do reconhecimento do mito no imaginário de uma sociedade, pode-se perceber algumas estratégias de construção dos "heróis" do Contestado tendo como referência os processos midiáticos. Para além da "verdade da informação", sabe-se que aquilo que se diz (e pelo modo com que se diz) constitui importante componente para determinada construção do real, envolvendo diversos segmentos sociais (com interesses e perspectivas específicos) no campo simbólico da imprensa.

Nos discursos observados no *Diário da Tarde*, as estratégias de constituição dos mitos pautam-se em uma visão idealizada das figuras militares, principalmente nos primeiros combates. A forma personalizada de evidenciar características de bravura e coragem é fortemente acentuada nos textos do jornal, tornando explícitas alianças e posicionamentos. Os jornais projetam, por meio das palavras, uma vida de gestos patrióticos...

> João Gualberto nasceu para a nobre missão do civismo: a sua vida foi uma série contínua de atos e de iniciativas patrióticas que o sagraram benemérito. A nossa homenagem ao herói do Irany sai da pena, pálida e desalentada: os círios do fundo pesar com que recebemos a infausta nova da tremenda catástrofe só podem refletir uma luz embaciada pelos crepejamentos da pungência.
> O grande amigo João Gualberto era uma alma voltada para a irradiação da glória: bem moço ainda, quase desconhecido, coube-nos o prazer de acolhê-lo nas colunas deste Diário, hoje justa e largamente tarjado de luto. Era um jovem engenheiro militar que se propunha a escrever sobre

8. Para Barthes, o conteúdo do mito é sempre ideológico e a forma, sempre retórica: "a fala mítica é formada por uma matéria já trabalhada em vista de uma comunicação apropriada: todas as matérias-primas do mito pressupõem uma consciência significante." (BARTHES, 1982, p.132).

> a reorganização do Exército uma série de artigos: a assunto palpitava a atualidade. O jovem militar, oculto sob a inicial J., traçou, destas colunas, magníficos artigos sobre assuntos militares que despertaram geral interesse entre os seus camaradas e as demais classes cultas.
>
> (...) O seu feito, atirando-se como um herói contra hordas bárbaras de desertores da lei, indo buscar a morte onde tivesse a glória poderia ser um erro de estratégia como dizem uns, ultrapassando as ordens recebidas; mas foi, incontestavelmente, um rasgo memorável dessa bravura indômita que caracteriza os grandes guerreiros. Cabe à crítica militar e histórica a sentença final sobre o caso, que não devemos prejulgar. (29/10/1912)[9]

...e uma morte para torná-los heroicos.

> À tristeza do dia sucedeu a imensa desolação da noite, palidamente iluminada por um luar de agonia. Os focos da iluminação pública envoltos à meia luz daquelas horas silenciosas emprestavam à cidade o aspecto verdadeiramente emocionante. E a multidão, como sombras de sua alegria que havia fugido, vagava em ondas, num murmurar de dor e de consternação. E foi sob a torturante impressão dessas horas de inconsolável martírio d'alma que ela foi até a rua Barão do Rio Branco levar ao presidente do Estado a sua solidariedade. Depois voltou. E como que montando guarda a um túmulo enorme que se havia aberto, estacionou pelas esquinas, por todos os pontos, enquanto ao longe os relâmpagos de próxima tempestade vinham clarear aquele quadro de uma população em luto. E depois veio a chuva regar em torrente o solo da terra, enquanto o coração do povo regado estava de lágrimas torturantes... (24/10/1912)

Os heróis são assim. A vida é nada quando se tem a defender um nome que é um símbolo de virtudes cívicas. O bravo João Gualberto o compreendeu. Depois de entrar na luta, fosse qual fosse o inimigo, ele

9. Os atos do militar, pode-se perceber, nem mesmo chegam a passar pelo juízo do jornal, principalmente no que diz respeito aos riscos de uma operação precipitada. Este texto do *Diário da Tarde* ilustra bem esta questão, no momento em que argumenta que não cabe ao jornal e à sociedade prejulgar o caso, mas à crítica militar e histórica. Crítica, aliás, que em momento algum é resgatada pelo jornal, produzindo assim o efeito de legitimidade aos atos do coronel na tragédia de Irani.

daria todo o seu sangue, o seu derradeiro alento, ou cairia contra o solo imaculado, aquele a que já não lhe pertencia, mas sim à terra que ele amava e pela qual queria morrer. Até agora são díspares as notícias vindas do campo da luta. O que se sabe, porém, de positivo e que se afirmem desde o início é que o valoroso militar afrontou de ânimo absoluto as balas dos sicários e no entrevero, corpo a corpo, braço a braço, João Gualberto defendeu e atacou, alucinadamente, vendendo a sua vida preciosíssima e deixando mais esse exemplo incomparável de coragem, que constitui um orgulho para os seus filhos e uma glória para o Paraná. Felizes os que, como João Gualberto, caem para a morte na convicção de que legam à Pátria e à família um nome que é toda uma história de honra e de bravura.

[...] Os mesmos paranaenses que aplaudiram João Gualberto, em sua passagem para a capital da República, comandando o Tiro Rio Branco, consternaram-se, despertando com dignidade do calmo labor de todos os dias. E vibraram na praça pública. Vibraram por João Gualberto. Vibraram pelo Paraná. Vibraram pela República. E não foram poucas as lágrimas que caíram dos olhos piedosos e castos... (28/10/1912)

Inúmeras são as "virtudes cívicas" lançadas ao longo dos textos, de maneira a compor um perfil heroico ao jovem coronel que combateu em Irani, traçando em sua trajetória os elementos do patriotismo que culminam com sua morte. É justamente pelo desfecho da luta que os "feitos heroicos" se potencializam, sendo carregados de valor simbólico. Afinal, dando o sangue "à terra que ele amava e pela qual queria morrer", ou, no mesmo sentido, caindo para a morte "na convicção de que legava à Pátria e à família um nome que é toda uma história de honra e de bravura", João Gualberto dá um importante testemunho do compromisso pela defesa do território paranaense, a qualquer custo.

Toda construção discursiva aponta para o reconhecimento do povo nas ações militares, e uma verdadeira comoção generalizada diante da morte do coronel. Estas percepções ficam ainda mais evidentes no tratamento dado pelo jornal na cerimônia de sepultamento do "herói do Contestado"[10], considerado ainda hoje o mais "pomposo" funeral da história de Curitiba. Na ocasião, o jornal publica na capa a foto do coronel, com detalhes sobre sua trajetória e o ritual de despedida. O longo texto que segue oferece

10. A denominação "herói do Contestado" é encontrada frequentemente em livros históricos sobre a Guerra para fazer referência ao coronel João Gualberto.

importantes elementos para identificar o destaque dado ao assunto e o modo como o jornal constrói uma imagem mitificada do oficial, em meio a homenagens e comprovações dos atos cívicos que orientaram a luta no Contestado:

> Marchando para a vida prática onde o homem traduz em atos concretos de utilidade imediata as aptidões subjetivas de sua inteligência, João Gualberto escolhera o Paraná para o campo de sua atividade. Aqui edificara o seu lar, aqui levantara o seu círculo de afetuosidade que, com o andar do tempo e as sucessivas explosões heróicas de seu espírito, deveriam tomar à roda de si uma verdadeira legião de amigos e admiradores.
>
> Enorme o coeficiente de serviços utilitários que andou João Gualberto a efetuar no vasto território paranaense. Nos sertões do oeste, chefiando uma das comissões militares que levaram a Foz do Iguaçu a linha do telégrafo, ele deixou estampadas as tintas vivas de uma inteligência superior e afeiçoada ao trabalho.
>
> Como oficial do Estado maior em Curitiba, que melhor testemunho de seu colossal altivismo do que essa manifestação rara de que ele fora objeto no dia em que se despediu de seus camaradas ao entrar para o Regimento de Segurança.
>
> Senhores! O Paraná tinha no comandante Gualberto não já um simples amigo, não já um simples afeiçoado, mas um perfeito fanático pelo seu progresso, pela sua paz, pela sua grandeza. Jurara um dia o moço patriota estar decidido a morrer pela nossa terra e foi no cumprimento de uma missão para ele sacratíssima, indo em pessoa enfrentar os inimigos da ordem, que nos sertões do Irani se anunciavam como os precursores de uma série de fatos altamente prejudiciais ao equilíbrio político e econômico que nos cumpre assegurar e defender, que João Gualberto sacrificou sua vida, numa peleja memorável, que deixou a impressão de uma carnificina horrível, mas que teve por conseqüência a morte de José Maria – a cabeça diretriz do movimento subversivo – e com ela a paralisação desse movimento. Senhores! O Paraná fez um ato de indefectível justiça inclinando-se diante do cadáver desse herói em cuja fronte tremula a flâmula de um caráter digníssimo e lampejam os clarões de um sacrificado nas aras do dever e do patriotismo, e ao mesmo tempo registrando o seu nome na lista dos seus grandes beneméritos.

> Antes do caixão mortuário transpor os umbrais do campo santo, o 6º Batalhão de Infantaria que ali aguardava o corpo recebeu-o com três estrondosas salvas.
> Conduzido para o mausoléu o caixão mortuário, ali chegado, foi colocado sobre dois suportes, fazendo-se ouvir então o dr. Niepce da Silva. Findas as orações o caixão baixou a sepultura, debaixo de lágrimas.
> (...) Ainda não ficou, hoje, completamente terminado o mausoléu em que repousam os restos preciosos do valoroso herói do Irani. Entretanto, pode-se avaliar a beleza do monumento. É um túmulo digno de guardar o corpo venerado de um herói que não vacilou para tombar em defesa da honra de um povo inteiro.
> (...) As crianças, desfilando à frente do cortejo, espargiam, ao lado das lágrimas sinceras, milhares de flores pelo caminho em que deveria passar o herói. Um tom bastante significativo da homenagem de ontem foi o fato de, nela, tomarem parte todas as associações de colônias estrangeiras existentes nesta capital e no seio das quais o coronel João Gualberto contava, também, verdadeiras amizades. Enfim, a homenagem ao homem que se fez grande porque soube elevar os pequenos, ensinando-lhes a diretriz do brio, foi uma verdadeira apoteose, somente digna desses vultos homéricos que souberam render preito ao civismo e à honra, por eles baqueando em pleno esplendor da vida. (07/11/1912)

A descrição do cortejo em desfile público até o cemitério, reunindo vários grupos sociais da capital, é repleta de significação; afinal, depois de recorrentes textos sobre o desfecho do combate na imprensa paranaense, os sentimentos patrióticos culminam com o cortejo fúnebre e a aclamação pública do já então consagrado "herói do Contestado". As regularidades discursivas que perpassam os textos neste momento específico do conflito promovem interessantes efeitos de sentido ao tratarem de maneira consensual a superioridade, o compromisso com o progresso e a paz do Paraná e o cumprimento do dever em defesa da pátria atribuídos ao coronel. Trata-se de uma estratégia discursiva da qual a imprensa lança mão para "sugerir" uma determinada compreensão da realidade com profundas interferências do poder hegemônico.[11]

11. O próprio jornal confirma o amplo destaque atribuído às ações do coronel em Irani, enfatizando também os laços de fidelidade e obediência de outro oficial, cuja participação na

Conforme analisa Bethânia Mariani, referindo-se à representação dos jornais no funeral de militares que defenderam o regime na Intentona Comunista (1935),

> O tom épico, grandiloquente, remete para uma fabulação na descrição das cerimônias fúnebres que, além de perpetuar uma direção de sentidos, perpetua-se enquanto evento histórico que deve ser repetido para ser rememorado. Ou seja, as narrativas dos funerais, somadas ao dizer que institui o acontecimento discursivo, produzem um efeito de real em termos de história do Brasil, que se cristaliza na materialidade da própria prática social. (MARIANI, 1998, p.187).

É neste sentido que se pode dizer que a personalização do conflito na figura de um líder oficial revela a inserção do jornal em um coletivo imaginário de apoio aos militares que ultrapassa os limites da simples repercussão de um acontecimento na vida dos paranaenses. Representa, ao contrário, o fortalecimento de um imaginário que é reativado constantemente para acentuar alianças e delimitar um inimigo comum; pela prática discursiva dos jornais, apreendem-se relevantes valores de uma época que se incorporam à própria escrita da história.

Interessante perceber que as homenagens a João Gualberto prosseguem, sendo frequentemente relembradas em textos sobre os conflitos do Contestado e em artigos saudosistas, reafirmando o seu papel de herói na memória paranaense. Exemplo disso são as edições comemorativas realizadas ano a ano para relembrar a tragédia do Irani, de modo a reafirmar valores cívicos e conduzir a opinião pública na compreensão dos acontecimentos. As homenagens, no entanto, não se reduzem a palavras; incorporam-se, também, na vida pública da capital: “O povo do Paraná presta mais

---

campanha do Contestado se mostra relevante: “A figura gigantesca de João Gualberto, na descrição do trágico acontecimento ocupava, na segunda quinzena de outubro, todo o primeiro plano, mas, ali perto, se divisava o perfil desse inferior, que sucumbiu dando a mais edificante lição de como um homem de brio sabe cumprir o seu dever. Caísse aqui ou mais longe, o fato é que o sargento Virgílio da Rosa foi dos que resistiram a pé firme, tombando ao lado do intrépido João Gualberto e batendo-se também com inexcedível denodo. Executou a vontade expressa nesta frase que merece ficar gravada: “vou com o meu comandante”. E morreu; antes, porém, abateu a causa de toda aquela lamentável campanha: foi da carabina certeira do sargento Virgílio que partiu a bala que deitou por terra o monge José Maria.” (07/12/1912)

uma homenagem ao bravo comandante João Gualberto, morto gloriosamente nos campos do Irany. A iniciativa da Câmara Municipal de Curitiba, dando a uma de suas belas avenidas o nome do herói, foi hoje solenemente efetivada com a colocação da placa." (21/04/1913)

Este viés nacionalista se faz presente, em maior ou menor grau, em todos os momentos da Guerra do Contestado, no tratamento dado pela imprensa à cobertura dos acontecimentos, à divulgação das baixas e à manifestação de superioridade das forças militares em relação aos sertanejos. Morto João Gualberto, a imprensa se encarregou de, assim que novos combates foram surgindo, eleger figuras públicas que manifestassem semelhante compromisso de defesa do território paranaense e dos interesses patrióticos. Sucessivas nomeações e registros estereotipados das batalhas percorrem as páginas do *Diário da Tarde*, que se torna não apenas porta-voz dos argumentos oficiais como também um espaço de produção e reafirmação dos acontecimentos que marcaram a história do Contestado.

Esta questão pode ser observada tanto em prenúncios de vitória (contestados posteriormente)...

> Após longos e terríveis meses de lutas e de perigos, de sufocante inquietação e de progresso paralisado, foi agora pelas forças federais que obedecem ao alto comando do sr. General Setembrino de Carvalho ocupado o reduto de Santa Maria, o último dos perturbadores da paz do Contestado.

É de justiça, pois, que teçamos todos os louvores à dedicação e à bravura do nosso exército e proclamemos bem alto a competência do sr. General Setembrino, a quem devemos uma vitória ansiosamente esperada. (05/04/1915)

... quanto em abordagens emotivas dos fracassos e derrotas.

> Hoje foram levados a efeito os funerais dos soldados do glorioso Exército Brasileiro que tombaram no cumprimento do dever em defesa da ordem e da República. Os defensores da pátria, heroicamente mortos, seguiram cobertos pela bandeira brasileira. (15/09/1914)

> Infelizmente, está confirmado, sem mais dúvidas possíveis, a notícia de que o bravo capitão Matos Costa pereceu vítima dos fanáticos que atacaram são João. Seu cadáver foi encontrado, com horríveis mutilações que bem demonstram em que feras se transformaram os caboclos sublevados. Parece uma fatalidade do destino: exatamente os que não queriam tratar os caboclos como bandidos que merecem extermínio a ferro e fogo, são os que perecem às suas mãos. Ontem tombou o tenente Belísio, que se oferecera para ficar nos sertões, como um apóstolo, chamando com bravura aquela gente ao grêmio da civilização.
>
> Hoje é Matos Costa, que sonhou catequizá-los por meios *(ilegível)*, pedindo para isso 200 homens. Matos Costa era um bravo, que não temia a morte, que para a morte marchou com 70 homens quando seus inimigos eram, quem sabe?... 500, 1000. Como foi vencido? Ainda não se sabe e talvez não se saiba nunca. O que se sabe é que ele caiu no seu posto, lutando, 1 contra 10. (14/09/1914)

É sob estas referências de parcialidade e aliança com as forças oficiais que os textos jornalísticos vão tecendo os episódios da Guerra do Contestado. Esta constatação evidencia a importância dos modos de dizer da imprensa na configuração de um acontecimento, devido ao seu poder de construção do real e do imaginário pela ação discursiva. Neste sentido, observa-se que, assim como os sertanejos adquirem, em momentos distintos do movimento, a caracterização de fanáticos, criminosos e vítimas, do "outro lado" são expressos os sucessos e fracassos dos militares e policiais, em meio à utilização da força e da violência e às tentativas de "pacificação".

Assim, o que transparece nos textos jornalísticos do *Diário da Tarde* é o contraste entre os atos "bárbaros" dos sertanejos e o papel das forças militares em assegurar a paz. Alguns fragmentos do jornal evidenciam esta forma de caracterizar os grupos envolvidos no conflito:

> Recebemos uma carta onde são narradas algumas proezas dos pseudo-fanáticos, tais como vários assaltos a propriedades privadas, roubos e morticínios e ainda a ação brilhante e corajosa de um grupo de soldados do sargento Saturaino. (14/09/1914)
>
> Se a caboclada rebelde que infesta os sertões da zona contestada ousar entrar em luta aberta e franca contra as forças legais mandadas em sua perseguição, estas facilmente vencerão, pois formam agora um efetivo de quase

> 700 homens, superiormente armados e municiados. Mas, se a caboclada se disseminar pelo sertão, conservando-se de tocaia, ainda não será desta feita que a ordem será restabelecida, porque perdido na imensidade da mataria inculta o caboclo é quase invencível. (03/09/1914)
> O Regimento de Segurança atacou os fanáticos de Papanduva, servindo-se com muito êxito das metralhadoras que levou. Morreram no combate 120 fanáticos e as nossas forças tiveram apenas um corneteiro ferido. (07/09/1914)

A superioridade das forças ("nossas forças", conforme registrado pelo jornal) é o que dá o tom de oficialidade aos discursos jornalísticos e serve como característica constante no repertório de herois construídos pela imprensa. Interessante notar que este argumento percorre não apenas as falas oficiais (como telegramas e informes de guerra)[12], mas também artigos e depoimentos de outros direta ou indiretamente envolvidos, como demonstra o depoimento de um soldado enfermo que lutou no reduto de Santa Maria:

> O combate de Santa Maria foi um horror. Nunca vi, na minha vida, coisa igual. O capitão Potyguara é um homem valente como o diabo. O sucesso dos nossos devemos a ele que, arriscando a sua própria vida, penetrou corajosamente no coito dos bandidos, arrasando tudo que encontrou por lá. Em seguida, os regimentos do 56, 57 e 14 entraram em socorro do seu capitão." (10/04/1915)

Ao propor um discurso pela paz e pelo progresso no contexto das disputas paranaenses, o jornal revela um campo mais abrangente da

12. Todas as informações fornecidas pelo jornal (como ações e estratégias de combate e número de vítimas) chegam aos leitores por intermédio de telegramas oficiais, como o enviado pelo capitão Potyguara ao general Setembrino anunciando o provável fim da guerra e a perda de 56 'heróicos homens': "A alma paranaense, ou, antes, a alma nacional vibrou ontem no mais intenso júbilo com a notícia de que havia tombado, ao heroísmo e dedicação do nosso exército e da nossa polícia, o último reduto em que se encontravam os responsáveis pela luta e pela desordem. Depois de onze dias de marcha, sendo oito de combates dia e noite, tomei e arrasei cinqüenta e três redutos, com sacrifícios enormes do meu heróico destacamento. Matamos em combate a fogo e arma branca perto de 600 jagunços, não contando o número de feridos que se iam arrastando por dentro das matas virgens e quase intransitáveis. Arrasei perto de cinco mil casas, dez igrejas e inúmeros ranchos de palha, tendo apreendido grande número de armas e munições de guerra. Infelizmente, perdemos cinqüenta e seis heróicos homens." (06/04/1915)

produção social do sentido, com estreitas relações com as coordenadas históricas de tempo, espaço e posições de poder. Assim, pode-se dizer que os textos jornalísticos que retrataram e construíram os acontecimentos que marcaram a Guerra do Contestado têm como traço de origem os processos ideológicos, responsáveis pela construção de determinada leitura do real.

Levando-se em conta que a realidade é o resultado da construção cotidiana de concepções de mundo, ou seja, o resultado de um investimento de sentido que se dá pelas práticas sociais e pelos processos midiáticos, a análise dos textos veiculados no *Diário da Tarde* permite apreender o valor simbólico das notícias na constituição dos acontecimentos, a partir de um contexto marcado profundamente pelos valores republicanos.

Na tentativa de observar os discursos jornalísticos como parte de uma realidade que é ao mesmo tempo vivida e falada, apreendida e projetada no imaginário da sociedade curitibana entre os anos de 1912 a 1916, o presente estudo procura perceber como se dá a produção de sentido em torno das figuras e dos feitos militares, percorrendo textos que expressam o trabalho simbólico de (re)afirmação de posicionamentos, virtudes e verdades dos grupos e instituições oficiais.

Desse modo, a relação do jornal com as questões de fundo político-social (em suma, com o contexto republicano) se manifesta na forma idealizada com que são representadas as forças oficiais do País, a partir de mecanismos e estratégias utilizados pelo jornal para "dizer" a realidade e interpretar a história, segundo posições e interesses determinados. Nomeando heróis ou produzindo criminosos, incentivando ações e batalhas ou pregando a pacificação, o universo da imprensa deixa vestígios que ultrapassam o registro da história: constituem a própria sociedade, com seus movimentos e sentidos.

Assim, pode-se dizer que as regularidades e eventuais rupturas dos significados discursivos constituem a historicidade da Guerra do Contestado, produzindo simultaneamente um imaginário social que permite aos paranaenses fazer parte de um Estado, de uma história e uma formação social determinada.

Consensos (e contrassensos) da religiosidade sertaneja

A tematização do messianismo na construção discursiva do "Diário da Tarde"

"O tempo é como a calúnia: dele sempre fica alguma coisa."
(José Saramago)

Um discurso só faz sentido quando articula determinadas lógicas de produção a um contexto sócio-histórico específico em que é gestado e atua. Apresenta, assim, relação inseparável com a realidade cotidiana, uma vez que possibilita a (re)invenção, o questionamento, a construção ou mesmo a desestruturação de uma lógica social de organização do mundo... É esse, portanto, o espaço de interferência discursiva que o jornalismo desempenha na vida social.

Por meio das práticas sociais realizadas pelo jornalismo, é possível compreender as condições da realidade que tornam possíveis determinados acontecimentos e angulações. Por estas mesmas práticas, pode-se ainda observar a inscrição de um determinado evento ou assunto (em detrimento de outro) na esfera pública. É também pelo jornalismo que as pressões e os acordos sociais ganham visibilidade e orientam determinadas leituras da realidade ao disputarem sentidos.

Todas estas características inerentes ao discurso jornalístico permitem considerar os processos comunicacionais como mediadores e mobilizadores da realidade (histórica) cotidiana, produzindo sentidos sobre os fatos e tematizando aspectos contextuais de uma determinada época e ambiente social. Isto se deve ao fato de o discurso, na análise de Milton José Pinto, assumir papel fundamental:

> (...) na reprodução, manutenção e transformação das representações que as pessoas fazem e das relações e identidades com que se definem numa sociedade, pois é por meio dos textos que se travam as batalhas que, no nosso dia a dia, levam os participantes de um processo comunicacional a procurar

> "dar a última palavra", isto é, a ter reconhecido pelos receptores o aspecto hegemônico do seu discurso. (PINTO, 1999, p.24).

Estas batalhas dizem respeito aos modos pelos quais o jornal, por meio da articulação entre diversas falas, atores e situações, produz sentidos pautando-se em determinadas disputas e ambiguidades do mundo simbólico, que ocorrem em torno dos recursos discursivos de construção da realidade. Tentaremos, assim, mostrar como os discursos jornalísticos que tematizaram questões relacionadas à religiosidade sertaneja produzem simbolicamente o aspecto messiânico do Contestado, na tentativa de buscar não a realidade em si, mas os propósitos que são subjacentes às estratégias de criação de uma realidade em vez de outra, pela explicitação de determinados valores e visões de mundo.

Levando em conta que os acontecimentos e as representações são resultados de forças sociais, pretendemos aqui discutir a importância do aspecto religioso na construção histórica da Guerra. Afinal, o contato com diversos exemplares do *Diário da Tarde* permitiu observar que a presença do messianismo nos discursos midiáticos contribuiu significativamente para a projeção de uma imagem predominante do conflito na história contemporânea. Basta lembrar que as expressões "fanáticos", utilizada para caracterizar os sertanejos, e "fanatismo", para identificar um dos motivos que levou à guerra, são constantes no processo de escrita do Contestado, figurando como elementos relevantes para a compreensão de aspectos singulares da guerra repercutidos no jornal.

Para percorrer este importante elemento que integra o cenário em que o conflito se desenrolou, tornou-se necessário estabelecer um diálogo com obras do pós-guerra e depoimentos que registram os principais elementos da religiosidade no Contestado, a fim de demarcar algumas referências necessárias para a compreensão da temática messiânica nos discursos mediáticos. Chamadas pontualmente para servir de suporte para a análise, estas referências (baseadas em livros e entrevistas) contribuíram para observar "como" os jornais dizem a cultura religiosa sertaneja, e não propriamente "o que" dizem.

Seria, aliás, provavelmente impossível recuperar o sentido da religião para os sertanejos do Contestado. Diante deste dilema, ficam as lacunas resultantes da inexistência da voz do "outro lado", o contraponto que faria reviver o debate sobre coisas, fatos e representações relevantes na

recuperação do contexto e dos valores da época. Neste impasse, que impede de compreender as versões existentes sobre a mesma questão de modo equilibrado, as considerações de Carlo Ginzburg, traçadas na recuperação da história da Inquisição e das manifestações da cultura popular e erudita do século XVI pelas confissões de um moleiro desconhecido, soam pertinentes e esclarecedoras. Afinal, considerando que não é possível se pôr a conversar com aqueles que fizeram a história, resta servir-se de registros intermediários deste "mundo". Mas as fontes escritas, para Ginzburg, "são duplamente indiretas: por serem escritas e, em geral, de autoria de indivíduos, uns mais outros menos, abertamente ligados à cultura dominante" (GINZBURG, 1998, p.17).

A relação entre cultura "subalterna" e cultura "hegemônica" tratada pelo autor – na qual a segunda ocupa espaço privilegiado em termos de documentação, em detrimento da primeira, que se perde na fluidez da oralidade – serve também para compreender a disparidade entre os universos do sertanejo do Contestado, vítima da exclusão social, e dos grupos sociais legitimados pela sociedade, que traduzem os valores e posicionamentos já consolidados.

Seguindo a mesma perspectiva de Carlo Ginzburg (porém, sem a pretensão de discutir as complexas questões ligadas às culturas subalterna e hegemônica), os discursos produzidos pelo *Diário da Tarde* serão considerados como depositários de "resíduos de indecifrabilidade", uma vez que o dito e o silenciado sobre a religiosidade no Contestado fazem parte de um mesmo campo simbólico formado por diferenças e ambiguidades constitutivas das culturas "popular" e "erudita". Poderíamos, então, perguntar: em que medida o aspecto messiânico do movimento do Contestado apresenta relevância para a análise da imprensa? Basta observar que, ao marcar presença na cultura (popular) da região, os ensinamentos dos monges provocam também reações principalmente nos representantes do catolicismo oficial, travando assim uma disputa entre poderes e verdades. E isso, inevitavelmente, também acaba repercutindo nas páginas dos jornais por meio de relatos e representações por vezes até caricaturais das crenças e das ideias dos "caboclos fanatizados".[1] Desse modo, apresentando fatos e pensamentos que envolvem as vertentes do catolicismo,

---

1. Este costuma ser, na maioria das vezes, o tratamento dado pelo *Diário da Tarde* aos integrantes do movimento do Contestado, acompanhado de argumentos relacionados à incultura e à ignorância da população.

a questão religiosa perpassa os discursos jornalísticos referentes à guerra, contribuindo para a construção dos acontecimentos na história oficial pelo viés da cultura hegemônica.

A tentativa de lançar o olhar sobre a imagem da religiosidade construída pelo *Diário da Tarde* justifica-se, assim, pela proposta de observar o modo como o jornalismo participa e age na vida cotidiana produzindo representações da realidade que são assimiladas pela sociedade como verdadeiras. E é em meio a este trabalho simbólico de dizer (e des-dizer) que a história vai sendo construída, contextualizada e repercutida, pelos caminhos – movediços – do sentido.

Messianismo e religiosidade na revolta sertaneja

O momento de crise que não apenas coincide com a Guerra do Contestado, mas principalmente influencia na organização e nos rumos do movimento sertanejo, é marcado pela articulação de um discurso de liberdade ancorado na religião. Percorrendo as expressões dessa religiosidade nos discursos históricos, percebe-se que a questão messiânica e o modo como as expectativas dos rebeldes em torno do líder povoam o imaginário sertanejo e as páginas da imprensa é fundamental para a compreensão do processo de escrita do movimento na história contemporânea.[2] Isso parece justificar a necessidade de analisar os sentidos produzidos em torno da religiosidade e as questões de fundo que a cercam.

Para compreender as marcas discursivas e os vestígios de sentido do jornal *Diário da Tarde* a respeito da religiosidade cabocla – denominada de "catolicismo rústico"[3] – parece oportuno, inicialmente, rever o aspecto

2. Vale lembrar que, conforme analisa Derengoski, "ao contrário do resto do Brasil, nos sertões do Sul a presença física da Igreja Católica foi deficiente durante séculos. [...] Essa falta de alimento espiritual permitiu que personalidades místicas, algumas visivelmente perturbadas, assumissem a liderança mental do populacho mais ingênuo. [...] A maioria dizia ter contato com as divindades. Outros acabaram acusados de terem parte como demônio. E era assim que aquela sociedade arcaica, isolada, enterrada nos confins do sub-continente pensava alcançar no plano das realizações o que não conseguiu na realidade do mundo." (DERENGOSKI, 2000; p.19).

3 . A expressão "catolicismo rústico" diz respeito a uma vertente do catolicismo que apresenta uma forma sincrética de apego ao sagrado. A partir do momento em que este tipo de catolicismo assume dimensões coletivas e políticas, passa a ser considerado "fanatismo". Conforme observa Duglas Teixeira Monteiro, afastando resolutamente preconceitos intelectualistas e elitistas, "é preciso reconhecer que o catolicismo popular brasileiro, de um modo geral, e em

messiânico do movimento pelos personagens que se incorporaram à vida humilde dos sertanejos misturando a crença religiosa à crítica social: a trajetória dos monges João Maria de Agostini, João Maria de Jesus e José Maria.[4]

Da passagem do primeiro monge, João Maria de Agostinho, na região, por volta de 1840, existem registros que vão da história ao folclore. Italiano, natural de Piemonte, usava barbas longas e roupas rústicas, aparecendo na região sul do Brasil no período da Guerra dos Farrapos. Era considerado um profeta, pregador da palavra de Deus e um curandeiro para pessoas de muita fé, utilizando-se de orações, água benta e ervas. De acordo com Ivone Cecília D'Avila Gallo, sua figura "simboliza o primeiro passo dado por aquela população, no sentido de uma mobilização contra a ordem estabelecida" (GALLO, 1999, p.95), fazendo de sua doutrina uma crítica à organização social da época.

Porém, naquele tempo, as autoridades já temiam uma possível aglomeração de pessoas descontentes[5]. O receio de uma manifestação organizada por parte dos fiéis foi relembrado por Dinorah Aubrift Pinto[6], moradora

---

sua modalidade rústica, em particular, tem suas raízes mais importantes plantadas no solo da Grande Tradição judaico-cristã, onde sobressaem, às vezes contraditoriamente, a esperança messiânica no Reino de Deus numa terra renovada, e as expectativas de uma expiação individual. Apresenta, por isto mesmo, características que estão presentes no cristianismo europeu mediterrâneo e, com maior razão, nas manifestações populares do catolicismo em toda América Latina." (MONTEIRO, 1978, p.50).

4. Os elementos utilizados para a caracterização dos monges foram retirados dos principais estudos sobre a Guerra do Contestado. Embora apareçam de maneira parcial e limitada – justamente por não se tratar diretamente de um dos focos da pesquisa –, compreendem o esforço de traçar, a partir da presença e influência dos líderes religiosos, o caráter místico e messiânico da Guerra.
5. D'Avila, mesmo constatando uma certa distância do monge no confronto com as autoridades, ressalta o fundo social de suas práticas: "Se a sua doutrina, na época, não parecia causar reação popular (não se tem notícia de convulsão social durante a peregrinação do monge; tampouco de rebelião, quando da deportação do peregrino), o mesmo não se pode afirmar quanto ao ponto de vista das classes dominantes, pois, para evitar conseqüências graves, deportaram o ermitão"(GALLO, 1999, p.95).
6. A entrevista com Dinorah, minha querida tia-avó, falecida em 07/09/2004, foi realizada em 02 de outubro de 1999, na cidade da Lapa/PR, onde a crença nos monges permanece viva na gruta que abrigou o eremita por meio de oferendas, orações e de uma fonte de água considerada possuidora de propriedades milagrosas. Registro aqui o enorme interesse e entusiasmo com que "tia Dino" sempre se referiu à história da chocolateira, guardada pela família, assim como às histórias, causos e lendas da cidade da Lapa. Tia Dino era, ao seu modo, uma historiadora, pois preservou em seus escritos muitos registros sobre a cidade e guardava em sua memória invejável inúmeras referências a pessoas, situações e momentos ligados à história da família e da cidade.

da Lapa, ao se referir à passagem do monge na cidade, quando então o tio de seu avô, Tristão Correia da Rosa, é presenteado com uma chocolateira de cobre pelo eremita.

> Tristão Correia da Rosa conheceu o monge porque o acompanhou até a gruta no alto da Lapa. Lá ele viveu fazendo o bem. Se alimentava de ervas, frutas do mato, dormia nas cavernas, era um homem bom e religioso. Com o tempo, o povo começou a fluir lá; ele dava medicamentos, ervas, conselhos, fazia orações, e assim foi conquistando o povo da Lapa e do interior. As autoridades achavam que ele não devia estar ali porque estava juntando muita gente. Como ele já tinha feito amizade com Tristão Correia da Rosa, ele pediu para que o senhor o conduzisse até o Rio Grande, e o tio de meu avô aceitou. Atravessaram sertões, o que na época era muito difícil, e em Ijuí o monge disse que estava em um bom ponto e que então ele poderia voltar. Quando se despediram, não tendo nada de valor a ofertar, o monge deu a ele de presente esta chocolateira, que era usada para aquecer a água para fazer um chimarrão ou um café, uma relíquia que ficou para a família. (Depoimento de Dinorah Aubrift Pinto)

João Maria de Jesus, o segundo monge – cujo nome verdadeiro era Anastás Marcaf, de origem francesa –, foi confundido na religiosidade cabocla com o primeiro João Maria, ao ponto de os fiéis acreditarem que fosse o mesmo monge, com mais de 100 anos. Foi a figura que obteve maior projeção pública nos sertões. Adepto das forças maragatas de Gumercindo Saraiva, carregava uma bandeira branca com uma pomba vermelha no centro, dizendo ter recebido, em um sonho, a missão de caminhar pelo mundo pregando os ensinamentos de Jesus Cristo. Profetizava castigos de Deus, entre eles a guerra santa de São Sebastião e pragas de gafanhoto, fome e eclipses. Na avaliação de D'Avila Gallo,

> O segundo monge é considerado o monge político, pelo seu discurso apocalíptico que situa o advento da República como o marco derradeiro, anunciador da guerra escatológica, quando, então, os justos e os eleitos serão recompensados. A sua passagem pelo Contestado representa o estabelecimento do elo entre a história e a utopia. Isto é, o tempo saturado e decadente encontra, segundo o prognóstico professado no livro do *Apocalipse*, uma perspectiva de renovação, quando adota os sonhos do profeta como possibilidade, concentrando no milênio a esperança de realização de uma história diferente. (GALLO, 1999, p.96).

Desde 1840 até por volta de 1908, estes monges deixaram registro em todo sul do Brasil, muitos no Contestado. Depois deles, o terceiro monge a aparecer no sertão foi José Maria de Agostinho, por volta de 1912. Muitos pensaram que fosse a reencarnação do monge desaparecido. Ex-militar no Paraná, Miguel Lucena de Boaventura (seu nome verdadeiro), assim como os monges anteriores, pregava a igualdade e o bem, chegando a organizar o povo em acampamentos e marchas baseando-se nesses princípios. Formou também uma guarda pessoal, formada por 24 sertanejos, que foram chamados de 12 pares da França. Simpático à monarquia e crítico do regime republicano, inspirava-se nas aventuras do rei francês Carlos Magno. Em sua peregrinação, encontrou o Contestado agitado, envolvendo-se assim com o ambiente de exploração e miséria dos sertanejos[7].

De maneira semelhante ao monge João Maria de Jesus, difundia em sua pregação apocalíptica vários castigos dos céus, identificando a República como a "ordem do Demônio" e a Monarquia como a "ordem de Deus". Pela sua atitude junto à população dos sertões, e também pelo desfecho dos acontecimentos, foi considerado o monge "guerreiro". Esta caracterização é encontrada inclusive nos jornais da época, embora de maneira menos "lisonjeira", como revelam as expressões "sanguinário", "rebelde impostor", "belicoso", "inimigo da ordem", entre outras.[8] Foi este homem que entrou na história como líder de um dos mais importantes movimentos políticos e messiânicos do País.

Na análise de Nilson Thomé[9], o aspecto messiânico do movimento está ligado à herança cultural deixada pelos monges, uma vez que a guerra inicia propriamente depois da morte de José Maria, no primeiro conflito.

> Todo messianismo, associado ao misticismo, de cunho sebastianista, foi sendo alimentado ao longo dos anos. Na região, foram fundamentais os

7. "Apesar de ser considerado um homem bom e pacífico, cuja intenção principal era estimular a fé, sua presença na região provocou o receio das autoridades, temerosas dos efeitos supostamente nefastos dos seus ensinamentos para a ordem estabelecida. Essa conduta das elites parecia uma regra no Contestado, pois o temor, na verdade, provinha da reunião de gente". (GALLO, 1999, p.72).
8. Estas expressões apresentam-se diluídas nos textos jornalísticos do *Diário da Tarde* que fazem referência ao monge do Contestado.
9. A entrevista com o historiador foi realizada em 05 de outubro de 1999, em Caçador/SC, em função de uma pesquisa anterior realizada pela autora. Thomé é conhecido como um dos historiadores mais dedicados a registrar os acontecimentos do Contestado e a história de Santa Catarina no período considerado. Muitas informações sobre os monges foram obtidas pelas obras do autor, falecido em março de 2014.

> ensinamentos e o modo de vida do segundo monge João Maria e de José Maria. O Contestado começa um ano depois, não tinha nenhum vivo. Seus seguidores místicos e messiânicos é que conduzem o movimento e reúnem a população. Terminou o Contestado, este misticismo não morreu. E a prova disso é a influência messiânica que está impregnada há 150 anos, sendo responsável pelo surgimento de novos monges e profetas. (Depoimento de Nilson Thomé)

A trajetória dos monges pela região contestada é considerada pela historiografia um dos motivos que levou os sertanejos a pegar em armas para lutar por uma nova sociedade. O messianismo[10] constitui um elemento marcante na compreensão do contexto social da época, assim como o modo como é entendido pelas classes dominantes. Desse modo, adequando-se à prática social e à esfera ideológica da população dos sertões, a religião converte-se em esperança de "regeneração" do mundo (a terra sem males, o reino dos céus), orientando os rumos do movimento. Para Vinhas de Queiroz,

> Numa região e numa época em que os valores religiosos e mágicos perpassam toda a ideologia, onde a religião possuía sentido tão pragmático que as roças eram benzidas e se acreditava curar as pessoas rezando sobre as feridas, onde servia inclusive para justificar as desigualdades e legitimar a estrutura social existente, não há que estranhar tenha sido impregnada de crenças religiosas e de misticismo a atmosfera explosiva e emocionalmente carregada que as tensões produziam. (QUEIROZ, 1981, p.250).

Relacionados alguns elementos da cultura e do imaginário sertanejo, vale perguntar: qual a importância de conhecer os líderes religiosos que percorreram o Contestado? Trata-se de uma percepção necessária para compreender de que modo a figura do monge, a crença dos sertanejos e a religiosidade que eles constroem são representadas pelo jornalismo, no trabalho simbólico de atribuição de sentido aos fatos. É baseando-se na

---

10. O conceito de messianismo, para Vinhas de Queiroz, "compreende todo e qualquer conjunto de crenças religiosas, ideias e atividades, através dos quais uma coletividade dada expresse a sua recusa diante de intoleráveis condições de existência, manifestando a esperança de que um herói sobrenatural abrirá as portas de uma vida livre de misérias e de injustiças". (QUEIROZ, 1981; p. 250).

presença e na influência dos valores do "catolicismo rústico" que se pode ver e compreender parte da história do Contestado e explicar determinadas relações sociais e construções discursivas.

Basta lembrar que, conforme demonstrado na análise do discurso nacionalista instituído pelo *Diário da Tarde*, os valores de uma nova sociedade projetada pelo advento da República implicam também uma visão negativizada de práticas que se chocam com as perspectivas de "civilização". É na luta contra velhos hábitos coloniais[11] que as formas não-oficiais de religiosidade passam a ser condenadas pela sociedade (e, obviamente, também pela imprensa). Na análise de Sevcenko,

> Não era de se esperar que essa sociedade tivesse tolerância para com as formas de cultura e religiosidade populares. Afinal, a luta contra a "caturrice", a "doença", o "atraso" e a "preguiça" era também uma luta contra as trevas e a "ignorância"; tratava-se da definitiva implantação do progresso e da civilização. (1983, p.33)

A proibição de festas populares, como a de Judas e do Bumba-meu-boi, e o combate policial a todas as formas de religiosidade popular (líderes messiânicos, curandeiros e feiticeiros) fazia parte do processo de urbanização e desenvolvimento que se estendeu por todos os estados brasileiros. Essa negação de manifestações religiosas também encontra respaldo nos discursos que envolvem o Contestado, instituindo uma polêmica pautada, na maioria das vezes, pelo viés do fanatismo. Desse modo, o conjunto de observações, opiniões, análises, conceitos e pré-conceitos em torno da cultura popular contribui para a compreensão de uma das nuances daquele conflito: a divergência existente entre a racionalidade republicana e o modo de vida caboclo ou, em outros termos, a incompreensão e o desprezo das elites em relação aos pobres.

Pela análise dos discursos jornalísticos que tematizaram a questão da religiosidade no movimento sertanejo, pode-se perceber como o *Diário da Tarde* se posiciona e catalisa os argumentos de grupos específicos na constituição de um universo de significações. No estudo deste caso de

11. Conforme registra Nicolau Sevcenko, o projeto de construção de uma sociedade "civilizada" incluiu a campanha de obrigatoriedade do uso de paletó e sapatos para todas as pessoas, sem distinção. O objetivo do regulamento era pôr termo à "vergonha e à imundície injustificáveis dos em mangas-de-camisa e descalços das ruas da cidade". (SEVCENKO, 1983; p.33).

imprensa, procura-se mostrar no modo de narrar coisas acontecidas que sentidos predominam ou são silenciados, assim como as possibilidades de movimento entre acontecimentos e representações.

Da guerra santa à guerra civil, os sentidos da religião

O messianismo é um aspecto indissociável dos movimentos sociais e um fenômeno que se repete na história, quando o povo clama por justiça. No caso do Contestado, o messianismo se pauta na crença na ressurreição de José Maria, quando videntes (em sua maioria crianças e mulheres) passam “ordens” recebidas do monge aos demais integrantes das “cidades santas” (redutos). A simbologia das orações, dos rituais e das práticas de guerra também reafirmam o caráter místico e religioso do movimento, constituindo importante fonte para a compreensão da cultura popular.

Contudo, interessa aqui analisar a presença deste discurso religioso nos jornais paranaenses, na tentativa de identificar as marcas e os argumentos que perpassam os conflitos do Contestado. Não é possível analisar este processo de inscrição dos valores religiosos (na contraposição de uma cultura hegemônica com uma cultura popular) de maneira linear; as figuras dos monges, seguidores e padres recebem diferentes caracterizações ao longo do conflito, colocando em evidência a dinâmica das relações e dos acordos entre os grupos sociais.

Trataremos, então, de observar como se dá a produção de sentido nestes discursos, articulando enunciados com caráter de “evidência” e unidade argumentativa com os eventuais momentos de dispersão a um dizer hegemônico referente à religião, nem sempre perceptível. Lembrando Foucault, no que diz respeito à materialidade real do discurso,

> Em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade. (FOUCAULT, 1998, p.08).

Busca-se, assim, analisar os sentidos ditos e legitimados e a possibilidade de abertura desse dizer para rupturas (fazendo surgir outros

sentidos). Observando os jornais, pode-se compreender como a Guerra do Contestado foi sendo traçada, à revelia de uma "guerra santa" idealizada pelos sertanejos.

Mesmo antes da eclosão da Guerra do Contestado, já aparecem relatos sobre a atuação de José Maria junto à população sertaneja.[12] De início, não há um tom abertamente alarmista sobre o assunto, e nem mesmo a condenação explícita de suas pregações. Aparece apenas a descrição curiosa de um monge que foi notícia até mesmo nos jornais da capital, devido aos seus anseios religiosos e revolucionários.

> Não há quem não tenha ouvido falar em nosso Estado desse José Maria Agostinho, o monge de longas barbas e de cajado à mão (*ilegível*), errante pelos sertões, inculcando-se um ser divino e vindo ao mundo para redimir a humanidade. José Maria (*ilegível*) percorria os nossos sertões fazendo prédicas e distribuindo cinzas e água com que, dizia, curava qualquer moléstia. José Maria dizia-se profeta e onde quer que ele pousasse, os crédulos plantavam uma cruz. Distribuía raízes milagrosas, dava água santa e tisanas de efeitos curativos extraordinários. Assim, ele andou por Canoinhas, Timbó, Putinga, Três Barras e outros lugares, que eram o campo de peregrinação do 'santo'. Quando uma moça queria casar contra a vontade dos pais, bastava um benzimento do monge para que ela desistisse da sua intenção. (...) O peregrino dos sertões chegou a conquistar inúmeros adeptos que o acompanhavam, em romaria, de um lugar para o outro. Ele resumia toda a filosofia nesta frase: o homem é bom; os homens é que são ruins. E assim pensando é que o velho vivia isolado do mundo. Tal foi o renome de José Maria que a imprensa deste Estado dele se ocupou. Pelos jornais do Rio, se verá que o "santo" transformou-se em um revolucionário. Tal como o Antônio Conselheiro, de Canudos. (25/09/1912)

---

12. Sobre o envolvimento de um líder místico no desfecho da guerra, contrariamente ao que se escreve nos jornais, D'Avila Gallo assim assinala: "Considerando a proliferação de profetas, curandeiros e peregrinos na região, como, então, se poderia afirmar que a formação dos conflitos de classe, ali, estaria condicionada à dedicação a este ou aquele profeta? Tais conflitos antecipavam-se à presença desses personagens que, na verdade, aparecem como catalisadores, concentrando nos seus atos e palavras as expectativas de uma vida melhor, abrindo caminho para realizá-la, administrando o descontentamento geral. Isto é, ao compreenderem os anseios e aspirações dos sertanejos e ao empregarem uma linguagem popular na interpretação dos conflitos de toda natureza, os monges criaram um ambiente propício para aglutinação dos sertanejos." (GALLO, 1999, p.91).

Tal como Antônio Conselheiro, a imagem de José Maria desloca-se de "santo" para revolucionário, e desta para bandido, fazendo transparecer, ainda que de maneira sutil, os prenúncios de inquietação diante da possibilidade de reunir indivíduos descontentes com o sistema social vigente e promover um movimento capaz de assumir um caráter contestatório, que se intensifica na medida em que os fatos se desenvolvem. Ênfases como esta variam conforme os momentos, os eventos e o jogo das forças sociais que atuam no Contestado, fornecendo leituras e imagens diferenciadas do líder dos sertanejos e do movimento social que originou. A descrição do monge então apresentada assume contornos mais evidentes quando se somam a informações telegráficas divulgadas pelo *Diário da Tarde*:

> O senador catarinense Felipe Schimidt esteve mostrando ao marechal Hermes da Fonseca um telegrama que recebeu do sr. Eugênio Müeller, governador de Santa Catarina, certificando ter havido em Campos Novos uma grave sublevação com o intuito de restaurar a monarquia. O movimento é dirigido por fanáticos em atitude hostil ao governo do Estado. O governador pediu o auxílio da força federal, solicitando, também, o paquete Prudente de Moraes, que se acha em Florianópolis, a fim de conduzir forças até o porto navegável mais próximo do local da sublevação. Ficou assentada a remessa de forças do exército a Campos Novos, vindas da guarnição de Cruz Alta.
> (...) À última hora, o senador Schimidt disse serem exageradas as primeiras informações. As informações dizem haver naquela região um fanático de nome José Maria Agostinho, que se inculca monge, e que percorrera diversas povoações de Santa Catarina e também do Paraná pregando contra a República e profetizando a sua própria destruição. (25/09/1912)

Interessante notar que os mesmos "adeptos do monge" do texto anterior já figuram como "fanáticos", enquanto o quase "santo" José Maria apenas se "inculca monge". Mesmo não sendo estes os argumentos principais dos textos, parece oportuno perceber que a cristalização de sentidos se dá pelo trabalho de reafirmação de dizeres, explícitos ou não.

Também as práticas do monge são representadas de maneira inteiramente diferente; enquanto no enunciado anterior tratava-se de um curandeiro e profeta, este último evidencia a "atitude hostil ao governo do Estado" e a pregação contrária à República. Argumentos como este ganham força na

medida em que reaparecem nos jornais, produzindo uma elaboração continuada dos elementos de sentido, conforme demonstra o texto que segue.

> O monge José Maria, também conhecido como João Maria, e que é o mesmo que tem percorrido muitas vezes os sertões de nosso Estado, é o chefe desse movimento de fanáticos que, segundo telegramas do Rio, tem por fim restaurar a monarquia. A princípio pareceu ser isso coisas de um fanático qualquer que, com alguns adeptos, andasse por aí iludindo uns pobres caboclos. Todavia, os despachos de hoje já emprestam bastante gravidade aos acontecimentos que se estão dando no vizinho estado de Santa Catarina. E é tamanha a gravidade que o governo federal resolveu mobilizar tropas do exército que seguem para a região dominada pelos fanáticos. (26/09/1912)

De acordo com registros históricos, a gravidade dos acontecimentos não passava de mera especulação.[13] A reunião de seguidores em torno de José Maria incomodava principalmente os coronéis da região, grandes latifundiários de terras. A organização social e política era ditada por eles, que incentivavam o processo de exploração econômica e dominação política; consideravam o movimento uma ameaça às suas propriedades e aos seus interesses.

Os motivos que levaram ao alarme começaram no momento em que a fama do monge já havia se propagado, assim como a identificação do público com seu discurso, quando então José Maria recebeu um convite para colaborar na organização da Festa do Divino e, para tal, saiu de Campos Novos, dirigindo-se a Taquarussu. Inspirado na lenda de Carlos Magno, criou uma guarda de honra para o rei festeiro, contribuindo para o aumento da euforia da festa, que se realizava pelas forças de oposição da vila de Curitibanos. De acordo com D'Avila Gallo,

> O monge então tomou conhecimento das queixas da população contra o coronel Francisco Ferreira de Albuquerque e, em função disso, recusou-se a atender a um chamado dele para que fosse a Curitibanos tratar de um parente doente. Ao emissário de Albuquerque o monge teria respondido que "a distância da casa do coronel à sua era igual à da sua casa à do coronel. (GALLO, 1999, p.85).

13. Estão sendo considerados, aqui, os estudos de Vinhas de Queiroz e Nilson Thomé.

Depois desta festa, o monge permaneceu em Taquarussu, lendo as histórias de Carlos Magno[14], realizando curas e bênçãos e utilizando discursos proféticos para revelar sua aversão às leis republicanas. Temendo uma oposição sistemática, o coronel Francisco Ferreira de Albuquerque alarma o governo do Estado quanto aos "perigos" da reunião de pessoas e solicita forças policiais, incentivando assim o início da revolta sertaneja. Diante da possibilidade de conflito armado, José Maria parte com seu povo para terras contestadas, conforme anunciam os jornais.

> Dos nossos ilustres colegas do brilhante semanário Xanxerê, recebemos o seguinte despacho: "Consta que o grupo chefiado pelo monge José Maria invadiu o Rio do Peixe. A população está alarmada, em consequência de ser este ponto de fácil comunicação com o rio do Peixe. Esperamos, diante da absoluta falta de garantias, uma providência urgente relativamente a tão desesperadora situação."
> Recebemos também este despacho avulso, daquela localidade paranaense: "Consta que o monge José Maria, acompanhado de numerosas pessoas armadas de carabina Winchester, invadiu o Rio do Peixe. A população de Xanxerê sem elementos de defesa e em tão perigosa emergência, pede providências urgentes ao poder público."
> De Palmas, recebemos o seguinte: "Produziu-nos aqui excelente impressão a ordem do governo para a vinda do Regimento de Segurança. O povo aguarda com ansiedade a chegada da brilhante força paranaense, preparando-se para fazer-lhe importante recepção. Sabe-se que o monge José Maria, e numerosos adeptos, armados, transpuseram o Rio do Peixe, supondo-se que se tenham internado na barra do rio Jacutinga. As autoridades locais tomavam providências, tendo seguido bombeiros que observarão a zona." (15/10/1912)

Os jornais já tratam o assunto, neste período, como uma ameaça à ordem e à paz.[15] A informação de que indivíduos armados ameaçam as

14. A leitura do romance suscitava o apego aos valores tais como lealdade, honestidade e companheirismo; este parece ser um dos fatores que levou os sertanejos a animarem os personagens do livro, trazendo-os para a realidade como signos da guerra.
15. Em meio aos prenúncios de uma resistência armada por parte dos fiéis de José Maria, o *Diário da Tarde* publica uma carta que se diz assinada por "um fanático", colocando em evidência os objetivos "criminosos" dos sertanejos. Sem erros redacionais (ao contrário do que

cidades por onde passam traduz a dimensão da violência já mencionada em outros momentos pelo jornal, que ganha adesão prática nos receios da população. Do mesmo modo, a ordem de deslocamento do Regimento de Segurança para a "cidade ameaçada" é revestida de brilhantismo, representando, diante dos numerosos adeptos armados, uma garantia de segurança e vitória antecipada.

Acionadas as forças do exército, o jornal passa a se pautar exclusivamente nas formas utilizadas para conter o movimento, à revelia dos reais objetivos do monge e de seus seguidores. É nesta atmosfera de exaltação e insegurança que se dá o primeiro combate, em Irani, que resulta na morte de José Maria, conforme ele mesmo havia anunciado.

No mesmo dia do combate, o *Diário da Tarde*, ainda sem tomar conhecimento do desfecho da operação militar, traça o perfil do monge pela sua ligação com a criminalidade. Os argumentos aqui utilizados são reafirmados pelo jornal a partir do momento em que se verifica a morte de João Gualberto e dos demais oficiais, quando então as impressões sobre o movimento sertanejo se tornam explícitas. No texto que segue, permanecem ainda os enunciados que procuram construir um perfil específico para o líder messiânico que ousou "invadir" o território paranaense:

> Está provado não ser José Maria, o monge que outrora viveu nos sertões deste Estado, e sim um homem de tipo indígena, bandido e autor de duas mortes no município de Palmas, onde foi processado e condenado, conseguindo fugir da prisão; que o monge protagonista desta "fita" tem a idade de 40 anos, mais ou menos; que ele, acompanhado de numerosos homens armados, municiados e montados em bons animais, entraram em território paranaense, 15 km abaixo da estação do Herval; que os bandidos companheiros de José Maria são desertores do Rio Grande do Sul, onde fizeram parte da última revolta. (22/10/1912)

---

se esperava das populações consideradas "incultas" do interior), a carta também ignora as motivações sociais e religiosas do movimento, nomeando como "culpados" os catarinenses que disputavam a zona.

"O movimento dos fanáticos no começo foi devido ao famigerado e déspota coronel Albuquerque, mas, hoje não se trata de fanatismo e sim de banditismo e saque, a pretexto de Monarquia. E quais são os principais culpados? Foram os invasores de um território sempre considerado paranaense, mandando distribuir armamentos a quantos bandidos e criminosos existiam na zona entre Timbó e Canoinhas, bandidos esses que armados por gente de Santa Catarina hoje são todos chefes de fanáticos." (08/10/1912)

Ignorando, neste momento, o aspecto religioso inerente à figura do monge, o jornal angula o discurso de modo a aproximá-lo de um perfil ligado ao banditismo, assim como seus seguidores, que teriam relação com a Revolução Federalista. De fiéis, a bandidos; de profeta, a autor de crimes e líder de um movimento armado. É assim que vai se forjando a imagem de José Maria e do movimento sertanejo nas páginas do jornal, produzindo sentidos de acordo com as visões de mundo das elites intelectuais da época.

Ao contrário do que procura provar o jornal, não há nenhuma base empírica ou lógica para afirmações a respeito dos crimes e interesses obscuros de José Maria.

> A atribuição de aspectos hipócritas, "criminosos" e lascivos ao comportamento de José Maria é apenas a contraparte de uma outra opinião, muito diversa, que se difundiu na época entre os sertanejos, opinião esta que lhe atribuía qualidades extraordinárias e miraculosas. Era uma espécie de antídoto contra a santificação ou o endeusamento do monge. Era apenas o reverso do fanatismo, sem que, nem por isso, constituísse a verdade objetiva. (QUEIROZ, 1981, p.104).

Pode-se justificar, a partir destas referências, o tratamento dado pelo jornal à figura do monge como uma forma de conter a adesão da população aos seus ensinamentos. Afinal, com a finalidade de promover o adiantamento intelectual e moral da sociedade, eram tratadas criticamente nos jornais as práticas que conduziam à corrupção dos indivíduos. Visto como potencial ameaça ao desenvolvimento social, o crime, em todas suas modalidades e formas de punição, costumava ganhar certo destaque nos periódicos do início do século. Assim, partindo do relato vago e preconceituoso de um acontecimento ou situação, os textos que abordavam a temática criminal chegavam a generalizações que expunham um ponto de vista crítico, ou mesmo um tom moralizador na divulgação de determinadas práticas.

Com estes argumentos, o jornal procurava assinalar um tom de "desordem" ao movimento, imprimindo uma imagem de descrédito à religiosidade de José Maria, que vai se repetir nas páginas impressas quando novos personagens aparecem como "mensageiros" de suas ordens. Depois de um ano da morte do monge, quando a guerra inicia propriamente, os antigos seguidores místicos e messiânicos se organizam, crentes na

ressurreição de José Maria.[16] Na análise de Vicente Telles[17], trata-se do início da "guerra santa", quando os sertanejos se orientam não mais pela presença física do monge, mas pela crença na formação de um "Exército Encantado", chefiado por José Maria e São Sebastião:

> No combate de Irani, os sertanejos saíram vitoriosos com o lucro na alma, nutrindo a esperança na ressurreição de José Maria. Enquanto isso, o coronel Albuquerque em Curitibanos continuava seu despotismo governamental. As companhias estrangeiras expulsando com maior intensidade e violência o povo de suas terras. E foi sob esse clima de opressão política e penúria coletiva que os sertanejos não encontraram outra alternativa senão buscar uma organização entre eles. Qual seria? Unir-se para buscar a proteção dos céus. Como guerrear? Com facão de pau, espeto de guaramirim, míseros instrumentos físicos nas mãos de maltrapilhos para lutar contra canhão, metralhadora e até avião dos poderosos. Por isso eles precisavam, mais do que nunca, da cumplicidade dos céus, e os céus proporcionaram esta ajuda, mandando São Sebastião nas figuras místicas de um João, outro João e um José, todos Maria. (Depoimento de Vicente Telles)

Não havendo mais uma figura para racionalizar as características de revolta, são os novos líderes que se tornam alvos de avaliação do jornal.[18] Por meio de informantes, o *Diário da Tarde* toma conhecimento dos acontecimentos que se passam na região e procura traduzir as inquietações. A respeito da provável reorganização dos seguidores de José

---

16. Segundo Vinhas de Queiroz, José Maria teria dito o seguinte para seus seguidores: "Eu vou começar a guerra de São Sebastião em Irani, com os meus homens que lá me esperam. Mas olha, Euzébio, marque bem o dia de hoje. No primeiro combate sei que morro, mas no dia em que completar um ano me esperem em Taquarussu que eu venho com o grande exército de São Sebastião." (QUEIROZ, 1981, p.110).
17. A entrevista com o pesquisador da cultura sertaneja foi realizada pela autora em 04 de outubro de 1999, na cidade de Irani/SC, que abriga um cemitério dos combatentes do Contestado e seguidores de José Maria.
18. Na primeira fase do movimento, liderada pelos fazendeiros Euzébio Ferreira dos Santos e Chico Ventura, acredita-se que Teodora, neta de Euzébio Ferreira dos Santos, teria recebido uma visão do monge debaixo de uma árvore, e, pouco tempo depois, uma mensagem pedindo aos seus adeptos para que se reorganizassem em Taquarussu para a guerra santa. Na sequência, assume o movimento o filho de Euzébio, Manoel, que tendo recebido de José Maria orientações, preparava os sertanejos para práticas de guerra. Vários outros líderes assumiram o movimento, mantendo as orações e rituais nas várias "cidades santas" erguidas no sertão.

Maria, o periódico divulga, pelas informações de um correspondente de Curitibanos:

> Desde o dia 3 do corrente Euzébio Ferreira dos Santos, ex-companheiro do falecido monge José Maria, acompanhado de um filho de nome Manoel, de 18 anos de idade e que se diz vidente intérprete da vontade do monge, reuniu muitos indivíduos que acreditam na ressurreição do monge e vieram ocupar o lugar Taquaruçu, onde armados e em atitude hostil fazem procissões e beijam quotidianamente os pés de Manoel. Esses mesmos indivíduos fanatizados ciliciam-se e aplicam castigos, tudo para fazer a vontade do monge por intermédio do vidente Manoel, que prega a guerra santa de São Sebastião, a qual deve ser feita à arma branca.
>
> Desta cidade por meio de cartas aconselhou-se a esses indivíduos que se dispersassem, não logrando bom resultado essa interferência. Do mesmo modo deram resultados negativos as interferências de pessoas enviadas ao local, bem como a missão do padre Rogério, que confiava ser obedecido e foi desobedecido, insultado e ameaçado de morte. Nesse movimento não são conhecidos fins políticos.
>
> Quando aqui tenho ciência de que o grupo era calculado em 180 pessoas; atualmente o movimento atinge a 400 pessoas de todas as idades e sexos. (17/12/1913)

Além dos argumentos utilizados para explicitar o estágio de "fanatismo" dos sertanejos, é interessante notar que a partir da reunião de pessoas em Taquarussu são registradas várias tentativas de "pacificação", com os sucessivos líderes do movimento. Neste momento, o aspecto religioso volta a ser tematizado pelo jornal,sobrepondo-se à imagem de banditismo e criminalidade presente em outras situações da guerra. No ressurgimento de enunciados dessa natureza, sobressaem os sentidos da ignorância e da incultura (já mencionados na abordagem sobre as representações dos sertanejos na imprensa), justificando assim o fanatismo da população.

As informações do correspondente, salvo posicionamentos de repreensão das atitudes dos sertanejos, coincidem com o relato de uma testemunha ocular da história, que atuou ao lado do pai, Chico Ventura, na

organização da revolta. Trata-se de João Paes de Faria[19], que na época tinha 12 anos de idade e tocava tambor na guerra. De acordo com Faria,

> O fanatismo começou na casa do meu pai, que se chamava Francisco Paes de Faria, o Chico Ventura. Chegaram uns 20 homens, mais ou menos, com o falecido Euzébio, e nós tava tirando madeira para fazer uma mangueira. Vieram nos chamar pra ir lá, o pai não queria ir, mas depois foi e quando chegamos estava aquela trinca. Eles estavam pondo em ação; colocavam uma mulher de um lado e um rapaz do outro lado da sala. Eles se cobriam para adivinhar o que iam fazer, para receber instrução, era um exercício de combate. Foi chegando gente, chegando gente, e nós fomos se preparando para brigar.
>
> Aquela gente que vieram lá em casa começaram a dizer que o José Maria ia aparecer. Daí meu pai disse: "como José Maria, se dizem que ele morreu lá no Irani?" Mas ele não morreu lá. Aquelas pessoas que estavam na sala, cobertas com lençol e colcha branca, adivinhando, diziam que o José Maria ia aparecer. Mas ele não apareceu. (Depoimento de João Paes de Faria)

Relatos de videntes e mensageiros do monge pautam os jornais, diante da crescente aglomeração dos sertanejos. Entre verdades e boatos, fatos e imprecisões, vão se construindo imagens do fanatismo e traçando os rumos do movimento. Assim, aparece no *Diário da Tarde* o seguinte "perfil" do líder sertanejo Chico Ventura, pai do nosso entrevistado:

> O chefe político catarinense coronel Henrique Rupp verificou que há algo de verdade nos boatos que correm sobre a aglomeração de fanáticos. Telegrama de sua esposa anuncia que há 150 pessoas, homens e mulheres, reunidos em Taquarussu, rezando e esperando ressuscitar o monge. Chefe: Chico Ventura. "O sr. Coronel Rupp nos informou que esse Chico Ventura é um pobre irresponsável, que já doutra vez acompanhou o 'monge' e, quando chegou à nossa fronteira, escapou-se, dizendo aos companheiros: "eu não sou de ferro". Pessoas que conhecem pessoalmente o novo "monge" Chico Ventura informam-nos de que o

---

19. Foi com profundo interesse que colhemos o depoimento do senhor João, em 06 de outubro de 1999, na cidade de Lebon Régis/SC, entrando em contato com histórias e relatos da vida nos redutos e dos combates entre os sertanejos e as forças oficiais.

> mesmo está realmente fanatizado, mas não é um homem inofensivo, como diz o sr. Rupp. Ao contrário, é um caboclo valente e esperto, capaz de dirigir um movimento." (12/12/1913)

Pode-se dizer, neste caso, que o discursivo significa de modo não transparente, formando uma rede de significados tecida de ambiguidades, repetições, equívocos e conflitos. Afinal, nas formas de inscrição da historicidade pelos discursos do *Diário da Tarde* misturam-se as representações da religiosidade e da guerra propriamente dita. Neste processo de significação instituído pelo jornal, interessa questionar que condições foram necessárias para tais discursos fazerem sentido, estabelecendo possíveis contrastes entre as opostas sociedades urbana e rural, civilizada e arcaica.

Desse modo, o trabalho de análise dos discursos jornalísticos que abordaram a temática religiosa consiste em reavivar os implícitos (presentes nas descrições, relatos e opiniões) que se manifestam em meio ao discurso "sobre" a cultura sertaneja. Pois é na produção e na repetição de certos efeitos de sentido – no caso, imagens estereotipadas do "catolicismo rústico" produzidas pelo tratamento dado pelo jornal na divulgação dos fatos – que se pode reconstituir algumas questões do cenário da época e desvendar implícitos.

A partir desta referência pontual aos personagens místicos que fizeram do Contestado um movimento contestatório de caráter messiânico, procuramos mostrar como se dá o confronto entre as concepções dos sertanejos e as "vozes" que falam nos jornais, de modo a compreender o jornalismo em seu potencial de produção e divulgação de visões e posicionamentos.

Valores em disputa no discurso jornalístico

A simbologia presente nas mais diversas práticas dos integrantes do movimento do Contestado figura entre as principais características do conflito. Ela se manifesta no símbolo da "guerra santa" – José Maria –, nos princípios religiosos e comunitários que regem a vida nos redutos, nas orações, na crença no Exército Encantado de São Sebastião[20] e até mesmo nas práticas de guerra.

20. Os sertanejos acreditavam que todos aqueles que morriam passavam para "o outro lado": o lado do Exército Encantado, formado pelo santo guerreiro padroeiro do sertão, por José

Nas "cidades santas", os sertanejos reuniam-se duas vezes ao dia ao toque de um velho tambor. Punham-se em forma e, enfileirados, percorriam o gramado gritando vivas a todos os santos, a José Maria e à liberdade[21]. Em combate, empunhavam bandeiras brancas enfeitadas com uma cruz verde que, segundo eles, possuíam o mágico poder de destruir 50 soldados cada vez que descrevessem três cruzes no ar.[22]

Também a "guarda de honra" do movimento possuía um sentido não apenas prático, por reunir os mais habilidosos combatentes. Os "12 pares da França" (uma referência às histórias do rei francês Carlos Magno) possuíam o mesmo sentido dos apóstolos de Cristo, sendo responsáveis pela cerimônia de purificação dos novos integrantes do movimento.

Nas memórias de João Paes de Faria, os valores religiosos dos sertanejos assumem presença marcante[23]:

> Rezava muito aquele povo, Deus atendia as orações. Era um barulho de reza para tudo quanto é lado, em todas as famílias estavam rezando o Creio em Deus Pai e um terço, era bonito de ver. Tinha as crianças, que fincavam uma cruz ali, outra lá e outra lá adiante, fazendo o desenho de um coração. E tinha duas mulheres que ensinavam as crianças. Ficavam todas segurando uma bandeirinha branca na mão, balançando, e uma vela na mão. Era bonito de ver de longe aquelas crianças formando um coração. E quando vinha a força, tinha que brigar. Era rezar e brigar. (Depoimento de João Paes de Faria)

Maria e por todos aqueles que defenderam em batalha a liberdade. Assim, o Exército Encantado foi considerado uma nova manifestação do sebastianismo no Brasil.

21. Na religiosidade cabocla resgatada no filme *Guerra dos Pelados*, de Sílvio Bach, as "formas" realizadas nos redutos são carregadas de rituais como bandeiras brancas, cruzes, palavras e cantos.
22. Passados alguns combates, as práticas de guerra foram sendo aprimoradas, embora o valor simbólico das bandeiras tenha permanecido na maior parte dos conflitos.
23. O estudo de Vinhas de Queiroz apresenta semelhante descrição: "Todos os dias, de manhã às oito horas e de tarde às quatro, havia as formas, para as quais os fiéis eram convocados por meio de cornetas, e não podiam faltar a não ser que tivessem motivos muito sérios.(...) Muita gente carregava flâmulas e estandartes, inclusive bandeiras do Divino, que eram vermelhas e com uma pomba branca no centro. A bandeira principal, sempre branca e ornada com uma cruz verde, sustentava-a o comandante da forma. Ele dava vivas a José Maria, a São Sebastião e à monarquia, os quais eram respondidos pela multidão. Depois todos cantavam antigas rezas." (QUEIROZ, 1981, p.192).

Percebe-se, pelos valores e procedimentos dos sertanejos, a importância da religiosidade em suas vidas. Toda essa simbologia, no entanto, não conquistava a simpatia dos representantes do catolicismo oficial, que se empenharam em tentar uma "pacificação", quando perceberam a possível dimensão do movimento. Neste contexto, a figura que mais se envolveu com a organização dos sertanejos foi o padre franciscano que se instalou em Lages/SC no final do século XIX, frei Rogério Neuhaus, homem este que conheceu José Maria antes dos primeiros conflitos e registrou o clima de animosidade entre as diferentes vertentes religiosas.[24]

A análise de Nilson Thomé permite entender melhor os motivos pelos quais os sertanejos não aderem ao discurso oficial da Igreja Católica:

> Do ponto de vista religioso oficial, observa-se que os padres que estavam aqui eram todos franciscanos alemães. Se conhecer um pouco o pensamento desses padres, você verá que a piedade deles estava um pouco deficiente: eles tinham o caboclo como um sujeito que não valia nada, que pouco adiantava trabalhar com ele. Isso faz com que a igreja se retire da assistência direta ao caboclo; apesar de ter tentado reverter, tentou tarde demais. Quando o banditismo já começou os padres tentavam abafar o movimento, mas aí o caboclo já tinha criado uma religiosidade própria, o catolicismo rústico. É a grande discussão entre o sagrado e o profano: o que é o sagrado para a igreja pode não ser mais para o caboclo, e o que é profano para a igreja é sagrado para o caboclo. Mudam os valores. (Depoimento de Nilson Thomé)

Marli Auras registra o trabalho do frei Rogério junto aos moradores da zona contestada, que foram excluídos da formação religiosa, destacando o objetivo pedagógico de "diminuir as trevas da ignorância" religiosa da população. Segundo a autora,

---

24. Ivone Cecília D'Avila Gallo assim descreve o diálogo do frei na ocasião em que fora enviado a Taquaruçu para dispersar a reunião do povo, tendo em vista o desagrado do coronel Albuquerque com a presença do monge: "Durante a missa rezada por frei Rogério, José Maria retirou-se, permanecendo deitado; depois distribuiu ao povo orações feitas por ele, dizendo que 'a confissão e a santa missa não valiam nada', 'o Padre Nosso como os padres rezavam não estava direito'. Quando frei Rogério, tentando recobrar a autoridade perdida, convidou-o a confessar-se, teria obtido o seguinte como resposta: 'Não quero dar motivo para falarem de mim'. Isso nos situa um pouco melhor no que diz respeito à animosidade reinante na relação entre os caboclos e os padres." (GALLO, 1999, p.86).

> O frei exercia uma atividade de mediação: do mundo inculto, ignorante do catolicismo rústico, ao mundo culto, civilizado, do catolicismo erudito. Levar os ensinamentos doutrinários da igreja oficial aos pecadores do Contestado era, portanto, o seu grande trabalho pedagógico. [...] Frei Rogério também era tido como santo por muita gente. Mas sua ortodoxia e a facilidade com que circulava nas ante-salas do poder criavam, nos sertanejos, um comportamento defensivo que se manifestava numa confiança desconfiada. Na medida em que os sertanejos, naquele contexto histórico opressor, exploravam mais a autonomia relativa de seu catolicismo rústico, o padre aliava-se explicitamente ao Estado, ambos contra o inimigo comum. (AURAS, 1997, p.57).

O crescente descrédito do discurso pautado no catolicismo erudito nas comunidades do interior evidencia um contexto de marcantes contrastes com a vida do sertanejo. A recusa da religiosidade "oficial" representa uma forma de resistência e luta diante do cotidiano opressor a que os seguidores de José Maria estavam submetidos. No entanto, o jornal, assumindo as "verdades" do referido frei, acaba por ironizar a crença sertaneja, condoendo-se da ignorância dos fanáticos. A opinião do religioso, diluída no relato e na transcrição das falas "do outro lado" no texto que segue, não deixa dúvida quanto aos sentidos que foram sendo tecidos desde o surgimento do monge e de seus seguidores até os primeiros contratempos entre os sertanejos e as forças armadas. É neste cenário que a Igreja, há anos distante da vida dos caboclos, procura se aproximar para cumprir seu compromisso "humanitário".

> Como se sabe, logo que se deu o levante de Taquarussu, Frei Rogério, um velho missionário muito estimado pelos sertanejos, foi enviado pelo superior a Taquarussu, com o fim de pacificar. O pobre frei Rogério foi muito mal recebido pelos fanáticos, que o quiseram esbordoar. O missionário descreve assim a sua missão:
>
> "A causa principal de todo esse movimento é a crassa ignorância do povo em matéria de religião, abusada por alguns homens mal intencionados que tinham a astúcia de antes indispor o povo contra os padres aos quais está entregue a cura espiritual daqueles sítios. Foi assim que no ano passado o já célebre pseudo-monge José Maria incitava o povo contra os padres da Igreja Católica, pregando depois doutrinas em desacordo com as leis do país e perigosas para a sociedade.

> Quando o governo de Santa Catarina tomou enérgicas providências contra ele, retirou-se com alguns fervorosos adeptos de Taquarussu para Irany, onde, com onze companheiros de Taquarussu, pereceu no combate dado pela polícia do Paraná.
> Porém, vários de seus discípulos opinaram que José Maria não tinha morrido e que ressuscitaria para voltar ao Taquarussu. Um destes crentes é o sr. Euzébio Ferreira, das Perdizes (distrito de São Sebastião da Boa Vista).
> Este afirmava que José Maria vinha para Taquarussu. Convidou, pois, várias famílias a fim de acompanhá-lo ao Taquarussu para li esperar a vinda daquele. No dia 1º de dezembro de 1913 chegou Euzébio com sua gente e 8 cargueiros de mantimentos à casa do sr. Praxedes Gomes Damaceno, negociante no Taquarussu. Como aquele senhor não quis envolver-se no movimento, Euzébio foi acampar na propriedade do sr. Chico Ventura.
> Estando ausente o dono da casa, mandou buscá-lo. José Maria não apareceu como aquela gente esperava. Então um filho de Eusébio apresentou-se como enviado de Deus e o velho Euzébio e a mulher dele ficaram convencidos de que seu filho Manoel era um enviado de Deus, que ele falava com o espírito de José Maria e que recebia ordens de São Sebastião.
> Por isso obrigavam os outros a beijar os pés e as mãos de seu filho louco e cumprir as ordens dele. E o velho Euzébio surrava com a espada aqueles que não quisessem prestar essas homenagens.
> Como o velho Euzébio e Chico Ventura davam bastante comida e até dinheiro àquele pobre e ignorante povo do mato, juntaram-se logo uns 170 homens, afora mulheres e crianças." (03/01/1914)

Este primeiro trecho do relato do frei, rico em detalhes e inclinações, oferece uma série de interpretações possíveis. Uma delas, o receio à propagação de "doutrinas em desacordo com as leis do país e perigosas para a sociedade" que poderiam ainda "indispor o povo contra os padres"; outra, a insistência na ideia de que a ignorância religiosa, por si só, orientou as ações dos sertanejos e conseguiu reuni-los por quatro anos. Outra leitura, ainda, seria a de que o povo se reunia para receber comida e dinheiro, sendo obrigados, para isso, a obedecer as ordens de um menino vidente (ou "louco"?). Todas essas – e outras ainda – poderiam ser observadas a partir do discurso jornalístico que catalisa os valores da religião erudita, caracterizando o movimento como uma exaltação de "homens de espírito rude".

No entanto, o que mais chama a atenção em meio às variadas e interessantes possibilidades de análise deste discurso é o fato de o religioso assumir a missão de "salvar" estas pessoas, fazendo-as entender suas verdades e crenças. Toda descrição, além de informar minuciosamente sobre as atitudes dos integrantes do movimento, constrói um estado das coisas que serve como campo de atuação do religioso. Afinal, a ele está entregue, conforme o próprio texto assinala, "a cura espiritual daqueles sítios".

Na continuação do relato da missão do frei Rogério, outros elementos reafirmam esta questão, tornando ainda mais evidentes os interesses da Igreja em manter a ordem. Aqui, trata-se de um longo diálogo do religioso com os "fanáticos", em que se torna explícita a recusa aos valores ortodoxos do catolicismo.

> Notícias alarmantes chegaram à vila de Curitibanos, as autoridades ficaram com receio de que os fanáticos viessem à vila. Fizeram ciente o exmo. Sr. Governador que, tendo em consideração a seriedade do movimento, logo mandou seguir forças.
> Por ordens do meu superior fui a Taquarussu a fim de aconselhar aquele povo fanatizado. No dia 8 de dezembro, às 10 horas da noite, cheguei, debaixo de uma chuva torrencial, à casa do sr. Praxedes Gomes Damaceno. Disseram-me que o grupo de Euzébio estava ali a dois quilômetros, na casa do Chico Ventura. Combinamos visitar no dia seguinte aquele povo, bem cedo, e de convidá-lo para assistir a missa que eu queria celebrar na capela do Bom Jesus no Taquarussu. Às 7 horas do dia 9 de dezembro fui convidado a ir para o acampamento. Logo expus o motivo da minha visita. Disse o seguinte:
> "Um homem bom quer bem aos seus filhos e quando os vê em perigo apressa-se para acudi-los. Eu vos considero como meus filhos, quero bem a vós todos; até estou pronto a dar a minha vida por vós; por isso vim ontem debaixo de muita chuva, sacrificando a minha saúde.
> Convido-vos para assistirdes a santa missa e depois cada um volte para a sua casa, pois se ficardes aqui estareis num grande perigo. Por isso peço-vos pelo amor de Deus, pelo amor de vossas famílias, pelo amor de vossas almas, que vos retireis."
> O velho Euzébio disse: "Eu não posso dizer nada, o nosso comandante, o filho dele alucinado, só ele é que pode decidir."
> Outro gritou: "Os soldados terão coragem de vir aqui?" Outro disse em voz alta: "Estamos debaixo da proteção da Virgem, graças a Deus!" E todo o

> povo, homens, mulheres e crianças bradaram várias vezes, com as mãos erguidas: "Graças a Deus".
> Logo depois aconselhei, particularmente, algumas pessoas conhecidas que se retirassem; nesta ocasião apresentou-se diante de mim o comandante Manoel, filho de Euzébio, mocinho de dezessete anos, com a cara de uma pessoa transformada de ideias, e disse: "O que quer o senhor aqui? Retire-se, cachorro, senão apanha!"
> Mais ou menos trinta homens, com facões e espadas em punho, rodearam o seu comandante. Perguntei quem era aquele moço. Ele me respondeu: "Sou eu quem manda aqui".
> "Então, senhor – disse eu – mande que este povo se vá embora: pois ficando aqui, ele sofre!"
> Eu – "O senhor também vai sofrer!"
> Ele – "Retire-se, corvo!"... E o velho Euzébio exclamou: "Liberdade! Nós estamos num outro século!"
> O povo, apoiando, dava tiro pelos ares. Depois pedi a várias senhoras que se retirassem, senão haviam de sofrer muito. Uma mocinha disse: 'Se nós morrermos morreremos na fé de Deus'. (03/01/1914)

Trata-se de um amplo diálogo que explicita a enorme distância entre a religiosidade cabocla e os valores dos representantes da Igreja Católica. A proximidade tentada pelo frei, no momento em que argumenta ser um homem bom que apenas "quer bem aos seus filhos e quando os vê em perigo apressa-se para acudi-los", ao ponto de "sacrificar a própria vida" enfrentando a chuva, acaba não encontrando eco nos anseios da população.[25]

Interessante notar que as frases "se ficardes aqui estareis em grande perigo" e "mande que esse povo se vá embora: pois ficando aqui ele sofre" marcam com clareza a forma da pacificação pretendida e os limites da "escuta" do frade. A tentativa do religioso de "esclarecer" a população, alertando sobre os perigos que estariam correndo, confere a ele um papel

25. No seguinte depoimento, João Paes de Faria, que acompanhou de perto a visita do frei em sua casa, assim recorda: "Foi um padre lá, meu pai tinha saído, daí ficou aquela gente na nossa casa. Veio o padre Rogério, avançaram aquela gentarada de facão e rasgaram tudo a batina do padre. Meu pai chegou naquela hora, arrancou do revólver e disse: 'não me matem o padre, senão eu mato tudo vocês'. Pegou o padre e tirou para longe, porque senão o pessoal ia matar ele.".

específico na mediação dos atores envolvidos no conflito; contudo, a incompreensão do universo sertanejo e o descrédito à fé sustentada pelo "catolicismo rústico" torna impossível o estabelecimento de um diálogo pacífico entre os dois lados em questão.

As reações descritas pelo frei nos enunciados "O que quer o senhor aqui? Retire-se, cachorro, senão apanha!" e "retire-se, corvo!", decorrentes de um pacífico convite para assistir a missa e em seguida retornar à vida que sempre levaram, contribuem significativamente na tomada de posição do jornal e na formação de um consenso sobre a temática da religiosidade. Assim, sem condições de "falar" propriamente nos jornais, o sertanejo é falado e representado segundo posicionamentos já dados.

Por outro lado, nas raras vezes em que são publicadas cartas dos integrantes do movimento (cuja veracidade não se pode comprovar, pois são na maioria das vezes anônimas), o conteúdo expressa uma forma de negação do movimento, seja no relato de um fanático redimido, seja de alguém que se sentiu obrigado a entrar no movimento, seja ainda na explicitação de crenças e valores não compreendidos pela sociedade "letrada" da época. A carta que segue, assinada por "um fanático que habitava a zona entre Timbó e Canoinhas desde 1894", confirma esta avaliação.

> Conforme disse devo a minha salvação ao capitão Matos Costa, pois no começo do fanatismo tratei de vender meu gado e animais como pude em Três Barras e Canoinhas, tendo arranjado uns cobres que minha mulher encarregou-se de guardar em lugar seguro. Com a vinda destes bandidos de Gragoatá para esta zona, para ver se conservava o resto da minha criação e sem garantias do governo, me vi obrigado a aderir ao fanatismo tendo até sido um chefote. Com a ida de um emissário do capitão Matos Costa a Tamanduá, eu, minha mulher e um filho, resolvemos a nos por ao fresco. Aproveitando a ida dos bandidos para São João, fingimo-nos de doentes e no dia seguinte pusemos pé na estrada deixando tudo o que ainda nos restava lá. Estivemos oito ou dez dias na beira do Iguaçu sem ter passagem, comendo algum milho cozido. (...) Criando alma nova, tivemos que nos vestir para podermos ficar como gente. (08/10/1912)

Interessante notar que, mesmo sendo uma correspondência de um "ex-fanático", a referência aos demais sertanejos se dá pelo viés exclusivo do banditismo; o distanciamento, neste caso, do tempo em que o autor da

carta e sua família viveram na comunidade, aparece como uma espécie de ruptura a um passado que, diante da "salvação" possibilitada pelo capitão Matos Costa, procura ser ocultado. Trata-se da assimilação de uma nova condição social, desvinculada do fanatismo, em que finalmente o fanático redimido pode se considerar "gente".

É de se lembrar, também, que nas tentativas de pacificação divulgadas pelo jornal, ressurgem sempre os argumentos do fanatismo e da ignorância dos sertanejos, de modo a justificar a adesão do periódico ao discurso e aos valores instituídos. Exemplo disso é o reaparecimento do mesmo assunto no *Diário da Tarde*, apenas dois dias depois do instigante episódio registrado e produzido pelas palavras do frei Rogério, contendo, de maneira parcial, os dois lados da questão, as duas visões do catolicismo. Desta vez, o jornal reproduz as impressões do missionário e reproduz as falas anteriores, reafirmando assim a legitimidade das intenções humanitárias do frei, mal compreendidas pelo povo.

> Uma centena de indivíduos, míseros sertanejos, reúnem-se num certo ponto do território de Santa Catarina, a fim de seguir o seu vidente, um perfeito tipo de desequilibrado, atacado de exaltação religiosa. Homens, mulheres e crianças reúnem-se em torno do vidente. Um missionário, o virtuoso frei Rogério, é enviado pelo superior de sua ordem para pacificá-los. O velho missionário é mal recebido; os fanáticos não aceitam o seu conselho e recusam a sua religião. Frei Rogério contou-nos singelamente o que se passou entre ele e os pobres exaltados.
>
> Pelas palavras dos fanáticos, pelas respostas aos conselhos do missionário, pelas ameaças às censuras que este articulara contra os erros de sua crença absurda, torna-se evidente o estado de perturbação daqueles rudes espíritos, de sertanejos abandonados à sua própria sorte e entregues à mais completa ignorância. Frei Rogério atribui o movimento "à crassa ignorância do povo em matéria religiosa, abusada por alguns homens mal intencionados que tinham a astúcia de indispor o povo contra os padres, aos quais está entregue a cura espiritual daqueles sítios."
>
> (...) É um homem insuspeito que fala, um religioso que não tem interesse em ocultar a verdade. (05/01/1914)

Certamente o religioso não tem a intenção de ocultar a verdade. Por outro lado, fica evidente, pelo texto reproduzido, que sua formação

religiosa ortodoxa o impede de perceber o sentido da religião das pessoas humildes. Assim, mesmo que as descrições apresentem uma inegável fidelidade com os acontecimentos presenciados pelo frei, o relato parte de um ponto de vista fixado no "atraso" das populações sertanejas (ou "rudes espíritos"), que seriam incapazes de compreender o que se intitula de "verdadeira" religião.

Diante da visível oposição entre as concepções de religião, a missão do religioso chega ao fim, sem conseguir chegar à dispersão pacífica dos sertanejos. A historiadora Marli Auras assim registra o rompimento da igreja com o movimento na figura do frei Rogério:

> A ambiguidade claramente existente entre o discurso do frei e o discurso dos discípulos dos monges (que permitia uma relação dialógica entre ambos os mundos) é rompida. Frei Rogério passa a não encontrar mais espaço junto aos caboclos. Seu comprometimento com os interesses dominantes é explicitado e sua atitude mediadora é, então, vigorosamente rejeitada. Daí em diante, frei Rogério volta-se ao trabalho junto aos soldados da República, chegando inclusive, mais tarde, a realizar missas diárias para eles quando, sob o comando maior do general Setembrino, promovem o cerrado cerco aos fiéis do monge. (AURAS, 1997, p.80).

Saindo de cena os religiosos, outras personalidades da época se empenham em tentar a "pacificação" das populações sertanejas.[26] O

26. No capítulo que trata das representações do sertanejo no *Diário da Tarde* – oscilando entre fanáticos, criminosos e vítimas –, foram mencionadas as tentativas de "pacificação" promovidas pelo próprio jornal, quando assume esta campanha e procura incidir sobre os rumos do conflito. Em meio a uma série de argumentos que o periódico utiliza para produzir a imagem do sertanejo como vítima dos acontecimentos, o aspecto religioso assume expressivo destaque. O seguinte texto revela o posicionamento do jornal sobre a questão, chegando inclusive a transcrever um trecho bíblico da oração de São Jorge, encontrada nos pertences dos "fanáticos":
"Publicamos as orações encontradas nos bolsos de Henrique Fragoso e Praxedes Gomes, os dois fanáticos mortos à traição na vila de Curitibanos, quando procuravam resgatar as mercadorias que lhe haviam sido apreendidas por ordem do coronel Albuquerque. Por esses documentos, que não podem ser suspeitos de falsos, verifica-se o estado de profunda ignorância, exaltadíssima crendice e lamentável irresponsabilidade dos sertanejos. Como é possível haver almas que não se condoam de tão desgraçados patrícios? Como é possível que, sem um protesto, se queira lançar as nossas forças armadas contra esses miserandos sertanejos? (...) Piedade para com os irresponsáveis! Piedade para com as mulheres e as inocentes criancinhas, que não podem ser consideradas como bandidos." (21/01/1914)

movimento do Contestado passa então a ser motivo de interesse de políticos, que se sentem motivados a agir para evitar maiores contratempos e ainda ganhar legitimidade junto à opinião pública. Intitulando-se "emissários de paz", essas pessoas conhecem a realidade dos redutos e imprimem, por meio do espaço do jornal, os sentidos predominantes do movimento. A crença em José Maria, que continua a "orientar" os sertanejos mesmo depois de sua morte, por meio de jovens videntes, aparece seguidamente como um entrave à dispersão dos fiéis. A entrevista com o deputado federal Corrêa Defreitas, que figurou como um dos emissários aos redutos, demonstra o contraste entre a racionalidade daqueles que procuram um fim "pacífico" para o movimento e as motivações religiosas que, segundo o texto que segue, impedem os sertanejos de abandonar seus líderes.

> _ Que causa porque não se dispersam os fanáticos?
> _ Quando os aconselhava a isso, dizendo que seriam fatalmente massacrados pelas forças armadas, respondiam que lá estavam, não pela sua vontade, e sim por ordem de José Maria, o monge falecido em combate. Indagando como lhes eram transmitidas essas ordens, vim a saber que nos diversos arraiais existem videntes que, ao alvorecer e à noitinha, vão aos matos próximos e confabulam com São José Maria. Em Caraguatá, são duas meninas de sete anos que recebem e transmitem as ordens. Em Perdizinhas, é um menino de dez anos, neto do fanático Euzébio. É sabido que os fanáticos de Taquarussu foram completamente destroçados, tendo os que escaparam ido apresentar-se em Curitiba e Florianópolis, não mais regressando ao local da luta. (11/04/1914)

Mesmo encerradas as mediações dos religiosos ou de outros atores sociais com os sertanejos, a religião continua a ocupar espaço nos jornais, na divulgação de práticas dos integrantes do movimento do Contestado. Contudo, outros sentidos vão sendo produzidos pelo jornalismo, que se movimenta entre o aspecto religioso e um discurso pautado na rebeldia e na violência. Entre registros militares e informações de grupos políticos, aspectos místicos do movimento são tematizados no *Diário da Tarde*, muitas vezes como simples detalhes das operações militares ou policiais[27]. Os

27. É o caso deste fragmento discursivo do jornal *Diário da Tarde,* em que os objetos encontrados com os sertanejos não chegam a ser tratados pelo valor simbólico que representam

fragmentos discursivos que seguem, tratando de assuntos variados, como a liderança da "virgem" Maria Rosa, a atuação dos 12 pares da França e a presença de objetos religiosos e místicos no acampamento, todos dispersos em um texto que trazia um extenso relato sobre os últimos levantes, sugere esta leitura.

> A "virgem" Maria Rosa era uma moça tida como a mais bonita do lugar e adorada por todos. A ela eram enviadas dádivas, pois encontravam-se cartas com remessas de ofertas de rezas, etc. para ela. Em outras cartas eram dadas ordens em nome da "virgem" para a transferência de irmãos de uns para outros redutos. (16/04/1915)

> Os 12 pares da França são terríveis. São os homens mais valentes dos jagunços, incumbindo ataque a facões. Realmente estes homens fortes e adestrados desempenham arrojo e coragem. Os seus golpes são sempre em forma de cruz. (16/04/1915)

> No reduto de Aleixo foram encontradas 300 casas, ou antes, ranchos de pau a pique e sem estética, que foram incendiados, depois de retirado o que continham. Nesses ranchos foram encontrados vários objetos interessantes pertencentes a este povo fanatizado: um belo retrato a óleo em tamanho natural do chefe bandoleiro, uma bandeira do Divino Espírito Santo, vários santos e outros objetos. (16/04/1915)

Percebe-se, pela constante referência às crenças e práticas religiosas repercutidas no jornal, que os discursos mediáticos foram moldando (e, obviamente, sendo moldados) pelo próprio contexto em que os acontecimentos se desenvolvem. Assim, enquanto em determinados momentos os interessantes objetos pertencentes aos fanáticos e as orientações dadas pelos videntes aparecem nos jornais como elementos complementares na construção de uma notícia, em outros são minuciosamente abordados, promovendo leituras da religião que evidenciam o "atraso" dos sertanejos (por se deixarem levar pelo messianismo) ou ainda ignoram demais fatores

---

(prática esta que insistiria nos argumentos ligados ao fanatismo): "Até hoje, 1763 fanáticos apresentaram-se em vários redutos. Carregavam enorme quantidade de cruzes, orações, patuás. Estão sendo processados." (07/01/1916)

que dizem respeito à revolta, reduzindo-a a um fanatismo desvinculado de questões sociais historicamente arraigadas. Há, ainda, o tratamento do fanatismo como simples pretexto para a revolta, momento este que o movimento do Contestado é associado ao banditismo. É de Nilson Thomé a seguinte leitura sobre a transformação do sentido religioso do movimento sertanejo:

> Do ponto de vista do caboclo, existem duas realidades. O movimento nasceu puramente dentro da religiosidade popular; não tem a ver com limites, com terra, com nada. Foi um fanatismo exacerbado derivado do próprio messianismo sebastianista do caboclo que se revolta contra aquela situação social que existia e acha guarida no aspecto religioso. Quando são criados os primeiros quadros santos, tudo gira em torno do aspecto messiânico. Ele resolve se revoltar contra todos os que o oprimiam. Acontece que a partir de Caraguatá os descontentes políticos do Timbó, por motivações políticas e questões de terra se juntam aos fanáticos, e aí descamba para o banditismo. E aí é que vem a repressão do exército e da polícia para liquidar o movimento. Quando eles deveriam observar que o movimento tem líderes, e que não eram mais do que uma dúzia de bandidos, eles se lançam contra uma população de 10 mil pessoas indistintamente. Esse foi o grande erro. O caboclo tem essa versão muito clara: de que ele tinha um movimento puro e de repente se juntou com um movimento político que descambou para a guerra, a partir de julho de 1914, aproximadamente. (Depoimento de Nilson Thomé)

Acompanhando o processo de "escrita" do Contestado, pode-se dizer que, em meio às diferentes maneiras de tratar o messianismo, o jornal vai tecendo linhas de significação profundamente marcadas por uma produção "hegemônica" de sentidos. Assim, guardadas as diferenças entre os objetivos e as intencionalidades que pautaram os diversos discursos jornalísticos aqui relacionados, interessa destacar que, em todos os casos, acontece a manutenção de uma narrativa marcada pela oposição entre dois mundos que não partilham dos mesmos valores e práticas sociais no campo religioso.

Não se trata, contudo, de identificar no discurso jornalístico do *Diário da Tarde* uma linearidade sistematicamente produzida e repercutida... embora a linha seguida pelos textos projete imaginariamente uma "realida-

de" específica, em que as relações e verdades ditadas pelo sistema social, cultural e religioso da época buscam orientar ou mesmo "domesticar" determinados posicionamentos, as contradições transparecem em determinadas lacunas deixadas no próprio ato de discursivização do Contestado.

Assim, são estes mesmos espaços que contradizem a religiosidade popular no Contestado que oferecem importantes elementos para compreender o distanciamento da Igreja em relação à realidade do povo dos sertões e as questões sociais que motivaram um tipo de rebeldia ancorado na crença em um líder místico e messiânico. Afinal, vale lembrar que a importância da leitura do aspecto messiânico na análise aqui realizada está justamente na compreensão dos modos de textualização da história pelos processos mediáticos da Guerra do Contestado.

De imagens distorcidas a sentidos comuns

No transcorrer da Guerra do Contestado, o *Diário da Tarde* produziu, difundiu e polemizou uma série de aspectos que, direta ou indiretamente, tocam a religião e os segmentos sociais nela envolvidos. Formas mais ou menos consensuais de tratar o fanatismo, tipos de descrição e relato das práticas dos sertanejos e modos diversos de "dizer" os valores e as motivações do movimento foram, ao longo do tempo, produzindo sentidos e percepções da insurreição sertaneja por meio do debate entre os diversos segmentos que se "ocuparam" do espaço do jornal neste exercício simbólico de revelação e construção da realidade cotidiana.

A recuperação e a análise dos discursos jornalísticos que construíram a religião e a simbologia dos sertanejos do movimento do Contestado procuraram mostrar a disputa de valores, verdades e sentidos no/pelo *Diário da Tarde*, relacionando o tratamento dado pelo jornal às formas de religiosidade popular no transcorrer do conflito. Por este caminho, foi possível encontrar nas páginas do jornal a construção de uma "ordenação" social que coloca em relação e em circulação dizeres autorizados e dizeres anônimos, dando a ilusão de consensos ou dissensos polarizados em meio às falas que permeiam a temática da religião.

Eis, aqui, a relação entre a dimensão discursiva e a dimensão histórica. Nos discursos midiáticos da insurreição sertaneja, os sentidos vão aparecendo aparentemente desconectados e distantes entre si; no entanto,

ganham sua espessura e mobilidade pela repetição, pela crítica às vezes nítida, às vezes sutilmente disfarçada em explicação. Criando notícias e pautando opiniões, o jornal realiza o processo de "escrita" da história e nela interfere de modo a produzir e fixar determinados sentidos em um período histórico específico, singularizando os acontecimentos.

No aspecto religioso abordado na pesquisa, procuramos levantar elementos para perceber a disputa (ou o confronto) de valores que se estabelece em meio à discursivização da Guerra do Contestado. De "causa principal" do movimento a "pretexto para a revolta", a religiosidade vai sendo construída na imprensa paranaense e se integra a um pensamento social que, cada vez mais, desvincula-se dos anseios originais dos sertanejos. O jornal realiza, assim, um trabalho simbólico de instituição de sentidos, uma construção do cotidiano que, mesmo não sendo visível para o leitor, lança mão de mecanismos de poder que vão distribuindo e organizando os espaços dos dizeres possíveis.

Por fim, pode-se dizer que os efeitos de homogeneização referentes à crença no monge "revolucionário" e os sentidos produzidos em torno da religiosidade sertaneja pelos processos midiáticos permitiram a inscrição discursiva dos acontecimentos na produção da história da Guerra do Contestado. Evidenciam, portanto, o entrelaçamento entre diversas imagens e leituras da religião, contribuindo para a percepção do(s) modo(s) como o mundo sertanejo é significado.

Polêmicas e aspectos contextuais da insurreição sertaneja

Ecos das motivações e questões sociais do Contestado no discurso jornalístico

Quem tem, mói. Quem não tem, mói também, e no fim todos ficarão iguais.
Ditado popular sertanejo

Nomear culpados e vítimas, dar voz a grupos políticos e econômicos, discutir polêmicas e emitir opinião sobre o desenrolar dos acontecimentos. Estas (e muitas outras) práticas que a imprensa lança mão para "agir" no ambiente social não se reduzem a meros relatos fixados no papel. Ao contrário, dizem respeito a importantes polêmicas que, observadas em meio às questões diretamente ligadas aos episódios que configuraram a Guerra do Contestado, são capazes de revelar sentidos, posicionamentos e principalmente compreensões (estereotipadas ou não) do mundo sertanejo e dos valores que pautam a sociedade em uma determinada época.

No percurso realizado para esta análise do caso de imprensa da Guerra do Contestado – marcado pela seleção e organização de diversas temáticas e argumentos que permeiam e tangenciam os acontecimentos já registrados pela historiografia oficial – algumas "descobertas" foram registradas. Não se tratam propriamente de abordagens inaugurais ou fatos inéditos para a história do movimento, mas de problemáticas contextuais que parecem solicitar um olhar mais atento. Afinal, mais importante do que reconhecer (ou simplesmente confirmar) fatos e operações de guerra é analisar o modo como a imprensa construiu sentidos ao tematizar e discutir questões como a religiosidade, os valores da monarquia, a luta pela terra, a interferência de grandes forças econômicas e o próprio modo como se dá o discurso "sobre" a insurreição sertaneja.

A partir de construções discursivas que estabelecem a visão e o sentido do mundo social, a imprensa que participou ativamente dos acontecimentos da Guerra do Contestado procura uma série de explicações para tentar definir as origens e o desenvolvimento do conflito. Estes argumentos, selecionados em suas características mais significativas, permitem

compreender as condições de produção do discurso, apoiadas em uma singularidade histórica e uma especificidade local.

O caráter polêmico da imprensa, ao inserir estas várias questões na ordem do dia, pode ser associado à perspectiva de Peter Burke, que lembra que diversas pessoas envolvidas nos mesmos eventos ou nos mesmos processos contam a história desses eventos e processos de diversos pontos de vista. A questão referente a essas narrativas polifônicas, para ele, "é não tentar decidir a história de quem é a 'correta' (como faria um juiz) ou provar que o que tomamos como realidade é uma ilusão (como faria um filósofo), mas usar as histórias para reconstruir as atitudes e valores dos narradores, empregando um conflito de narrativas para compor uma narrativa de conflitos."

O discurso jornalístico, neste sentido, pode ser considerado não apenas mediador das tensões e posicionamentos, mas propriamente construtor de polêmicas do mundo social ao se movimentar entre uma série de falas e interesses. Por isso mesmo, a hipótese da polifonia sugerida por Peter Burke também pode ser pensada para a análise da imprensa, sendo obviamente preferível diante da perspectiva de uma única voz ou mensagem fixando sentidos.

Neste campo marcado pela disputa de sentidos, com fortes ligações com o contexto social que está sendo construído e no qual as questões do Contestado se desenrolam, variados posicionamentos se encontram expressos nos jornais, fazendo da prática discursiva um espaço de manifestação e compreensão de situações políticas e culturais específicas. Assim, são as diferentes formas de significar, sustentadas pelas angulações e motivações dos diversos grupos que "escreveram" a história do Contestado, que manifestam um esboço político, social, econômico ou religioso em cada acontecimento, servindo de possível caminho para orientar a análise do jornal *Diário da Tarde*.

A tentativa de procurar nos discursos as expressões de várias questões e polêmicas contextuais é o que estimula o trabalho de reflexão e análise dos jornais sobre o caso Contestado. Afinal, conforme sugere Maurice Mouillaud, o jornal é o lugar onde ressoa o concerto das vozes que, sem ele, não teriam eco: "vozes discordantes por suas origens, seus conteúdos e seus locutores, caso sejam e devam ser autorizadas para se fazer escutar" (MOUILLAUD, 1997, p.117). Esta mediação entre o jornal e as vozes que nele adquirem significado, ao revelar em cada enunciado uma parte da

construção da Guerra do Contestado, insere na história os diversos atores e argumentos que, no transcorrer dos acontecimentos, participaram direta ou indiretamente do movimento.

A relação da imprensa com as vozes que a constituem, por meio de acordos implícitos e explícitos que fazem que cada enunciado incorpore sentidos latentes, deve-se ao poder de asserção sobre o real que ela institui. Tomando o caráter polifônico do discurso jornalístico como parâmetro para a observação de questões contextuais do movimento sertanejo, procura-se aqui investigar como se articulam, movimentam e sobrepõem os discursos produzidos por agentes específicos em situações determinadas no trabalho da imprensa, colocando em jogo alguns argumentos que contribuíram para a construção de imagens do conflito orientadas por interesses distintos.

Será levado em consideração o modo como a imprensa paranaense tratou as expressões da cultura sertaneja, a luta pela terra, a exploração das empresas estrangeiras e os valores presentes na política do movimento do Contestado, de modo a dar (ou, em alguns casos, negar) voz aos grupos que disputam sentido no espaço simbólico do jornal. Desse modo, percorrendo questões de cunho cultural, político ou social, os textos aqui analisados devem servir de pano de fundo para a compreensão dos acontecimentos que envolvem a Guerra do Contestado, uma vez que partem do universo social para as representações tecidas pela comunicação no trabalho de divulgação de ideias, opiniões e interesses.

Traços de um movimento social e milenarista

Um preceito ético, resumido num ditado que foi notícia no *Diário da Tarde*, evidencia muito bem os valores que pautaram o movimento do Contestado: "Quem tem, mói, quem não tem, mói também, e no fim todos ficarão iguais" (22/02/1914)[1]. Mais do que um simples ditado, este dizer representa também a construção de uma nova sociedade, em que os bens são comunitários e a igualdade entre as pessoas figura como princípio principal.

1. Este lema dos sertanejos de José Maria, referido em vários livros e ainda lembrado pelos moradores da região do Contestado, faz referência à igualdade e à vida em comunidade. "Moer", neste sentido, representa a partilha de alimentos como a mandioca e o milho, entre outros.

Penetrando nos modos de vida e organização dos sertanejos, pode-se compreender que o movimento, além do caráter social, apresenta conteúdos e práticas milenaristas, uma vez que supunha um reinado terrestre da divindade que, acreditava-se, teria a duração de um novo milênio, segundo interpretação do Apocalipse de São João.[2] Isso quer dizer que estava presente na revolta a crítica ao sistema social, político e econômico da época no próprio desejo de fundar uma "nova" sociedade. Esta percepção é importante para melhor situar os valores do imaginário sertanejo e o modo como dialogam (ou não) com os anseios e receios das forças e atores sociais que pautam, tematizam e repercutem os discursos jornalísticos.

Eric Hobsbawm considera o milenarismo camponês a base das principais correntes de contestação política e econômica do século XX. Para ele, os movimentos ditos "primitivos" de resistência e protesto antimoderno tendem a ser ignorados ou menosprezados pela historiografia, que acaba enxergando-os como fenômenos marginais; porém, longe de ser marginal, esse tipo de movimento exerceu papel decisivo nas grandes reviravoltas revolucionárias do século passado.[3]

Em artigo intitulado "A mística da revolução", Michael Löwy argumenta que para compreender as revoltas é preciso partir da contestação de que a modernização, o surgimento do capitalismo nas sociedades camponesas tradicionais e a introdução do liberalismo significam um cataclismo social que as desarticula por completo. Para ele,

> Quer a chegada do mundo capitalista moderno seja um processo insidioso, que se dá pela atuação de forças econômicas que os camponeses não compreendem, quer ela irrompa de maneira brutal, pela conquista ou troca de regime, ela é vista por eles como agressão mortal a seu modo de vida. As revoltas camponesas contra essa nova ordem, sentida como insuportavelmente injusta, em muitos casos são inspiradas pela nostalgia do mundo tradicional, dos "bons e velhos tempos" em maior ou menor grau míticos. (2001, p.16)

2. Vale lembrar que o milênio, aqui, não segue o calendário formal de datas. Um "novo milênio", na concepção sertaneja, representava a ruptura de um tempo de miséria e exploração e o advento de uma nova estrutura social, baseada na igualdade. Assim, seriam sinais indicativos dos fins dos tempos o contexto social em que viviam e as relações hierárquicas entre os indivíduos.
3. De acordo com Hobsbawm, a essência do milenarismo, a esperança de uma transformação completa e radical do mundo que se traduzirá na chegada do novo milênio, está presente em todo movimento revolucionário.

Pelas características comuns aos movimentos milenaristas, que parecem ser os mais aptos a se tornarem revolucionários, pode-se perceber a riqueza de anseios dos “rebeldes” desconhecidos que fizeram a história do Contestado. É na multiplicidade de significados contida nos conceitos e rituais sertanejos que se fundamenta uma interpretação crítica da história e do contexto específico em que atuam e tentam modificar. Eventos ocorridos no tempo, como as apropriações de terras, a política dos coronéis e a exploração de riquezas e mão de obra pelas empresas estrangeiras apresentam-se, neste cenário, como argumentos que confirmam o fim dos tempos, enquanto a crítica política e social (mesmo não estando presente de modo racionalizado e sistemático) somava-se à religiosidade para compor a utopia de uma sociedade diferente.

A noção de coletividade, que orientou a vida nos acampamentos – onde tudo era dividido e as preocupações terrestres com bens materiais eram abandonadas – é uma das principais marcas do caráter milenarista do movimento sertanejo. Em seu estudo sobre os movimentos de Juazeiro, Canudos e Contestado, Duglas Teixeira Monteiro observa que, dos três episódios analisados,

> [...] a Guerra do Contestado foi o único que tomou, inequivocamente, um caráter milenarista. Adversários da República, os participantes da irmandade rebelde diziam-se monarquistas. Entretanto, a monarquia que aspiravam, mais do que uma instituição política, era percebida como a realização do Reino escatológico. (1978, p.75)

O principal objetivo do movimento social do Contestado, à semelhança dos demais movimentos milenaristas, é a destruição total de um mundo de injustiças, que deveria ocorrer de maneira súbita para a implantação do milênio igualitário (uma forma de convivência ainda não registrada na história). Na articulação entre a realidade dos sertanejos e os sonhos de mudança, adota-se uma maneira particular de interpretar textos bíblicos, baseada na fuga do convívio dos homens para se aproximar das “leis” de Deus. É neste diálogo que, conforme assinala Ivone D’Avila Gallo, configura-se o confronto entre a organização social instituída e os receios do povo em relação à modernização.

> O conceito de liberdade emerge na encruzilhada de um mundo povoado de mitos e heróis, com a racionalidade republicana. Ele é a própria expressão da total incompatibilidade entre o projeto de modernização, pretendido pelo governo, e o ritmo de vida do sertanejo, pois o que estava em discussão não era a modernização em si, mas o aspecto global do processo. Incondicionalmente, em nome da boa ordem, o progresso chega diluindo condutas sedimentadas na solidariedade e no despojamento, para colocar no seu lugar o seu inverso. Sob esse prisma, o conceito de liberdade é, na sua essência, anticapitalista, pois ele se impõe diante das forças desagregadoras, na defesa de um modo de vida que vinha sendo destruído à revelia dos caboclos. (GALLO, 1999, p.158).

Estas considerações relacionadas à negação das forças econômicas e políticas, que nortearam o movimento do Contestado, expressam-se também na própria simbologia utilizada pelos sertanejos para se posicionarem "do outro lado". A autodenominação de "pelados"[4], em contraposição a "peludos", para designar aqueles que não compactuavam com a causa, é expressiva desta questão. Os "peludos" eram aqueles que tinham dinheiro, poder e seguiam as "regras" da República; os "pelados", por sua vez, eram os que não tinham dinheiro, terra nem direitos. Para melhor representar essa diferença e para torná-la evidente, os caboclos costumavam raspar a cabeça e a barba e, ainda, para reconhecerem uns aos outros, enfeitavam os chapéus com fitas brancas, sendo a medida padrão do corte das fitas correspondente à estatura de José Maria.[5] A injustiça é então sentida como a opressão dos fortes – peludos – contra os fracos – pelados.

O sonho de um mundo igualitário, em que todos os bens são partilhados e as pessoas convivem com a paz, cultivado ao longo dos anos pelas figuras místicas que percorreram o sertão da região sul do Brasil, incidiu diretamente nos acontecimentos do Contestado e no próprio modo de compreender e rejeitar os valores e práticas impostos pela sociedade

4. Sabe-se que a origem da expressão "pelados" resultou da prisão de alguns integrantes do movimento sertanejo, que tiveram seus cabelos cortados na delegacia de polícia. A partir daí, todos passaram a raspar os cabelos para representar, simbolicamente, a distinção entre os demais.
5. Em entrevista que fizemos com João Paes de Faria, sobrevivente da Guerra do Contestado, em 06 de outubro de 1999, em Lebon Régis/SC, a regra que consistia no corte dos cabelos foi lembrada: "Veio um homem do Rio Grande do Sul oferecer força, estava querendo ajudar, o Adeodato disse: "Mas tem que cortar o cabelo, porque aqui no nosso acampamento não tem gente cabeluda". Ele cortou. Todo mundo tinha que cortar."

"republicana". O seguinte trecho do romance "*O bruxo do Contestado*"[6] traz algumas referências que permitem esboçar, no aspecto milenarista da Guerra do Contestado, algumas expressões das questões sociais que motivaram a organização dos sertanejos.

> Nos campos do Irani e no arraial do Taquaruçu, no Contestado, graças ao monge José Maria, só havia fartura e alegria. Injustiça passava longe! Enfermidade nenhuma, só se viesse de fora! Era o reino da paz, da justiça e da fartura – nos rios corria leite, e algumas montanhas eram de beiju – mas, como podia!, o governo queria acabar com ele! (OLIVEIRA NETO, 1996, p.10).

O sentido milenarista da revolta sertaneja traz também implicações no modo como os sertanejos manifestam sua ideologia em relação à vida política. É na crença na constituição de um mundo diferente que o movimento do Contestado passa a adotar, em meio à simbologia das práticas e rituais, a ideia de monarquia como caminho possível para concretizar os ideais de igualdade. A monarquia a que aspiravam, no entanto, é bastante diferenciada de como compreendiam os defensores da República, nos centros urbanos. Na verdade, a palavra era utilizada para caracterizar um reinado de paz, prosperidade e justiça terrena. Segundo Queiroz, "monarquia" consistia na maneira de "dizer não à república que nada lhes tinha dado, regime em cujas leis e instituições se apoiavam os coronéis e as companhias estrangeiras para lhes assaltarem as terras" (QUEIROZ, 1981, p.139). O caráter místico de um tal conceito ideológico advinha de que a monarquia era compreendida como "uma coisa do céu", que poderia ser realizada na vida terrena.

Assim, pode-se dizer que foi revestida de aspectos simbólicos a manifestação das expectativas relativas à vida política e social das populações sertanejas pela concepção de monarquia. De acordo com D'Avila Gallo,

> Quando os revolucionários falam em Monarquia, estão falando de uma revolução no calendário, pois o tempo perfeito não está no passado, mas na antecipação do futuro, como milênio igualitário. A ambiguidade, no emprego

6. Trata-se de um romance com dimensão histórica, que parte de um personagem – Gerd, um camponês pobre e desvalido do Sul do Brasil durante o Estado Novo – que mistura visões e profundos anseios de justiça que levaram seus antepassados a pegar em armas na Guerra do Contestado.

> do vocábulo, é, paradoxalmente, o meio de revelar o sentido preciso, o significado atribuído pelo sertanejo à palavra monarquia, pois ele causa o efeito de figura de linguagem, como um contraponto ao regime republicano, uma lei que precisa ser combatida; e a palavra monarquia representaria, em uma das suas nuanças, o contrário de República. (GALLO, 1999, p.142).

É preciso lembrar que os receios em relação ao regime republicano – que trazia a partir de sua introdução o pagamento de impostos e a desconfiança em relação aos inúmeros cargos públicos – nunca se dissiparam completamente. Este descontentamento de alguns (ou, ainda, o desejo de um "retorno ao passado"), somado ao idealismo com que concebiam a noção de Império, deu ao conceito sertanejo de monarquia um caráter ambíguo, pois não se refere especificamente ao regime político decaído, mas traz à memória os costumes, um modo de vida sobre o qual a interferência dos poderes políticos era relativa, invertendo assim as noções de progresso e civilização.

Não é de estranhar que o alarme de uma possível restauração monárquica nos sertões contestados tenha repercutido espantosamente no Estado, levando-se em consideração que se tratava de um período histórico de consolidação do regime republicano na sociedade. O fragmento retirado do *Diário da Tarde*, já mencionado nas considerações sobre o aspecto religioso do movimento e aqui acrescido das medidas utilizadas para tentar conter a revolta, confirma os temores de um movimento de contestação também política, contrário aos princípios da República.

> O monge José Maria, também conhecido como João Maria, e que é o mesmo que tem percorrido muitas vezes os sertões de nosso Estado, é o chefe desse movimento de fanáticos que, segundo telegramas do Rio, tem por fim restaurar a monarquia. A princípio pareceu ser isso coisas de um fanático qualquer que, com alguns adeptos, andasse por aí iludindo uns pobres caboclos.
>
> Todavia, os despachos de hoje já emprestam bastante gravidade aos acontecimentos que se estão dando no vizinho estado de Santa Catarina. E é tamanha a gravidade que o governo federal resolveu mobilizar tropas do exército que seguem para a região dominada pelos fanáticos. [...] Continuam a chegar notícias do movimento que se está dando em Santa Catarina, chefiado por um fanático. As comunicações enviadas pelo

> coronel Albuquerque asseguram que, em Campos Novos e em Curitibanos, reúnem-se bandos de fanáticos. Diz que seguiu de Blumenau uma força de polícia, que deverá gastar oito dias para chegar ao local, em virtude da dificuldade de transporte. O governo federal enviará forças do exército, em vista da insignificância numérica da polícia de Santa Catarina. (26/09/1912)

As mesmas acusações de tentativa de restauração monárquica, no Contestado, serviram também como um argumento poderoso quando da insurreição de Canudos, e naquele momento vieram justificar a ação repressiva do governo. Também no período da Guerra do Contestado, quando estava no governo o marechal Hermes da Fonseca (1910-1914), verificou-se o uso intensivo da violência para combater formas de oposição, resultando no massacre das populações sertanejas.[7]

A mobilização das forças do exército para combater o movimento "subversivo" que tinha por lema a restauração da monarquia mostra o caráter autoritário que orientou as ações de guerra, assim como a profunda incompreensão das origens da insurreição sertaneja. É de Paulo Ramos Derengoski a seguinte justificativa para a oposição assumida às práticas e aos valores republicanos:

> Grandes empresas do Paraná se julgavam no direito de auferir os impostos da erva-mate e grupos imobiliários urbanos se atiravam sobre a posse e o usucapião que tinha dos tempos do Império. Não por acaso a bandeira da restauração na monarquia seria erguida – do começo ao fim – pelos rebeldes em armas, que chegaram mesmo a proclamar um tal Império Sul Brasileiro, coroando rei um fazendeiro analfabeto. (DERENGOSKI, 2000, p.25).

Orientando-se por uma crítica social em que a monarquia era considerada "lei de Deus", os integrantes do movimento do Contestado chegam a proclamar um Império Sul Brasileiro nos sertões em setembro de 1914, sendo este o marco que dá início à ofensiva sistemática dos rebeldes. O *Diário da Tarde* publica na íntegra o manifesto do então 'imperador' dos

7. De acordo com Jorge Caldeira, o clima político tenso só começou a desanuviar com a escolha do mineiro Venceslau Brás para suceder Hermes da Fonseca. A Primeira Guerra Mundial, deflagrada pouco antes de sua posse, em 1914, contribuiu para amenizar os conflitos internos no Brasil, quando então se verifica uma nova disposição para o enfrentamento de problemas sociais. (CALDEIRA, 1999, p.250).

sertanejos, D. Manoel Alves de Assunpção Rocha, tornando público o desejo de mudança política e estrutural inerente ao movimento do Contestado.

> De União da Vitória foi enviado ao *Diário da Tarde* o seguinte 'manifesto', que publicamos "ipsis literis', a título de informação:
> Carta aberta à Nação: Eu, D. Manoel Alves de Assunpção Rocha, aclamado Imperador Constitucional da Monarquia Sul-Brasileira, em 1º de agosto do corrente ano, com a sede ao reduto do Taquarussu do Bom Sossego, convido a nação para lutar para completo extermínio do descabido Governo Republicano que durante 26 anos infelizes esta pobre terra trazendo o descrédito, a bancarrota, a corrupção dos homens e finalmente o desmembramento da Pátria comum. Comprometo-me:
> 1º Em pouco tempo eliminar o último soldado republicano do território da monarquia que compreende as três províncias do sul do Brasil: Rio Grande, Santa Catarina e Paraná.
> 2º Para o futuro, anexar ao império o Estado Oriental do Uruguay, antiga Província Cisplatina.
> 3º Organizar um exército e armada dignos da monarquia e reorganizar a Guarda Nacional.
> 4º Dar ao País uma constituição completamente liberal.
> 6º Reduzir os impostos de exportação e importação e assim estabelecer o livre câmbio, dentro do território, do império.
> 7º Fazer respeitar meus súditos, logo que me seja possível, em qualquer ponto do Planeta.
> 8º Fazer respeitar em absoluto a liberdade da imprensa, também menosprezada pela antiga república.
> 9º Tornar inexpugnável a barra do Rio Grande e todo o litoral do País.
> 10º Guarnecer toda a fronteira com o Estado de São Paulo e a fronteira Argentina, logo que seja reconhecido oficialmente o novo império e organizado o exército imperial.
> 11º Assumir, relativamente, todos os compromissos do antigo regime que relativamente couberem ao Império Sul-Brasileiro.
> 12º O Exército Imperial será a primeira linha e a Guarda Nacional a Segunda.
> 13º A unificação da lei judiciária no País.
> 14º Restringir a autonomia dos municípios.
> 15º Imitir provisoriamente numerário nominal e em seguida a conversão metálica.

> 16º A religião oficial será a Católica Apostólica Romana.
> 17º A liberdade de culto.
> 18º Cogitar o desenvolvimento da lavoura sem desprezo da indústria.
> 19º Imposto protecionista a indústria, do Império e a lavoura.
> 20º Livre os portos do Império a todo estrangeiro sem cogitar-se de raça, crença, etc.
> 21º Serão considerados nacionais todos os estrangeiros que residirem dois anos no País.
> 22º Modificar o atual sistema de júri, que não está mais compatível com o século.
> 23º O ensino será obrigatório tanto para a infância quanto para o exército. (31/08/1914)

Há quem diga que o manifesto foi redigido com vistas a atrair a atenção do governo federal e estadual, logo depois do desastre de Taquarussu, uma vez que o documento foi remetido pelo correio às capitais. De qualquer modo, a publicização de um documento contendo diretrizes de um governo imperial demonstra as dimensões que o movimento assume, proporcionalmente aos temores de uma revolta política irreparável. As medidas e modificações contidas no manifesto são também expressivas por confirmarem a presença de uma crítica social às injustiças sofridas pela população e a defesa de construção de uma nova sociedade. Neste "novo" projeto político, sobressaem mudanças estruturais como a fundação de uma província reunindo os três estados do sul e a reorganização da guarda, além de significativas reformas baseadas em uma constituição "completamente liberal", capaz de atender princípios como a liberdade de imprensa e culto, ensino obrigatório e desenvolvimento da lavoura em detrimento da indústria.

O esboço de uma organização pautada nos princípios e medidas do "Império Sul-Brasileiro" teve repercussão imediata junto à opinião pública, embora fosse praticamente consensual a impossibilidade de concretizar tais anseios. Representava, pois, a racionalização dos objetivos do movimento, colocando em evidência o descontentamento dos sertanejos com o sistema político e social vigente.

Juntamente com a "carta aberta à nação", o jornal publica uma correspondência enviada por João da Silva Leite, alertando sobre os perigos da revolta. No relato, aparecem maiores detalhes sobre o sentido da monarquia na organização sertaneja e principalmente os receios manifestos em

pedidos de “providências enérgicas” do governo para o caso dos revoltosos do Contestado.

> Tem esta por fim orientar a essa redação sobre o que se passa relativamente ao movimento monárquico nos sertões de Santa Catarina e Paraná. Os revoltosos já coroaram seu imperador a D. Manoel Alves de Assumpção Rocha. A coroa é de madeira e foi feita por um ótimo marceneiro e fazendeiro morador na zona conflagrada, de nome Schultz e de nacionalidade alemã. [...] Eles contam com muitos milhares de homens, e não fazem 20 dias que receberam três caixões com armamentos, que desembarcaram na estação de Rio das Antas e é testemunha ocular disso o sr. João Claudino, residente nesta cidade.
>
> Hoje o coronel Carneiro recebeu telegrama de seu irmão Salomão, dizendo que tinha recebido aviso que no dia 26 eles iriam arrebanhar gado e animais em sua invernada em São João de Cima, e portanto tomasse providências porque retirava-se para esta cidade.
>
> Dia a dia, sr. redator, eles vão alargando seus domínios à proporção que a população foge e grande parte adere.
>
> Entendemos que esta revolta monarquista com coroa de madeira e de caboclos boçais constitui sério perigo à instituição republicana. Hoje ela tem à sua frente rudes caboclos; amanhã, porém, ela terá para a sua direção homens de ação e virá fatalmente a restauração da monarquia ou custará muito sangue e rios de dinheiro ao Brasil.
>
> Consta que os agentes das estações da São Paulo-Rio Grande receberam circular do chefe do tráfego para não porem o menor embaraço caso os monárquicos queiram utilizar-se dos trens e do telégrafo.
>
> Diariamente são ceifadas vidas preciosas dos nossos caboclos que não querem aderir ao movimento, as fazendas saqueadas e as casas queimadas. E quais as providências tomadas pelo governo? A quem nos devemos queixar? Quem indeniza os prejuízos causados pelos revoltosos, prejuízos que excedem a mil contos? Quem é responsável pela viuvez e orfandade causada pelos revoltosos?
>
> Se o governo não tomar providências enérgicas, sr. redator, teremos que aderir ao movimento, para salvaguardar os nossos interesses e as nossas vidas.
>
> Esperamos, pois, sr. redator, que dareis publicidade desta carta em vosso conceituado jornal, o que antecipadamente vos agradecemos. (31/08/1914)

A carta trata o Contestado, já no início, como um movimento monárquico em que a negação da República se manifesta de maneira racional. Os possíveis rumos da revolta, alarmados pelas notícias que correm e ganham visibilidade pública na referida carta, são considerados como um perigo à instituição republicana, sendo necessário cobrar medidas do poder público para resolver a questão. É importante perceber que estes temores não dizem respeito, diretamente, ao estágio em que o movimento se encontrava na época, mas ao constante aumento de adeptos e, principalmente, à possibilidade de "homens de ação" (e não apenas "rudes caboclos") tomarem a frente da organização.

Mesmo admitindo a distância real entre a consolidação do movimento e a mudança de regime, a ideia de que a República poderia ruir, podendo assim custar sangue e dinheiro ao Brasil, faz-se presente no texto informativo/opinativo veiculado no *Diário da Tarde*, traduzindo preocupações diversas que dizem respeito aos episódios da Guerra do Contestado.

O conteúdo da carta adquire uma força simbólica ainda maior diante da "cumplicidade" que estabelece com o jornal para denunciar a situação e exigir a ação do governo no assunto. A frase final, "se o governo não tomar providências enérgicas, sr. redator, teremos que aderir ao movimento, para salvaguardar os nossos interesses e as nossas vidas", é interessante justamente por representar uma tática que não funciona apenas como uma pressão ao poder ou uma denúncia ao estado de alarme, mas faz perceber que nesta fala veiculada pelo jornal existe também um outro "nós" (que não se trata simplesmente de uma oposição entre revoltosos e republicanos), constituído em um espaço que sugere a possibilidade de variação, conforme as circunstâncias e os interesses específicos do grupo social em questão, do apoio à república para uma força a favor da monarquia e contrária aos interesses governamentais.

Constrói-se, assim, um campo polêmico em que emerge uma espécie de ameaça de contestação ao regime vigente, na medida em que o assunto entra em pauta e demarca uma posição específica diante dos possíveis desdobramentos da questão. Quando se "pede" a publicação da carta no jornal, ao final do texto, está se forjando um tipo de posição polêmica sobre o assunto que, independentemente das possibilidades reais de concretização da mudança de regime político, instituem sentidos e conferem ao movimento sertanejo sua dimensão crítica.

Percebe-se que as principais questões de ordem social, política e econômica que acionaram o processo de rebeldia no Contestado,

consideradas também parte da história do conflito, são abordadas e discutidas pelo jornalismo da capital paranaense, embora nem sempre associadas aos acontecimentos da Guerra. Interessa notar que o conjunto de polêmicas em torno de aspectos contextuais da sociedade da época permite observar motivações e ângulos diversos que fazem que o jornal e os diversos grupos sociais que nele atuam se manifestem e disputem sentidos. Desse modo, torna-se possível recuperar o modo como a organização social vigente aparece e é discutida pelos jornais, oferecendo elementos que servem para identificar os fundamentos da "nova sociedade" idealizada pelos seguidores de José Maria.

Afinal, é por meio da relação entre o conteúdo dos textos e a situação social da época que se pode encontrar as marcas da contestação dos sertanejos à sociedade em que vivem. Assim, abandonados e oprimidos por um governo que se recusou a reconhecer seu direito à terra, os sertanejos tornam-se receptivos às práticas dos monges e suas críticas à República, apostando em uma maneira de fazer valer direitos que não eram respeitados.

Percebe-se, desse modo, situações e interesses bastante distintos na configuração do cenário da guerra. De um lado, os sertanejos, sem terras, sem emprego, sem direitos e isolados dos valores religiosos tradicionais (que se restringiam aos pequenos centros urbanos), que se organizam em redutos onde todos os bens são comuns; de outro, os políticos e "coronéis", responsáveis pela distribuição de títulos de propriedade e pelo apoio aos privilégios cedidos para a exploração de capital estrangeiro. É em meio a esta disparidade de posições que se desenrolam as resistências e investidas entre o movimento sertanejo e as forças militares.

A pertinência de se deter em cada um dos principais aspectos referentes ao contexto instituído nas primeiras décadas do século justifica-se pela relação dialógica entre o contexto e os jornais estudados. A leitura e análise de exemplares do *Diário da Tarde* permitiram identificar algumas marcas dos "poderes" e das "verdades" projetados pela imprensa, levando-se em conta que esta atua enquanto espaço público das ideias, estabelecendo a mediação entre posições e interesses diversos.[8]

8. A reflexão a respeito do discurso mediático enquanto lugar de construção e articulação de diversos pontos-de-vista é desenvolvida por Fausto Neto: "Os jornais, enquanto dispositivos do campo das mídias, estabelecem uma tensão de forças e de relações simbólicas com demais campos de saberes e de poderes, aspectos que são ilustrados pelo conjunto de transações realizadas mediante o trabalho simbólico propriamente dito e que se caracteriza

Nas páginas seguintes, procura-se analisar o modo como as questões sociais que coincidem com o período da Guerra do Contestado são discutidas e repercutidas pelo jornal, servindo de fundo básico para a compreensão da resistência no Contestado. Articulando os diferentes sentidos projetados pelas falas que a imprensa produziu e veiculou, procura-se observar os discursos jornalísticos em sua pluralidade e contradições, ressaltando o modo como a imprensa tratou e instituiu significados pelo trabalho cotidiano dos jornais no caso Contestado.

Para tanto, parte-se da ideia de que a notícia não se caracteriza apenas como uma imagem da realidade, que pode ser correta ou deformada, mas também como um marco pelo qual se constrói rotineiramente o mundo social. Assim, voltando no tempo e revisitando algumas situações da época, pretende-se desvendar os componentes textuais e contextuais do discurso, a fim de identificar e compreender como os valores e os impasses de poder entram em tensão, constituindo um campo polêmico na atividade da imprensa marcado por posicionamentos distintos.

Na disputa pela terra, a luta pelo sentido

Um bem considerado sagrado e comum: a terra. Um princípio idealizado pelo sertanejo: a igualdade. Estes dois elementos, em divergência com o modelo político e econômico vigente no período da Guerra do Contestado, tiveram influência inegável no clima de descontentamento que motivou, juntamente com outras questões ideológicas e culturais, a insurreição sertaneja. O discurso em torno da temática da terra, envolvendo as políticas de concessão, a utilização e os aspectos de propriedade, são recorrentes no *Diário da Tarde* no tratamento das notícias. Próximos ou distantes dos episódios do Contestado, interessa analisar como estes discursos articulam sentidos e tencionam posicionamentos ao produzirem e veicularem questões de interesse público.

Percorrendo os discursos jornalísticos que fazem referência à questão da terra, torna-se possível compreender a dimensão simbólica das palavras no processo de construção (histórica e social) da realidade. Pode-se dizer

---

pela intervenção daqueles nos processos de rotinas e de construção dos acontecimentos, por parte dos jornais.” (FAUSTO NETO, 1999, p.143).

que a polêmica da terra que perpassa os discursos jornalísticos do *Diário da Tarde* coloca em evidência – ainda que não seja esta a intenção do periódico – as complexas estratégias utilizadas por determinados grupos sociais para o acúmulo de riquezas e capital. Sabe-se que a concentração de terras nas mãos de poucas pessoas (processo que se agravou durante o século XIX, quando começaram a aparecer os "intrusos" como uma nova categoria social) constituiu um dos motivos detonadores dos acontecimentos posteriores, em 1912. Segundo D'Avila Gallo,

> Com a Proclamação da República, intensificou-se o projeto de colonização, realizado em boa parte em terras devolutas, e também em ampliações das concessões de terrenos às empresas estrangeiras. Os empresários aliados aos fazendeiros locais e aos governos compravam terras devolutas e de particulares por preços irrisórios, vendendo-as depois com vantagem. Nesse processo de modernização, muitos posseiros foram expulsos de suas terras e nada podiam fazer quando um terceiro, devidamente documentando, aparecia reclamando seus direitos como legítimo proprietário. (GALLO, 1999, p.98).

O interesse principal dos estados do Paraná e de Santa Catarina dirigia-se para uma ocupação e utilização racional do solo, tornando a exploração da terra um negócio economicamente viável. No momento em que acontece a disputa territorial entre os dois estados, ambos começam a vender as terras, que eram devolutas, em grandes áreas para especuladores que, como se sabe, compravam barato na esperança de valorização da terra, sem se importar com os sertanejos, que dela extraíam sua subsistência. Uma das medidas tomadas pelas autoridades foi a implementação do projeto de colonização em terras devolutas.

Na avaliação do historiador Nilson Thomé[9], o interesse pelas terras da região do Contestado baseava-se na lógica de especulação.

> Aqui, na região do Timbó, havia fazendeiros com título de propriedade expedido pelo Paraná, e Santa Catarina não reconhecia, então essa terra era vendida para um especulador. Qual a expectativa desses especuladores? A madeira, porque a *Lumber* comprava não a terra, mas toda cobertura

9. Em entrevista concedida em Caçador/SC, em outubro de 1999.

> vegetal e a área da estrada de ferro que ia colonizar. Nessa perspectiva de explorar madeira e vender terras para imigrantes os especuladores faziam esse tipo de trambique com os governos, tanto do Paraná quanto de Santa Catarina. (Depoimento de Nilson Thomé)

É de se notar que a expulsão dos sertanejos de suas terras para a construção da estrada de ferro São Paulo – Rio Grande foi um marco importante para o acirramento das tensões no Contestado. Tratava-se de um empreendimento que interessava aos investidores estrangeiros, pois estabelecia a conexão com os portos do Atlântico. O governo brasileiro alegou dois motivos para a obra: um deles foi a segurança, devido à disputa com a Argentina pelo território de Palmas. O outro se relacionava à economia; pela ferrovia, seriam transportados os alimentos agropastoris do sul do país.

A empresa norte-americana *Brazil Railway Company*[10] ficou responsável pela estrada.[11] De acordo com o contrato, foi outorgada uma área de quinze quilômetros de terras de cada lado dos trilhos de uma ferrovia que iria ligar São Paulo ao Rio Grande do Sul, em que seria feita a colonização da região. Este contrato ganhou as páginas do *Diário da Tarde* em vários momentos, assumindo uma tentativa de didatizar as questões relativas à concessão de terras ou imprimindo o caráter polêmico sobre o assunto. O seguinte texto, que aparece em resposta ao advogado Marcelino Nogueira Júnior, da *Brazil Railway*, referindo-se à legitimidade das pretensões da companhia americana quanto às terras marginais de suas linhas, explicita esta questão.

> Registramos tão somente o fato, porque chegou ao nosso conhecimento que a empresa há procurado medir terras além da faixa a que tem direito e bem assim que é intenção dela obter terras, gratuitamente, na linha que vai de

---

10. A *Brazil Railway Company* pertencia a Percival Farquhar, o mesmo dono da Madeira-Mamoré, da Vitória-Minas e da Port-of-Pará, que agia também na África e na Ásia. O Sindicato Farquhar tinha também monopólio da distribuição da energia elétrica em várias cidades do Brasil.
11. É importante registrar que a empresa responsável pela estrada de ferro gerou um grave problema social ao contratar trabalhadores. Cerca de 8 mil operários de diferentes regiões do país foram recrutados para a construção da ferrovia, com a promessa de bons salários e passagem de volta assim que o trabalho fosse concluído. As promessas, no entanto, não passaram de um golpe... Sem trabalho e sem condições de comprar terras – pois só poderiam ser vendidas a colonos estrangeiros – os operários não tinham para onde ir. Terminada a obra, muitos deles se juntaram aos fiéis de José Maria.

> Foz do Iguaçu ao Salto das Sete Quedas. Certo, o dr. Marcelino Nogueira não nos negará o direito de abordar os assuntos que nos afigurem ligados aos interesses capitais do Estado e da Nação, e deve concordar que justíssimos são os nossos receios de patriotas quando acreditamos que uma vasta parcela de nosso território pode ir cair em mãos de capitalistas estrangeiros. De nossa parte nenhum intuito de guerrear quem quer que seja, e sim o de simples defesa em torno de um patrimônio que nos foi legado pelos antepassados e cuja proteção nos incumbe como órgão de opinião. Duas cartas sobre o assunto chegaram a esta redação, tendo como preocupação a invasão ousada da companhia nas terras do sertão:
>
> "Ao redator, a bem dos interesses dos pobres, que não têm recursos para lutar e defender seus direitos, deveis prosseguir nessa campanha de sorte a evitar que a São Paulo – Rio Grande nos absorva e aniquile."
>
> "Sobre o assunto tratado por este jornal, permita-me, sr. redator, externar os meus aplausos mais sinceros pela elevação dos vossos intuitos patrióticos. (...) É voz corrente que a poderosa companhia tem o intuito de obter para seu acervo territorial uma área igual ao comprimento total da estrada multiplicado por 15 km de cada lado, recebendo compensações das terras que foram destinadas pelo Paraná à fundação de núcleos coloniais, isto é, para a formação de centros produtores de mercadorias e transportar nas linhas da estrada, isto é, geradores de renda para ela. Ora, sendo a colonização o destino com que foram concedidas terras à companhia, seria o cúmulo do absurdo que o governo compensasse áreas já ocupadas para esse fim. Além disso, parece muito curioso o fato de estarem sendo medidas pela empresa terras devolutas sitas em zonas onde ainda não existem linhas devidamente aprovadas pela União. Se a ilustrada redação permitir, em próxima carta me externarei mais detidamente sobre o importante assunto, onde, contrariamente ao que assevera o ilustre advogado Marcelino Nogueira, ainda há muita cousa a elucidar." (21/10/1912)

A introdução do texto faz sobressair o compromisso do jornal com assuntos relacionados aos interesses da nação, justificando a postura "patriótica" do periódico em discutir a concessão de terras, amplamente questionada por figuras da vida pública e leitores do *Diário da Tarde.* Trata-se de uma resposta aos argumentos do advogado da empresa norte-americana sobre o respaldo legal das pretensões da *Brazil Railway Company* em relação à colonização da área, publicados na mesma semana. Interessante

perceber que o jornal admite que sua função, enquanto órgão de opinião, é abordar assuntos de interesse público, sem com isso manifestar o intuito de "guerrear com quem quer que seja"; assim, mantém uma relação de cordialidade com os atores posicionados em lados opostos, esboçando uma espécie de "permissão" para discutir o assunto.

As duas cartas publicadas pelo jornal, embora não assinadas, trazem à tona os interesses que envolvem a empresa estrangeira, chegando inclusive a questionar as práticas e intenções da *Brazil Railway* no que diz respeito à ocupação das terras. A primeira delas confirma o posicionamento do jornal em esclarecer e questionar o andamento das negociações, figurando desse modo ao lado daqueles "que não têm recursos para lutar e defender seus direitos". Por este viés, assuntos e decisões que perpassam a exploração estrangeira são discutidos pelo jornal, sob a alegação de estar garantindo os interesses do Estado e da União.

A segunda carta, repleta de relevantes argumentos envolvendo as negociações da empresa de Percival Farquhar, tem como tônica o fato de uma série de questões não estarem devidamente elucidadas, ao contrário do que teria afirmado o advogado da empresa. O interesse no transporte de mercadorias, o "absurdo" da ocupação de áreas em que a estrada de ferro ainda não havia sido construída e a proposta de "colonização" em terras já habitadas demonstram que o acordo do governo com a empresa apresentava uma série de interesses obscuros. Por meio das cartas, o jornal estabelece a mediação com os receios da sociedade civil e confirma seu posicionamento "ao lado do povo", como constantemente divulgam os editoriais.

O tema da concessão de terras continua a ser repercutido no *Diário da Tarde*, pelas entrevistas com representantes de grupos políticos e econômicos, cartas de leitores e notas diversas. Mas, em determinados momentos, o posicionamento do periódico torna-se mais explícito, quando então traduz o efeito de "enfrentamento" de forças sociais relevantes da sociedade, apontando argumentos para tal direcionamento. O texto que segue, tratando das políticas governamentais dos últimos presidentes no que se refere às concessões de terras para a estrada de ferro, faz transparecer a opinião do jornal em meio aos diversos interesses que circundam a polêmica questão.

> Quanto ao governo atual, o fato de não sermos um órgão bafejado pelas brisas dos cofres públicos nos habilita a oferecer opinião igualmente insuspeita, incapaz de não traduzir a realidade positiva e insofismável dos fatos. E essa opinião

> não pode deixar de ser inteiramente favorável à norma de conduta observada pelo sr. Presidente do estado, cujos sentimentos de defesa em torno do nosso patrimônio territorial têm se exteriorizado de maneira tão franca e tão salutar.
> O decreto imperial lavrado a 9 de novembro de 1889 concedeu à Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande a área de terras devolutas que existissem dentro de uma faixa de 15 km para cada lado do eixo das respectivas linhas. E estas linhas eram a que sai de São Pedro e vai ao Rio Uruguai e o ramal que saindo de Imbituva fosse a Guarapuava e dali a Foz do Iguaçu. Ao governo estadual não seria lícito, seguramente, negar a entrega da área territorial que de fato coubesse à E.F. São Paulo-Rio Grande. Dá-se, porém, que a poderosa empresa, hoje completamente estrangeirada, não parece se contentar com as terras exclusivamente de sua concessão. Quer ir além, quer terras marginais a linhas que não figuram no decreto de 9 de novembro de 1889 ou tão pouco no do governo provisório que aprovara as partes que haviam ficado dependentes de sanção do Poder Legislativo.
> Contra isso é que devemos protestar, auxiliando naturalmente a ação que o governo atual do Estado, bem e solidamente orientado, terá que tomar. (21/11/1912)

Além de apresentar uma maneira de construção da notícia marcada pela defesa incontestável da verdade – pela manifestação de distanciamento dos cofres públicos, que dá ao jornal o poder de veicular uma opinião "insuspeita", desprovida de amarras políticas –, o Diário da Tarde acaba por assumir inimigos e aliados em seu trabalho discursivo. Abordando detalhes do decreto referente às terras devolutas concedidas à empresa norte-americana, oferece uma visão dos interesses que ultrapassam os limites dos privilégios legitimados oficialmente. A especulação do grupo responsável pela estrada de ferro no que diz respeito à tentativa de ampliar o domínio das terras, presente em outros textos publicados pelo jornal, assume aqui o efeito de verdade, sendo esta prática condenada pelo periódico. O apoio manifesto ao governo do Estado, do mesmo modo, confirma o posicionamento do jornal em defesa dos interesses dos paranaenses, uma vez que estabelece a relação entre o poder público e os anseios do jornal

Pela observação destes discursos, percebe-se a presença de discussões e polêmicas em torno de questões que tangenciam a Guerra do Contestado, oferecendo uma espécie de mapeamento das situações sociais existentes no referido período. Confirma-se, também, a importância da

discussão sobre a terra nos acontecimentos do Contestado, uma vez que os interesses da empresa estrangeira se chocam com o modo de vida dos sertanejos.

Neste trabalho de interpretação, estão sendo levantadas questões que procuram delinear o papel da imprensa na construção discursiva da Guerra do Contestado, em meio a uma série de tensões e acontecimentos contextuais que a envolvem. Para tanto, torna-se necessário o diálogo com registros históricos que apresentam relevância para a proposta de análise. Neste percurso, somam-se diversas perspectivas de compreensão do conflito, ao mesmo tempo em que surge como inevitável, também, a contestação de eventuais leituras sobre o assunto.

Consideraremos que há uma série de evidências que denunciam a revolta diante de um sistema de opressão e miséria, que se manifesta nas atitudes dos sertanejos e nos valores por eles constituídos. Contudo, não raras vezes estas evidências são ignoradas por autores dedicados a oferecer seus pontos de vista sobre os acontecimentos do Contestado. Um deles, que chamou a atenção justamente por considerar, já no título de seu livro, a possibilidade de recuperar uma “verdade histórica”, apresenta uma tese inteiramente contrária à ideia de que o movimento do Contestado assumiu caráter contestatório, limitando-se a considerá-lo somente “uma guerra de puro e simples fanatismo”. Logo nas primeiras páginas, o autor, Walter Tenório Cavalcanti, propõe-se a provar que os sertanejos não fizeram uma guerra em defesa de qualquer direito, senão para rezarem pela salvação da alma:

> Aquela sangrenta guerra entre irmãos foi, pura e simplesmente, obra de extremado fanatismo. Foi uma guerra na qual foram forçados a tomar parte sertanejos fanatizados por um “monge” carismático, que o seguiam para salvar suas almas e depois seguiam videntes que conversavam com o falecido monge e o também falecido São João Maria. (CAVALCANTI, 1995, p.19).

Não se tem a pretensão, nos limites desta pesquisa, de apresentar como inquestionáveis determinados enfoques aqui abordados; por isso mesmo, julgamos importante mostrar que as questões demarcadas em cada capítulo não são, absolutamente, consensuais. Porém, o contato com os jornais que produziram sentidos e traduziram angulações ao trabalharem

os acontecimentos da Guerra do Contestado permite dar legitimidade a algumas percepções.

Como conceber, por exemplo, que os sertanejos não tinham consciência das injustiças a eles cometidas em relação às terras, diante de tantos discursos jornalísticos que evidenciam a presença desta questão em diversos segmentos sociais? Algumas cartas encontradas nos pertences dos "fanáticos" (divulgadas em textos jornalísticos e livros do pós-guerra) impedem de ignorar o fundo social da revolta. Enunciados como "tudo é para as gentes da Oropa" e "o governo da República toca os filhos brasileiros dos terrenos que pertence à nação e vende para o estrangeiro, nós estamos disposto a fazer prevalecer os nossos direitos", recuperadas por Maurício Vinhas de Queiroz, confirmam este aspecto.

Para o sociólogo, não parece haver dúvida de que, no movimento do Contestado, a reivindicação do direito à terra se tornou consciente. Isto se exprimia na "sistemática destruição dos cartórios, onde havia o livro para registro de imóveis, sempre que os jagunços atacavam as vilas. Expressava-se no fato de que os jagunços 'desmanchavam cercas'."(QUEIROZ, 1981, p.179)

No entanto, também os jornais parecem ignorar (ou simplesmente silenciar) as implicações dos incêndios em cartórios e das queimas de registros de propriedade das terras. Tais episódios são repercutidos no jornal como atos de puro banditismo, formas pelas quais os sertanejos procuravam alarmar a população. Mas há momentos, sem ligação direta com acontecimentos desta natureza, em que o jornal fornece subsídios para compreender a situação conflituosa entre o poder do Estado e as causas que, supostamente, impulsionaram os sertanejos à revolta, conforme demonstra o seguinte fragmento do jornal paranaense, referente a uma entrevista com o senador Alencar Guimarães e o deputado Celso Bayma:

> As causas principais que motivaram o movimento subversivo provêm de uma injustiça talvez em boa parte praticada. Muitos desses homens, hoje em armas, ocupavam diversas terras que eles exploravam durante um certo tempo. Supunham-se proprietários delas em virtude do longo período de tempo em que nelas se mantinham. O governo do Paraná, porém, concedeu há tempos títulos de propriedade a outros que não aqueles ocupantes. Estes novos proprietários, fundados em seus títulos, começaram a despejar das citadas terras os referidos ocupantes, em nenhum respeito às benfeitorias

> havidas e nenhuma consideração pelos pobres homens. Dessa injustiça, que lhes arrancava o que lhes parecia ser o seu patrimônio, nasceu o que nasce no fundo de todas as injustiças – o protesto. Este protesto, desprezado a princípio, veio se converter mais tarde na violência que hoje eles empregam. (02/09/1914)

O enunciado faz transparecer a situação de injustiça, que culminou com o protesto, a que os participantes do movimento estiveram submetidos; foram despejados das terras em que viviam e acreditavam ser de sua propriedade. Contudo, não deixa de legitimar a intervenção do Estado na medida em que atribui sentidos diferenciados manifestos nas expressões "supunham-se proprietários", para fazer referência aos sertanejos, e "os novos proprietários, fundados em seus títulos", que parece sugerir a legalidade da propriedade.

Sobre o protesto, inevitavelmente associado à violência, restam justificativas bastante expressivas, que vêm a confirmar o descaso do poder público em relação às populações sertanejas. Este texto, ao denunciar o modo como se deu a ocupação das terras, oferece também um interessante exemplo de como determinados atores políticos se manifestam sobre o assunto, mantendo aceso o debate sobre a exploração da terra e a inexistência de uma preocupação social em meio aos interesses econômicos que pautaram as políticas de posse de terra.

Em contato com os estes discursos, foi possível constatar que, salvo eventuais exceções, as perspectivas do jornal na produção e reprodução de falas em torno da temática da terra e sua posse parecem eliminá-la do campo polêmico construído. As referências, falas e opiniões são construídas pelo jornal no tratamento de outros assuntos e tensões que a tangenciam, como o conflito entre os dois estados, a questão republicana, o fanatismo. O silenciamento em relação ao incêndio de cartórios e registros de propriedade constituem um fato discursivo, uma escolha de enfoque e apresentação realizada pelo *Diário da Tarde* para apresentar uma versão determinada dos fatos.

Percebe-se que o problema da luta e disputa pela terra no Contestado extrapola a mera dimensão política ou do "controle ideológico" dos meios de comunicação. Envolve, ainda, uma mentalidade secular dominante no imaginário coletivo, seja baseada na ausência de uma política fundiária indispensável em inúmeras experiências históricas de desenvolvimento

econômico, na ideia da terra como um bem imóvel e intocável, mesmo que improdutivo, ou na histórica concentração latifundiária existente no País. Enfim, trata-se de uma questão social que envolve outros campos de saber e poder que se inter-relacionam nos constantes processos de produção de sentido.

Os mecanismos que dão visibilidade à questão da terra no discurso jornalístico são, nesta perspectiva, formas de mediação sempre conflituosa que traduzem ou transportam em si uma série de conflitos de interesses diversos que envolvem a especulação e a disputa pela manutenção de estruturas de concentração de terras. Uma questão que, na Guerra do Contestado ou nas demais lutas camponesas seculares, percorreu a história do Brasil deixando marcas de profunda injustiça e desigualdade.

Reflexos do poder econômico no universo periodístico

Sob a alegação de trazer ao atrasado sertão contestado o desenvolvimento e o progresso, é preciso lembrar que, juntamente com a aquisição de terras, a *Brazil Railway Company* se empenhou em explorar a riqueza e a mão de obra existente na região, injetando dinheiro nos empreendimentos do empresário Percival Farquhar. Com os quinze quilômetros de terras que ganhou de cada lado da ferrovia, a empresa norte-americana criou a serraria da *Southern Brazil Lumber and Colonization Company* nas cidades de Três Barras e Calmon, constituindo a maior companhia madeireira da América Latina à época[12], encarregada de devastar a mata araucária e exportar madeira, além de comercializar lotes de terras (de onde havia desalojado milhares de sertanejos).

A multinacional praticou um dos maiores crimes ecológicos da história: em 40 anos de atividade, derrubou cinco milhões de pés de pinheiros e araucárias por ano, sendo comparável – segundo dados fornecidos na obra de Derengoski – às queimadas da Amazônia e da Indonésia. Contrastando com a miséria dos sertanejos, a empresa americana cria uma estrutura de

12. Além da *Lumber*, outras empresas estrangeiras dedicavam-se à especulação de terras e à venda de lotes coloniais em determinados trechos. “Mas não eram apenas as firmas estrangeiras que se aproveitavam desses negócios. Deles se beneficiavam também, em larga medida, os coronéis do interior e seus apaniguados, em suma, todos os que dispunham de influência política sobre os governos estaduais” (QUEIROZ, 1981, p.75).

primeiro mundo no sertão, investindo em uma sofisticada estrutura empresarial. De acordo com Queiroz, nas serrarias de Três Barras e Calmon,

> [...] eram serrados diariamente 300 metros cúbicos de madeira e, em dez horas de trabalho, cortavam-se 1050 dúzias de tábuas. Desde a coleta das toras, no interior da floresta, até o seu desdobramento e armazenagem, todas as operações eram mecanizadas. De Três Barras partia no rumo das matas uma ferrovia especial; na extremidade da linha, poderosos guinchos puxavam as toras desde o lugar onde eram abatidas, numa distância até de trezentos metros. [...] Apenas oitocentos trabalhadores manejavam todo esse colosso mecânico. (QUEIROZ, 1981, p.74).

Nas cidades em que se instalou, a empresa instituiu algo semelhante a uma "província" americana. Além da construção de um cinema e outros espaços de lazer, foram adotados hábitos e costumes americanos, como os uniformes de "cowboy" dos guardas da empresa. Pode-se dizer que houve a tentativa de inserir valores da cultura norte-americana nos sertões contestados; até mesmo datas cívicas passaram a ser comemoradas. Prova disso são as comemorações do dia 4 de julho, Independência dos Estados Unidos, que acabaram se incorporando ao calendário das populações do sertão.

Ainda antes do primeiro episódio do Contestado acontecer, um extenso e "apaixonado" texto sobre a indústria madeireira no Paraná é publicado, em prenúncio da comemoração da Independência dos Estados Unidos em Três Barras, sob a adjetivação de "interessantes e patrióticos festejos". Um repórter do *Diário da Tarde* é convidado a acompanhar a viagem dos sócios/empresários Paul Adam e Quellenec pela estrada de ferro, até a localidade em que deveriam acontecer as festividades. O "gentil" convite rendeu o seguinte texto:

> O ilustre engenheiro de obras do Estado referiu-se às magníficas condições com que a natureza nos dotou, aparelhando-nos para um surpreendente estado de progresso, que só depende de uma ação enérgica, inteligente e ponderada, como aquela de que já vamos dando prova, pelo acolhimento benévolo e jubiloso com que recebemos os fatores de desenvolvimento que se encaminham para o nosso território.
>
> Para ter uma ideia da potência industrial da serraria basta dizer que diariamente são serrados cerca de 300 metros cúbicos de madeira. O serviço é

> todo feito mecanicamente. Não se vê uma carroça. As máquinas se encarregam de todas as operações, desde a coleta das toras, no interior da floresta, até o seu amontoamento, já desdobradas as peças, no local donde deverão sair para os vagões do caminho do ferro. Na extremidade das linhas de acham poderosas máquinas destinadas a puxar as toras do lugar onde são abatidas até a margem da linha. Existem construídas já cerca de 30 km de linhas destinadas a esse fim, sendo o serviço de transporte feito por duas locomotivas da E.F.Sorocaba.
>
> Já existe em depósito e pronto para exportação material capaz de exigir dezenas de comboios. Existem trabalhando nas instalações madeireiras de Três Barras cerca de 800 trabalhadores, sendo o salário médio de 4$000. Para o serviço sanitário do pessoal, a companhia mantém um médico, que é o dr. Cerqueira Lima, e uma pequena farmácia, sendo cobrada de cada trabalhador, por mês, a título de taxa sanitária, a importância de 2$000 mensais.
>
> Um grande armazém fornece ao pessoal da empresa os mantimentos e demais gêneros de que eles têm necessidade. Esse armazém tem um movimento mensal de 60 contos de réis. O local é muito bem policiado, graças à energia do sr. Ira Smith, que não só mantém um pessoal exclusivamente destinado ao policiamento como também não consente a venda de aguardente e outras bebidas ordinárias, dando mesmo a este respeito, em sua casa, o melhor exemplo possível, pela adoção exclusiva das águas minerais. Finalmente, as instalações da *Lumber* em Três Barras altamente se impõem como uma obra de grande monta econômica.
>
> No próximo domingo, 14 de julho, tomarão parte bandas de música e de tambores, em diversas comemorações cívicas. (08/07/1912)

É visível o deslumbramento do repórter diante do desenvolvimento econômico que a empresa estrangeira vem inaugurar em meio ao “atraso” geral da população em termos de sistema industrial; com semelhante “adesão” às intenções da empresa, também são feitas manifestações positivas do acolhimento das forças políticas do território aos “fatores de desenvolvimento”. Na descrição da magnitude das operações mecânicas e da eficácia com que se realizam as etapas do processo – do corte nas matas à exportação da madeira pela ferrovia – transparecem os adjetivos ligados ao progresso, que só dependeriam, segundo o jornal, de uma ação “enérgica, inteligente e ponderada” dos investidores estrangeiros.

Interessante notar que, no que diz respeito às condições de trabalho, o jornal apresenta dois tratamentos diferenciados. Primeiramente, menciona a estrutura existente de atendimento médico e serviço sanitário disponíveis aos operários, demonstrando a preocupação da empresa com as necessidades dos trabalhadores, até então isolados de qualquer tipo de assistência. Depois, em um tom mais "moralizador", refere-se à rigorosa segurança do lugar e ao armazém que é exemplo de respeito, uma vez que não permite a venda de aguardente e outras bebidas "ordinárias" que faziam parte do cotidiano caboclo. Todo o texto exacerba o porte da empresa, que estaria colaborando significativamente para o desenvolvimento da região do Contestado.

A referência às comemorações "cívicas" também são significativas. Salvo a constatação das enormes distâncias que separam o Brasil dos Estados Unidos, nas páginas do jornal parecem se tratar de países aliados, com interesses comuns. Isso faz que os "festejos patrióticos" dos americanos da *Brazil Railway Company* sejam também comemorados pelos brasileiros, que estariam reconhecendo na data cívica o mesmo sentido da Independência do Brasil. No dia 4 de julho, o *Diário da Tarde* chega inclusive a considerar "emocionante" a comemoração realizada pelos dirigentes da multinacional, referindo-se à data como "um dos mais memoráveis fatos da história política do mundo".

No entanto, a referência às contribuições da empresa para o progresso da região e do Estado não aparecem sempre de maneira consensual na imprensa paranaense. Cartas e notas diversas publicadas pelo jornal mostram também o descontentamento dos trabalhadores em relação aos baixos salários, assim como a questão do desemprego decorrente da construção da estrada de ferro. Dialogando com os operários, o *Diário da Tarde* questiona, apenas alguns dias depois de ressaltar a magnitude da *Brazil Railway Company* em ocasião das festas cívicas, quais seriam as razões para a companhia responsável pela estrada de ferro não encontrar trabalhadores para a função, já que dispõe de "avultados capitais".

> Disseram-nos os operários que a maior dificuldade para o contrato de trabalhadores é a parca remuneração que a Companhia distribui aos seus empregados, e que não é a justa paga dos seus pesados serviços, sempre em aumento. Um deles, empregado da via permanente, e que ali se achava, disse-nos que, no departamento onde trabalha, também há falta de pessoal

> pelo mesmo motivo, pois há, nas turmas de conserva, operários cuja diária é inferior a 3$000, sendo que os feitores, ainda os mais antigos, não chegam a ganhar 200$000 por mês. (24/07/1912)

Denunciando problemas que envolvem a grande empresa responsável pelo progresso (econômico, mas não necessariamente social), o jornal coloca em pauta a discrepância entre as elevadas somas de dinheiro que a empresa movimenta e a situação de exploração em relação aos trabalhadores que lá atuam. A dificuldade de contratar pessoas para o trabalho apresenta-se como resultado dos baixos pagamentos oferecidos pela empresa, que estariam em desacordo com as possibilidades reais dos investimentos ali realizados.[13]

A contradição entre os sentidos produzidos pelos textos jornalísticos no tratamento da empresa norte-americana coloca em evidência o jogo de interesses que faz que os argumentos se movimentem, oferecendo determinada leitura da realidade. Circulando entre o apoio explícito ao progresso proporcionado pela empresa e a defesa dos trabalhadores, o *Diário da Tarde* publica uma interessante matéria intitulada "Façamos justiça – A Brazil Railway não é só um polvo que suga nossas energias, mas também um fator de progresso", em que procura amenizar as implicações referentes à concessão das terras e exploração de riqueza e mão de obra no sertão, tomando como causa maior a contribuição gerada pela empresa no desenvolvimento da região.

> Quando se fala em Brazil Railway logo acode à nossa lembrança o nome dessa formidável organização de homens, celebração de finanças, inteligência de profeta e audácia de americano que é Percival Farquhar. Ou porque o ruído tilintante dos milhões com que ele gira nos entontece, ou porque o ruído do tambor dos nossos clamores de escândalos e negociatas

13. Difícil compreender o que estes valores salariais representavam na época, em relação ao tempo de trabalho e ao tipo de serviço realizado na *Brazil Railway.* Para comparar a questão salarial, José Ramos Tinhorão oferece alguns dados interessantes: em 1906 um operário tecelão de São Caetano, trabalhando 12 horas diárias, recebia um salário aproximado de 90 mil réis, dos quais entre 20 e 30 mil réis eram destinados ao pagamento do aluguel de uma modesta casa de dois cômodos e cozinha. Na maioria dos casos, os melhores salários do ainda pequeno número de operários da época poucas vezes superavam a faixa dos 150 mil réis. Passados alguns anos, é de se imaginar que os valores pagos pela empresa norte-americana aos trabalhadores eram, realmente, insignificantes. (TINHORÃO, 1999, p.330).

nos previna contra ele, ou porque desconhecemos a origem inconfundível da sua personalidade notável, o fato é que baralhamos as coisas, imergimos em nossa confusão extraordinária e incapacitamo-nos de saber ao certo que vale e que pretende Percival Farquhar e o que nos tem feito de bom e o que nos tem feito de mau o monumental sindicato ferroviário distinguido pela singela denominação de Brazil Railway.

A Brazil Railway Company fundou-se em Portland, Estados Unidos, a 3 de novembro de 1906, devendo completar neste ano o seu primeiro decênio de atribuições e de trabalhos espantosos. O fim capital, meta da sua organização, era a construção de uma rede ferroviária nos estados de São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, aquisição e arrendamento de ferrovias desses departamentos brasileiros. Ampliou, porém, a Brazil Railway a sua ação e montou empresas para exploração de portos, florestas, criação de gado, colonização, hotéis, etc. Fez-se acionista de sociedades argentinas, chilenas e uruguaias.

E isso era a realização da primeira parte do gigantesco sonho de Farquhar. Atualmente, dos 25 ou 26 mil km de ferrovias do Brasil, 11 mil pertencem ou estão sob o domínio da Brazil Railway. As terras adquiridas por essa companhia ou a ela concedidas somam um total de 140.000 quilômetros quadrados. Como é de ver, o capital dessa companhia tem de ser colossal. E é, realmente. Ele sobe à fabulosa soma de 50 milhões de dólares dividido em 500 mil ações de valor de 100 dólares cada uma.

Ora, sob a direção dessa poderosíssima empresa que se encontram, em nosso estado, a Estrada de Ferro do Paraná, a São Paulo – Rio Grande, a estrada Norte – Paraná e a estrada de ferro de São Francisco, em um total de mais de 1.200 km de trilhos com um respeitável movimento de cargas e de passageiros.

Além dessas companhias ferroviárias, a Brazil Railway explora o serviço de colonização nas margens da São Paulo – Rio Grande; superintende a imensa serraria Lumber; está construindo a maior serraria da América do Sul no município de Jaguariaíva; tem fazendas de criação em diversos pontos do Estado e possui uma fábrica de queijos de primeira ordem em Carambeí. Podemos nos queixar dela? Não. Foi ela que, à custa de sacrifícios inauditos, desbravou os sertões virgens do Rio do Peixe, rumo do Uruguai, onde montou monumental ponte metálica. É ela que está povoando aquelas regiões taladas ainda há pouco pelos fanáticos. E vamos ver que esse serviço não é pequeno. É dos mais brilhantes. Olhando assim verifica-se que aquele nimbo de prevenção com que aureolamos

> aquela possante companhia e aquela constante animosidade contra a São Paulo – Rio Grande, vão exageradas, são de flagrante injustiça. Se essa companhia algum mal tem feito, esse mal some-me diante do bem maior, mais duradouro que eles nos legaram. (02/02/1916)

Ao abordar exaustivamente a trajetória da empresa de Farquhar – que também recebe elogiosos comentários devido à sua "inteligência de profeta" e "audácia de americano" no texto jornalístico – a grandeza do potencial econômico da *Brazil Railway* torna-se assunto principal. Tão relevante que, diante dos eventuais ataques aos procedimentos da empresa por determinados segmentos da sociedade, mantém uma imagem inabalável de importância estratégica para o Estado. Até mesmo os argumentos que traduzem uma certa "desconfiança" dos acordos e negociações envolvendo a empresa aparecem neste texto como frutos do desconhecimento da personalidade e dos objetivos de Percival Farquhar e de uma prevenção infundada, que estariam resultando em uma confusão no modo de compreender o desenvolvimento proporcionado pelo rico capital de domínio da multinacional, que vai alargando seus limites e interferindo, cada vez mais, na vida econômica do Paraná.

Por isso mesmo, o jornal argumenta, repercutindo a voz dos atores sociais ligados aos interesses na exploração econômica da *Brazil Railway* e da *Lumber*, que o povo não pode "se queixar" da empresa, absolutamente. Pois ela está ligada a ícones de progresso, como a devastação dos sertões, a construção de pontes e o (re)povoamento da região antes habitada por fanáticos, realizando assim um "brilhante serviço". Daí o distanciamento das críticas e animosidades anteriormente mencionadas por determinados segmentos sociais (com o aval do jornal, vale lembrar), que neste momento específico aparecem como "injustas".

Mas é a frase final do discurso jornalístico que exacerba o posicionamento do jornal ao lado das forças econômicas hegemônicas: "se essa companhia algum mal tem feito, esse mal some-me diante do bem maior, mais duradouro que eles nos legaram". O apagamento de questões sociais como a desapropriação de terras, a exploração da madeira, os baixos salários dos trabalhadores e demais problemas que deveriam ser tratados como temas de interesse coletivo é sugerido e projetado no *Diário da Tarde*, sob o pretexto de que os aspectos positivos sobressaem a qualquer crítica.

É trabalhando em meio a estas (e muitas outras) contradições que a imprensa vai constituindo um campo simbólico de atuação e interferência, profundamente marcado pelo contexto da época. Segundo Foucault, podemos dizer que o jornalismo se institui em um dos espaços em que as narrativas, sob a ilusão de uma linguagem neutra, vão tornar visíveis as muitas experiências sociais; estas narrativas, permeadas por princípios e procedimentos de classificação e ordenação, manifestam, nas palavras do autor, uma "vontade de verdade". Afinal, "o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar." (FOUCAULT, 1998, p.10).

Tratamos, aqui, da presença e influência deste poder agindo na construção das notícias. Os processos de instituição e movimentação de sentidos inerentes à atividade jornalística apresentam-se como elementos fundamentais na construção histórica dos acontecimentos da Guerra do Contestado.

A polifonia da imprensa "escreve" o Contestado

A Guerra do Contestado figurou como principal assunto nos discursos jornalísticos da segunda década do século passado. Articulando, disputando e organizando vozes variadas, envolvidas direta ou indiretamente no conflito, a imprensa paranaense foi esboçando verdades e traçando sentidos ao repercutir questões e acontecimentos da Guerra do Contestado.

Partimos do pressuposto que a relação do mundo e do discurso é que o mundo adquire sentido ao ser discursivizado. Há momentos, entretanto, em que o Contestado deixa de ser tematizado – enquanto assunto principal ou secundário nas páginas do jornal –, ocasionando um tipo de "silenciamento" em torno dos acontecimentos que acaba por ignorar os rumos e os objetivos do movimento, assim como a relevância da questão até mesmo nos meios militares.

Trata-se do período correspondente aos meses de julho e agosto de 1914, quando a 1ª Guerra Mundial assume a primeira página do jornal, e o Contestado é deslocado no espaço do periódico para a seção de telegramas. Os conflitos na Europa fazem que o interesse público pela revolta sertaneja seja diluído na imprensa, aparecendo enquanto notícia somente quando

aconteciam operações militares ou mobilizações dos sertanejos na região. Este aspecto, justificável jornalisticamente do ponto de vista da "novidade" do assunto, é percebido pelo *Diário da Tarde* quando publica a seguinte texto, com o título "Ainda os fanáticos":

> A conflagração europeia, preocupando exclusivamente os espíritos, desviou as atenções que antes convergiam para os "fanáticos" em armas. Como que respondendo do esquecimento que os cerca, eles se fazem lembrados, a todo o momento. Ainda agora, chegam-nos notícias de que eles atacaram Papanduva e fizeram outras tropelias criminosas. (29/08/1914)

Admitindo o "esquecimento" público do Contestado em detrimento dos acontecimentos da Europa, o jornal justifica o trabalho cotidiano de seleção e organização de conteúdos considerados relevantes para a sociedade. Comprometendo-se a retomar a importância que a Guerra do Contestado representa nas páginas da imprensa, o assunto volta a aparecer em momentos distintos, quando novos fatos e versões envolvendo o movimento acabam por merecer espaço no *Diário da Tarde*.

Se pelo discurso jornalístico é possível falar daquilo que está fora dele, este campo de atuação discursiva pode ser compreendido a partir da investigação sobre o que uma determinada sociedade produz em termos simbólicos, isto é, em termos de sentidos produzidos e em permanente confronto, e como esses sentidos, ao serem textualizados, vão constituindo um imaginário próprio a um determinado contexto social. Assim, questões nem sempre visíveis que dizem respeito à realidade cotidiana interferem na atividade jornalística "regulando" as formas de dizer e impedindo que se diga qualquer coisa.

O caráter polifônico da imprensa, que faz circular diversas e opostas visões da realidade, oferece aos acontecimentos do Contestado múltiplos sentidos. Independentemente do destaque atribuído à revolta pelo jornal, vale notar que os modos de dizer as diversas temáticas referentes às origens e aos desdobramentos do conflito conferem ao trabalho discursivo o poder de construção da história.

Desse modo, explorando a ideia de que o jornalismo interpela a realidade de modo a construí-la e interpretá-la, questões referentes ao contexto da época inevitavelmente surgiram nos jornais. Percorrendo aspectos e problemas pontuais (como o direito à terra, os interesses e

acordos empresariais, a contestação política, entre outros) procuramos analisar como são tematizadas e discutidas pelo jornal as questões sociais do período, constituindo elementos coadjuvantes à configuração da guerra do Contestado.

O desdobramento das temáticas que orientam o percurso da pesquisa procurou demarcar algumas especificidades do caso de imprensa analisado. Assim, para além de uma abordagem que procura verificar as situações informadas pelos jornais no contexto dado (e, simultaneamente, o contexto sendo construído e revelado pelos jornais), a pesquisa buscou detectar o movimento de diferenciação destes discursos, regidos por micro-lógicas próprias, na tentativa de contribuir para a reflexão acerca dos fenômenos que se colocam em jogo nas complexas relações sociais que regem o universo simbólico da produção de sentido.

O jornalismo na mediação (conflituosa) da questão de limites

Guerra discursiva na polêmica das divisas interestaduais do Contestado

Na luta política, ideológica e filosófica, as palavras são também armas, explosivos, ou ainda calmantes e venenos. [...] Algumas palavras lutam entre si como inimigas. Outras são o lugar do equívoco: a meta de uma batalha decisiva, porém indecisa.
Louis Althusser

Pode-se dizer que a Guerra do Contestado foi, também, uma guerra discursiva, na qual as palavras tornaram-se instrumentos de batalha. Nesta disputa simbólica, o *Diário da Tarde* figurou como importante agente dos acontecimentos, noticiando e produzindo representações variadas sobre o conflito, na luta pelo sentido. Entre as várias questões que perpassam e polemizam os discursos jornalísticos, a discussão sobre os limites "contestados" entre os estados do Paraná e de Santa Catarina se incorpora aos rumos e desdobramentos da guerra, servindo como importante referência para a análise das forças sociais que agem no universo jornalístico, construindo cotidianamente a história.

Por isso, voltaremos o olhar nesta etapa da pesquisa para a tematização da questão de limites na imprensa, na tentativa de observar como os acontecimentos são instituídos e angulados, explicitando assim determinadas intencionalidades e motivações do jornal no tratamento das informações. Afinal, é pelo discurso que se pode apreender certas políticas de silenciamento, anulação das diferenças e determinação de significados que participam do processo de construção da realidade (ou melhor, de uma determinada realidade em detrimento de outra).

Depois de percorridas questões como a religiosidade, a disputa pela terra, a exploração estrangeira e demais aspectos que dizem respeito ao contexto da época, igualmente importante é inserir a questão de limites no quadro de análise dos discursos mediáticos da Guerra do Contestado. Ainda que a participação deste aspecto político específico seja questionada por

alguns historiadores[1], permanece relevante pela força com que aparece nos jornais e produz, efetivamente, o debate em torno de polêmicas acentuadas que envolvem o conflito.

Constatou-se na investigação dos processos mediáticos referentes à Guerra do Contestado que a questão de limites envolve um terreno significativo da produção do sentido. Não apenas por colocar em evidência os interesses políticos em jogo na construção dos discursos, mas por trazer também uma série de pistas das estratégias[2] utilizadas pela imprensa para instituir significados e promover, assumidamente ou não, o diálogo entre verdades e poderes.

É a partir do trabalho de divulgação de opiniões e legitimação de posicionamentos que o jornal vai constituindo um "campo polêmico" formado por diversas vozes que, de alguma maneira, participam da disputa pelo sentido. Ente falas, situações, verdades e temáticas, vai sendo construído um espaço de "dizer" com profundas interferências na compreensão e interpretação dos acontecimentos pela sociedade. Trataremos aqui, especificamente, do modo como a disputa territorial entre os estados vizinhos do sul do Brasil ganha as páginas do *Diário da Tarde*, impulsionando argumentos baseados na "identidade" paranaense, na nomeação de "culpados" pela revolta sertaneja, nas decisões envolvendo as instâncias políticas e judiciais e suas repercussões e, por fim, na luta simbólica promovida pelo periódico na imposição, negação ou confirmação de fatos e posicionamentos.

Para percorrer esta diversidade de direcionamentos manifesta nos discursos jornalísticos, em sua relação com a situação sócio-histórica em que foram escritos, tomaremos como parâmetro algumas considerações de Pierre Bourdieu, no que diz respeito às inseparáveis relações de comunicação e de poder que envolvem os agentes sociais. Estas noções serão

1. Nos vários livros pesquisados sobre a Guerra do Contestado, a questão de limites aparece de maneira diferenciada. Em determinados estudos, trata-se de um dos motivos principais que levaram os sertanejos a pegar em armas; outros, no entanto, acreditam que a disputa territorial manteve ligações apenas coincidentes com o período em que se dá o conflito. Sem se pautar em uma ou outra análise, interessa aqui perceber como a disputa pelo território contestado entre os estados do Paraná e de Santa Catarina produz significados na discursivização da guerra, interferindo na compreensão dos acontecimentos.
2. Por estratégias, estão sendo consideradas as diferentes formas de "dizer" os acontecimentos e as opiniões por meio do jornal, tendo como finalidade fazer prevalecer determinada "leitura" da realidade.

tomadas para a compreensão do "poder simbólico"[3] inerente às situações comunicacionais, entendendo que a reflexão é válida para a análise e o questionamento das representações tecidas pela imprensa no tratamento da Guerra do Contestado.

Conforme analisa Bourdieu a respeito do trabalho de representação realizado para a instituição de determinadas visões do mundo:

> Os esquemas de percepção e de apreciação que estão na origem da nossa construção do mundo social são produzidos por um trabalho histórico coletivo, mas a partir de das próprias estruturas deste mundo: estruturas estruturadas, historicamente construídas, as nossas categorias de pensamento *contribuem* para produzir o mundo, mas dentro dos limites da sua correspondência com estruturas preexistentes. (BOURDIEU, 1998, p.238).

Importante lembrar que, em meio a estruturações objetivas e subjetivas, o que atribui o poder às palavras é a crença na legitimidade das palavras e daquele que as pronuncia, estabelecendo um jogo de oposições, distinções e regularidades. "Aquele" que a pronuncia aparece aqui de modo genérico, podendo representar a infinidade de vozes (de grupos sociais e do próprio jornal) que produzem representações pelos processos mediáticos. Percebe-se que pela repetição de assuntos e modos de dizer ou pela irrupção de "novos" sentidos na discursivização de acontecimentos e tendências, o *Diário da Tarde* contribuiu para a formação e conformação de significados na construção das questões que envolvem a Guerra do Contestado, articulando assim diferentes verdades, saberes e poderes e acentuando relações de força simbólicas.

A constante referência à temática dos limites interestaduais, ora preenchendo os jornais de vida política e sentidos latentes, ora sendo tomada pelo periódico para cobrar soluções e nomear possíveis culpados, mostra a pluralidade de expressões que se articulam no universo jornalístico, oferecendo interpretações da realidade que, ao serem processadas pela sociedade, são preenchidas de "valores de verdade".

---

3. Para Pierre Bourdieu, o "poder simbólico" é "o poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e de fazer crer, de conformar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo, portanto o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força, graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for reconhecido, quer dizer, ignorado como arbitrário." (BOURDIEU, 1998, p.14).

A análise de textos veiculados no *Diário da Tarde* procura mostrar como são travadas as lutas pelo sentido, apreendendo os processos pelos quais os enunciados se movimentos e se instituem. Partindo da ideia de que "se há uma verdade é que a verdade está em jogo nas lutas" (BOURDIEU, 1998, p.293), tentaremos investigar as lógicas segundo as quais se determinam as coisas em jogo, as estratégias e as vitórias, observando as marcas e as nuances de representação em que se geram e funcionam os discursos históricos do Contestado.

Terras "contestadas" no cenário da revolta sertaneja

A origem da denominação Guerra do Contestado introduz o interesse em discutir a questão de limites no quadro de referências pontuais que incidiram sobre os acontecimentos do conflito sertanejo. Afinal, por que Contestado? Porque os governos do Paraná e de Santa Catarina disputavam na justiça uma área de 28 mil quilômetros quadrados, ao sul do rio Iguaçu e norte do rio Uruguai, na divisa entre os dois estados, anteriormente disputada pela Argentina. Historicamente, as fronteiras do Sul do Brasil causaram muitas preocupações; as dúvidas em relação aos limites que iam se delineando acompanharam o povoamento da região desde seus primórdios.[4]

A questão de limites tem seu início em 1853, quando Curitiba, que era a quinta comarca de São Paulo, é elevada à categoria de província e recebe por herança o território contestado. A partir desta data, seguiram-se anos de contestações, enquanto a área disputada foi ampliada ainda mais. De acordo com Delmir José Valentini, foram anos seguidos de discussões, assinaturas de projetos e reclamações: "uma província alegava a posse e a outra alegava o direito, assim, até a Proclamação da República, em que as Províncias se transformaram em estados, nada estava definido" (1998, p.40).

4. Na época que circunda a Proclamação da República, viviam na região poucos milhares de pessoas, espalhadas pelos campos ou agrupadas nas sedes e distritos dos municípios. Segundo relatório apresentado ao então governador do Estado, Felipe Schmidt, em 1915, a população de Santa Catarina no período era estimada em 556 mil habitantes. O interior do Estado – palco do Contestado – contava com cinco municípios constituídos (Lages, 27.900 habitantes; Canoinhas e Curitibanos, 10.500 habitantes; Campos Novos, 9.100 habitantes; São Joaquim, 9.600 habitantes), enquanto a faixa leste já apresentava mais de duas dezenas de municípios formados (AURAS, 1997, p.24).

Além das disputas internas, em 1881 Brasil e Argentina levantaram uma questão que ficou conhecida por Questão de Palmas ou de Missiones[5]; havia, neste momento, a presença de um novo reclamante, internacional, que preocupava o governo imperial. Somente em 1895 o litígio entre Brasil e Argentina foi resolvido, com o arbitramento de Grover Cleveland, presidente dos Estados Unidos, dando ganho de causa ao Brasil e, assim, estabelecendo a demarcação hoje vigente entre os dois países naquele trecho contestado.

Resolvida esta questão, aguçou-se o litígio interno entre Santa Catarina e Paraná no que diz respeito ao território contestado. E, agora, razões mais fortes e concretas justificavam o interesse pela ampliação territorial: a Constituição de 1891 assegurava aos Estados o direito, entre outros, de decretar impostos sobre exportações de mercadorias de sua própria propriedade e sobre indústrias e profissões.[6]

A questão foi submetida ao Supremo Tribunal Federal que, em 1904, concede ganho de causa a Santa Catarina. O Paraná, recorrendo da decisão, mantém acesa a disputa que levou o Supremo a pronunciar-se, em 1909, mantendo a mesma decisão. Um terceiro (e último) pronunciamento acontece em 1910, quando aquela Corte rejeita os embargos propostos por Rui Barbosa, que advogou a causa paranaense, confirmando em definitivo a sentença favorável a Santa Catarina.

Oswaldo Rodrigues Cabral, reconhecendo o clima de hostilidades entre os dois estados vizinhos, observa que "a decisão da alta corte judiciária era criticada abertamente pela imprensa paranaense na insinuação de desrespeito às suas determinações" (CABRAL, 1960, p.58). É neste ambiente de constante contestação que surgem os primeiros ajuntamentos em torno de José Maria. Vale lembrar que o primeiro enfrentamento entre as forças oficiais e os sertanejos acontece a partir do deslocamento do grupo de seguidores do monge de Taquarussu para o Irani, que estava dentro da

5. Importantes referências a este litígio envolvendo os dois países encontram-se na obra de Nilson Thomé.
6. A questão da cobrança de impostos aparece no *Diário da Tarde* como argumento para justificar o interesse de Santa Catarina no território contestado, poucos dias antes do primeiro conflito: "Na Villa Nova do Timbó, o comércio está pagando imposto ao governo de Santa Catarina, que tem plena jurisdição na zona, devido à incúria e ao pouco patriotismo do governo Xavier da Silva, que, parece, queria entregar tudo aos catarinenses. Completa a conquista ali, os catarinenses avançam, com o mesmo processo, sobre o Taquarussu e depois sobre União da Vitória." (02/10/1912)

jurisdição do Paraná; a presença dos sertanejos foi assimilada como uma afronta por parte dos catarinenses, no sentido de forçarem a sentença do Supremo Tribunal Federal.

Sabe-se que a questão de limites entre os dois estados, mesmo não figurando como motivo principal da luta sertaneja, teve profunda interferência no desenrolar dos acontecimentos e, principalmente, nos modos pelos quais os fatos foram narrados.[7] Afinal, interesses e fatores diversos orientaram a disputa pelo território contestado, conforme observa Ivone D'Avila Gallo:

> A questão de limites entre os dois estados colaborou, também, para o despontar de conflitos armados no Contestado, seja pela atitude das autoridades, cobrando impostos sobre a erva-mate, ou financiando bandos armados para garantir a posse do governo sobre o território, seja por iniciativa dos fazendeiros, interessados em ampliar as fronteiras de suas propriedades, fixando-as no rico território contestado. (1999, p.97)

Foi somente em 1916 que uma resolução, amplamente polemizada na imprensa, colocou ponto final nas disputas. O Presidente da República, Wenceslau Braz, conseguiu pôr fim ao agitado litígio promovendo, no dia 20 de outubro de 1916, a assinatura de um acordo pelos governadores Felipe Schmidt, de Santa Catarina, e Afonso Camargo, do Paraná. A partir daí, a vasta região transformou-se em oeste catarinense e sudoeste paranaense, e a Guerra do Contestado, já declaradamente finalizada, estava reduzida a varreduras policiais e perseguições aos integrantes do movimento sertanejo.

Este breve percurso pelas origens e desdobramentos da questão de limites coloca em evidência as possíveis motivações que levaram determi-

---

7. Estamos tomando como base nesta consideração a análise de Marli Auras, que assim compreende a influência da questão de limites nos acontecimentos referentes ao conflito: "A participação da questão de limites, no Contestado, foi apenas circunstancial, não atingindo o peso de causas nucleares, como significativas mudanças econômico-político-sociais, em âmbito nacional e estadual que, ao acarretarem a crise no mandonismo local e a institucionalização da propriedade privada da terra, subverteram a 'paz' vigente. É certo que serviu para formar grupos armados, a serviço de um ou de outro litigante, aumentando, desta forma, a circulação de armas na região serrana. É certo, igualmente, que nessa terra de ninguém a violência, já disseminada nas relações sociais como um valor, encontra campo favorável para sua exacerbação" (AURAS, 1997, p.27).

nadas forças sociais a produzir representações específicas em relação aos acontecimentos do Contestado, utilizando o espaço do jornal para a mediação das polêmicas sobre o litígio e a legitimação de posicionamentos sobre o assunto. Tendo em vista o papel e a presença do jornalismo na produção, repercussão e visibilidade dos eventos pautados na disputa territorial, a presente pesquisa procura compreender como estes discursos midiáticos são inseridos na esfera pública e produzem significações segundo interesses declaradamente reconhecidos.

Interferências da questão de limites no tratamento da revolta sertaneja

É de conhecimento histórico que o litígio criava um ambiente de disputa acirrada entre os dois estados, que acabou refletindo diretamente nos desdobramentos da Guerra do Contestado e, como não poderia deixar de ser, nos processos que orientaram a atividade da imprensa no referido período.[8]

Segundo Marli Auras, entre os dois contentores, nas respectivas capitais, as rixas vão se arrastando por "medidas de ordem puramente de retórica política, vez por outra entremeadas de fatos concretos, tais como a derrubada de pontes, envio de destacamentos policiais e criação de estações fiscais em áreas sob litígio" (AURAS, 1997, p.25). De ambos os lados, grupos eram incentivados a ocupar espaços, na tentativa de estabelecerem jurisdição sobre a área: "perseguidos pela justiça de um dos estados, passavam para o outro lado e estavam protegidos" (VALENTINI, 1998, p.41).[9]

8. A pendência da decisão sobre os limites é tratada pelo presidente Carlos Cavalcanti no *Diário da Tarde* como um impedimento para o estabelecimento da ordem no território contestado: "Agora os mesmos fatos se estão reproduzindo com uma identidade de circunstâncias verdadeiramente grave e indicadora da causa que determinará o futuro: a situação criada pela questão de limites entre os dois estados, porque ela torna incerta, hesitante, precária, a ação dos respectivos governos especialmente em certos pontos do Contestado onde, entretanto, deverá ser pronta, enérgica e decisiva, de modo a manter intangível e eficaz o império da lei."(17/12/1913)
9. Percebe-se que, mesmo antes da eclosão da guerra, o *Diário da Tarde* registra a utilização de práticas "criminosas" que estariam atendendo aos interesses do estado vizinho na posse do território contestado: "Os trabalhos do agrimensor e dos arbitradores na ação de divisão dos terrenos que adquiri por compra legítima não têm tido andamento, devido aos recentes

Estas práticas, reconhecidas por ambos os governos, eram constantemente colocadas em discussão nos jornais, servindo muitas vezes como justificativa para a eclosão e intensificação do movimento sertanejo. A imprensa ocupa espaço privilegiado para manter acesa esta polêmica, emitindo pontos de vista comuns para firmar posicionamentos editoriais, mesmo antes da eclosão da guerra[10]. No âmbito geral da imprensa na década 1910, Osvaldo Pilotto observa:

> O Paraná, nesse tempo, vivia o aceso da luta em torno dos problemas dos limites com Santa Catarina. Isto constituía tema exuberante para a imprensa. "Diário da Tarde", "Commercio do Paraná", "A República" e "Tribuna" eram os órgãos de imprensa que discutiam essa questão. No interior, por viver mais na arena da luta, em União da Vitória, "Missões", órgão do Comitê Central de Limites, incorporou-se ao debate, dizendo que "nada mais representa senão o brado de protesto erguido por toda esta rica e futurosa zona de nosso Estado, contra a malsinada traficância que se pretende fazer, da mais alta injustiça da nação." Juntava-se, portanto, aos que defendiam o direito do Paraná na posse do território contestado. (1976, p.43)

Por meio deste registro, pode-se imaginar a repercussão da questão de limites e suas implicações no tratamento das notícias, no sentido de estabelecer o confronto entre os pontos de vista dos dois lados envolvidos na disputa, no transcorrer dos acontecimentos. Neste campo de produção de sentido, o *Diário da Tarde* se utiliza de diversas maneiras para "agir" simbolicamente segundo esta orientação; lança mão de estratégias que vão desde a dimensão temática até os adjetivos e expressões utilizados para "sugerir" interpretações baseadas nos interesses específicos do Estado.

---

acontecimentos de selvageria e assassinatos praticados por criminosos armados e protegidos pelo governo de Santa Catarina, no interesse de ir, por terror, alargando, pouco a pouco, a jurisdição catarinense." (05/02/1912)

10. O posicionamento do *Diário da Tarde* sobre a questão de limites expressa bem os receios do Paraná em torno da "ameaça" catarinense: "Paranaenses, ocorre-nos o sagrado dever de vir em defesa da amada terra, ameaçada de desmembramento de grande extensão territorial pela injusta e inconstitucional sentença do Supremo Tribunal Federal, que Santa Catarina se obstina em tudo fazer. [...] Pedimos, senhores do Comitê Central de Limites, que aceites esta declaração como a expressão de nossa firme e inabalável vontade, manifestada em prol da defesa da integridade territorial do Paraná."(30/01/1912)

Percorrendo os discursos do referido jornal, foi possível encontrar uma série de construções discursivas que, de alguma maneira, tratam a questão de limites como motivo principal para os acontecimentos do Contestado. Interessante notar que, pouco antes do alarme em torno do movimento sertanejo que levou ao combate do Irani, a reunião de pessoas em torno de José Maria aparece no *Diário da Tarde* como uma especulação catarinense com a finalidade de estabelecer a posse das terras do Contestado: "O pretendido movimento restaurador promovido pelo pobre monge João Maria parece não passar de um ardil, muito em uso pelos catarinenses, para tirarem do Paraná mais um pedaço de terra, tal qual como fizeram com o Timbó, do qual são hoje senhores e possuidores." (02/10/1912)

Passado quase um ano, o mesmo tipo de argumento continuou a pautar o jornal analisado, quando então as prováveis "estratégias" do governo catarinense são tematizadas pela imprensa.[11] No texto que segue – "Revelações do plano de Santa Catarina" – são reproduzidas, em relato pessoal que articula impressões e informações esparsas, as revelações feitas por um correspondente do jornal na capital federal, dando visibilidade às políticas utilizadas pelo referido Estado na disputa pela região de limites indefinidos.

> Não foi com demasiada surpresa que eu, de retalhos de conversa com este ou aquele catarinense, cheguei a concluir, por dedução, que nos acontecimentos do Taquarussu, bem como nos anteriores do Irani, havia mais que o simples fato de se agregarem em torno dum monge algumas centenas de sertanejos analfabetos, dispostos a desconhecerem qualquer autoridade. E há dias, então, ouvi coisas em que não quero acreditar, tão absurdas me parecem, mas que não deixo de levar ao conhecimento dos paranaenses, procurando fazer luz sobre o mistério que tanto tem empolgado a alma nacional.

11. Reproduzindo um telegrama enviado de Florianópolis, o *Diário da Tarde* publica um texto que discute os direitos dos catarinenses sobre o território contestado, que recebeu na sequência várias manifestações de contestação: "O Supremo Tribunal, em mais de uma sentença, proclamou os direitos do nosso Estado sobre o território em litígio, e isto já há mais de três anos, sendo as primeiras decisões proferidas há mais de dez anos. O mais alto Tribunal do país assim soberanamente fez ver em laudos assinados pelos seus veneráveis membros, e no entanto as cousas permanecem como no tempo em que não havia sentença alguma – o Paraná de posse do território e nós catarinenses reclamando de vez em quando contra as invasões que seguidamente fazem, apesar do 'status quo' existente entre os dois estados. É uma situação falsa, que se prolongará por muito tempo, se não tiver critério bastante para um acordo resolver o que já está plenamente resolvido, porém, que não pode ser executado." (04/12/1913)

> O intuito de Santa Catarina é provocar a anarquia, forçando o Paraná a, dentro do que estatui o célebre artigo 6º da Constituição, pedir a intervenção federal. Concedida a intervenção, será preciso nomear um interventor e esse será então um homem já escolhido e da inteira confiança do sr. Vidal Ramos. Posto o contestado sob a jurisdição federal, para lá iria o interventor, com plenos poderes para agir e, está claro, pacificaria a região conflagrada. Isso feito teria de retirar-se, antes entregando o Contestado às autoridades estaduais. Mas que autoridades? As paranaenses? As catarinenses? O interventor muito naturalmente dirigir-se-ia ao governador de Santa Catarina e dir-lhe-ia: "Pronto! Aqui está o contestado. Tome conta dele." O Paraná protestaria, mas que valeriam seus protestos ante o fato consumado? Para os paranaenses, o contestado estaria definitivamente perdido. (...) Os paranaenses que estejam alerta. (24/12/1913)

A estruturação do texto, que inicia pelas "deduções" do correspondente e segue traçando as implicações do plano catarinense de intervenção federal, procura justificar a necessidade de conhecimento das medidas que podem ser tomadas pelo governo catarinense para "orientar" os rumos da Guerra do Contestado. Afinal, aquilo que é tratado pelo jornal como uma "descoberta" dos planos do Estado vizinho implica também uma necessidade de, do mesmo modo, traçar um plano que contemple os interesses paranaenses. Assim, descoberto o "mistério que tanto tem empolgado a alma nacional", confirma-se no texto a ligação entre a questão de limites Paraná-Santa Catarina e o movimento sertanejo, na medida em que os enunciados sugerem que os catarinenses estariam incentivando a revolta sertaneja, a fim de se aproveitar do desequilíbrio da situação para pedirem uma intervenção que teria reflexos decisivos na disputa territorial.

Ainda que se trate de mera especulação divulgada pelo jornal, o texto coloca em evidência os receios do governo e mesmo da população paranaense em relação aos rumos do conflito armado, uma vez que discute as implicações do envolvimento de forças externas aos dois estados nas decisões que envolvem a disputa pelo território contestado.

Diversos textos vêm confirmar esta perspectiva de estabelecer e colocar em evidência os reflexos desta relação. Sob este ângulo, pode-se ainda perceber que, em meio às questões que envolvem direta ou indiretamente a disputa entre os dois estados, a leitura dos acontecimentos não se manifesta de maneira linear, como se um texto confirmasse as premissas

do outro. Ao contrário, é pela identificação das formas pelas quais o jornal "diz" a realidade, tratando por ângulos diferentes a mesma problemática, que se pode apreender o processo de construção de sentidos. O fragmento do jornal que segue, referente a uma entrevista com um morador de Curitibanos, na zona contestada, ilustra como se estabelece o debate em torno dos acontecimentos, demonstrando que, pela própria negação da participação da questão de limites na revolta, são traçados os argumentos da "politicagem" que estaria mobilizando os conflitos sertanejos:

> Os jornais ignoram a origem de tudo que lá ocorre. Não se trata da questão de limites com o Paraná, como se tem dito. Os fanáticos têm a menor comparticipação. Não tenha a feição o caso de fanatismos. Trata-se de mera politicagem local. É uma luta fratricida que parte de ódios pessoais, de chefes e de seus capangas e eleitores. Curitibanos, cidade catarinense, é o reduto eleitoral do atual governador do estado. É chefe do lugar o Sr. coronel Francisco de Albuquerque, deputado estadual e presidente do congresso de Santa Catarina [...] O fato é que os rebeldes são adversários políticos do coronel Albuquerque, que querem vingar as violências deste déspota, cometidas em diferentes épocas. De resto, é o que se deduz dos últimos telegramas. Curitibanos foi atacada pelas forças rebeldes e defendida pelo próprio coronel Albuquerque. Depois, disso dão provas as divergências entre os comandantes das forças de Santa Catarina e os das federais. Estes não querem pactuar com o novo sistema de empoleirar-se e melhor garantir-se no poder. (08/01/1914)

Ao retirar de cena a participação consciente dos "fanáticos" na questão de limites, o texto faz sobressair os interesses políticos que estariam mobilizando os acontecimentos do Contestado. Por este ângulo, o jornal constrói outros sentidos pelo discurso, que vem afirmar um mesmo tipo de retórica: o envolvimento dos catarinenses no conflito, agora não mais concebendo a questão como objetivo principal dos sertanejos, mas transferindo a responsabilidade a autoridades políticas que estariam utilizando o movimento como instrumento para a obtenção do território.[12]

---

12. Referências como a que segue, que sugerem um clima de constante disputa entre os dois estados, são constantemente encontradas em meio a reportagens que envolvem o assunto: "A colônia paranaense aqui está cada vez mais inclinada a crer que há fins ocultos em toda essa ridícula e espalhafatosa comédia do estado vizinho." (30/09/1912)

Produzindo diversas representações sobre o assunto, o *Diário da Tarde* insere outros elementos que permitem compreender as questões do Contestado de modo diferente. Esse é o momento em que a relação entre a disputa territorial e a revolta sertaneja é negada, justamente para reforçar determinados enfoques em meio à tematização das possíveis causas, motivos e problemas que teriam maior interferência no desenrolar dos eventos da guerra. No texto que segue, que reproduz o relato de um viajante que assistiu o combate de Taquarussu, a descrição dos acontecimentos tem por finalidade mostrar que o movimento é, apenas, "fanatismo e loucura", sem ligação com a briga política entre os estados:

> No dia do combate fizemos uma marcha de três léguas, a polícia de Santa Catarina ia na frente, explorando o terreno; levava dois prisioneiros que serviam de guia, sendo um deles o filho do Chico Ventura. A polícia catarinense como lhe disse, ia na frente, levando os prisioneiros que se tinham comprometido a conduzir as forças. A força caminhava em ordem; quando, de repente, com espanto de todos, saltou de uma trincheira, cortou a corda, um fanático gritando: "Um companheiro nosso preso!". E ágil como uma fera, cortou-lhe a corda com que o preso ia amarrado. No mesmo instante, o soldado caiu varado por uma bala vinda de dentro das trincheiras. A polícia catarinense composta de 50 homens, abriu a fogo, que lhe foi respondido com cerrada fuzilaria. Para ser reconhecida a polícia gritava: "Somos da polícia! Viva Santa Catarina!" O movimento é puro fanatismo e loucura, nada tem a ver com a questão de limites. (02/01/1914)

Nesta descrição – que, mesmo negando a participação da disputa territorial, constitui uma forma de manter o assunto no debate público realizado pela imprensa – a questão política continua a marcar presença. Ainda que o movimento seja reduzido ao seu aspecto religioso, vale notar que a própria rejeição do argumento dos limites no discurso jornalístico representa uma forma de produzir sentidos sobre a questão, na medida em que sugere uma leitura singular do jornal na compreensão e no tratamento de seus posicionamentos e, assim, no próprio modo pelo qual cria um contexto para "dizer" determinado aspecto da realidade social.

É justamente a "contradição" entre afirmar e negar, em momentos diferentes, a relação da disputa política com o conflito que faz que o jornal impulsione a polêmica sobre o assunto. A existência de afirmações

absolutamente díspares no contexto da discursivização da guerra parece gerar aqui o sentido de pluralidade a que o Contestado estava submetido, ora fazendo prevalecer o fanatismo, ora as questões sociais, ora a disputa territorial. Este movimento, que permite que em contextos específicos da revolta o jornal produza determinado sentido em torno das questões do movimento, revela o papel da imprensa no estabelecimento de ângulos de leitura e na própria compreensão da guerra pela sociedade paranaense.

Pode-se dizer que quando a questão de limites é trabalhada pelo jornalismo sobressaem os discursos que dão voz às "vontades do povo paranaense", constituindo um importante aspecto para ser observado na construção dos fatos históricos. Afinal, se é inegável que a questão de limites interfere nas representações dos acontecimentos, como os paranaenses se inserem no debate? Basta perceber que o jornal não apenas reage aos impulsos políticos pela condenação do Estado vizinho ou a eventual negação da disputa no tratamento da guerra, mas também cria um espaço simbólico para "dizer" suas verdades e interesses, em meio à dualidade (ou pluralidade) de posicionamentos que cria e faz repercutir em suas páginas.

Percebendo estas mudanças (ou incoerências) de tratamento encontradas no jornal como uma ação discursiva fundada no jogo travado pela imprensa para "dizer" a realidade em uma ou outra situação específica, voltaremos a observar a presença de textos no *Diário da Tarde* que confirmam a angulação dos discursos jornalísticos pelo viés da participação política dos estados nos rumos da revolta. Além dos planos de intervenção discutidos pela imprensa, a referência direta ao envolvimento de catarinenses no movimento do Contestado contribui para reforçar esta leitura no transcorrer dos acontecimentos. Transcrevemos um texto que reproduz e complementa as informações veiculadas no *Diário da Manhã* (também da capital paranaense), em que o *Diário da Tarde* polemiza a proteção intencionada de autoridades catarinenses a líderes envolvidos na revolta, procurando conformar sentidos que sugerem a intensificação dos interesses dos catarinenses no território:

> Os bandoleiros são quase todos senão todos catarinenses ou vindos de Santa Catarina, não têm o menor contato com as nossas autoridades, que os tem perseguido desde o início da conflagração sertaneja. O *Correio da Manhã* de 22 do corrente refere-se ao caso da proteção dispensada ao bandido Tavares pelas autoridades de Santa Catarina, estranhando que as autoridades

> de Blumenau não o perseguissem na sua passagem por aquela cidade. Mas há mais que o *Correio* não sabe. O chefe bandoleiro Josephino, preso ultimamente, disse em uma entrevista que nas últimas eleições federais esteve em Canoinhas, onde votou na chapa do governo, voltando depois para o reduto sem ser incomodado. Eis o que diz o Correio: "Pessoas que se dizem bem informadas sobre o negócio dos bandoleiros do Sul afirmam de vez em quando que eles são protegidos por autoridades estabelecidas próximo à zona de operações. Se algumas daquelas pessoas são paranaenses, os acusados são autoridades catarinenses, e vice-versa.
> Mas entre muitos oficiais do exército e dos de mais responsabilidade que ali tem servido, é crença arraigada a de que pelo menos os chefes dos facínoras dispõem realmente de proteção em localidades daquela zona. (26/02/1915)

A divulgação de motivações que levaram as autoridades catarinenses a não realizar a ordem de prisão de determinados "bandidos", como é o caso de Tavares, assim como as demais especulações sobre a política daquele Estado, procuram confirmar que a duração da campanha contra os sertanejos do Contestado depende, em boa medida, da proteção de que gozam os chefes. Assim, ao dar visibilidade para questões como estas, a imprensa (nota-se, aqui, de forma razoavelmente "orquestrada") acaba por intensificar as oposições já naturalmente postas em cena pelas origens da disputa territorial, passando inclusive a "desconfiar" de determinadas práticas que, ao que faz parecer, teriam influência na Guerra do Contestado.

Dando continuidade a este tipo de orientação polarizada dos desdobramentos da história da Guerra do Contestado, em que são evidenciadas as relações da questão de limites com a evolução da guerra, o periódico publica um extenso texto no qual divulga a existência de documentos contra o governador de Santa Catarina, argumentando que o "plano silencioso" do governo havia sido descoberto pelas autoridades federais. Mantendo o estilo adjetivado e nada diplomático de polemizar as questões que dizem respeito aos acontecimentos do Contestado, são levantados vários elementos que permitem traçar a repercussão do "plano hediondo, truculento e ignóbil" em andamento no Estado vizinho pelo modo como o jornalismo produziu sentido em torno dos acontecimentos e das figuras públicas neles envolvidos:

> Com a narração que vamos fazer de acontecimentos desenrolados no contestado, só a uma conclusão lógica podemos chegar: é que o sr. Schmidt

precisa de camisa de força ou das grades de uma cela hospitalar. A nossa reportagem acaba de colher informações fidedignas a propósito de um tenebroso plano, há já dias por nós denunciado, e que seria desdobrar nos campos do Irany, com a cumplicidade criminosa do governador catarinense e executado por bandidos da pior espécie. De um mês a esta parte, diariamente, o governador do vizinho Estado tem enviado para o Rio telegramas alarmantes anunciando a proximidade de levantes, de invasões e de conflagrações na zona contestada. No amontoado de palavras que revelam o delírio que empolgou o cérebro do sr. Schmidt ele falava ora em 5.000, do próprio Contestado, que se ergueriam aguerridos e formidáveis, sedentos de justiça, exigindo a execução da sentença.
Ora, não eram mais de 5.000 mas já de 2.000 que, empunhando o mulambo pelo mesmo governador (...) que invadiram o nosso território ateando o incêndio vingador de Clevelândia a Rio Negro.
Tudo isso denunciava que o sr. Schmidt ruminava um plano truculento e ignóbil. Nós já tínhamos desvendado parte desse projeto infame. E agora, graças a informações que nos foram prestadas, conhecemos, nos seus mínimos pormenores a macabra concepção do desavisado governador catarineta.
Ontem, do Herval, nos comunicaram que vários indivíduos haviam chegado ao Irany, trazendo ‘instruções para aliciar gente que levasse a termo o criminoso e sinistro intento de invadirem a zona paranaense’. Os bandidos tiveram, porém, embargados os seus planos e, portanto, frustrado o hediondo plano concebido. As autoridades federais, que estão a serviço da União, agindo com a maior imparcialidade, puseram em debandada os catarinetas, que fugiram para o mato, evitando o castigo merecido.
Os bandidos, na precipitada fuga, deixaram inúmeros boletins sediciosos e feitos nas tipografias catarinenses. Tais papeluchos destinavam-se a fazer propaganda de desordem no território paranaense.
O mesmo informante nos referiu que está sendo esperada, nas estações do Herval e do Rio do Peixe, grande quantidade de armamento e munições destinadas aos bandidos que, no território deste Estado, estão incumbidos, pelo governo catarinense, de sublevar as populações. Estamos, porém, certos, e certo poderá ficar o sr. Schimidt, que esses armamentos e munições não chegarão ao seu destino porque as nossas autoridades acham-se de atalaia em todos os pontos de nossa fronteira.
Ainda um outro fato demonstra a coautoria do governo catarinense nas empreitadas de revolução: há poucos dias, segundo nos afirma a pessoa que

> serve de nosso correspondente no Herval, foram apreendidos 150 cargueiros, procedentes de Campos Novos, conduzindo farinha de mandioca, carne seca e outros mantimentos, sendo que 35 cargueiros continham feijão. Essa apreensão foi feita pelas autoridades federais que guarnecem a fronteira paranaense, tendo sido aberto rigoroso inquérito porque tais mantimentos destinavam-se aos redutos dos fanáticos. Eis no que o sr. Governador Schmidt emprega os dinheiros públicos do seu Estado!... (30/10/1915)

A reportagem do *Diário da Tarde*, marcada por significativos argumentos que procuram estabelecer a "cumplicidade" do presidente do Estado nas ações que estariam dando continuidade à revolta – seja pelo alarme proporcionado pelos telegramas à capital federal ou pelo apoio por meio da liberação de armamentos e de alimentos –, desvenda as intenções e os interesses do governo catarinense na questão de limites, transformando em notícia uma série de informações colhidas na região contestada.

Percorrendo indícios da elaboração de um plano político, o jornal paranaense sustenta seu posicionamento em dois sentidos: no repúdio ao "catarineta"[13] Felipe Schmidt (que estaria precisando de camisa de força) e na aliança estabelecida entre os paranaenses e o governo federal (que estariam agindo com "imparcialidade" diante da situação). Em meio a estas duas bases discursivas são constituídas as impressões e os sentidos em torno da oposição paranaenses/catarinenses, que assumem no jornal crescente adesão pela publicação de cartas de leitores e artigos diversos.

Torna-se, assim, praticamente incontestável junto à opinião pública do Paraná o envolvimento do governo catarinense nos acontecimentos do Contestado; pelas páginas dos jornais, a guerra é reduzida a um plano do Estado vizinho que teria por finalidade anexar o Contestado ao seu território. Este enfoque, embora esteja inserido em uma pluralidade de outros fatos e outras opiniões referentes ao movimento sertanejo (conforme verificado nos capítulos anteriores) permite perceber, do lado oposto, o interesse dos paranaenses em promover a "pacificação" e tentar se aproximar do governo federal, que poderia interceder favoravelmente ao Paraná nas decisões territoriais.

---

13. A expressão "catarineta" - não rara em jornais da última fase da Guerra do Contestado, quando se aproximam as decisões sobre a divisão do território contestado – é bastante expressiva do clima de animosidade que reinava na época entre paranaenses e catarinenses. Essencialmente pejorativa, a denominação constitui uma forma irônica de fazer referência aos fatos e interesses "do outro lado".

Os textos jornalísticos que produzem este sentido de disputa são revestidos de uma força mobilizadora que depende do reconhecimento de um grupo hegemônico que "age" discursivamente no universo social exprimindo seus interesses. Por meio de determinadas técnicas de ação e expressão, o jornalismo promove a passagem de dizeres implícitos para explícitos (no caso, a presença dos interesses do Paraná na explicitação dos interesses catarinenses) e da impressão subjetiva à expressão objetiva ao afirmar e, por vezes, negar a questão de limites em meio às causas da guerra. Enfim, manifestando certas intencionalidades, a imprensa paranaense constitui em seu dizer um ato de instituição e representa por isso mesmo uma forma de legitimação das verdades e dos sentidos históricos que escreveram o Contestado.

O *Diário da Tarde* na nomeação de vítimas e culpados

A ação discursiva do *Diário da Tarde*, na trajetória de narração dos episódios do Contestado, não se limita à defesa mais ou menos declarada aos interesses do Paraná quando se trata da discussão polêmica sobre as divisas entre os estados vizinhos. Mais do que isso, o posicionamento do jornal nesta defesa transparece também em momentos pontuais em que a Guerra do Contestado é tematizada, quando o jornal procura apontar "culpados" para a revolta ou reduz o movimento a "politicagem" do estado de Santa Catarina para estender seus limites. Vários argumentos são utilizados para afirmar tais posturas, contribuindo para a angulação dos acontecimentos e fazendo prevalecer uma interpretação da realidade com significativas marcas dos poderes que "agem" no universo extra-imprensa.

Neste trabalho de busca e "nomeação" de culpados pela eclosão e manutenção do levante sertanejo, a produção de sentidos em torno dos interesses catarinenses se intensifica cada dez mais. Em certa altura, o *Diário da Tarde* não se refere mais, genericamente, aos catarinenses, mas às forças do governo que estariam colaborando para a intensificação da guerra. O texto que segue, assinado por Jayme Ballão – deputado e ex-diretor do jornal – ilustra o confronto explícito entre forças políticas dos dois lados envolvidos:

> Se nestes tristes acontecimentos que estão se desdobrando em Taquarussu há crimes a punir, que caia a justiça sobre o verdadeiro criminoso que,

> abusando de nossas prerrogativas, não trepida, por intermédio dos seus emissários em pôr em execução o seu talentoso plano com o sacrifício de míseras criaturas enterradas na sua ingênua fé. Apontamos, pois, como único responsável por este triste estado de cousas o rancoroso sr. Vidal Ramos, governador de Santa Catarina. (13/01/1914)

As divergências políticas recaem, aqui, diretamente na acusação ao governador de Santa Catarina, que no momento comandava uma operação de guerra que tinha por finalidade a destruição dos acampamentos sertanejos. Por interesse político, mais do que por compaixão às "míseras criaturas enterradas na sua ingênua fé", Jayme Ballão condena a atitude do Estado vizinho pela figura de seu representante, não medindo palavras para responsabilizá-lo pelos últimos acontecimentos registrados na região.

Esta prática, que iremos encontrar frequentemente nos textos que seguem, constitui um tipo de estratégia com inegáveis efeitos simbólicos na formação da opinião pública, pois se trata de um meio pelo qual os agentes procuram impor sua visão do mundo (e sua posição nesse mundo) e direcionar ao outro culpas e responsabilidades. É utilizando-se deste "poder" que os indivíduos e grupos sociais disputam sentidos e verdades nas páginas do jornal, oferecendo angulações diversas sobre os fatos. Este conflito discursivo se intensifica ainda mais com o acirramento das tensões no Contestado, quando, depois de sucessivas derrotas das forças do exército, os governos apelam para verdadeiras operações de massacre dos sertanejos.

Neste trabalho discursivo de dar visibilidade às contradições existentes nas práticas dos povos vizinhos, o jornal acaba por atuar sistematicamente na formação da opinião paranaense. Utilizando-se de uma formulação retórica que consiste na acusação das atitudes de Felipe Schmidt – conforme se verifica no texto que segue, "o sr. Schmidt não quer nada, porque quer tudo" –, é traçado ao longo do discurso jornalístico uma espécie de "conselho" às autoridades catarinenses, que aponta para a racionalidade paranaense sobre a questão do conflito em terras contestadas.

> É interessante que um homem da ilustração do sr. Felipe Schmidt, sabendo das disposições em que se encontra o povo da grande região de que Santa Catarina se quer apossar e vendo o mal que os atos de conquista vem causando aos estados litigantes, emperre em um ponto em que já há alguns

> anos estacou a questão e de onde não pode sair por absoluta carência de fórmula legal.[...] Os sentimentos de um real patriotismo deviam imperar em seu espírito, para que essa paixão de um regionalismo estreito e esse infindável sonho de alargar domínios se extinguissem de vez, permitindo que uma nova fase de prosperidade se assigualasse neste pedaço de Pátria onde as calamidades mais cruéis tem estiolado tudo, como se fora uma terra maldita.
> O Paraná tem vindo de concessão em concessão. Quer que essa questão seja resolvida, e apesar da firmeza com que assinala os seus direitos sobre um território que tem atravessado os tempos sob sua jurisdição e incorporado aos seus domínios, se dispõe a entregar a um juiz imparcial o definitivo julgamento da causa. É ainda uma cessão, é uma intransigência que obedece aos magnos interesses nacionais. A ele não caberá, pois, a culpa dos males que ameaçam o nosso futuro. (07/07/1915)

Também neste texto, mais comedido em relação às acusações anteriormente mencionadas, a firmação dos direitos do Paraná na zona contestada, em contraponto às atitudes "desonestas" do governo catarinense, ganha força no jornal. Percorrendo aspectos que permitem configurar a legitimidade do território em favor dos paranaenses, pela constatação da participação de Felipe Schmidt na ocorrência dos conflitos na região, o discurso jornalístico caminha para uma construção de diferentes imagens dos dois lados envolvidos na disputa: a coerência, a racionalidade e o bom senso dos paranaenses, contra a incoerência, o antipatriotismo e a intransigência dos catarinenses.

Este "efeito de sentido" é resultado de uma elaboração discursiva baseada em enunciados que apelam para os "sentimentos nobres" que deveriam guiar as atitudes do governador de Santa Catarina, utilizados com certa ironia (afinal, a mesma pessoa que estaria precisando de camisa de força em outro texto aparece agora dotada de uma inteligência esclarecida). Desse modo, ao "sugerir" que Schmidt deveria se orientar pelas "aspirações dos dois povos vizinhos que suplicam a paz", manifestando assim os sentimentos de um "real patriotismo", o jornal marca a oposição entre os posicionamentos dos dois estados e contribui para a legitimação de imagens que têm como base a orientação política e editorial do *Diário da Tarde*.

Nessa perspectiva de ataque aos opositores, o *Diário da Tarde* publica um artigo de Gastão Faria (que dá início a vários outros de conteúdo

semelhante escritos pelo mesmo colaborador) intitulado "O sr. Schmidt concorda com o 'status quo', com a condição de ser o presidente da República o árbitro inapelável". O texto, ao recuperar a participação de Santa Catarina desde o primeiro combate, oferece expressivos argumentos de "condenação" à política do presidente daquele Estado:

> A nação toda sabe, e o sr. General Setembrino confirmou, que o governo de Santa Catarina foi quem, desde o início da conflagração nos sertões do Contestado, prestou franco apoio aos bandoleiros. O sr. Coronel Felipe Schmidt, dias antes de assumir a presidência do estado vizinho, arranjou a formidável catástrofe, cujo epílogo foi o assassinato brutal de João Gualberto e de parte do nosso bravo regimento de segurança. O belicoso coronel dava mais valor ao contestado que ao nosso exército todo. O exército podia desaparecer, contanto que a posse do contestado lhe fosse assegurada. E o herói manchego assistiu com indiferença o trucidamento de centenas de valorosos irmãos seus de armas. Deles não se compadeceu um instante sequer. E a matança continuou. E continuaria por mais um tempo se o governo catarinense não fosse surpreendido com o aparecimento de um capitão Potyguara, que de um só assalto aniquilou a maior parte dos bandidos que, animados pelos favores que de Santa Catarina recebiam e hão de receber, desejavam a execução da sentença e a morte.
> [...] Com efeito, quer agora o sr. Schimidt que o sr. Presidente da República seja o árbitro inapelável nos incidentes que se derem no contestado. Mas que incidentes podem se dar no contestado? Respeite Santa Catarina o status quo, que o Paraná saberá respeitar. Não se dará incidente nenhum. Necessário, pois, que a nação desde já responsabilize o governo catarinense pelos conflitos a mão armada que, acaso, tenham por cenário o contestado. (12/07/1915)

Há vários elementos para se analisar neste texto: o consenso em torno da "culpa" catarinense, o ataque direto ao presidente de Santa Catarina, por meio de expressões como "herói manchego" e "belicoso coronel" ou de traços de seu caráter, o mérito "pacificador" do capitão Potyguara, responsável pelo que se acreditava ser o fim da revolta, entre outros possíveis enfoques. Atentemos, aqui, para o modo como este conjunto de argumentos é construído e coloca em evidência o interesse do governo catarinense em impulsionar a continuidade do movimento do Contestado.

Desde as origens do conflito, com o insucesso das forças de João Gualberto, até a continuidade das lutas e o extermínio de "bandidos catarinenses" pelo capitão Potyguara, tudo é traçado como se a posse do território contestado fosse o objetivo maior do governo catarinense. As pretensões políticas do presidente de Santa Catarina são tratadas pelo jornal com explícita condenação, sob o argumento da "intransigência"; neste contexto, a inserção do presidente da República na polêmica vem incentivar ainda mais o jogo de verdades e especulações em torno da questão de limites, quando se discute a possibilidade de um acordo que daria fim à indecisão. Este aspecto torna-se visível ao final do texto, no momento em que o jornal sugere que o fim dos "incidentes" do Contestado dependem do reconhecimento da nação da responsabilidade do governo catarinense pelos "conflitos a mão armada". Dizendo de outro modo, ao responsabilizar o governo do Estado vizinho pelos acontecimentos do Contestado – reduzindo o conflito a uma disputa territorial – o jornal também projeta, por oposição, os paranaenses como vítimas dos acontecimentos ali ocorridos.

Utilizando-se de argumentos semelhantes, outro texto de Gastão Faria – "Santa Catarina continua a fazer comércio da decantada questão dos fanáticos" – mantém o direcionamento do assunto na pauta do jornal. Permanece a acusação (cada vez mais intensa) ao representante maior do governo catarinense, enquanto se produzem outros "efeitos de sentido" na discursivização das questões que envolvem o (provável) fim da revolta sertaneja:

> Todo o mundo de bom senso sabe muito bem que a zona contestada está toda limpa de fanáticos. Aquela região se acha com a sua vida perfeitamente normalizada, não havendo, portanto, o menor receio de que venha ela a ser, novamente, perturbada pelo furor sanguinário do bandoleirismo armado. Não resta a menor dúvida que o banditismo foi de vez esmagado. Entretanto, Santa Catarina, com intenções menos honestas de mercantilismo, assim não pensa. Daí vai essa enxurrada de telegramas espalhafatosos que a gente catarinense insiste em enviar para o Rio, querendo fazer crer que, de fato, o contestado está em ebulição. Invencionices. Mentiras mal engendradas de quem tem interesse em alimentar o fogo de guerra.
>
> Sabido, pois, que o propalado movimento de fanáticos não passa de um boato infundado, fácil de se tirar a conclusão de que o fito do sr. Schimidt é puramente mercantil. O sr. Schimidt, se deixando levar pelos seus sonhos kaiserinos,

> armou bandidos, atirando-os contra o exército. E agora, habituado com a matança, persiste nos seus delírios do sangue. E como o herói manchego, vê exércitos de bandoleiros em toda a parte. O que, porém , o sr. governador ignora é que a nação toda o tem como o maior bandoleiro. (05/08/1915)

Percebe-se que a argumentação sobre o fim do movimento não está deslocada dos interesses que o envolvem: tratando a existência de conflitos como mera especulação que teria por fim pedir a intervenção federal, o jornal ignora a continuidade do movimento, considerando-o "invencionice" da "gente" catarinense, que estaria procurando se aproveitar mercantilmente dos acontecimentos. Neste tipo de formulação discursiva, é interessante notar que a imagem pública de Felipe Schmidt é atacada sem rodeios ou sutilezas, como se fosse consenso nacional: um "criminoso comum", bandoleiro com "delírios de sangue", "habituado com a matança", que estaria inventando lutas com fanáticos para conseguir adesão da nação.

Assim, mesmo tratando a questão com absoluta parcialidade, o jornal sugere um "efeito de verdade" praticamente incontestável ao abordar o que seria a história do Contestado "escrita com imparcialidade": a confirmação de que o presidente de Santa Catarina estaria praticando crimes em nome de seus interesses políticos. Prenunciando a continuidade deste tipo de procedimento por autoridades daquele Estado, o *Diário da Tarde* atua como porta-voz da própria história, colocando em cena as motivações e os objetivos que regem os acontecimentos e ganham concretude nas falas do jornal.

Discursos jornalísticos construídos com vistas à oposição entre as atitudes e os posicionamentos dos dois estados na questão de limites aparecem no periódico paranaense diluídos em meio a tratamentos polêmicos, consensuais e até mesmo contraditórios, configurando uma ação específica por meio do jornalismo. Uma ação que, feita discurso e, como tal, produzindo e nomeando culpados e vítimas para a Guerra do Contestado, representa uma forma de participação efetiva do jornal na tematização e repercussão das questões que envolvem o movimento.

Tendo em vista esta inegável atuação da imprensa na construção da revolta, procuramos analisar aqui alguns textos que se utilizam de acusações, especulações e falas de adesão ou oposição para construir representações sobre o Contestado e a disputa política que em torno dele se estabelece. Esta perspectiva, que oferece subsídios para analisar os modos como

a guerra foi compreendida e projetada na sociedade da época, permitiu perceber a presença do confronto entre paranaenses e catarinenses como um importante elemento que atuou na produção de sentidos neste período da história contemporânea.

A identidade paranaense como argumento para a posse do Contestado

A luta em torno da questão territorial no Contestado incidiu também sobre a busca e a afirmação de uma identidade paranaense; em meio aos discursos jornalísticos que polemizam a disputa, a referência a um sentimento de pertencimento ao Estado parece reunir características e interesses comuns em um mesmo repertório discursivo. É um pouco neste sentido que se pode dizer que a Guerra do Contestado foi uma luta por fazer ver e crer determinada visão do mundo, fazendo e desfazendo jogos de significação.

"Ser paranaense", neste contexto, é defender os interesses do Estado no que diz respeito ao seu patrimônio, posicionando-se, por oposição, contrário às políticas e atitudes de Santa Catarina. A afirmação de que "o povo do Contestado é paranaense, quer ser paranaense e ninguém o submeterá a outro domínio a não ser pela força" (18/12/1914), publicada no *Diário da Tarde*, dá ideia de como se constrói esta identidade, sintetizando a leitura hegemônica dos setores dominantes da sociedade paranaense sobre o território em litígio. Assim, quando se trata das decisões do Supremo Tribunal Federal em relação às terras contestadas, os discursos jornalísticos são orientados no sentido de promover simbolicamente a ideia de "unidade" paranaense que poderia ser associada à manifestação de uma "opinião pública", ou consensual, sobre a questão.[14] Do lado oposto, também se

14. O texto que segue é um bom exemplo de como se estabelece a oposição entre "nós", paranaenses, e "eles", catarinenses, no reconhecimento da posse da área contestada. Neste cenário, são os valores "patrióticos" que determinam os culpados e as vítimas da história: "Nós, os paranaenses tantas vezes feridos nos nossos direitos vendo, outras tantas a causa da justiça periclitante, estamos sempre de prevenção e, cada vez que se dá um fato qualquer na fronteira, tendo por atores e comparsas os nossos irrequietos vizinhos, vemos logo neles envolvida a questão de limites. Vezes sem conta os fatos posteriores têm vindo confirmar as nossas previsões patrióticas. De tal modo tem sido a política maquiavélica dos nossos apreciáveis vizinhos, infiltrando-se lentamente no nosso território, insinuando-se no ânimo dos julgadores, humildemente fazendo-se de uns pobrezinhos espoliados, que temos razões

procura trabalhar a crítica às ações paranaenses, assim como a ideia de pertencimento a Santa Catarina, conforme lembra Marli Auras:

> A imprensa de Curitiba e de Florianópolis, com o passar do tempo, vai abrindo espaços para os entreveros verbais, acirrando os ânimos dos "representantes do povo". Na verdade, para este povo, numericamente reduzido e espalhado pela área em contenda, nada significava o fato de pertencer a Santa Catarina ou ao Paraná. Diante das limitações de sua dura vida cotidiana, o Estado inexistia. (AURAS, 1997, p.25).

Quando a autora refere-se à inexistência do Estado, podemos avaliar que se trata de compreendê-lo como aparelho institucional, despersonificado, enquanto uma entidade coletiva. Mas se o pertencimento a um ou outro Estado não fazia parte do universo social dos habitantes do Contestado, como explicar manifestações como as registradas e produzidas pelo *Diário da Tarde* em torno do sentimento de "ser paranaense"? Pode-se, assim, imaginar que esta imagem foi forjada sistematicamente, obedecendo a um objetivo maior representado pela adesão ao projeto político paranaense. Contudo, diante da impossibilidade de avaliar a maneira mais ou menos consciente das manifestações populares em relação à identidade, limitamos o olhar ao modo como se construíram sentidos sobre a questão, articulando variados elementos discursivos.

Na trajetória de análise dos elementos de sentido que atuaram na construção histórica e social da Guerra do Contestado, o reconhecimento de momentos em que o jornal discute seu próprio fazer, questiona seus posicionamentos ou se contradiz foi realizado com profundo interesse. Afinal, este tipo de referência diz respeito à ideia de que o jornalismo não está apenas traduzindo os acontecimentos da realidade cotidiana, registrando-os em páginas impressas; está, de outro modo, apresentando à sociedade uma leitura (parcial) destes acontecimentos e, portanto, agindo no universo social. Igualmente interessante é perceber a negação desta condição, a afirmação da verdade, da imparcialidade, do compromisso do jornal com o registro dos acontecimentos.

Pela construção do argumento "identidade", o jornal elabora uma tática discursiva que repercute consideravelmente na compreensão do

---

de sobra para estar de alcatéia, para inutilizar os seus planos e processos de conquista." (05/01/1914)

Contestado no período, demarcando sua participação efetiva na defesa do Paraná. Este argumento, que recebe adesão mais ou menos consciente da população paranaense, é marcado por um estilo adjetivado e dramático (característico da linguagem incorporada pelos literatos que compunham as redações da época) de construção noticiosa, que mistura argumentos e opiniões para consolidar uma visão direcionada dos discursos do periódico. O texto que segue, intitulado "Bons paranaenses", além de demonstrar o debate estabelecido entre os veículos de comunicação pela "verdade" dos fatos, mostra como a disputa territorial é revestida de elementos emotivos em torno de uma (possível) identidade paranaense:

> Há poucos dias o *Diário da Tarde* transcreveu em suas colunas um boletim, impresso e publicado pelo jornal *O Leme*, de Canoinhas, no qual se dizia que o povo do Timbó é todo catarinense. Protestando contra essa falsa informação, que vem ferir o patriotismo de toda a população, paranaense de nascimento e de coração, os habitantes da vila e do distrito, espontaneamente nos enviaram um protesto, que é a mais eloqüente prova de que a alma do povo não se submete a conveniências e sabe repelir com energia as injúrias. Os abaixo-assinados protestam contra a perversidade daquele assalariado jornaleco a serviço do coronel Vidal Ramos, e declara em alto e bom som que jamais renegarão a pátria de seus maiores, o berço de seus filhos – o Paraná – preferindo extermínio ao domínio catarinense. (07/01/1914)

Tomando como pretexto o discurso do "jornaleco", o *Diário da Tarde* manifesta explicitamente suas inclinações "patrióticas" na defesa dos interesses do Paraná.[15] Pela tônica do manifesto publicado pelo jornal, pertencer ao Paraná parece ser uma consciente reivindicação dos moradores da região contestada. Não se trata, nos limites deste texto, de discutir os direitos dos estados na questão, e muito menos apontar possíveis soluções;

15. Também em outros momentos pontuais aparece a disputa entre os jornais para fazer prevalecer o pertencimento a um ou outro Estado, conforme sugere o seguinte texto: "Ontem passamos para estas colunas a blague que a "Folha do Commercio" de Florianópolis publicou há dias, dizendo que na cidade de Rio Negro e em outros pontos do Contestado o povo anseia pelo domínio catarinense. Fizemos sobre a suposta entrevista da folha catarinense ligeiros e alegres comentários, que a mal contada história requeria, pois a verdade se acha nela escandalosamente invertida e sofismada. Este povo é paranaense e, pelo Paraná, se tem manifestado individual e coletivamente, por todas as formas, em várias ocasiões." (18/12/1914)

o problema, ao contrário, é tratado como uma questão de patriotismo, de identidade, uma vez que afirma a preferência, pelos "filhos do Paraná", do extermínio ao domínio catarinense. Isso justificaria o destaque dado pelo jornal paranaense ao protesto em repúdio às "inverdades" publicadas pelo jornal de Canoinhas, na medida em que se utiliza de uma manifestação "espontânea" da população para firmar seus pontos de vista.

Entre textos romantizados e adesões diversas, forja-se a imagem de um reconhecimento popular dos paranaenses pela região que se acreditava ser de seu domínio, que se configura em momentos pontuais associados à presença e ação de representantes políticos do Estado. Orientado no sentido de estabelecer um caráter de pertencimento ao Paraná, o texto que segue lança mão de enunciados que procuram representar, por meio do apoio ao presidente do Estado, uma unidade de interesses e desejos.

> A recepção feita ao presidente do estado do Paraná, em todo o contestado, pela unanimidade de suas populações da excursão que s. ex. vem realizar, assume um caráter de verdadeira manifestação política. A vontade de pertencer à nossa sociedade foi por toda a parte e por uma forma estrondosa demonstrada pelo povo do contestado à primeira autoridade do nosso estado. Diante dessa livre manifestação do povo, que exprimiu mais uma vez o desejo de continuar a pertencer e a fazer parte do estado, que é nosso como é seu, qual o poder capaz de alterar ou impedir esta atitude? Como e porque motivo se pretende desagregar uma parte do mesmo estado? A verdadeira apoteose com que foram recebidos o presidente e demais autoridades do Paraná são uma eloqüente resposta aos insanos, que supõem que se podem mudar de jurisdição como quem muda...de botas. A vontade do povo do contestado, manifestada pública e estrondosamente a face do país e do mundo é que ele quer continuar a ser o que é: povo paranaense. (28/04/1914)

Apostando nas manifestações populares de aclamação à política do presidente do estado do Paraná na zona contestada como uma força de ação nas decisões que dizem respeito à questão de limites, o jornal incorpora o sentimento de identidade ao Estado para se referir ao desejo de "ser paranaense" que motiva as expressões públicas da população. Trata-se, nas palavras do próprio jornal, de uma "resposta" àqueles que estão lutando para mudar a jurisdição do território, capaz de sustentar os questionamentos

levantados pelo jornal sobre os motivos que levariam o contestado a deixar de pertencer aos paranaenses.

Seguindo este direcionamento baseado na legitimidade do governo do Paraná em se apossar das terras contestadas, o texto assume força argumentativa justamente por produzir o sentido de uma reivindicação popular, expressa em enunciados como "qual o poder capaz de alterar a vontade do povo?". Afinal, o jornal procura mostrar que a fixação do território contestado ao Paraná não se trata da vontade de um grupo político restrito, ou de especuladores que estariam interessados na valorização das terras, ou de uma ou outra disputa regionalizada; trata-se, pois, do desejo unânime da população que reside na zona e quer pertencer ao Paraná (ou melhor, quer "continuar a ser o que é"). Interessante notar que este efeito de continuidade que o jornal costuma utilizar para fazer referência à área em litígio também é significativo para compreender o tratamento dispensado ao assunto, em se tratando de uma polêmica que ultrapassa os limites das páginas impressas.

O despertar de "sentimentos cívicos" como estes que preenchem os discursos jornalísticos é resultado do uso retórico de certos elementos de sentido, que contribuem para a (con)formação de ideias e posicionamentos[16]. A partir desta orientação, marcada por estratégias discursivas e angulações pré-determinadas, o jornal produz o seguinte texto sobre o assunto, intensificando os argumentos favoráveis à posse do Paraná na região:

> Contestado! Região sagrada, onde os bandeirantes deixaram o sinal de sua passagem a golpes de machado. Querem te conquistar, querem te raptar, como as Sabinas, para ires aleitar com tuas pomas fartas a boca faminta de irmãos Cains, pérfidos e traidores.
> [...] Caveiras de soldados heróis, como os guerreiros espartanos, riem-se da loucura dos bandoleiros assassinos. A obsessão criminosa instiga a

16. O próprio jornal admite que é a indecisão em torno da disputa no Contestado que faz despertar os "sentimentos cívicos" na população paranaense. Assim, na mesma data em que se registra a viagem do presidente do Estado, Carlos Cavalcanti, pelo território em litígio, o *Diário da Tarde* publica o seguinte texto: "O Paraná é parte integrante do Brasil. Como tal, deseja sinceramente a paz de toda a pátria a que pertence. Mas não se sujeitarão, em caso algum, à ignomínia de entregar a Santa Catarina a posse de um terço do Estado. Desiludam-se de vez os catarinenses, a começar pelo sr. Felipe Schmidt. A atitude intolerante de Santa Catarina não fez mais do que acrisolar, em cada coração paranaense, o grande amor cívico que todos nutrimos por esta grande terra em que nascemos e em que escolhemos para nela trabalhar." (07/04/1914)

> caboclada ignara no furor da peleja inglória contra as hostes abnegadas ao serviço da República.
> Das bandas de sueste veio a palavra de passe: “Execução da sentença ou revolução”. Tavares recebeu a senha, transmitida aos bandidos, por meio de fitas usadas nos chapéus. E assim, de reduto em reduto, a ordem diabólica atingia o bico de suas facas, a boca de suas garruchas. Conflagrada a região cobiçada, recuaram apavorados os mandantes do crime. [...] E quando a história atravessar enlutada o campo da batalha de hoje para apostrofar os responsáveis das desgraças e crimes que afligem a pátria, tenha o vizinho malvado a coragem de imitar Nero quando bradou: “O culpado sou eu!” (08/03/1915)

O apelo à emotividade presente neste fragmento do jornal paranaense serve como referência para compreender como se instituem sentidos cotidianamente pela imprensa no tratamento de fatos e opiniões, amplamente direcionadas. As comparações estabelecidas entre os catarinenses e os traidores “irmãos Cains” e entre o “vizinho malvado” Felipe Schmidt e Nero, símbolo dos atos criminosos contra seu povo, são expressivas da forma romantizada que os jornais utilizam para produzir sentidos junto ao público leitor. Também a manifestação da cumplicidade de Tavares, um dos líderes do movimento sertanejo, aos interesses catarinenses demonstra a questão implícita da “posse” dos paranaenses no território, uma vez que expressões do tipo “querem te raptar”, seguidas do relato de atitudes e pretensões dos catarinenses, confirmam o já mencionado argumento do “direito” paranaense sobre a questão.

Contudo, além destes argumentos que articulam diferentes modos de dizer a fim de construir sentidos específicos, é interessante analisar também quem está “autorizado” a dizer nas páginas do periódico, e segundo que perspectivas. Além da “voz oficial” constituída por representantes diretos do governo, somam-se declarações de várias figuras da vida pública paranaense, conforme verificado em 1915 no *Diário da Tarde*, quando são publicados discursos e manifestos de autoridades sobre a questão de limites, tais como o do deputado Correia Defreitas (09/01), do coronel Luiz Bartholomeu (13/03), do deputado João Pernetta (17/03), do comendador José Ribeiro de Macedo (20/03), do deputado Jayme Ballão (25/03), entre outros mais. Além de “marcar presença” nas discussões sobre a polêmica dos limites, a abertura do jornal para manifestações sequenciais como estas constitui uma forma de construir alianças para

fortalecer um objetivo comum, amplamente assumido pelo periódico: a garantia da expansão territorial do Paraná.

Tendo em vista esta mesma perspectiva, o jornal publica, no mês de outubro de 1916, pouco antes da decisão final sobre a disputa pelos limites, opiniões de pessoas dos mais diversos setores da sociedade sobre a questão:

> Como pensa o sr. Chichorro Júnior: A solução dada à questão é um verdadeiro atentado ao direito, pois não é nem um laudo arbitral, nem um acordo amigável entre os dois estados. [...] Enfim, o que vemos pelos documentos publicados é que triunfou a vontade catarinense, graças à boa vontade do sr. presidente da República. O "acordo" é apenas uma denominação simpática inventada para doirar a pílula...
> A opinião de Octavio do Amaral, juiz da 1ª vara: Sem nosso brado de profunda angústia, sem o nosso protesto veementíssimo, não se consome o esbulho ignobilmente consentido, da sagrada herança gloriosa dos nossos honrados e destemidos avoengos, que descobriram, povoaram, arrotearam e, em parte, até conquistaram ao espanhol confinante o território espoliado.
> A opinião do sr. Ernesto de Oliveira: Ninguém mais do que eu se acha convicto do incontestável direito que assiste ao Paraná sobre toda a zona contestada. Mas houve um erro judiciário! Houve incúria! Houve explorações! O fato é que a causa paranaense se tornou uma causa perdida. Mas para uma causa perdida, um mau acordo é ainda um ganho. Reação armada seria improfícua e, perder tudo, má política.
> O que diz o general Alberto Ferreira de Abreu: o general, entrevistado pelo jornal carioca "A Noite", declarou que como bom paranaense que é, e representando o povo do Paraná e não o governo, não pode aceitar a iníqua solução que o presidente da república arranjou, e por isso é radicalmente contrário ao acordo. (03/10/1916)

A seleção destes depoimentos tem por fim legitimar uma espécie de "consenso" sobre a questão, uma vez que as falas têm em comum a condenação do acordo, que estaria negando os "direitos" do Paraná. O testemunhal, do modo como aparece no jornal, ganha força argumentativa por envolver personalidades da vida pública no debate sobre o assunto, reafirmando perspectivas que pautaram a atuação do *Diário da Tarde* ao longo da Guerra.

Na medida em que o fim da disputa pelo território contestado se aproxima – quando desaparecem das páginas do jornal os sertanejos e suas

manifestações – o espírito de "paranismo" se intensifica, servindo como elemento para justificar os "direitos" do Estado ao território. Não raras vezes, o *Diário da Tarde* refere-se à inversão de papéis e fatos e ao clima de desavenças criado por Santa Catarina, que estaria atuando no sentido de receber o respaldo do governo federal na questão. Apenas dez dias antes da assinatura do acordo entre os dois Estados, no qual Santa Catarina conquista a maior parte do território, o jornal publica um interessante texto que demonstra o descontentamento em relação aos rumos políticos da decisão, chegando inclusive a condenar não mais o estado vizinho, unicamente, mas também o presidente da República, que já demonstrava seu posicionamento sobre o litígio.

> Depois de esfacelar a unidade territorial do Estado; depois de maltratar um patrimônio sacratíssimo conquistado pelos antepassados paranaenses, os extraordinários bandeirantes paulistas, através de perigos inimagináveis; depois de arrancar ao Paraná cidades, municípios, termos, vilas, vastidões de riquezas florestais; depois de desferir o golpe incicatrizável de clamorosa injustiça em pleno coração dos homens, mulheres e crianças, velhos e moços, que amam esta terra com o fervor do civismo brasileiro; depois de tudo isso o sr. Wenceslau, numa paródia barata ao "ave Cezar, morituri te salutant" deseja que o povo paranaense, ao ser esmagado, lhe agradeça esse prazer!
> [...] Nas entrelinhas da missiva presidencial, determinando o traçado de acordo, percebem-se dois enganos do sr. Wenceslau Braz: que o Paraná mendiga terras e que deve desistir do Judiciário. Dois enganos profundos! O Paraná não mendiga fatias de terra: quer conservar um patrimônio que por todos os títulos lhe pertence e em sua defesa não tem medido sacrifícios de toda espécie, inclusive de vidas preciosas. Não teme o Tribunal porque a justiça às vezes é tardia, mas nunca falha. Além disso, ele prefere ser vítima de um erro judiciário, mantendo sempre erguida a fronte altiva, a realizar transação que o deprime e envergonha aos olhos do país. (02/10/1916)

As inclinações do presidente da República em favorecer Santa Catarina são abordadas pelo jornal como pretensões injustas que estariam atendendo ao objetivo pessoal de obter os aplausos do Brasil. O texto funciona como uma resposta aos discursos confiantes dos direitos paranaenses amplamente difundidos nas páginas do jornal, uma vez que o "fervor do

civismo" dispensado pelos paranaenses não impediu que Wenceslau Braz os "esmagasse".

Opondo-se ao traçado de acordo proposto pela presidência, apresenta ainda argumentos que justificam a insatisfação "popular" repercutida pelo jornal: a questão da manutenção da posse de um território que por herança lhe pertencia e a busca da justiça através do Tribunal como forma de fazer valer seus direitos. Assim, demarcando um campo em que se estabelecem as oposições e os interesses em jogo, o periódico discute as implicações da decisão sobre a questão de limites sob o olhar restrito de uma perda que trouxe a insatisfação dos setores hegemônicos da sociedade paranaense.

Pode-se dizer, pela análise dos vários discursos que polemizaram na imprensa a disputa territorial, que é na medida em que os textos permitem ou impedem a realização de determinadas posições, são dóceis ou rebeldes a interesses, entram na ordem das contestações e das disputas, que colocam em cena seu poder de construção da realidade pela ação discursiva. É neste trabalho simbólico de discursivização da vida social que as representações das verdades e das pretensões paranaenses servem como importante elemento para discutir os modos pelos quais se instituem sentidos, tendo em vista o contexto representativo específico em que o jornalismo se inscreve. Assim, repetindo, modificando ou adaptando sentidos pela atividade jornalística, os discursos atuam na (re)atualização dos enunciados, produzindo uma sequência de dizeres que insere a questão de limites na pauta dos assuntos polêmicos e relevantes que envolvem o Contestado.

Com algumas diferenciações, a construção de uma "identidade" paranaense pela fala do jornal, presente nos textos aqui analisados, supõe uma coerência discursiva em torno dos efeitos de série e sucessão, forjando argumentos de legitimidade à posse do Paraná no território disputado. Trata-se, pois, de um argumento necessário ao jornal na elaboração e justificativa de seus posicionamentos, que coloca em evidência as lógicas e motivações que orientaram sua linha editorial, firmando e projetando uma vontade popular de pertencimento ao Estado pelo jornalismo.

Em outras palavras, procurou-se mostrar a constituição de um campo de ação marcado pela coexistência de argumentos semelhantes entre os discursos que, para além da divulgação de posições e objetivos presentes nas situações específicas da questão territorial, representou as alianças e as tensões que fizeram do Contestado uma disputa de sentidos.

Sentidos em movimento na atuação discursiva da imprensa

Na tentativa de traçar uma evolução do processo de disputa pelo território contestado, a tematização de determinadas perspectivas pela imprensa oferece indícios dos rumos das decisões que envolvem a polêmica questão e de como eles são tratados por diversos setores da sociedade paranaense. Assim, depois de analisar algumas formas (ou estratégias) específicas utilizadas pelo *Diário da Tarde* – como a atribuição da responsabilidade ao governo catarinense pelos acontecimentos do Contestado e a exaltação do patriotismo como argumento de direito ao território em litígio –, apontaremos alguns aspectos que, indiretamente relacionados ao movimento sertanejo, permitem perceber o percurso da discussão sobre os limites na imprensa.

Pela busca de soluções para o litígio e do questionamento de possíveis medidas adotadas pelos governos para impulsionar a decisão sobre a área, o jornalismo atua como mediador (e também mobilizador) das polêmicas em pauta. Informando ora com certo distanciamento, ora com visível parcialidade, ora procurando delimitar um consenso sobre a questão, o *Diário da Tarde* lança mão de diversas formas de "contar" os acontecimentos e posições referentes à questão de limites. Tentaremos, aqui, traçar basicamente as marcas discursivas manifestas nos enunciados jornalísticos, no intuito de explorar as contradições e as afirmações de verdade que circundam a atividade da imprensa.

Inicialmente, pode-se dizer que as expectativas em torno da questão de limites percorrem de maneira mais ou menos agressiva os textos jornalísticos, servindo como base para compreender o andamento das decisões e o posicionamento do jornal em momentos específicos em que emite opinião – seja pelo próprio jornalista, pela fala de autoridades ou por referências a outros jornais – sobre o assunto. Na sequência, reproduzimos um fragmento do periódico paranaense que já inicia a tematização do acordo e do arbitramento, manifestando certa inclinação à primeira solução.

> Corre no Rio que está sendo esperada a chegada do dr. Lauro Müeller, para se levar adiante o meio desejado no intuito de resolver da melhor forma nossa pendência de limites com o estado de Santa Catarina. Parece que reina a opinião de se resolver o assunto pelo estabelecimento de um acordo que melhor satisfaça as partes contendoras, terminando de vez com a contenda,

> sem as delongas e riscos de uma decisão arbitral, que pode ser justa ou injusta, como todos os atos provindos de humana gente. (07/08/1913)

No entanto, pode-se perceber o movimento de sentidos que se estabelece no transcorrer dos acontecimentos, na medida em que se aproximam as decisões sobre a questão de limites. Também a imprensa embarca nesta disputa, produzindo representações variadas sobre os fatos e procurando orientar os interesses do Paraná na posse do Contestado.[17] Para tanto, o jornal lança mão de diferentes estratégias que garantem a legitimidade daquilo que diz e a transparência de seus propósitos; trata-se, principalmente, da afirmação de que os sentimentos "patrióticos" estariam ditando as posturas, defesas e acusações realizadas em suas páginas.

Interessa notar que os periódicos analisados não se apresentam inflexíveis em relação ao tratamento atribuído à questão de limites. A ideia de movimento, neste caso, pode ser verificada pela passagem da defesa à condenação do acordo entre Paraná e Santa Catarina como solução para o litígio, dando lugar à proposta de arbitramento como meio possível para dar fim à disputa. Sob este enfoque, o *Diário da Tarde* publica o seguinte texto, criticando as aspirações do governo catarinense:

> A questão de limites entre o Paraná e Santa Catarina é talvez o mais grave problema que no momento impede a completa normalização da nossa vida de nação. [...] O remédio já foi apontado: é o arbitramento. Nele se apuraria quem tem razão, e quem a tivesse entraria na posse definitiva e imperturbável da zona disputada. Os contentores sujeitar-se-iam ao laudo e estaria terminada uma pendência que já dura dezenas e dezenas de anos e por outras tantas e muitas mais há de durar ainda. Santa Catarina, porém, acaba de repelir definitivamente o arbitramento, elegendo seu governador o sr. Felipe Schimidt. Pois sua alma, sua palma. O Paraná já propôs a paz;

17. A agressividade da disputa aumenta na medida em que se firmam alianças políticas e intensificam-se as especulações entre os dois estados. No mesmo sentido do texto do dia 07/08/1913, porém com posicionamento mais evidente, o jornal promove a defesa do território paranaense condenando a sentença do Supremo Tribunal Federal: "De posse do território, dia a dia mais povoado pelos nossos patrícios, que se prestam obediência e se mostram dispostos a defendê-lo até o extremo, não será por essa ridícula ação de "reivindicação de jurisdição", já definitivamente morta e sepultada nos gavetões do arquivo do Supremo Tribunal, que o sr. Vidal Ramos e os poucos retrógrados e obcecados que o acompanham conseguirão se apossar do que nos pertence." (18/12/1913)

> agora, não recuará na luta. Perdemos com a atitude dos catarinenses, mas é claro que eles perderam mais ainda. Com ela, perdemos a esperança de realizar o arbitramento; eles, porém, perdem a esperança de entrar tão cedo na posse do Contestado. Porque é preciso que se diga: o Paraná, em hipótese alguma, entregará um terço do seu território aos seus ambiciosos vizinhos. (28/03/1914)

Ao lamentar a recusa do governo catarinense em aceitar o arbitramento, sugerindo que a razão estaria ao lado dos paranaenses, o jornal justifica o acirramento da disputa pelo território. Mesmo contrariando discursos anteriormente veiculados a propósito do acordo como melhor solução, desta vez o arbitramento aparece revestido de uma proposta de paz, incontestável justamente por apurar "quem tem razão" sobre a disputada zona. O discurso jornalístico, contudo, serve como argumento não apenas para discutir o arbitramento, mas também para anunciar que o Paraná não deve recuar na luta, impossibilitando a conquista das terras contestadas pelos catarinenses.

Este tipo de discurso ganha respaldo no jornal porque se trata de um momento de bom relacionamento com o governo federal, quando algumas atitudes do governo catarinense de intensificar o litígio em favor de seu estado apresentam-se frustradas. Assim, crentes que tais acontecimentos representam melhores condições para "negociar", os paranaenses, assim como o *Diário da Tarde*, estendem manifestações de apoio e cumplicidade ao governo federal. O texto que segue ajuda a ilustrar esta questão.

> Os nossos incômodos e ambiciosos vizinhos de sueste persistem nos seus processos insidiosos e propaganda, lançando mão de meios torpes para intervir no ânimo do sr. Presidente da República. Podem os jornais que estão a serviço do vizinho estado aconselhar todos os absurdos, que nem por isso nós perderemos a calma. Confiamos na justiça e no alto critério de honestidade do sr. Dr. Wenceslau Braz, que não quererá dando ouvidos ao ambicioso estado, conflagrar esta riquíssima zona da República, mandando executar uma sentença iníqua, sem bases e sem razões. (22/03/1915)

Também mencionando aspectos da política catarinense, relacionadas às intenções "patrióticas" do presidente da República, o jornal paranaense volta a se posicionar sobre o acordo, mais uma vez alegando a Santa

Catarina a responsabilidade pelos acontecimentos que levaram à disputa territorial e ao início da Guerra do Contestado. Assim, publicando um texto que tem como base as notícias dos "jornais cariocas" sobre as "absurdas propostas" contidas no acordo sugerido pelo governo catarinense, são colocados em pauta os propósitos "reacionários e intolerantes" dos vizinhos do sul.

> Jornais cariocas noticiam o fracasso do patriótico intento do sr. Wenceslau Brás, Presidente da República, empenhado desde o início do seu governo em por termo à irritante questão movida pelos catarinetas contra o Paraná. Ao Paraná não cabe, estamos certos, a culpa desse fracasso, pois está sabido que da nossa parte não houve embaraços aos bons ofícios do sr. Presidente. Defenderíamos, consoante o nosso direito, os interesses em jogo no estabelecimento de um acordo que desse fim à contenda. Santa Catarina, porém, não desmentiu seus velhos propósitos reacionários e intolerantes, depois de nos procurar para um acordo, mas tão absurdas foram suas propostas e exigências que o falado acordo, segundo narram os jornais do Rio, foi por água abaixo. A imprensa carioca, que de perto e com interesse acompanhou o desenrolar dos fatos em torno do magno assunto, tem nestes últimos dias verberado com energia o procedimento dos nossos vizinhos. (16/07/1916)

O fracasso do acordo não cabe, segundo o jornal, ao Paraná, que estaria vendo com bons olhos os esforços do governo federal em acabar com os tumultos sobre a questão de limites. Cabe, pois, ao estado de Santa Catarina, empenhado em fazer prevalecer seus interesses na zona contestada. Visivelmente parcial, este tratamento da informação jornalística constitui um ato de imposição de um modo de compreender a realidade, marcado por forças externas à imprensa e posicionado em uma situação pontual de disputa.

Trata-se, assim, de um espaço de formação e conformação da opinião pública, que acaba por envolver o periódico em um posicionamento assumidamente favorável aos interesses do Paraná na garantia do território, e não necessariamente do governo do Estado. No texto abaixo, o *Diário da Tarde* justifica suas inclinações no tratamento da questão de limites, discutindo, em um longo discurso marcado pela emotividade, o papel do jornal no cenário da disputa.

> O *Diário da Tarde*, que sempre procurou refletir em suas colunas tanto as alegrias dos dias festivos quanto as dores e amarguras dos dias lutuosos e truculentos não podia circular a não ser acompanhando a onda da opinião pública, com ela sentindo profundamente o enxovalho premeditado contra a honra e a dignidade do Paraná. Houve entre a atitude do nosso jornal e a do povo perfeita consonância, pois o *Diário da Tarde* sempre foi um paladino desassombrado da integridade do amado solo paranaense.
> [...] O acordo não deve ser aceito pelo Paraná sob pena de lhe pesar tremenda humilhação, porque, em verdade, e consoante expressão do próprio sr. Schimidt, ele é feito rigorosamente dentro da sentença que nos arrebataria um terço do território. [...] O acordo que se nos impõem é uma cuspalhada estupidamente bochechada pelo sr. Wenceslau Braz à nossa face. Que deve fazer o povo paranaense nesta emergência em que seu direito foi espezinhado, em que sua dignidade foi arranhada, em que seus brios foram vilipendiados? Repelir com energia a afronta que se lhe faz mostrando ao Brasil inteiro, ao mundo, que os paranaenses não aceitam esse acordo vexatório que está sendo impatrioticamente transado pelos atuais detentores do poder público em nossa terra. (03/10/1916)

Novos sentidos se moldam a partir deste texto, que procura mostrar, pela utilização de expressões como "paladino desassombrado da integridade do amado solo paranaense" e "ação moldada pelos ditames das multidões", a "função social", ou coletiva, do jornalismo. O propagado acordo – uma bandeira levantada pelo jornal –, prestes a se realizar, passa a ser visto como uma "cuspalhada estupidamente bochechada pelo sr. Wenceslau Braz", mesmo personagem da vida pública a quem o *Diário da Tarde* confiava honestidade em discursos anteriormente mencionados. O argumento defendido pelo jornal é o da humilhação de perder um terço do território considerado paranaense, conforme ambicionado por Santa Catarina.

Também as críticas, comumente direcionadas às autoridades catarinenses e, nesta etapa final da decisão de limites, ao presidente da República, têm outro destinatário. É o governo do Paraná que se torna alvo dos comentários do jornal, sendo acusado de "entregar" o Contestado a Santa Catarina por concordar com o acordo, considerado vexatório pelos paranaenses. Realizando o ataque ao governo do Estado, o jornal procura mostrar o distanciamento existente entre o povo e o poder público, que estaria agindo "impatrioticamente" na aceitação de decisões que beneficiariam o

estado vizinho. Percebe-se, aqui, uma ruptura considerável com os textos até então publicados, uma vez que o jornal se posiciona do lado oposto do governo para sugerir um tipo de cumplicidade entre os dois estados na figura de seus representantes.

Dando continuidade a este processo de construção de significados, o *Diário da Tarde* publica no dia seguinte mais um editorial a respeito do acordo firmado entre os dois estados (assunto este que pautou todas as edições de mês de outubro). Mais uma vez, é o caráter "popular" das críticas que dá força ao texto jornalístico:

> Na sua consciência de civilizado, de digno, de altaneiro, de patriota, o grande povo dessa terra raciocina que não sabe nem poderá saber como é possível achar-se que a população do contestado não é paranaense. [...] Felizmente, o povo não foi cúmplice nesta premeditada transação; e o seu protesto há de ficar altiloqüente nas páginas de nossa história a falar da indignação que estrangulou a nossa gente quando se tornou público o acordo. E ao historiador, que também, através do tempo e do espaço, é um psicólogo não escapará, de certo, a apreciação serena dessa circunstância: a popularidade de outrora deste governo e a chocante impopularidade que ora o ameaça.
> [...] O Paraná não pôde escolher, nem optar porque andava às cegas. Se o acordo nada tinha de lesivo, de vexatório, de absurdo, não havia absolutamente necessidade de fazê-lo caminhar pela treva: era trazê-lo ao público para conhecimento e julgamento de todos os habitantes dessa terra. (04/10/1916)

Ao mencionar a falta de transparência com que o acordo foi proposto e aceito pelo governo paranaense, o jornal propaga a impopularidade do atual governo junto ao povo; por não ouvir a vontade popular, as aclamações de apoio dão lugar à emergência de um protesto, que ganha intensidade justamente pelas especulações lançadas pela imprensa. Interessa notar que o periódico se utiliza de uma estratégia baseada no sentimentalismo para produzir o sentido de oposição ao governo paranaense: é o povo, e não simplesmente o jornal, que estaria tomado de indignação por condenar as atitudes dos representantes do poder público do Estado.

Na sequência de textos publicados pelo jornal, tal impulso de indignação se dissolve aos poucos. O acordo, amplamente criticado pela

imprensa desde que se tornou público, assume novos contornos, de modo que as críticas vão abrindo espaço para justificativas. Uma entrevista reproduzida pelo *Diário da Tarde* sobre os possíveis encaminhamentos da questão de limites mostra como se dão estas nuances discursivas.

> Há meses passados, conversávamos no Rio de Janeiro com um proeminente jurisconsulto brasileiro que se acha vinculado ao Paraná por inúmeros laços de amizade e ele perguntou-nos:
> _ Que pensam vocês no Paraná sobre um acordo com Santa Catarina?
> _ Em primeiro lugar, é líquido que ganharemos os embargos que foram opostos à execução da sentença! Os pareceres dos doutores Ruy Barbosa e Clovis Bevilaqua e o trabalho de nossos advogados não deixam a menor sombra de dúvida sobre a falta de lei para a execução da sentença. Ganho esse primeiro passo, virá depois a nova execução e um melhor estudo de nossos documentos nos dará ganho final de causa.
> _ O sr, disse-nos ele, pensa com demasiado otimismo. Lembre-se de que o Paraná está com o seu último recurso, perdido o qual estará tudo acabado! [...] É melhor um acordo, embora seja isso doloroso ao Paraná e aos paranaenses.
> Desonra haveria para nós na execução violenta da sentença. Aí sim! Aí seria o caso de nos sacrificarmos até o derramamento de sangue com todos os horrores de uma guerra civil.
> [...] Outra solução seria a fusão dos dois estados. Esta é uma bela ideia, conforme ontem discutimos. Mas ela tem também suas dificuldades. [...] Parece-nos que essa idéia necessita de mais amplas considerações. Talvez seja boa... para o futuro.
> A terceira solução é que nós deveríamos esperar a execução violenta da sentença, entregar o contestado e lavrar um protesto! Se essa solução é boa para o Paraná, devemos declarar que melhor seria para Santa Catarina! Devemos confessar que não nos parece que tais pensamentos procedam de gente sensata. (10/10/1916)

A utilização da fala de uma pessoa autorizada a discutir questões jurídicas funciona, aqui, como uma forma de mostrar outros pontos de vista sobre o acordo, sem envolver diretamente o jornal. Trata-se de uma entrevista que questiona as pretensões otimistas dos paranaenses e apresenta vantagens em relação ao acordo com Santa Catarina, mesmo considerando-o

"doloroso ao Paraná e aos paranaenses". Também são apresentados argumentos sobre a fusão, com as dificuldades e questões a serem discutidas, e a execução violenta da sentença, com implicações que poderiam levar a uma guerra civil; tudo para justificar que a medida que estava prestes a ser consolidada não chegava a ser tão vexatória e humilhante como há alguns dias o periódico noticiara.

Entre outras discussões e questionamentos levantados pelo jornal sobre o assunto, são divididos os enfoques; aspectos positivos e negativos do acordo, assim como críticas e menções de apoio às autoridades do Estado se misturam no espaço do jornal, evidenciando a contradição inerente ao trabalho periodístico e o movimento de sentidos por ele estabelecido. Em meio a estes diferentes modos de tratar a questão territorial, o jornal constrói um percurso de atuação que angula as implicações do acordo de um modo específico: é pelo jornal que as opiniões favoráveis e contrárias passam a existir e a pautar os desdobramentos da discussão.

Neste universo em constante articulação de interesses e poderes, marcado pela ação discursiva do jornal no direcionamento de fatos e opiniões, foi possível encontrar ainda outro argumento sobre as decisões territoriais. Ao invés de posicionar-se contrário ou favorável à solução em pauta, o jornal levanta outra polêmica, na véspera da assinatura do acordo entre os governos dos dois estados: a fusão, tratada sob a ótica das "vantagens de um Estado grande".

> A preponderância política dos grandes Estados reflete-se de um modo formidável no terreno econômico. Os fatos falarão mais eloqüentemente que os argumentos.
> (...) A fusão do Paraná com Santa Catarina, quer nos parecer, seria um corretivo eficaz contra esse mal que aflige a ambos os Estados. Poderíamos ao menos pedir e nossa voz seria ouvida. Teríamos estradas de ferro, teríamos portos, teríamos dinheiro, contanto que fôssemos um Estado forte. (19/10/1916)

Rompendo com as perspectivas anteriores esboçadas no jornal, são ignoradas as divergências e as disputas que marcaram todo o período de negociação em torno da questão de limites para se propor a solução com a fusão entre os estados litigantes. Enquanto um "corretivo eficaz contra o

mal que aflige a ambos os estados", esta proposta baseia-se na possibilidade de crescimento econômico a partir da somatória de forças políticas; um projeto que, distanciando-se completamente dos rumos tomados até o momento, vem mostrar que, não sendo o acordo a única saída possível, haveria outras alternativas (excessivamente amigáveis) a serem discutidas. Tomando como exemplo as diferentes tarifas rodoviárias, o jornal insinua as vantagens de pertencer a um estado grande, evitando assim a execução de uma sentença que desfavorecesse o Paraná. Mas, provavelmente ciente da dificuldade de adesão a uma proposta dessa natureza, o jornal encerra o texto com um modesto apelo pedindo para ser ouvido, destacando futuras projeções como estradas de ferro, portos e dinheiro.

Do mesmo modo que aparece, tímida em meio aos debates da fase final da questão de limites, a discussão sobre a fusão entre os estados fica limitada a este editorial. Assinado o acordo, encerram as polêmicas sobre o assunto, sendo registrado nas páginas da imprensa somente o ato patriótico do governador em garantir parte do Contestado ao Paraná. Salvo eventuais opiniões contrárias à decisão conciliatória promovida pelo presidente da República, resta a imagem de uma disputa que contribuiu para o acirramento das tensões em torno do movimento do Contestado.

Um detalhado texto publicado dias após a consolidação do acordo, sob o título "O estado do Paraná recebe carinhosamente e entusiasticamente o dr. Afonso Camargo, no retorno de sua viagem à capital da República", mostra um pouco o tratamento dado pelo jornal à figura do presidente do Estado e às manifestações públicas decorrentes de sua passagem pelas cidades de Paranaguá, Ponta Grossa e Morretes, até a chegada na capital.[18]

> A águia altaneira, ao levantar o vôo da planície, sente as asas pesadas, os movimentos incertos, mas depois de alcançar as alturas já não sente essas mesmas dificuldades, já não sente o peso da matéria e as suas asas

18. Descrevendo a viagem presidencial, o *Diário da Tarde* lança mão de vários elementos que sugerem o reconhecimento popular pela atitude de Afonso Camargo de fixar, através do acordo, os limites entre os estados: "Ao chegar o comboio em Morretes, o sr. Afonso Camargo foi ovacionado pelo povo, ao som de uma banda de música. Na plataforma organizaram um 'lunch' que foi oferecido à comitiva, falando, em eloquente saudação ao sr. presidente do Estado, o sr. Mello Rocha, juiz de direito da comarca. O dr. Afonso agradeceu, dizendo que aquela manifestação era mais um conforto para seu coração de paranaense. Pode haver bons paranaenses, disse o orador, mas juro que nenhum devota maior amor ao Paraná do que eu. Ao desembarcar nesta capital foi o dr. Afonso Camargo coberto de flores pelos alunos das escolas públicas."(13/11/1916)

> sentem-se seguras, o seu olhar estende-se pelo horizonte e orienta-se com firmeza para alcançar o pico das montanhas. Assim sucedeu com o nosso caro Paraná, que por muito tempo experimentou as suas asas para subir e do alto descortinar o horizonte, escolher o melhor rumo e perscrutar o futuro, mas não o podia fazer porque estava preso à questão de limites.
> (...) A primeira cousa que me ocupou ao entrar no governo foi a questão de limites. Consultei diversos advogados do país e todos consideraram uma causa inteiramente perdida. Assinei então o acordo, querendo eu somente arcar com a responsabilidade, pois as de fora, que como eu também sofreram, não arcavam com a responsabilidade da administração. Eu fui para o Rio de Janeiro como presidente de um estado pequeno e fraco, e volto como presidente de um estado forte e rico, que está no coração do Brasil.
> As últimas palavras do orador foram abafadas por efusivas salvas de palmas. (13/11/1916)

Apagando de suas páginas as críticas que tomaram conta do jornal quando se tornou público o acordo, este texto revela um caráter de oficialidade na cobertura de acontecimentos, ao ponto de fazer de um discurso político um acontecimento mediático. O apelo à formação de um Estado "forte e rico", assim como as manifestações populares que revestiram as homenagens, figuram no referido texto jornalístico como um suporte para a legitimidade do governo paranaense, que nos últimos meses havia enfrentado duras críticas devido às negociações em torno da fixação dos limites territoriais. Este texto encerra, pois, a disputa entre os dois estados, forjando a imagem de um estado fortalecido com a decisão territorial.

As expressivas contradições e movimentações de sentido presentes nos discursos jornalísticos foram observadas na tentativa de apreender a interferência dos poderes e dos interesses em jogo em uma situação específica na construção de um fato ou uma opinião. Nesta perspectiva, o jornalismo figura como "arena" dos grupos e segmentos sociais que se manifestam em meio às (re)configurações do contexto social, disputando verdades e sentidos no universo simbólico da imprensa.

Do mesmo modo, também procuramos destacar o deslocamento das posições assumidas pelo jornal e suas construções discursivas, identificando os momentos em que este movimento se estabelece. Pois, ao marcar um campo de ação discursiva que constrói uma leitura determinada da disputa territorial, o *Diário da Tarde* manifesta sentidos que, sem ele, poderiam ser

assimilados de maneira diferente. Trata-se, portanto, de conferir ao discurso jornalístico um tipo de participação e interação nos rumos da discursivização dos acontecimentos que, além de acompanhar o próprio desfecho da questão no campo político, diz a realidade – e a constrói – de maneira específica na imprensa. Esta é a preocupação que permeia a análise que procuramos desenvolver nos limites desta abordagem pelo movimento de sentidos.

Jogos e estratégias na construção discursiva do Contestado

Na trajetória de análise pelos discursos jornalísticos que tematizaram a questão de limites na história do Contestado – produzindo diferentes representações sobre a disputa, os poderes e os direitos a ela relacionados – foi possível encontrar uma série de repetições e reconfigurações de enunciados que agem na tentativa de "moldar" determinado sentido. Esboçando opiniões sobre o acordo entre os dois estados, levantando críticas e possibilidades em torno de outras soluções para o litígio ou mesmo "declarando guerra" a figuras políticas diretamente envolvidas no assunto, o jornal estabelece uma certa relação com a realidade que constitui sua própria interferência simbólica no cotidiano da sociedade paranaense.

Tendo em vista que a linguagem é, por si só, um lugar de conflito, ou melhor, de disputa de ideologias, os discursos foram analisados como formas de construção das relações do mundo, pois operam – segundo Verón – com os sentidos e com as dimensões ideológicas e de poder. É justamente por atuar nestas dimensões que o jornalismo exerce seu poder simbólico, produzindo a existência daquilo que enuncia, ou seja, fazendo as coisas existirem socialmente.

Procuramos observar aqui como a questão de limites faz movimentar ideias, opiniões, verdades e ângulos diversos, utilizando determinadas estratégias discursivas e jogos de sentido que orientam determinadas vozes a participar da polêmica pela imprensa. Assim, cada texto do *Diário da Tarde* analisado revela uma singularidade marcada pelos modos de dizer/fazer do jornal com vistas a determinado "efeito de sentido": da afirmação à negação de fatos e personagens, do sentimento de identidade paranaense às manifestações populares de rejeição ao governo, da nomeação ao apagamento de vítimas e culpados, os discursos jornalísticos polemizam algo

mais do que a questão de limites. Representam uma verdadeira disputa simbólica que é responsável pela ruptura e pelo surgimento de certas forças sociais que têm na imprensa um meio de ação orientada por interesses e poderes distintos.

Obviamente, conforme esboçado ao longo deste texto, não é possível traçar algo absolutamente fixo e linear, capaz de revelar uma evolução do trabalho discursivo que obedece a movimentos orquestrados e generalizados sobre a questão. Mas a própria explicitação das contradições aqui desvendadas, por si só, já constitui motivo relevante para a análise, uma vez que contempla uma das perspectivas da pesquisa, que diz respeito à apreensão de diferentes formas de significar a realidade, segundo questões específicas de um contexto dado. Assim, embora repetidas vezes o jornal produza impressões e argumentos semelhantes, detivemo-nos na análise de vários exemplares do jornal justamente para mostrar a relevância que o assunto tomou na sociedade da época.

Afinal, se a realidade é o lugar de uma luta permanente para definir a "realidade", é pelos processos mediáticos que se procura fazer crer que se pode fazer o que se diz e, em particular, reconhecer as ordenações sociais que permitem que um discurso faça, efetivamente, sentido. Nesta perspectiva, pela apreensão de diferentes marcas e estratégias que se desenrolam no discurso jornalístico, desvenda-se um jogo de relações que denuncia determinados ângulos e motivações colocados em cena na representação da disputa territorial entre Paraná e Santa Catarina, assim como a presença do próprio jornal como um agente na construção destes discursos (e não outros). Pois em um discurso não é tanto a palavra que importa, mas o modo como é explorada...

Assim, articulando as manifestações da questão de limites para além dos conflitos oficializados pela história do movimento sertanejo, procuramos mostrar a interferência desta questão no tratamento de informações e, portanto, na própria construção dos acontecimentos históricos. Trata-se de perceber as principais nuances de representação da disputa pelo Contestado projetadas pelo *Diário da Tarde* na constituição de um universo de significações pelas páginas impressas.

Palavras, imagens e sentidos de uma guerra (quase) desconhecida

Ou como os discursos jornalísticos "escreveram" a história do movimento do Contestado

Chega mais perto e contempla as palavras.
Cada uma tem mil faces secretas sob a face neutra
e te pergunta, sem interesse pela resposta,
pobre ou terrível, que lhe deres:Trouxeste a chave?
Carlos Drummond de Andrade

Ao longo dos capítulos anteriores, discutimos diferentes temáticas trabalhadas pela imprensa para produzir sentidos em torno de questões como a representação do sertanejo, o nacionalismo, a religiosidade, aspectos sociais e a questão de limites. Nesta última parte do livro, atentaremos especificamente para o modo como o jornalismo produziu e difundiu os acontecimentos do Contestado, utilizando-se de diversas formas de "contar" a realidade.

Entre registros oficiais baseados, em sua maioria, em relatórios das forças armadas, tensões e posicionamentos projetados pelo *Diário da Tarde* e referências produzidas pela tematização da imprensa na imprensa (ou seja, pela utilização de um discurso veiculado em outro periódico para negar ou afirmar determinada perspectiva), os sentidos vão sendo moldados e colocados em questão para possibilitar uma determinada leitura da realidade, ou melhor, um tipo de escrita para a história da Guerra do Contestado. Ao tomar os jornais como construtores de discursos sociais, procuraremos mostrar como se estabelece a relação entre o acontecimento e a discursivização do real no trabalho periodístico, procurando apreender nos processos comunicacionais a mediação e a midiatização de fatos e opiniões.

Lembramos que esta abordagem dos discursos jornalísticos não implica na aceitação da ideia de que a imprensa estaria agindo de modo absolutamente consensual, ignorando as contradições que se manifestam em meio aos interesses e poderes que disputam sentidos no espaço simbólico do jornal. Trata-se, ao contrário, da busca de regularidades que permitem

compreender o processo de instituição dos acontecimentos como base para a constituição de uma "verdade histórica". Em outros termos, observando determinadas lógicas de produção jornalística da época, torna-se possível perceber o que os textos jornalísticos representaram em termos de "registro" da realidade.

Para realizar uma análise de textos veiculados na imprensa paranaense, tomaremos algumas noções sobre o jornalismo[1] e a construção da realidade cotidiana, a fim de investigar de que maneira a Guerra do Contestado é tratada e polemizada pelos jornais. Trata-se, assim, de considerar o trabalho com as notícias como parte de um processo de instituição de veracidade aos acontecimentos, marcado por interferências da empresa jornalística, do contexto específico em que uma notícia atua e dos poderes que orientam tal atuação.

Nesta parte do livro, portanto, serão observadas basicamente três formas distintas pelas quais o jornal registra os acontecimentos do Contestado, inserindo-os na história da revolta. Pela produção de relatos e informes de guerra, do posicionamento do próprio jornal sobre os encaminhamentos do conflito e do debate promovido na/pela imprensa em torno de questões e versões diversas, procuraremos investigar o papel desempenhado pelo jornal na construção da realidade histórica, percorrendo algumas marcas dos textos jornalísticos que manifestam a dimensão constitutiva das práticas discursivas.

A proposta deste percurso, centrado nos processos midiáticos que consolidaram a história da Guerra do Contestado, não é traçar linearmente as batalhas travadas durante a revolta, de modo a reconstruir cronologicamente os principais marcos do episódio, como exigiria um estudo voltado para uma leitura histórica. Ao contrário, diz respeito à observação de que, ao informar e emitir opinião direta ou indiretamente sobre determinada situação, o jornal está produzindo um acontecimento e, portanto, construindo história. Nessa perspectiva, foram selecionados momentos relevantes da revolta pelo modo como são tematizados pelo jornal, servindo como base para compreender o processo de produção das notícias.

1. Estão sendo considerados nesta parte da pesquisa os estudos de Nelson Traquina e Miquel Rodrigo Alsina, em suas abordagens sobre o funcionamento e o processo produtivo dos media noticiosos. Mesmo levando em conta a "atualidade" do tema, partimos da certeza de que tal abordagem também é válida e fundamental para a análise da imprensa do início do século XX.

A ideia é focalizar os processos de inscrição dos acontecimentos pela atividade jornalística, buscando refletir sobre o modo como se instituem determinados sentidos na estruturação simbólica que faz de um discurso um fragmento da história.

Entre registros e "estórias", as construções do conflito sertanejo

A partir de um estilo singular de produção jornalística vigente no início do século XX, a história do Contestado vai sendo escrita, difundida e repercutida, oferecendo à sociedade registros de um tempo. Estes registros, porém, não podem ser observados como recortes da realidade imortalizados no papel... afinal, são resultado de um trabalho discursivo que estabelece inegáveis relações com determinadas forças, poderes e intencionalidades do universo social.

Por isso, partiremos do princípio básico de que os jornalistas, ao transformarem fatos em notícias e notícias em acontecimentos, são agentes na construção da realidade.[2] Pois é por meio da imprensa que se determinam quais os acontecimentos com direito à existência pública e se definem os significados dos acontecimentos. De acordo com Miquel Rodrigo Alsina, dentro da perspectiva da construção social da realidade, a notícia constitui um tipo especial de realidade; é a realidade pública: "Los periodistas son, como todas las personas, constructores de la realidad de su entorno. Pero además dan forma de narración a esta realidad y, difundiéndola, la convierten en una realidad pública." (1989, p.15).

Tentaremos observar, nos discursos referentes às ações e os combates da Guerra do Contestado, como o *Diário da Tarde* atua na construção dos acontecimentos, assim como as vozes predominantes que se fazem

2. Este tipo de discussão, se transposta para a atualidade, acabaria se pautando basicamente na questão da objetividade jornalística. Sabe-se que se trata de um elemento chave para compreender a ideologia que sustenta o modelo liberal de imprensa, que assumiu maior relevância a partir da década 1950, sofrendo algumas modificações ao longo dos anos. Não entraremos neste debate justamente pelo fato de a objetividade não estar presente enquanto um requisito ao modo de se fazer jornalismo no período da Guerra do Contestado, quando a informação era associada à opinião sem muitos disfarces, e a cobrança de uma "imparcialidade" no tratamento das notícias praticamente inexistia. Por isso, interessa, aqui, apenas considerar o papel do jornalista na produção da realidade, tendo em vista a articulação de estruturas objetivas e subjetivas que orientam sua atividade.

ouvir nestes "registros" do real. Pois, se o poder do jornalismo está não só em seu poder de declarar as coisas como sendo verdadeiras – conforme avalia Nelson Traquina – mas fornecer as formas nas quais as declarações aparecem, é possível apreender por meio da análise dos discursos jornalísticos o modo como se legitimam os sentidos e as verdades históricas.

Adriano Duarte Rodrigues, no artigo "O Acontecimento", refere-se ao papel dos media em conferir notoriedade pública aos acontecimentos pelos atos enunciativos como "uma ordem ditada em função das dimensões associativas do querer-dizer, do saber-dizer e poder-dizer" (TRAQUINA, 1995, p.30). Trata-se da articulação entre o mundo simbólico e o mundo real na qual, nas palavras do autor, o discurso é feito ação e a ação é feita discurso.

Seguindo esta perspectiva, pode-se dizer que, ao existirem, as notícias são acontecimentos que produzem um novo estado de coisas, ou seja, comportam estratégias de criação da realidade. Portanto, uma abordagem dos discursos mediáticos da Guerra do Contestado procura não a realidade, mas as marcas que são subjacentes às estratégias de criação de uma realidade em vez de uma outra. Trataremos, dentro deste enfoque, o jornalismo não como um registro neutro – embora por seus enunciados seja possível recuperar os fatos, momentos e tensões de um determinado momento –, mas como uma forma singular de produção da vida e da história cotidiana.

Entre os vários modos ou estratégias de construção das notícias, analisaremos inicialmente as vozes "autorizadas" a emitir informações e opiniões no espaço do jornal, compreendendo assim as formas de "registro" dos acontecimentos pelo elemento testemunhal. Conforme se verificou no capítulo sobre o nacionalismo nos discursos da Guerra do Contestado, são as falas "oficiais", constituídas por representantes das forças armadas, que atuam neste episódio como informantes sobre os fatos, ou servindo de fonte para a afirmação de verdades.

É baseando-se nestas informações que o jornal registra os episódios da guerra, as estratégias de combate, as baixas e os detalhes das operações, atuando na inscrição dos acontecimentos na vida social. O comunicado que segue, emitido por Vieira Cavalcanti, demonstra o papel do jornal na mediação das informações, assim como os modos pelos quais o jornal, ao noticiar, figura como agente do processo de construção cotidiana da história.

> Comunico que às 11 horas da noite de ontem soube que às 6 horas da manhã feriu-se na estrada do Faxinal Irany terrível combate entre as forças que para ali haviam seguido sob o comando do coronel João Gualberto e cerca de 400 fanáticos bem armados e em grande parte bem montados.
> A carnificina foi horrível, ficando mortos entre os nossos Gualberto, os alferes Libindo e Sarmento e sem notícias do capitão Miranda e o tenente Júlio Xavier. Afirmam comissário Nascimento e sua praça, os únicos que até aqui chegaram, que o tenente Busse e o alferes Adolpho Guimarães conseguiram salvar-se, porém, até agora não temos notícias de seu paradeiro. Por parte dos fanáticos também foi grande a mortandade. Todas as armas levadas, cerca de 6 mil cartuchos e uma das nossas metralhadoras ficaram em poder dos fanáticos. A companhia de guerra, que ontem seguiu destino campo Irani, ainda não voltou a esta cidade. Receia-se que os fanáticos demandem para outras localidades. (23/10/1912)

Este tipo de relato, que reúne informes oficiais e expectativas em torno do desfecho dos combates (principalmente no que diz respeito às notícias que o jornal assume como referentes ao "nosso" lado), é comum nas páginas do jornal do primeiro ao último conflito, variando apenas as fontes que atuam na divulgação das informações. Interessante notar que é na repetição das notícias, trabalhadas por um enfoque mais opinativo e, por vezes, dramático, que os fatos da guerra assumem maior repercussão no jornal. É o caso do texto que segue, que volta a falar sobre o combate do Irani, sob o ângulo específico dos reflexos do conflito no lugar, a partir de um telegrama recebido de Palmas.

> O combate de Irani foi uma refrega tremenda tentada desesperadamente pelos nossos soldados, que sucumbindo ao ardor da luta fizeram também tombar dezenas dos que sobre eles furiosamente se arremessaram. Agora, como no-lo diz o telegrama, o campo da luta apresenta aquele aspecto desolador e dantesco de carnes podres e entregues à voracidade dos animais.
> Despacho de Palmas, dia 5: A força que entrou em ação contra os fanáticos era composta de 35 homens de infantaria, inclusive 3 sargentos e 2 corneteiros e mais 20 homens de cavalaria, inclusive dois sargentos.
> O lugar apresenta um aspecto verdadeiramente horrível. Há ali um fétido enorme provocado por mais de 40 cadáveres em estado de putrefação,

> sendo esse sentido a grande distância. [...] Viajantes que passavam no Irani dizem que viram varas de porcos semi-selvagens estraçalhando os cadáveres e devorando-os. A metralhadora trazida para esta finalidade e que havia ficado no Irani tem sinais de haver sido atingida por balas de grosso calibre. (05/11/1912)

Ao relatar um acontecimento, o jornal produz, além deste acontecimento, uma nova leitura que se integra a ele. Assim, além de tornar público o episódio do primeiro combate do Contestado, o *Diário da Tarde* faz transparecer o caráter de destruição inerente à revolta, transformando o aspecto "desolador e dantesco" do local em um novo fato que compõe a história da guerra escrita pelo periódico ao contar uma "estória"[3]. Nesta perspectiva, Adriano Duarte Rodrigues analisa que:

> Cada relato objetivo e cada registro factual comporta subjacente um ou mais juízos de valor e uma ou mais prescrições, comporta valores ditados pela relação dos interlocutores em função da relação respectiva aos fatos relatados, comporta prescrições ditadas à maneira como os fatos devem ser constatados e à forma como devem ser expostos. (TRAQUINA, 1995, p.32).

Sob a perspectiva de Rodrigues, a noticiabilidade dos acontecimentos não está contida em seus traços "objetivos". Para o autor, ao relatar um acontecimento, os media, além do acontecimento relatado, "produzem ao mesmo tempo o relato do acontecimento como um novo acontecimento que vem integrar o mundo". (TRAQUINA, 1995, p. 31). Este enfoque permite considerar os discursos jornalísticos como produtores de uma realidade singular pelo que dizem e pelo fato de dizerem. Ou seja, entre o registro de um evento e seus sentidos latentes, o jornal realiza uma série de processualidades que envolvem as formas de produção jornalística e as forças que nela atuam, agindo na esfera pública da sociedade.

3. Como escreve Gaye Tuchman, no artigo "Contando 'estórias'", "dizer que as notícias são 'estórias' não é de modo nenhum rebaixar a notícia, nem acusá-la de ser fictícia. Melhor, alerta-nos para o fato de a notícia, como todos os documentos públicos, ser uma realidade construída possuidora da sua própria validade interna. Os relatos noticiosos, mais uma realidade seletiva do que uma realidade sintética, existem por si só. Eles são documentos públicos que colocam um mundo à nossa frente." (TRAQUINA, 1995, p.262)

Por este viés, é interessante constatar o caráter de "oficialidade" com que os fatos preenchem as páginas do *Diário da Tarde*.[4] A princípio como meros informes contendo os encaminhamentos das forças armadas, tais notícias servem de suporte para novas falas, acontecimentos e registros. Assim, remodelando estruturas objetivas e subjetivas, o trabalho da imprensa põe em cena atores direta ou indiretamente ligados às forças consideradas "hegemônicas", articulando versões e sentidos para a história consensualmente aceitos.

No texto que segue – que, assim como vários outros, não apresenta o compromisso de mencionar a origem das informações, limitando-se a reproduzir, aparentemente, o conteúdo que chega ao jornal[5] –, percebe-se que, para além da informação propriamente dita, são os complementos textuais que angulam a notícia, estabelecendo uma atribuição de valores que garante a legitimidade da mobilização das tropas. Assim, é o tratamento dispensado às especulações (resultantes de uma afirmação testemunhal) em torno dos sertanejos que contribui para a (in)compreensão do "outro lado", representado pelos fiéis de José Maria.[6]

> Desde ontem se achavam de prontidão uma companhia do 4º Regimento de Infantaria, sob o comando do capitão Galdino Tavares, e seção de

---

4. Por oficialidade estamos tratando o atrelamento do jornal às vozes que representam o poder hegemônico, e o efeito de inegável parcialidade no registro das informações daí decorrente.
5. É interessante observar que, embora na maioria das vezes o jornal não divulgue as fontes de informação utilizadas (sendo estas referidas apenas como telegramas ou despachos ao periódico), pode-se constatar, pelo conteúdo dos textos, que se tratam de vozes que confirmam e legitimam as versões oficiais dos acontecimentos, seja produzindo especulações sobre o andamento do conflito ou fazendo prevalecer determinados ângulos em detrimento de outros na narração dos fatos.
6. Sob este mesmo ângulo, que nega a voz aos sertanejos e informa "sobre" eles por meio de terceiros, o *Diário da Tarde* apresenta as seguintes especulações, registradas por um correspondente de Três Barras que garante que "simples boatos ou informes verdadeiros, as notícias são de molde a nós por sobreaviso":
   "Sei de fonte limpa que no lugar Taquarussu, do município de Curitibanos, acha-se reunido um bando de fanáticos, composto de 250 indivíduos, sob o comando do fanático Euzébio Ferreira. Esses indivíduos, que se acham bem armados e municiados recebem instrução e fazem exercício de guerra, diariamente, sob a direção de Euzébio. Estão bem montados. Dizem notícias, procedentes do sertão, que no dia 1º de janeiro próximo, os fanáticos pretendem reunir-se com mais 50 que se acham em casa de Conrado Grob, no Timbozinho, e assim, formando um bando de 300 homens invadir e apossar-se do distrito paranaense do Timbó." (19/12/1913)

> metralhadoras desta guarnição. O embarque dessas forças realizou-se hoje, às 2 horas da tarde, em trem especial.
> Pessoa ontem chegada de Canoinhas nos informa que o bando de Taquarussu compõe-se de 250 homens, sob o mando de Euzébio Ferreira, que se diz sucessor do "monge" José Maria. Esses homens acham-se todos armados a winchester. Euzébio Ferreira possui uma fazendola no Timbó e parece dirigir-se para esta localidade. O mesmo chefe bandoleiro intimou a Praxedes Gomes, que fez parte da incursão do Irani, para acompanhá-lo, mas este recusou-se, fugindo e indo prevenir ao coronel Albuquerque do que havia. Dois pretos que não quiseram fazer parte do ajuntamento foram condenados à morte e, depois de batizados, iam ser executados, quando intervieram pessoas em seu favor, sendo perdoados. (16/12/1913)

Quando referem-se à preparação e ao resultado das investidas do exército e da polícia, os discursos jornalísticos tornam ainda mais evidente o caráter de oficialidade das falas e representações referentes ao Contestado. Enquanto costuma-se enaltecer a "ação enérgica" das forças no sentido de garantir a ordem pública, a característica de "humanidade" das autoridades responsáveis pelas operações também aparece em meios aos informes de guerra, conforme sugere o seguinte texto:

> Marcharam ontem, em direção a Taquarussu, as forças sob o comando do capitão Espiridião e do capitão Euclides de Castro e que se achavam respectivamente em Campos Novos e Curitibanos. Com a força do regimento de segurança seguiu o desembargador chefe de polícia. Essas forças marcharam em perfeita ordem e nas melhores disposições. Hoje, deve chegar de Caçador a força sob o comando do capitão Adalberto de Menezes, a qual dispõe de uma seção de metralhadoras. É provável que na manhã de sexta-feira próxima as forças se achem em frente ao reduto de fanáticos. As forças estão empregando todos os esforços para dispersar os fanáticos sem derramamento de sangue.
> [...] O digno e honrado general Abreu nos lembrou que o efeito das metralhadoras é devastador e que, por isso, sabendo da existência de mulheres e crianças entre os fanáticos, recomendou que usassem desse recurso somente em caso de inevitável agressão, pois às autoridades cumpre agir com humanidade. (28/12/1913)

Percebe-se, por este texto, as vozes consideradas “oficiais” que predominam na divulgação dos episódios do Contestado, oferecendo elementos simbólicos já angulados em meio à tematização da guerra. Pois o jornalismo, enquanto uma expressão das relações sociais, faz viver e conviver sentidos e opiniões, relatos e estórias, construindo ativamente mundos cognitivos e não se limitando a refletir ou registrar uma realidade pré-existente; para além da informação, é inegável o conteúdo simbólico presente nos discursos, responsáveis pela atribuição de sentidos aos acontecimentos do mundo social.

Pode-se observar, a partir destas considerações, os elementos que compõem a descrição do combate de Taquarussu[7] como algo mais do que simples registro de uma campanha militar, reproduzindo o seguinte telegrama de Florianópolis publicado no jornal *O Estado de São Paulo* (em 31/12/1913) e no *Diário da Tarde*, alguns dias depois:

> Sobre o combate do capitão Adalberto de Meneses, que opera com as forças às ordens do chefe de polícia deste Estado, ao bando de fanáticos, consegui saber o seguinte: Após penosa marcha, chegaram a Taquarussu às 2 horas da tarde do dia 30 do corrente, a força do exército e a força da polícia. Esta que fazia o serviço de exploração encontrou no seu flanco direito a trincheira guarnecida dos fanáticos, estabelecendo logo com este cerrado tiroteio, perdendo a polícia um homem.
>
> Em risco de ser envolvida, a polícia teve que recuar sobre a vanguarda do capitão Adalberto, estabelecendo-se aí uma certa confusão na linha. Os fanáticos aproveitaram essa ocasião para fazer disparos sobre vários pontos da coluna. Restabelecida a calma, entrou em seção a metralhadora. Logo que esta começou a funcionar rompeu fogo cerrado do reduto dos fanáticos que procuravam de preferência alvejar a respectiva guarnição da metralhadora, ferindo, sucessivamente, um sargento e duas praças. Postada a segunda metralhadora, sob o comando do tenente Peixoto, alvejou ela a casa de Praxedes Gomes, cujos danos se supõem serem grandes, visto perceberem as forças legais corridas de homens e mulheres e grande gritaria. (03/01/1914)

---

7. Em Taquarussu, que se tornou uma “cidade santa”, reuniram-se centenas de pessoas em torno da vidente Teodora, neta de Euzébio, que recebia instruções de José Maria. O reduto representou o início da reorganização dos sertanejos em busca de uma vida comunitária.

O que chama a atenção em relatos como este é justamente a parcialidade com que os fatos são narrados e ganham existência pública. À primeira vista simplesmente informativa, esta descrição do combate de Taquarussu revela, juntamente com as operações e táticas de guerra, o modo como a história é tecida cotidianamente, seja pela inserção, seja pela ocultação de personagens e atores. Afinal, ao "eleger" um dos lados envolvidos no conflito para "contar" a realidade, acaba-se, consequentemente, excluindo os resistentes do Contestado do processo de "escrita" do movimento na/pela imprensa. Quantas foram as baixas sofridas pelos sertanejos? De que armas dispunham para enfrentar tiros de metralhadora? O que representou, para eles, este combate específico? Perguntas como esta se reduzem a mera especulação, diante da absoluta impossibilidade de contrastar tais questionamentos com a história oficializada pelos documentos...

Entre fatos e relatos como este, novos redutos[8] e novos confrontos estariam por vir, traçando a história da Guerra do Contestado. Sabe-se que, diante do fracasso da investida do dia 28 de dezembro de 1913 ao reduto de Caraguatá, as forças militares se reorganizaram para destruir o povoado, em 8 de fevereiro de 1914, reunindo 700 soldados e pesado armamento. O *Diário da Tarde* acompanha o andamento das operações, relatando as marchas e atividades diárias comandadas pelo capitão Matos Costa e descrevendo minuciosamente as estratégias e os resultados da ação das forças oficiais. O texto que segue, contendo informações de um correspondente especial junto às forças de operação, ilustra este tipo de tratamento dado pelo periódico na discursivização do episódio.

> Em Taquarussu, a 8 de fevereiro, os fanáticos foram atacados de surpresa, às 10 horas da manhã, estando os mesmos ali protegidos por 40 trincheiras. O ataque foi feito pela artilharia e 4 metralhadoras, que arrasaram o reduto, incendiando muitas casas. Taquarussu era um povoado composto de cerca de 60 casas e ranchos de madeira. Possuía uma igreja, caiada de branco, que

---

8. O grande número de redutos que existiram, as denominações que receberam e a mobilidade entre os mesmos dificultam a compreensão da organização dos sertanejos pela região. Estudos sobre a história do Contestado mostram que os mais conhecidos foram o de Taquarussu, Caraguatá, Bom Sossego, Perdizes, Caçador, Santa Maria, São Miguel, São Pedro e Pedras Brancas. Sem nos debruçarmos aqui sobre a sequência de batalhas e a reorganização dos sertanejos em redutos, atentaremos para alguns registros jornalísticos que parecem relevantes, a fim de observar a atuação do jornal na construção dos fatos históricos que marcaram o movimento do Contestado.

> foi também reduzida a cinzas. Pereceu um soldado. As perdas de fanáticos, entre mortos e feridos, foram de cento e tantos, entre homens, mulheres e crianças. Alguns animais cavalares e bovinos foram também sacrificados pela artilharia. As forças, antes de se retirarem, sepultaram muitos cadáveres no dia 9, ao som de uivos agourantes de cães que infestavam as redondezas, farejando rastos e cadáveres.
> [...] Preparava-se a força para seguir rumo de Caraguatá, a fim de atacar esse reduto, quando recebeu o chefe da expedição um telegrama do sr. general, comunicando a suspensão das hostilidades, visto ter o governo de Santa Catarina resolvido conferenciar com os fanáticos, propondo-lhes pacificação.
> [...] Continuou ainda o tiroteio em diversos pontos do mato, até que, pelas 4 horas da tarde, o coronel Gameiro fez a força retirar-se para seu acampamento de Perdizes. Enterrados 18 cadáveres, inclusive o do tenente Belísio, a coluna se pôs em marcha, conduzindo ainda em cargueiros 7 cadáveres de praças, que pelo adiantado da hora não puderam ser enterrados no campo de luta. (16/03/1914)

A superioridade das forças, que resultou no aniquilamento do reduto, é o que marca o discurso jornalístico neste e em vários outros momentos do conflito. É pela descrição dos fatos, orientada no sentido de evidenciar os sucessos da operação, que se estabelecem os parâmetros para delimitar o que deve ser considerado como acontecimento. Dito de outro modo, as notícias acontecem na conjuntura de acontecimentos e textos, construindo uma nova leitura da realidade angulada segundo as vozes que "produzem" na imprensa o combate de Taquarussu. Conforme analisa Traquina, "enquanto o acontecimento cria a notícia (porque as notícias são centradas no referente), a notícia também cria o acontecimento (porque é um produto elaborado que não pode deixar de refletir diversos aspectos do próprio processo de produção)" (TRAQUINA, 1995, p.135).

Na busca e identificação das vozes predominantes que construíram o Contestado através do discurso jornalístico, percebemos que o trabalho de correspondentes do jornal, telegramas de autoridades e entrevistas com representantes das forças do exército e da polícia servem de suportes fundamentais para uma "verdade histórica" produzida e veiculada na imprensa paranaense. Na continuidade dos combates, a presença de testemunhos se intensifica, delimitando uma atuação mais sistemática de

acompanhamento do jornal no desfecho da guerra. As fontes aparecem nos textos informativos como elementos essenciais para o estatuto de veracidade destes discursos, pois são as que se institucionalizam socialmente. A descrição dos horrores do combate de Caraguatá[9] feita pelo tenente Facó confirma este caráter de testemunho do real pelos discursos jornalísticos.

> No dia 9, às 8:20 da manhã, as forças, compostas por 760 homens, sob o comando do coronel Gameiro, marcharam em reconhecimento sobre o reduto de Caraguatá, deixando no acampamento um pelotão da cavalaria e outro da infantaria. Depois de avançar cerca de 4 km, o comandante dos exploradores, capitão Matos Costa, comunicou que o guia lhe declarara não saber mais se era aquela a estrada de Caraguatá. Nessa ocasião ouviram-se alguns disparos do inimigo e, logo adiante, travou-se violento tiroteio.
> [...] Eu próprio, atacado por um grande número de fanáticos, pus um fora de combate, com um tiro de carabina e puxando da minha pistola, consegui dar um tiro que atingiu um dos atacantes, mas, engasgando a arma, fui obrigado a me utilizar da espada, fazendo-os recuar. Reuni então cerca de 9 homens que estavam próximos a mim e retirei-me lentamente, conduzindo os feridos que podiam andar e reunindo os soldados que fui encontrando durante a marcha. (25/03/1914)

A vitória dos sertanejos sobre as forças do exército, embora não claramente explicitada no relato de tenente, demonstrou que novos combates estariam por vir, pois os sertanejos aprimoravam as práticas de guerra e o número de adeptos (espontâneos ou não) do movimento crescia diariamente. Com a mobilização de outras tropas para tentar conter a ação dos sertanejos, as autoridades passam a comemorar o que parecia ser o prenúncio do fim do conflito. A entrevista do general Carlos de Mesquita ao *Diário da Tarde* explicita este tipo de suposição em relação à revolta sertaneja:

---

9. O reduto de Caraguatá, criado antes da destruição de Taquarussu, foi marcado pelo sentimento de revolta com a destruição promovida pelas forças do exército, reunindo muitos sobreviventes que desejavam vingança. Neste reduto surgiu a mais expressiva líder feminina, Maria Rosa, que "ouvia" José Maria e passava as orientações aos demais. A partir de Caraguatá, ganha intensidade a "convocação" para a entrada nos redutos e a implantação de estratégias mais elaboradas de combate.

> - O que diz sobre a versão corrente de que os fanáticos se tem dispersado?
> - É verdade. Esse ajuntamento de rebeldes, que no começo pareciam irredutíveis, está presentemente tomando uma nova fase e muitos dos fanáticos, aproximadamente em número de 40, apresentaram-se às autoridades em Curitibanos, afora cerca de 15 que a mim se apresentaram no próprio teatro dos acontecimentos. Essa gente, talvez temorosa pela ação que o exército está desenvolvendo naquela zona, ação que podemos classificar de paz e concórdia, tem moderado os seus instintos sanguinários, procurando depor as armas e dando começo assim à pacificação do território. Por informações que obtive, cerca de 200 caboclos se dispersaram em diversas direções do sertão. Baseado nessas mesmas informações, penso que o número de revoltosos se limita a 100, pouco mais ou menos, sendo casos os mais perigosos vistos como não obedecem a crendice alguma, tendo como único propósito o banditismo, exercendo toda espécie de depredações. (01/05/1914)

Apostando nos resultados positivos de uma campanha de rendição pacífica, o general, veterano de Canudos, parece não dar crédito à possibilidade de reorganização dos sertanejos, agora espalhados em vários redutos menores, cada qual com seus comandantes e líderes, sendo o mais expressivo deles o de Bom Sossego. Havia, em maio de 1914, sob o comando de Mesquita, 1600 homens em operação, para impedir novos ajuntamentos de rebeldes.

No entanto, a afirmação de uma "missão cumprida" por parte do general logo foi desmentida, diante da crescente adesão de pessoas ao movimento. No final de agosto de 1914, foram mobilizadas centenas de praças do exército, sob o comando de Matos Costa[10], para atacar os redutos dos

10. Matos Costa teve uma participação interessante na Guerra do Contestado. Distinguindo-se dos demais comandantes do exército, tentou conhecer o modo de vida dos sertanejos e por várias vezes manifestou a percepção de que se tratavam de pessoas exploradas e marginalizadas que se reuniam um busca de uma melhor sorte. Há, ainda, especulações de que o capitão Matos Costa e a virgem Maria Rosa mantinham certa relação de afetividade.
Delmir José Valentini assim descreve a ousada visita do capitão do reduto mor de Bom Sossego: "Disfarçado de vendedor ambulante e acompanhado de um bodegueiro de Campina dos Pintos, Matos Costa, de cabeça raspada e fita branca no chapéu, teria conferenciado com Maria Rosa e com seu pai Eliasinho da Serra, escapando com vida de tal aventura, não sem a conivência de Maria Rosa e de seu pai. Outros chefes desconfiaram da forma como os dois visitantes desapareceram do reduto, na calada da noite e sem deixar pistas. De imediato destacaram um piquete comandado por Francisco Alonço. Sem dar satisfações a Maria Rosa, partiram no encalço dos dois." (VALENTINI, 1998, p.115).

"fanáticos". O *Diário da Tarde* registra esta etapa da Guerra do Contestado com grande expectativa[11], noticiando, entre outras nomeações, que embarcaram para União da Vitória 105 praças (29/08/1914) e outras 220 do regimento de segurança para "defender as cidades ameaçadas pela invasão dos fanáticos" (31/08/1914).

Mais uma vez, foram frustradas as expectativas de acabar com a revolta, sendo este o momento de maior expansão dos sertanejos do Contestado. Relata Vinhas de Queiroz que o movimento chegou a alcançar entre 20 e 30 mil integrantes, reunidos nos redutos da vasta região do Contestado, que somava mais de 20 mil quilômetros quadrados.[12] Diante das derrotas constantes do exército, e também do pavor causado pela morte do capitão Matos Costa, a crença de que os sertanejos eram protegidos por São Sebastião ganhou os sertões.

Para conter e acabar de vez com a rebelião do Contestado, o governo federal nomeou como comandante o general Setembrino de Carvalho, veterano de Canudos, colocando à disposição mais da metade do exército republicano da época. O plano estabelecido pelo general foi cercar a região em quatro frentes, avançando progressivamente e deixando os sertanejos sitiados. Enquanto esteve no comando, o general promoveu uma série de investidas ao grande reduto de Caçador e seus arredores, enfraquecendo o movimento[13]; sucessivas operações foram realizadas, fazendo ressurgir a ideia de que a guerra estava terminando.

Com discursos marcados pelo otimismo, o jornal mantém considerável espaço para a divulgação das informações oficiais, como demonstra o seguinte despacho do coronel Fabriciano ao presidente do Estado do Paraná:

---

11. O jornal divulga a relação dos responsáveis pelas colunas e descreve como vão agir, criando um clima de patriotismo e coragem: "Todas as praças que hoje embarcaram seguiram bem dispostas, manifestando mesmo franca alegria por terem ocasião de talvez selarem com o próprio sangue os juramentos feitos perante o pavilhão nacional, por ocasião dos seus alistamentos nas fileiras do exército."(29/08/1914)
12. Data de setembro de 1914 a intensificação dos ataques dos sertanejos às vilas e cidades. No dia 5 deste mês, atacaram Calmon e incendiaram a filial da serraria Lumber, e em 26 de setembro foi atacada a vila de Curitibanos, sendo o cartório destruído e diversas casas queimadas. Iniciava-se, assim, um plano mais enérgico e sistemático de resistência.
13. Em dezembro de 1914, os sertanejos, chefiados por Adeodato Manoel Ramos – que tomou o posto devido à morte do comandante geral Francisco Alonço, morto no combate do Rio das Antas, e comandou o movimento até o final –, transferiram o reduto de Caçador para Santa Maria.

> Tenho imensa satisfação de comunicar v. exa. que parece muito próximo o restabelecimento da ordem e das garantias nos sertões conflagrados. O chefe Antônio Tavares reiterou seus propósitos de depor as armas. Dado assim seja, ficam pacificamente os municípios de Rio Negro e Itayópolis. O chefe Chico Salvador apresentou-se ao comandante da coluna norte, propondo entregar as armas com que tem flagelado os nossos sertões. Esse chefe retirar-se-á do reduto de colônia Vieira com trezentos companheiros. Congratulo-me com v. exa. pela promissora perspectiva de paz, sem serem necessários mais sacrifícios de vidas preciosas bem dignas de melhores destinos. (07/01/1915)

Segundo o telegrama, a paz estava prestes a ser restabelecida, com a rendição dos integrantes do movimento e as sistemáticas operações de guerra conduzidas pelo general Setembrino. Assim, diante do eminente fim dos conflitos, o presidente Carlos Cavalcanti recebe os cumprimentos por poupar mais vidas preciosas para o caso Contestado. Neste período, estava firmemente estabelecido o cerco em torno dos redutos, e a falta de comida e munições começava a fazer-se aguda entre os fanáticos. No mês de janeiro, segundo Vinhas de Queiroz, processaram-se rendições em massa em várias localidades; ao todo, calculou-se que no decorrer do mês três mil sertanejos se apresentaram às autoridades.[14]

O fim da guerra, no entanto, seria adiado por ainda mais algum tempo: todos aqueles que não tinham se entregado ou caído prisioneiros ou ainda fugido dos outros redutos concentravam-se em Santa Maria, que contava com cerca de 5 mil pessoas. Considerado o último reduto, resistiu por várias vezes, até que foi vencido pela somatória de problemas ocasionados pela falta de alimentos[15] e por epidemias, principal-

14. "Em Papanduva entregaram-se 300 revoltosos que não suportavam mais as condições da guerra sertaneja. Em Rio Negro apresentaram-se 65 pessoas que se haviam internado no mato desde o início do movimento. Só em Canoinhas sujeitaram-se nada menos que 243 famílias. No município de Lages depuseram armas 528 indivíduos, provenientes da área do Serrito e de Campo Belo." (QUEIROZ, 1977, p.217).

15. Vinhas de Queiroz registra, por uma série de depoimentos, as lembranças da fome vivenciada no reduto de Santa Maria: "O cerco e o acúmulo do pessoal produziram uma fome sem precedentes. Dez reses eram carneadas todos os dias, porém as rações, que dependiam do tamanho da família e também da boa vontade dos encarregados do corte, diminuíam. (...) Alguns contam que puderam resistir porque se deram bem com as frutinhas da imbuia. Outros ainda conseguiam coletar mel de abelhas do mato e abater alguma caça nos arredores. Inclusive esses últimos recursos da floresta eram disputados ao máximo. Um caçador que

mente de tifo, que matava diariamente dezenas de pessoas. Segundo Valentini:

> O reduto mor de Santa Maria foi, sem dúvida, o que ficou marcado pelos seguidos combates e pelo grande número de mortes, ocorridas não apenas pelas armas, mas também pela fome e por doenças. A destruição deste reduto marcou o fim da Campanha do Contestado, sob o comando do General Setembrino. [...] Espalhou-se o mito de que Santa Maria era o "chão sagrado" e ali todos seriam imortais. Peludo ali não chegaria. O pessoal de outras guardas e redutos, que iam sendo tomadas pelas forças legais, convergiam para Santa Maria, que chegou a ter, aproximadamente, 5.000 habitantes. (1998, p.119)

Foram meses seguidos de combates, com as forças legais vencendo progressivamente guardas e arredores de Santa Maria e os sertanejos resistindo a todo custo. Cada investida era tratada pelo jornal como um acontecimento que vinha inaugurar finalmente a paz no território contestado, na medida em que se noticiava o sucesso das operações, por telegramas do general Setembrino à imprensa. Pode-se dizer que, a partir dos relatos oficiais, instituem-se os sentidos em torno das figuras militares e, por oposição, dos sertanejos combatentes, convertendo assim as representações do jornal em documentos da história.

O texto que segue, referente ao início dos ataques ao reduto de Santa Maria, é exemplo de como as informações são acrescidas de valorações, com a finalidade de "sugerir" o reconhecimento pela função honrada que cabia às forças armadas.

> Como fora anunciado, realizou-se anteontem à tarde o ataque ao reduto de Santa Maria. Não se sabe por enquanto o número exato de perdas sofridas pela coluna, mas é de crer que o mesmo seja elevado. Ao que se sabe, até agora pereceram o capitão José Bayma, o 1º tenente Orestes de Salvo Castro, vários inferiores e 34 praças simples. O número de feridos, entre os quais se contam os capitães Hygino Pantaleão da Silva Júnior e Cândido Océa de

acertou um coati, teve de reparti-lo imediatamente entre os amigos, que logo engoliram mal sapecado no fogo, não deixando nem as tripas. Uma testemunha lembra que em Santa Maria os jagunços devoravam cavalos e até cachorros. Comiam couro cru, correia, capa de cangalha, bruaca." (QUEIROZ, 1977, p.223).

> Moraes e os tenentes José Amancio de Freitas e Antonio d'Avilla, sobe a mais de uma centena. Do lado dos fanáticos, as perdas foram grandes. Fazendo a testa da coluna, o 57º batalhão de caçadores foi o que mais sofreu na tremenda refrega. Todas as unidades que entraram em combate se bateram com bravura e denodo, honrando sobremodo as gloriosas tradições do exército nacional. A todos os bravos oficiais e praças que tombaram no ataque ao reduto de Santa Maria, o *Diário da Tarde* apresenta sinceras condolências. (12/02/1915)

São as notícias publicadas no *Diário da Tarde*, ecoando as vozes oficiais que predominam na produção e divulgação dos fatos, que atribuem aos acontecimentos sua transcendência social. É pelo registro da imprensa que os fatos tornam-se públicos e que os questionamentos sobre os rumos da guerra são postos em cena; não mais se propaga e festeja o fim da revolta, não mais se sustenta a superioridade das forças; agora, pretende-se oferecer informações mais precisas sobre as reais condições do trabalho de "pacificação" armada.

Por este viés, o *Diário da Tarde* discute o envio de nova remessa de forças para o Contestado, emitindo uma espécie de "resposta" a um jornal do Rio que estaria duvidando do sucesso da missão de Setembrino. Observa-se, entretanto, a permanência de um enfoque "oficializado" nas palavras de representantes das forças legais, que faz o jornal, ainda que manifeste certa inquietação em relação às sucessivas derrotas, manter-se posicionado na perspectiva de sustentar a veracidade das afirmações do general.

> Um jornal do Rio escreveu o seguinte sobre os conflitos da região contestada no dia 22 do corrente: "deve seguir amanhã para o Paraná um contingente de 300 praças do Exército, retirados dos diversos corpos desta capital. Esta força vai preencher os claros abertos nos corpos que operam no território contestado, por efeito das baixas verificadas em combate e por notícias. Sobre a partida dessa força se tem feito comentários, parecendo a muita gente que a situação no sertão do Paraná não é boa como deu a entender o último telegrama do general Setembrino de Carvalho."
>
> De fato, o despacho citado dizia que toda a zona do lado do Paraná estava limpa do inimigo, faltando apenas o reduto de Santa Maria, para livrar também o lado de Santa Catarina das depredações dos fanáticos. Ora, limpas as duas zonas do Contestado, em Santa Catarina e no Paraná,

> estará livre o Contestado. Nesse caso que motivo há para o envio de novas forças para o Contestado? Apanhando essa interrogação fomos ao ministro de guerra a procura de uma explicação que tranqüilize a opinião alarmada.
> A remessa desse contingente nada tem de estranhável, conhecendo-se os seus precedentes. Logo depois de combater o reduto de Santa Maria, no qual perdemos alguma gente, o ministro da guerra apressou-se em telegrafar ao general Setembrino pondo à sua disposição os elementos necessários em tropas e material para dominar os fanáticos. As ordens para seguir o reforço já estavam dadas. É prudência para evitar surpresas. (26/02/1915)

Com o objetivo de "tranquilizar a opinião alarmada", o texto evidencia, além da "busca pela verdade", o atrelamento do jornal a estas vozes que "dizem" a realidade, segundo seus interesses e objetivos.[16] A adesão a determinado grupo, assim como as alianças que estabelece para "tratar" os fatos, fazem que a atividade discursiva ultrapasse os limites da informação, tornando-se um meio de conformação da realidade.

Neste mesmo sentido, e ainda em relação aos acontecimentos de Santa Maria, o *Diário da Tarde* descreve a chegada dos combatentes à capital e, por um tratamento emotivo, busca informações sobre o conflito. O relato minucioso da chegada do trem e da recepção das famílias dá ao jornal o sentido de cumplicidade às forças militares, que haviam cumprido o dever de defender o território contestado.

> Sabendo, ontem, da chegada a esta capital, de várias praças dos corpos desta guarnição feridas no último reduto de Santa Maria, tomado valentemente pelas nossas forças, destacamos logo dois dos nossos companheiros para receberem dessas praças as suas impressões obtidas no horroroso combate. Precisamente à hora 3:30, hora em que chegava a esta capital o trem da tabela que conduzia a esta cidade os feridos do último combate, ali se achavam os nossos dois companheiros destacados para esse fim.

16. Vale notar que, conforme observou-se no capítulo referente à questão de limites, o *Diário da Tarde* tinha motivos particulares para propagar a proximidade do fim da guerra, ou amenizar a dimensão do movimento sertanejo. Tratava-se de uma maneira de evitar uma maior intervenção federal no caso, protegendo assim o território paranaense de outro tipo de decisão, além da judicial, como desejavam as autoridades.

> Um movimento desusado se notava nas salas da Estrada de Ferro. Uma multidão de mulheres à espera dos seus maridos; uma onda de crianças aguardando a chegada dos seus pais; um agrupamento de pessoas à espera de seus amigos, tudo isso se notava ontem na estação da estrada de ferro.
> Em todos os semblantes notava-se a ansiedade e a comoção com que aquele povo aguardava a chegada dos seus entes mais caros do mundo.
> [...] Uma decepção e um desânimo invadiu a todos. Ainda não eram os feridos que chegavam a esta capital e sim grande quantidade de praças dos vários batalhões, atacados de diversas moléstias e bastante estropiadas, tendo os feridos ficado em Porto União da Vitória, onde existem dois hospitais de sangue para tratamento das praças feridas. (10/04/1915)

Conforme observa Vinhas de Queiroz, nas capitais dos estados e até no Rio de Janeiro, a imprensa aclamava aquela vitória de nossas forças armadas. Oficialmente, foi dada por finda a Campanha, dissolvida a Expedição. “A força policial do Paraná se encarregaria de guarnecer determinados trechos, enquanto outros ficariam a cargo da polícia de Santa Catarina ou de certos coronéis com seus bandos de vaqueanos” (QUEIROZ, 1977, p.230).

Assim, mesmo diante do evidente desgaste moral do exército decorrente do forçado prolongamento de sua missão, registros estereotipados e feitos heróicos permanecem como base para as afirmações do jornal, embora a este seja, em determinados momentos, inegável a manifestação contrária às impressões e pressupostos das “falas oficiais” em relação ao cumprimento definitivo de seus objetivos. É o caso do seguinte editorial – “Há temores de que ressurja o banditismo nos sertões” –, que embora não trate exatamente de operações de guerra como os demais, coloca em discussão a imprecisão das informações e evidencia o descontrole a que o movimento estava submetido, mesmo depois da destruição dos principais redutos pelas forças militares.

> Embora nos seja pesado e até mesmo dificultoso apregoar o perigo a que continua exposta a atribulada população do trágico território contestado, o qual nos surge novamente como teatro dos mais sangrentos e revoltantes crimes, reproduzindo o telegrama que o sr. Coronel Felipe Schimidt transmitiu sábado último, de Florianópolis, ao senador catarinense sr. Babtista, que se acha no Rio e qual está assim concebido:

> "Julgo de urgentíssima necessidade que o governo da União envie já forças para Campos Novos, antes que o novo movimento de fanáticos tome maior vulto na região de Canoas, Butiá Verde e Perdizinhas. Acabo de receber do coronel Francisco Albuquerque a seguinte comunicação: "fanáticos incendiaram a fazenda de Nico Pepe, assassinando-o. [...] Urgem providências"
>
> Embora essa triste nova já fosse por nós pressuposta desde o momento em que nossas forças receberam ordens de recolher-se, ficando desse modo alguns pontos fracamente guarnecidos e outros no mais completo abandono, facilitando, assim, a reorganização de novos redutos que talvez amanhã (oxalá que nos enganemos) estarão fortes e dispostos a oferecer a mais tenaz e já conhecida resistência, não deixou de nos causar séria e justa comoção. Agora, perguntamos o que nos resta fazer diante de tudo isso? Levantarmos as mãos para o firmamento e perguntarmos: até quando estaremos condenados a suportar tais misérias e vergonhas? (17/06/1915)

Tendo como argumento principal o reconhecimento público do fracasso das operações até então realizadas – contrariamente ao que se afirma em momentos pontuais da guerra –, o texto traz interessantes referências sobre o clima de insatisfação com o desfecho da guerra e de temor diante da possibilidade de novos ajuntamentos. Conforme previsto no texto do *Diário da* Tarde, a saída de cena do exército não representou a garantia de "paz" no Contestado. Pouco tempo depois, o jornal, noticiando novas manifestações de revolta, registra a continuidade da guerra a partir da reorganização dos sertanejos nos redutos de São Miguel e São Pedro, que tinham como líder Adeodato.[17] A destruição do último reduto, realizada

17. A Adeodato, conhecido como "flagelo de Deus", são atribuídas uma série de atrocidades e crimes cometidos nos redutos. "Tinha fama de ferocidade e dureza que já vinha dos tempos de Santa Maria, mas era contido pela ação dos outros chefes e jagunços de prestígio. Devido à crença de que se tornara santo e tocado pelo poder divino, tornou-se incontrastável o seu poder pessoal. [...] Em todos os rumores havia exagero evidente. Todavia, não há dúvida de que Adeodato aplicou o terror interno. A princípio, somente contra os derrotistas, os que tencionavam fugir ou mantinham de qualquer forma ligações com o inimigo. Logo a seguir o terrorismo exorbitou, e atingiu os próprios companheiros de crença. Qualquer dúvida ou pergunta era tida como indisciplina e o mais leve sinal de crítica e desconfiança era suficiente para que o sujeito fosse declarado culpado contra a religião e morto." (QUEIROZ, 1977, p.235).
Depois de declarada a vitória do exército sobre os sertanejos, Adeodato perambulou pelo mato durante vários meses, foi preso e condenado a trinta anos de prisão (pena máxima

pela polícia catarinense sob o comando do capitão Euclides de Castro, ocorreu em dezembro de 1915, estendendo-se à procura de sobreviventes dos redutos pelo mato, em toda região.[18]

Percebe-se, ainda, que os últimos combates e operações policiais não chegam a ganhar visibilidade pública nos discursos do jornal. Enquanto a atenção é desviada para a questão de limites, a situação dos sertanejos e a atuação indiscriminada das forças é deslocada para segundo plano, figurando como assunto "complementar" sobre o caso. A própria irrelevância que o assunto assume na época, em comparação a outras questões, constitui um aspecto interessante de ser observado, uma vez que representa uma das formas pelas quais se constrói (ou se deixa de construir) cotidianamente os acontecimentos na pauta da sociedade.

Na busca das formas pelas quais se registrou e fez acontecer a história do Contestado, oferecemos alguns exemplos de como alguns combates e informes assumem o papel de divulgadores da verdade no jornal. Dezenas de outros textos poderiam ser observados, demonstrando aspectos que permitem recuperar etapas da guerra e seu tratamento pelo jornalismo. No entanto, limitamo-nos aqui à constatação do que tais registros representam, em termos jornalísticos, para a construção da história.

Pela referência aos textos do *Diário da Tarde* que atuaram particularmente no registro das operações de guerra, pode-se dizer que os discursos do jornal estabelecem a mediação entre os fatos e sua existência pública na sociedade, articulando sentidos e vozes diversas e registrando em suas páginas os resultados dos conflitos e suas implicações. Percorrendo os discursos jornalísticos é possível encontrar uma história imortalizada. Uma história que, obviamente, apresenta vários ângulos, mas que à primeira vista faz sobressair uma oficialidade, parcial, que lhe é constitutiva. A partir desta percepção, entendemos que o "contar" um fato, segundo angulações previamente dadas, traz dentro de si elementos formadores do próprio "acontecer".

---

que as leis permitiam), conseguindo fugir por duas vezes, quando então foi baleado na penitenciária em Florianópolis, vindo a falecer pouco depois.

18. Terminada a guerra, intensifica-se o processo de rendição dos sertanejos, que apresentavam-se em situação de total miséria. Estudos sobre o Contestado mencionam uma série de crimes em massa praticados pelas polícias dos dois estados neste período.

Entre fatos, opiniões e verdades, as falas do *Diário da Tarde*

Em meio aos discursos que registraram os acontecimentos do Contestado, estabelecendo a conexão entre fontes e jornalistas, as notícias tornaram-se uma ferramenta importante do governo e das autoridades estabelecidas para "contar" a realidade. Observamos que o acesso predominante de determinados segmentos da sociedade reflete o poder real dos atores – uma vez que o discurso não pode ser entendido fora do sistema político e social em que é produzido – e que a imprensa, em geral, tende a apoiar as interpretações oficiosas dos acontecimentos.

Interessa-nos, sob um outro ângulo, analisar como o jornal se faz ouvir, como articula e negocia sentidos na discursivização cotidiana de fatos, poderes e interesses, e coloca em jogo as contradições da realidade social, estabelecendo uma disputa simbólica em torno do processo de significação. Tentaremos observar, a partir desta problemática, a presença de uma "política da realidade" que permite ao jornal produzir opiniões que podem ser tomadas como fatos.

Vale lembrar que, no período referente à Guerra do Contestado, a imprensa já se havia convertido para os cidadãos como principal fonte de transmissão de acontecimentos. Como aponta Alsina, "frente a los acontecimientos sociales, la prensa adopta una postura más activa; ya no se trata de recibir la información y comentarla, sino que hay que descubrir el acontecimiento" (1989, p.87). Por isso, podemos constatar que o papel do jornal na produção e divulgação dos acontecimentos não era, apesar da relativa restrição do público leitor, de modo algum irrelevante.

A partir desta consideração, procuraremos entender os modos pelos quais se impõem acontecimentos e problemáticas pela atuação do *Diário da Tarde*, observando como o jornal se posiciona em determinados momentos para oferecer as notícias como índices do real. A participação efetiva na busca de informações e no modo de narrar os acontecimentos evidencia este papel de produzir a realidade social atribuído ao jornalismo. Pois, além de colocar em cena diversos atores que se manifestam no espaço simbólico da imprensa, disputando sentidos e verdades, o próprio jornal se constitui como mediador e agente do processo de construção das notícias. Afinal, conforme observa Traquina, as notícias não podem ser vistas como emergindo naturalmente dos acontecimentos do mundo real; elas acontecem na conjunção de acontecimentos e textos: "enquanto

o acontecimento cria a notícia, a notícia também cria o acontecimento" (TRAQUINA, 1995, p.168).

Como a produção da notícia define uma aproximação determinada à realidade, pode-se dizer que o discurso jornalístico representa, efetivamente, um mecanismo pelo qual se constrói o mundo. Mas como ele o faz? Pela pura e simples divulgação pública dos fatos? Mais do que isso, o jornal apresenta uma maneira particular de "testemunhar" os acontecimentos, oferecendo diversas leituras da realidade que são processadas pelo público. Entre fatos e opiniões, fontes e registros, manifesta também sua leitura, angulada segundo posicionamentos já dados e determinada pela situação específica em que o jornal diz e constrói o acontecimento.

Nos discursos veiculados no *Diário da Tarde*, este aspecto é evidente; o próprio jornal demonstra o compromisso de informar o leitor e mostrar a "verdade", questiona determinadas informações e até mesmo se contradiz. Desvendando ou fazendo prevalecer determinados ângulos para as informações e deixando transparecer sua política editorial, o periódico produz e institui os acontecimentos do Contestado pelos sentidos fixados (ou sugeridos) pela atividade discursiva.

O tratamento emotivo dedicado pelo jornal na transmissão das notícias, assim como o diálogo com o leitor e a manifestação do compromisso em informá-lo, imprimem ao *Diário da Tarde* um visível envolvimento com as informações. É por este viés que o periódico noticia sua participação no registro dos fatos, fazendo prevalecer seu papel na sociedade curitibana. O texto que segue, referente a um dos vários confrontos das forças do exército com os sertanejos, ilustra esta perspectiva.

> Os alarmantes boatos que com insistência corriam pela cidade faziam pensar que alguma coisa anormal se havia passado ou estava por se passar. Não descansamos um só momento nas nossas indagações e hoje, finalmente, conseguimos saber, embora com dificuldade, que próximo ao Timbozinho se travara combate, sábado passado, entre os caboclos e a gente do general Mesquita, saindo 4 soldados e 1 vaqueano mortos e 11 soldados e 1 vaqueano feridos. Por enquanto são só essas as consequências conhecidas do encontro. Quem sabe, porém, se elas não foram muito maiores? Procuramos hoje, pela manhã, o sr. General Ferreira de Abreu, que nada mais nos pode adiantar, dizendo saber, apenas, que os fanáticos haviam tido grandes perdas e que os sobreviventes deles haviam fugido apressadamente. A esta

> hora já demos todas as providências necessárias para que amanhã possamos com mais minúcias informar os leitores sobre os tristes fatos.
> [...] Conseguimos, entretanto, de pessoa que esteve no local que foi vitimado o tenente Campos, algumas notas sobre o estado em que foi encontrado o corpo do inditoso oficial. Segundo diz o nosso informante, aliás, falou muito reservadamente e sem querer pormenorizar, ao notar-se no acampamento a demora do tenente Campos, que saíra para fazer uma excursão pelas redondezas do lugar, sempre o temor de que algo de grave tivesse acontecido, foi enviado um pequeno contingente de soldados à sua procura. Depois de muito buscar pelas matas vizinhas, os soldados depararam, horrorizados, com o corpo do bravo oficial, estendido, de bruços, na proximidade de uma ponte que há sobre um dos riachos que correm para o Timbozinho. O cadáver apresentava mais de 8 ferimentos de bala, e estava completamente desnudado. Os fanáticos lhe haviam tirado, não só toda a roupa, como também a espada e até a aliança. Tinha desaparecido, também, uma importante quantia que o assassinado levara consigo. (18/05/1914)

Estabelecendo uma visível proximidade com o leitor, este texto faz mais do que informar sobre o resultado do combate; envolve as dificuldades do trabalho jornalístico, a imprecisão das informações, o relato de um informante, as ações dos "fanáticos". Ou seja, são vários os elementos que compõem o trabalho simbólico de noticiabilidade dos fatos, neste caso específico. Pela exacerbação das impressões do jornalista – expressos na adjetivação e nos pressupostos lançados no transcorrer do texto – também é possível apreender o conteúdo simbólico inerente à narração dos acontecimentos.

Este tipo de construção da notícia, marcado pelo tom emotivo e impressionístico que mistura informação e opinião, é o que prevalece nos jornais da época, tornando visível a presença da imprensa na transformação dos acontecimentos em notícias. Mas, além de referências pontuais aos marcos históricos oficializados pelas batalhas do Contestado, o jornal também manifesta seu posicionamento em situações tangenciais ao conflito.

Trataremos, aqui, do modo como o *Diário da Tarde* aborda a divulgação das operações de guerra e do estabelecimento da paz pelo exército, entendendo que representa um tema relevante para a compreensão dos acontecimentos pela sociedade. A narração dramática dos resultados da batalha apresenta-se no texto que segue acrescida da atuação do jornal

em acompanhar o andamento das operações, representando assim um tipo de aliança com o leitor na verbalização de seus posicionamentos.

> Como se não bastassem para constranger-nos dolorosamente a alma e lançar o nosso espírito no mais negro luto as sangrentas tragédias que há tantos meses se vêem desenrolando nos nossos sertões, sacrificando tanta vida preciosa para a pátria e mergulhando tantos lares no desconforto e na dor, trazem-nos, agora, as notícias oficiais, o triste conhecimento de novos derramamentos de sangue a encharcar aquele recanto do Brasil, que deveria ser um ninho de felicidade, mas que está transformado num altar de bárbaros sacrifícios.
> Temos minuciosamente narrado aos nossos leitores, levando a palma a qualquer outro órgão de imprensa, os negros acontecimentos que tem sido teatro o Contestado. Com a máxima fidelidade descrevemos as horrorosas cenas de assassinato e massacre que lá se tem passado, procurando cumprir estritamente o nosso dever de grande órgão de patricidade. [...]
> Pelos números do *Diário da Tarde* de ontem e anteontem, tiveram os nossos leitores os mais exatos informes da trágica chacina do bravo tenente Antônio Pereira Campos e sobre o violento encontro que teve lugar entre as forças do sr. General Mesquita e os caboclos fanatizados, e do qual resultou a morte de onze valorosos servidores da pátria e um número elevado de graves ferimentos.
> Telegramas oficiais agora recebidos trazem a notícia de mais dois terríveis encontros, dos quais resultaram outras numerosas mortes e muitos ferimentos de oficiais inferiores e praças do exército.[19] Pelos matos e capões das redondezas foram encontrados mais trinta e tantos fanáticos mortos.
> O sr. General Mesquita telegrafou dando por finda a sua missão, dizendo que agora compete aos governos do Paraná e de Santa Catarina a punição dos criminosos e o policiamento da zona conflagrada, e pedindo com insistência a promoção dos seus bravos oficiais, tão cruelmente sacrificados pela ignorância e ferocidade daquela gente fanatizada. (20/05/1914)

19. O jornal refere-se à luta no arraial de Santo Antônio, que resultou em um grande número de vítimas de ambos os lados envolvidos na guerra.

O que chama a atenção neste texto, além da elaboração sentimentalista com que são recuperadas as informações sobre a guerra, é a afirmação da presença do jornal na mediação desta realidade. Parece ser justamente por se constituir como um "órgão de patricidade" que os fatos são narrados com tamanho pesar e com a garantia de fidelidade. O posicionamento explícito do periódico nas questões da guerra – seja na dramatização dos acontecimentos, seja no questionamento de determinadas decisões e opiniões – percorre todo o período do movimento do Contestado, de modo a marcar sua participação e o seu envolvimento no próprio processo de consolidação da história.

No que diz respeito às manifestações de "missão cumprida" pelos comandantes das operações, o *Diário da Tarde*, embora inevitavelmente marcado por uma relação de "obediência" às autoridades, como os demais periódicos da capital paranaense, faz circular sentidos opostos àqueles divulgados pelas vozes oficiais. Sob o título "O ministro de guerra não considera finda a missão do general Mesquita", o jornal publica na íntegra o telegrama passado pelo general ao presidente do Estado sobre as operações em Tamanduá, fazendo os seguintes comentários...

> O sr. general Carlos de Mesquita considera dada a missão de que foi incumbido pelo governo federal, de dispersar por uma vez os perigosos ajuntamentos de fanáticos e bandidos, que infestam os nossos sertões. Já ontem estranhamos a decisão do sr. General Mesquita, pois que os fatos, ao contrário daquilo que ele parece querer afirmar, estão demonstrando que agora mais do que nunca os fanáticos ainda constituem uma terrível ameaça suspensa sobre a nossa terra.
> [...] Julgamos que s. exa. não quer levar adiante a campanha contra os fanáticos por temer que venha a ser provada a impotência das forças que nos sertões operam, contra aqueles terríveis bandos de homens arrojados e valentes.
> Todas essas cousas nós temos dito pelo nosso jornal: agora vem em apoio de nossas palavras a resolução do sr. Ministro de Guerra que, segundo informações que obtivemos de fonte oficial, não aceita como finda a missão do sr. General Mesquita e quer saber por que razão ele a deu como tal, pois que julga absolutamente necessária, ainda, a ação do exército nos sertões do Contestado. (21/05/1914)

... e especulações sobre as ações de Mesquita:

> São estranhas e quase inacreditáveis as versões que pela cidade correm a respeito do procedimento do general Mesquita para com os vencidos dessa luta enorme travada nos sertões. Diz-se, por aí, que o general Mesquita, além de incendiar todas as casas, inclusive igrejas, etc., dos redutos que vai tomando, manda degolar os pobres prisioneiros, ora pela sua própria gente, ora entregando-os ao pessoal do coronel Fabrício. Não nos parecem verossímeis essas versões, porquanto o sr. General Mesquita é tido como um homem de sentimentos elevados. Além disso, s. exa. é também chefe da Maçonaria Rio-Grandense, fato esse que, por certo, o impediria de cometer semelhantes crimes. Estamos convencidos de que informações posteriores e mais exatas desmentirão essas versões, para honra do exército nacional, a que damos curso apenas no cumprimento do dever de informar nossos leitores. Para isto não poupamos esforços e ainda ontem fomos os únicos a noticiar os dois últimos combates, bem como a resolução do general Mesquita de dar por finda a sua missão, o que prova a excelência da nossa reportagem. (21/05/1914)

Neste extenso texto jornalístico, rompe-se de vez com o entusiasmo manifestado em momentos anteriores sobre o fim da guerra, abrindo espaço para o questionamento da atuação do general que comandava as operações. O primeiro fragmento discursivo, ao se referir ao temor de admitir a impotência das forças do exército diante do movimento sertanejo, produz o efeito de ilegitimidade das operações de Mesquita junto à opinião pública. Apoiando-se na resolução do Ministro de Guerra, o jornal confirma a necessidade de dar continuidade ao plano de pacificação, como teria afirmado aos seus leitores.

A segunda parte do texto, por sua vez, é menos opinativa do que especulativa. Mesmo afirmando que as versões sobre os abusos do general "não parecem verossímeis", por se tratar de um homem de sentimentos elevados e ainda chefe da Maçonaria Rio-Grandense, a referência a tais ações supostamente realizadas por ele já constituem um tipo de questionamento sobre a sua conduta que, vindo na sequência do engano de que teria cumprido sua missão, produzem um certo abalo à imagem do comandante. Assim, sob o pretexto de que o jornal estaria publicando tais informações somente pelo dever de informar os leitores, a autopropaganda realizada pelo jornal ganha força na afirmação da excelência da reportagem, que aparece como pano de fundo ao longo do texto.

Semelhantes abordagens são publicadas na sequência pelo *Diário da Tarde*, quando as forças do exército são surpreendidas por novas organizações dos sertanejos.[20] Diante de um histórico pouco louvável para o exército nos conflitos do Contestado, o jornal produz uma certa desconfiança em relação ao otimismo manifestado pelas declarações oficiais, no momento sustentadas pelo general Setembrino de Carvalho.

> A situação daquela zona não chegou mesmo ao ponto em que se encontra senão porque sempre a julgamos através dum suave e, neste caso, dum pernicioso otimismo.
> A primeira expedição militar para ali enviada imaginou ter dado caça a um simples bando de salteadores; mas os salteadores, regressada a tropa, reapareceram, saídos de seus covis. E assim sucedeu com todas as expedições posteriores, a última das quais, a que antecedeu a atual – a expedição Carlos de Mesquita – chegou até a receber aclamações e festas, tão grande era a certeza de que ela tinha de fato extinguido os redutos dos bandoleiros. Ora, nada indica que a mesma coisa não se repita agora com a expedição do general Setembrino. O argumento principal, que dá a confiança no fim próximo da luta, é o desaparecimento dos homens em armas que perturbavam a paz do contestado ou a sua rendição aos pontos em que se mostravam mais difíceis de ser desalojados. Isso pode, efetivamente, ser sintoma de fim de luta: mas não é indício de renúncia à luta. Os bandoleiros daquelas paragens, fatigados, dispersam-se ou fingem que se dispersam. Mas congregam-se depois e recomeçam as suas tropelias.
> [...] A expedição Setembrino, se ela realmente pensa ter acabado com os últimos redutos dos bandoleiros, não deve contentar-se com uma vitória que pode ser tão aparente quanto foi a do general Mesquita. (09/02/1915)

Baseado em experiências anteriores, o jornal argumenta que o sucesso completo da expedição militar ainda seria uma conquista distante,

20. Oferecendo uma leitura pouco otimista das tentativas de finalização do conflito, o jornal mantém a temática da guerra em seus editoriais pelo seguinte enfoque: "Quando há cerca de um mês o *Diário da Tarde* duvidou da apregoada pacificação dos fanáticos, de todos os lados se levantou uma injustificável e impensada celeuma que nós bem sabíamos breve seria esmagada pela dura e triste realidade dos fatos. A questão dos fanáticos não terminará tão cedo, a luta está mais acesa que nunca, e deixando ver atrás dos bastidores que a cercam graves acontecimentos que breve veremos se desenrolar." (29/08/1914)

uma vez que os sertanejos estariam dispostos a se reorganizar e lutar, como já havia ocorrido em outras fases da guerra. Manifestando sua voz, que contrasta com determinados dizeres e verdades, o periódico faz repercutir no universo social outros sentidos, que ganham legitimidade na medida em que são retomadas as operações contra os sertanejos. Seguindo esta orientação, o seguinte texto recupera os fatos do Contestado desde o primeiro combate, voltando a questionar "quando terminará a sangrenta epopeia dos sertões".

> Aqueles que têm acompanhado com interesse os acontecimentos que desde setembro de 1912 vem se desenrolando nos sertões da zona contestada certamente compreenderam, desde logo, que as intermitências de paz registradas não eram os prenúncios do restabelecimento completo de ordem, anunciada para breve, num clamar de prematuras suposições, que facilmente conseguiu convencer tão somente os que, não ligando a esses acontecimentos a importância que eles mereciam, julgaram, após o recolhimento a quartel da expedição sob o comando do coronel Antonio Sebastião Basílio Pyrrho, que estava tudo acabado, isto é, que a caboclada rebelde que sacrificara João Gualberto havia se submetido ao império da lei e que os sertões do Contestado haviam voltado a oferecer a paz e tranqüilidade duradouras de outros tempos. De como se desfez esse engano, todo o mundo se recorda.
>
> Crescera a audácia dos bandidos que, não tendo sido dominados como deveriam sê-lo, se julgavam triunfantes e por isto cada vez mais dilatavam o círculo de sua ação. Só então o governo compreendeu que a invasão dos "fanáticos" não era tão fácil de resolver como a princípio se julgava; só então o governo se recordou da lição recebida em Canudos!
>
> Que o general Setembrino fez o que ninguém se lembrou se fazer, é uma verdade que não pode ser contestada. Que ele merece os maiores louvores pelo modo por que tem sabido dirigir a campanha, sinceramente desejoso de estabelecer por completo, de forma absoluta, a paz nos sertões, é outra verdade. (12/02/1915)

Percebe-se por este texto, que dá continuidade ao questionamento levantado pelo jornal, que os sentidos em torno da representação dos combates se processam por meio de uma relação absolutamente movediça entre vencidos e vencedores. Prevendo mais um fracasso das forças

militares, o jornal justifica o fortalecimento do movimento sertanejo com a afirmação de que as autoridades não teriam dado a devida importância à questão do Contestado, tendo como reflexo o crescimento – comparável a Canudos! – da "audácia dos bandidos". Neste contexto, o posicionamento do jornal é claro: não há motivos para comemorar a paz e para louvar o general Setembrino; há, de fato, motivos para aguardar novas manifestações de resistência do "outro lado".

Textos como este, comuns nesta etapa final da guerra, são os que confirmam nos discursos jornalísticos o princípio da contradição, a contestação, a pluralidade de ângulos que se manifestam em meio aos enunciados. Devido ao fato de o próprio discurso ser parte constituinte do acontecimento, pode-se dizer que o papel do jornal na construção da realidade cotidiana está em seu trabalho de colocar em cena os implícitos e explícitos que orientam o mundo simbólico.

Observando alguns momentos em que o jornal divulga sua própria atuação e participação nos acontecimentos e os posicionamentos e opiniões que transbordam sua orientação editorial, procuramos apreender o modo como se constituem os sentidos por meio da atividade jornalística, fazendo expressar objetivos e posturas. Desse modo, enquanto noticia os fatos e os (re)insere no mundo real, a imprensa confere a determinados acontecimentos e informações seu específico caráter histórico.

Os dizeres da imprensa na disputa pelo sentido

Dando continuidade à perspectiva de observação do jornalismo em seu papel de produtor de discursos sociais, tentaremos agora analisar outro aspecto que diz respeito aos mecanismos de construção da realidade pela prática discursiva, abordando uma perspectiva que vem, se não complementar, ao menos oferecer mais uma possibilidade de olhar a questão. Trata-se, nesta perspectiva de percurso baseada na produção e disputa de sentidos, de estender a análise para o diálogo estabelecido entre o *Diário da Tarde* e demais periódicos do Paraná, de Santa Catarina e do Rio de Janeiro, que ganham as páginas do jornal para negar ou mesmo confirmar certas informações e posicionamentos. A referência parece oportuna por se tratar de uma característica da imprensa da época e pela repercussão polêmica que institui ao cotidiano jornalístico no tratamento das questões do Contestado.

Importante destacar que, nos jornais analisados, o que faz que a disputa pelo sentido se intensifique é o jogo estabelecido entre os jornais na tentativa de fazer prevalecer uma determinada visão dos fatos, a partir da tematização da disputa territorial. O confronto entre as perspectivas dos paranaenses e dos catarinenses têm, portanto, sua maior expressão nos processos midiáticos; é a imprensa o campo em que as diferenças são verbalizadas e as verdades, questionadas.

Enfocaremos esta parte da pesquisa no tratamento da imprensa pela imprensa, pela observação do que o *Diário da Tarde* e os outros periódicos do período dizem e constroem argumentativamente sobre as questões do Contestado e, desse modo, o trabalho e o papel do jornalismo na instituição de ângulos aceitos pela sociedade como verdadeiros. Ao perceber os vários modos como se fala sobre a imprensa (pela própria imprensa), estamos considerando as implicações do trabalho discursivo na consolidação de fatos e opiniões, entendendo a participação do jornal na formação da opinião pública.

No encontro com diversos textos que discutem a questão territorial, é interessante notar o clima de disputa na presença da "imprensa na imprensa", ou seja, na utilização de um discurso de outro periódico para produzir significados. Neste sentido, os argumentos utilizados pela imprensa paranaense e catarinense[21] sobre uma mesma questão permeada por interesses revelam diferentes formas de significar a realidade, segundo pontos de vista daqueles que disputam sentidos pelo discurso.

A imprensa atuou como porta-voz da preocupação em estabelecer os limites territoriais; para discutir esta questão, os estados do Paraná e de Santa Catarina recaem constantemente em acusações e denúncias, concebendo o movimento como resultado de disputas por limites, enquanto os jornais apresentam uma série de contradições a respeito da Guerra do Contestado, na busca de responsáveis pelas origens e desdobramentos do conflito. Pode-se observar estes contrastes nas relações de forças simbólicas que se manifestam em forma de estratégias retóricas nos enunciados do *Diário da Tarde* que seguem:

---

21. Embora a pesquisa não inclua análise de jornais catarinenses, a reprodução de discursos veiculados nestes periódicos pelo *Diário da Tarde* permite compreender a disputa simbólica pela construção de determinadas "versões" dos fatos, assim como a contradição estabelecida no dialogo entre a imprensa dos dois estados.

O jornal "A Noite" (Rio), fazendo diversas conjeturas sobre a natureza do movimento que se está operando em Santa Catarina, diz que os paranaenses não tomam esse movimento a sério, que desconfiam dessa sublevação, vendo nela simplesmente um pretexto habitualmente preparado pelos catarinenses, para guarnecerem o seu território, garantindo a decisão da questão de limites que terá desfecho logo que o sr. Vidal Ramos, governador de Santa Catarina, chegue a esta capital. O mesmo jornal estampa um mapa incluindo a zona contestada como já pertencente a Santa Catarina. (27/09/1912)

O "Catharinense", jornal que se publica em São Bento, sob a direção do sr. Luiz de Vasconcellos, no seu número de 14 do corrente, pretendendo rebater as alusões que o "Diário da Tarde" tem feito à estranhável semelhança desse movimento com o do Irani e à coincidência do mesmo com a reação de certos políticos do vizinho estado à idéia do arbitramento, procura, com uma inconcebível audácia, fazer crer que o ajuntamento, feito dentro do território do seu Estado, é promovido pelo Paraná. (17/12/1913)

Alguns jornais de Santa Catarina fingem-se de surpresos com o alarme dado pela imprensa paranaense a propósito de suas constantes e impertinentes "monjadas" no nosso território. Esquecem esses ilustres colegas, entre os quais se alista "O Município", de São Francisco, que a revelação dos intuitos de seus dirigentes nos foi feita pela sua própria imprensa, destacadamente pelo "Commercio de Joinville", que declara, sem rodeios nem circunlóquios, que sua força ia repor as "autoridades catarinenses no Timbó". Eis o que diz "O Município": Estamos certos de que a população do Paraná só está alarmada pelo barulho que tem feito ao redor deste assunto os jornais daquele estado, que ainda uma vez, aproveitam a oportunidade para ver nas providências tomadas um assalto à mão armada a terras do Contestado! Ultimamente, como se sabe, o governo do Paraná, simulando uma eleição, designou diversas pessoas para servir cargos de eleição popular no Timbó. Não se tem que estranhar semelhante fato. Para os jornais, natural que o Paraná [...] vá conquistando terras no contestado, e abusando mesmo da força para firmar jurisdição, arranque-a das mãos dos que ali se estabelecem."

> Enquanto os jornais de lá nos atacam porque resistimos, na linha do “status quo”, dizendo que invadimos, os “amarelos” de cá afirmam que o governo está traindo e vendendo o Estado. (28/12/1913)

Os três textos, que têm em comum a negação das notícias divulgadas em jornais de Santa Catarina e do Rio, lançam mão de diferentes argumentos para desconstruir as “verdades” noticiadas. O primeiro, que não recebe grande destaque no jornal paranaense, coloca em questão as afirmações de “A Noite” ao mencionar a presença de um mapa incluindo o território Contestado nos domínios de Santa Catarina. Isso faz demonstrar a parcialidade do periódico no tratamento da questão, na medida em que aborda o descrédito dos paranaenses em relação ao movimento sertanejo.

O segundo texto, por sua vez, é mais claro no que diz respeito à inversão de posições que envolve os dois periódicos. Enquanto o *Diário da Tarde* promove uma ampla divulgação dos interesses catarinenses em usar o movimento sertanejo como pretexto para pedir o arbitramento, o *Catharinense* aborda a questão, “com inconcebível audácia”, como uma invasão paranaense ao território vizinho. Vale lembrar que estas duas perspectivas transformam-se em um verdadeiro jogo de verdades e mentiras no transcorrer dos acontecimentos.

Já o último texto jornalístico, contando com uma linguagem mais irônica no tratamento dos “ilustres colegas”, coloca em evidência as contradições presentes na imprensa dos dois estados. Pela acusação de que os paranaenses estariam promovendo um “assalto a mão armada” nas terras contestadas, apontada pela imprensa do estado vizinho, confirma-se a inversão e o debate em torno das versões publicadas e repercutidas nos jornais, no esforço em estabelecer determinada visão dos fatos.

Interessante notar que o *Diário da Tarde* opõe as informações veiculadas no jornal catarinense *O Município* às de outro do mesmo Estado, *Commercio de Joinville*, do mesmo modo que, ao final do texto, refere-se aos “amarelos de cá”; este tipo de procedimento demonstra que, mais do que demarcar a oposição entre a imprensa dos dois estados, é preciso atentar para políticas editoriais que fazem que determinado jornal se posicione por vezes ao lado, por vezes contrário às forças do governo, em função de alianças e oposições específicas.

Em meio a este campo polêmico construído pela imprensa, atentaremos para o modo pelo qual o jornal paranaense, no diálogo com demais

órgãos de comunicação, faz repercutir o andamento da questão de limites e da própria Guerra do Contestado, oferecendo determinadas opiniões e soluções sobre o caso. Um dos momentos pontuais em que o confronto discursivo se intensifica diz respeito à já referida campanha de pacificação dos sertanejos promovida pelo jornal, que é vista com desconfiança e descrédito pelos demais jornais paranaenses e também por periódicos de outros estados.

Nesta perspectiva, continuando e afirmando a proposta do jornal de tentar a dispersão dos sertanejos antes de qualquer ação militar, o *Diário da Tarde* publica textos veiculados no jornal *Commercio do Paraná* que se mostram contrários às intenções pacíficas do periódico. Nos dois trechos abaixo, a resposta aos comentários do adversário é carregada de aspectos contestatórios:

> A única objeção séria *(sobre a campanha)* que se lhe opôs, exprimiu-a o "Commercio do Paraná" citando a fábula da assembléia em que os ratos se reuniram para libertar-se do gato perguntando: Quem irá colocar o guizo ao pescoço do temeroso bicho? Essa objeção, porém não é suficiente para afastar a nossa idéia. Não faltarão patriotas que se prontifiquem a ir parlamentar com os sertanejos em armas. A propaganda dos nossos colegas do diário parece que vai sair do terreno platônico de belos artigos de teses que eles não lêem e de que talvez nunca tenham conhecimento. (16/01/1914)

> Os nossos dignos colegas do "Commercio do Paraná", prevalecendo-se do feliz ensejo que lhe proporcionasse as notícias de algumas depredações feitas nos sertões do Taquarussu pelos fanáticos ou por bandidos, voltam a carga contra os infelizes sertanejos. Os colegas acham que estamos fazendo uma "fita", interpretando por essa forma pouco amável a nossa intervenção em prol dos inimigos sertanejos – homens, mulheres e crianças, ameaçados, sem que o percebam, na sua triste ignorância e profunda irresponsabilidade, de completo aniquilamento. Não advogamos a sorte de uns e sim a de todos: queremos evitar inútil derramamento de sangue, numa luta em que não está empenhada a honra da pátria, que é quando esse grande sacrifício se justifica.
>
> Os colegas não aconselham bem e esquecem o fim da missão social em que, como jornalistas, nos achamos. Nós cumprimos o nosso dever aqui na nossa banqueta de trabalho; procuramos orientar os que nos leem,

> esforçamo-nos por mostrar ao público a verdade dos acontecimentos; trabalhamos por fazer florescer e frutificar nas almas sensíveis dos nossos patrícios sementes de piedade. Cumprimos assim honestamente o nosso dever, satisfeitos com a nossa consciência. Se quisermos o nosso intento, será isso uma glória para a imprensa e uma honra para a nossa civilização; se não o conseguirmos, ficaremos com a satisfação que nos dá o dever cumprido. (19/01/1914)

Embora os dois textos abordem os méritos patrióticos dos jornalistas em buscar a paz por meios pacíficos, o segundo merece um olhar mais atento justamente pela emotividade com que a missão social do jornalista é tratada. Referindo-se à interpretação "pouco amável" dos colegas de profissão sobre a intervenção proposta pelo *Diário da Tarde*, o jornal faz uma espécie de apologia à função de jornalista, que deveria cumprir os compromissos de "orientar" os leitores e divulgar a verdade dos acontecimentos. Desse modo, mais do que justificar os motivos que o levaram a se posicionar desta forma sobre o movimento do Contestado, o periódico acaba por marcar sua presença nos rumos do conflito, sob os argumentos do dever, da piedade e consciência.

A partir deste enfoque, é possível imaginar a repercussão da campanha lançada pelo jornal no meio jornalístico e na sociedade paranaense. As críticas não se reduziram ao *Commercio do Paraná* – que o *Diário da Tarde* dá maior ênfase, talvez, por se tratar de seu principal adversário –, sendo produzidas também por outros periódicos. É o caso do texto que segue, que justifica os motivos pelos quais o jornal é contrário à ação das forças federais na zona contestada, elaborado no sentido de estabelecer um diálogo com um "jornalzinho" não identificado sobre a polêmica questão.

> Agora que um jornalzinho que parece publicar-se por aí está fazendo do caso uma das "chantagens", voltaremos a esclarecer mais uma vez o assunto, para que não haja encantos que se deixem iludir...
> [...] Vimos, então, que tudo não era mais que uma manobra da politicagem catarinense de que iam ser vítimas centenas de brasileiros caídos na mais cega ignorância e no mais lamentável fanatismo. E vimos também que o soldado nacional estava desviado dos serviços que a Nação lhe confiou: ia servir de arma contra os que haviam escapado ao jugo dos tiranetes de

> aldeia, numa luta fratricida que, quando dolorosamente necessária, competiria à policia estadual e não ao exército nacional.
> Lançamos então o nosso primeiro artigo, iniciando uma campanha que é, sem vanglória o dizemos, das mais nobres e justas e das mais ruidosas e aplaudidas que temos feito nossos jornalistas. Nela, pedimos misericórdia para os caboclos que sem culpa iam ser despedaçados pelo canhão. E, por vezes, estendemos as nossas considerações ao exército, evidenciando que não houvesse derramamento de sangue.
> Temos alguma parcela de responsabilidade na morte dos vinte e cinco bravos que pereceram na cilada de ontem? Não. Ao contrário, só nós é que procuramos evitá-la, trabalhando com afinco pela pacificação dos fanáticos e assim tentando evitar um choque igualmente fatal aos sertanejos e aos soldados. Responsáveis são: o sr. Vidal Ramos, que para servir seu correligionário e compadre Ferreira Albuquerque solicitou o concurso da força federal; as autoridades que, sem mais exame, atenderam a essa requisição; os jornais que pregaram uma luta de morte. A nós, só gratidão deve ter o exército nacional, pela defesa que de suas prerrogativas e de sua vida temos feito, sempre e apesar de todos os tropeços e desgostos que isso nos tem custado. Temos, pois, tranquila a consciência, enquanto o remorso deve estar torturando o coração e a consciência do governador de Santa Catarina, dos que atenderam ao seu pedido de auxílio e da imprensa amarela. (12/03/1914)

Sem poupar elogios para definir a própria atuação, o *Diário da Tarde* constrói sua imagem de "paladino" do povo do Contestado argumentando que a culpa não cabe a ele, que estaria tentando evitar inútil derramamento de sangue, agindo de modo consciente diante da situação. No entanto, mais do que justificar seus posicionamentos, o periódico também denomina os responsáveis pelas batalhas: Vidal Ramos, as autoridades por ele comandadas e os jornais[22]. Três instâncias que, em sua atuação específica, estariam agindo de forma orquestrada para promover e incentivar os conflitos armados.

22. Interessante notar que o próprio jornal admite a participação da imprensa – caracterizada de "amarela" – nas decisões políticas que envolvem o Contestado. Ao lado das forças políticas, a imprensa teria semelhante força na construção de opiniões, interesses e verdades que se lançam na sociedade.

Pode-se, assim, verificar que a Guerra do Contestado é constituída na imprensa a partir de expressivas contradições, especialmente no que se refere aos interesses dos dois estados. Mas, além da maior ou menor aceitação do movimento pelos jornais, é importante notar que os órgãos de imprensa definem a atividade dos demais adversários como resultado de algum tipo de interferência política, polarizada entre aqueles que defendem os interesses do Paraná e os que estão a serviço de Santa Catarina. Esta divisão acaba trazendo visíveis efeitos no tratamento das informações, levando-se em conta que as notícias passam a adquirir o *status* de verdadeira ou falsa segundo esta perspectiva. Daí o debate (interminável) entre os vários periódicos que, trabalhando as falas de outro jornal, expõem suas políticas editoriais promovendo o debate polêmico em torno do próprio fazer da imprensa. Dando continuidade ao percurso pelos jornais que seguem esta orientação, apresentamos mais alguns exemplos do conflituoso debate que pautou a imprensa na época.

> Como viram os leitores pelo extenso serviço telegráfico do *Diário da Tarde* de ontem, "O Paiz", da capital federal, respondendo aos nossos editoriais sobre a questão do Timbó, aproveita a ocasião para, com a habilidade que lhe é peculiar, promover a defesa dos interesses de Santa Catarina, incitando o governo federal a que intervenha na questão, sob o pretexto de evitar a alteração da ordem do Contestado. [...] "O Paiz" passa a demonstrar que o Paraná invadiu a zona de jurisdição catarinense, com a criação de municípios do Timbó, citando para reforço de suas alegações o telegrama do general Vespasiano, ministro da Guerra, mandando que o destacamento federal estacionasse na Nova Vila do Timbó, para desse ponto evitar possíveis conflitos entre as autoridades dos dois estados. Façam de suas palavras que nós fazemos nossas, porque estão de perfeito acordo com o nosso pensamento e ação, em objetivo real e não uma bela chave de editorial, e terão prestado um relevante serviço à causa da República e não a de um Estado em detrimento do outro. (05/05/1914)

> A "Folha do Commercio" de Florianópolis, na sua edição de 18 do corrente, ataca de uma forma injusta o sr. General Setembrino, a propósito de sua ação na repressão contra os fanáticos. No modo de ver da apaixonada Folha, o general está procedendo com parcialidade no exercício de sua espinhosa tarefa.

> [...] O General não pode ir guarnecer as povoações catarinenses que se acham em paz, quando tem de atender as localidades paranaenses, infestadas pelos bandos de malfeitores dos chefes catarinenses Aleixo e Tavares, que escolheram o nosso território para campo de suas depredações. Quanto às declarações de que o General pretende fazer política no Paraná, não merecem um comentário, pois não passam de uma tola suposição do jornal catarinense. (19/09/1914)

Juízos sobre as notícias veiculadas em outros jornais inserem-se aos discursos cotidianamente produzidos pelo *Diário da Tarde*. Conforme pode-se verificar nestes fragmentos jornalísticos, é a publicização das informações e das opiniões veiculadas pelos demais periódicos, assim como a resposta ou justificativa a eles, que constitui uma estratégia de confirmação das verdades divulgadas pelo jornal paranaense. Desse modo, explicitando o posicionamento de determinado jornal ao servir a interesses políticos (normalmente das autoridades catarinenses) e defendendo personalidades específicas envolvidas no debate, também se constrói um espaço para legitimar os compromissos editoriais do *Diário da Tarde*. No texto que segue, a referência pontual às "erradas informações" produzidas por periódicos cariocas, justamente por servir de apoio às acusações de Vidal Ramos, representa mais uma maneira de construção de uma realidade ao invés de outra.

> Fácil é encontrar a fonte onde os nossos colegas do *Diário* e do *Paiz* colheram as erradas informações que motivaram ontem os seus injustos ataques ao presidente do Paraná e ao general Abreu. As inverídicas e apaixonadas notícias sobre as quais ambos os matutinos baseiam as suas ásperas acusações têm uma só origem: o telegrama que o coronel Vidal Ramos, adulterando deploravelmente os fatos, atribuindo ao dr. Carlos Cavalcanti o propósito de invadir a zona do Timbó.
>
> O responsável pela clamorosa alteração da verdade que está sendo feita, com o fim de iludir a opinião nacional, é o presidente de Santa Catarina. A atitude deste é indefensável: dirigindo-se ao chefe do estado e à imprensa para imputar ao dr. Carlos Cavalcanti atos menos dignos e para levantar infundadas censuras ao procedimento do general Abreu, ao mesmo tempo que autoriza o senador Schimidt a iniciar negociações com o Paraná para o estabelecimento de um "modus vivendi", deixa patente em s. ex. a falta de

> sinceridade com que aceitou a solução, ou prova que seu espírito oscilante não pode fugir aos desvios que lhe abre o mais pernicioso bairrismo, arrastando-o a conseqüências que lhe serão forçosamente desastrosas. [...] A nação inteira há de ter seguras provas de que o dr. Carlos Cavalcanti não se tem afastado um só momento da linha de absoluta correção a que obedeceram sempre os seus atos e que os generais Abreu e Mesquita não deixaram jamais o caminho do dever, no qual tanto têm sabido elevar os seus nomes no conceito de sua classe e de todos os brasileiros. De nada valerão os artifícios empregados para a provocação de atritos no contestado, as intrigas, as falsidades, os telegramas destinados a obtenção de errados juízos do presidente da República, da imprensa e da massa geral. (16/05/1914)

Embora a referência à imprensa da capital federal figure, neste texto, mais como pretexto para realizar uma defesa explícita a Carlos Cavalcanti do que como um apelo à verdade das informações, podemos considerar este tipo de posicionamento uma importante marca do modo como se configuram determinadas alianças, culpas ou referências pouco cordiais. Aliás, na medida em que a própria imprensa é tematizada pelo jornal, coloca-se em questão a fidelidade dos órgãos de informação no tratamento dos acontecimentos; sobre esta questão, é interessante perceber que o *Diário da Tarde* acaba discutindo as implicações da profissão e "demarcando" seu espaço para dizer a realidade segundo ângulos e posições específicas.

O texto que segue ilustra a importância da imprensa no debate sobre temáticas que dizem respeito à Guerra do Contestado, a partir das representações tecidas pela imprensa "amarela", neutra ou parcial. Argumentando que não cabe à imprensa brasileira mostrar "ao lado de quem se acham a razão e o direito", nem pedir o entendimento para os dois estados, o jornal demonstra a presença e a interferência dos processos midiáticos no desenvolvimento das questões do Contestado.

> Não é aos que estabelecem essa grita enfadonha que diariamente surge, pelas colunas da imprensa brasileira, e a qual não só sempre traduz mútuas ofensas e suposições pouco consentâneas ao caráter de um povo que se diz civilizado, como também só serve para fomentar maiores complicações ao então já aflitivo momento por que atravessam os íncolas do território disputado, a quem compete mostrar ao lado de quem se acham a razão e o direito. (..) Não será, também, por meio de entrelinhados com que a

> imprensa neutra pede constantemente para que os Estados litigantes entendam se por meios brandos que teremos a imensa satisfação de ver terminada essa luta fax-simile do atual e indescritível barbarismo no qual foram friamente sacrificados não só bravos e leais servidores da pátria como também inúmeras almas inocentes, que cegamente humilhados pela preponderância de malfadados políticos, foram vítimas da pravidade desenfreada com que a caboclada ignorante procurou agir. (17/06/1915)

Nas constantes acusações e questionamentos referentes aos discursos que preenchem as páginas dos jornais, foi possível encontrar no *Diário da Tarde* o debate de diversas questões: origens e motivações do movimento sertanejo de resistência, campanha de pacificação promovida pelo jornal paranaense, interferência da política regional no tratamento das informações e até mesmo discussões sobre a função do jornalismo. Entre uma e outra abordagem, é preciso destacar a presença e intensificação deste diálogo estabelecido pelos veículos de informação quando se trata da emissão de pontos de vista sobre o acordo entre os dois estados. Esta polêmica, como não poderia deixar de ser, estende-se aos jornais dos dois estados e também do Rio de Janeiro, constituindo uma temática de grande repercussão na política e na imprensa brasileira.

Para compreender melhor a dimensão deste assunto no *Diário da Tarde* pelo diálogo com outros jornais, selecionamos, entre dezenas de referências, três que consideramos mais significativas em relação ao modo como abordam as "verdades" sobre a questão de limites, articulando aspectos positivos e negativos sobre o acordo entre os dois estados na tentativa de buscar uma solução para o litígio.

> O "Diário", novo jornal carioca, está exumando velhos e já destruídos argumentos; nós, por nossa vez, iremos pondo em pé de guerra o mesmo arsenal que ocasiões já tem servido vitoriosamente. Apenas, o que impressiona um pouco, nas arengas do órgão carioca, é a afirmativa de que o Supremo Tribunal é o intérprete máximo da constituição e, por tanto, sua sentença, seja justa ou seja injusta, tem que ser cumprida, pois não cabe a ninguém discutir a execução de seus acordões. Mas aqui não se trata duma questão de interpretação; trata-se dum caso de violação do pacto fundamental. (05/02/1915)

Os jornais do Rio têm se ocupado continuamente do acordo entre este Estado e o de Santa Catarina. Não sabemos com que fundamento a imprensa carioca já, pormenorizando os fatos, traçando limites para o falhado acordo, enquanto que por aqui nada se sabe ao certo, pois ao que parece o governo ainda não fez proposta ou contraproposta a Santa Catarina a respeito dos limites que por força de um acordo devem discriminar os quinhões a serem partilhados. Nem é de crer mesmo já tivesse positivado qualquer coisa a respeito das futuras linhas divisórias, pois que se assim tivesse acontecido é bem de ver que o governo tenha feito conhecido, ao menos da imprensa patrícia, o seu pensamento porque não é admissível seja um assunto de tanta magnitude, quanto é o referente a esse litígio, assentado e resolvido em segredo. (...) Não podemos acreditar, portanto, nos boatos correntes da imprensa carioca de que já tinham sido feitas propostas neste ou naquele sentido para a resolução da questão de limites, boatos estes que só têm sentido para alarmar as populações paranaenses residentes na zona que faz objeto do litígio. (24/05/1916)

Afinal disse o Commercio do Paraná o que se deveria fazer: 1º, esperar pela execução da sentença; 2º, entregar o contestado inteiro a Santa Catarina; 3º, lavrar um protesto. E só... Quer nos parecer que essa solução seria também a preferida por Santa Catarina! E a prova nós a temos nas palavras que, há poucos dias, publicou um catarinense nas colunas do Paiz. É assim que, no seu extremado amor pela nossa terra, trabalha o Comércio por Santa Catarina! Entregaríamos tudo e lavraríamos um protesto! Mas, como protesto e caldo de galinha não fazem mal a ninguém, ficaríamos nós com o protesto e eles com o território!
Como, porém, o Commercio continua a ver uma desonra na assinatura do acordo, desejaríamos que o apreciado colega nos indicasse a desonra de um indivíduo que, ao ver sua demanda perdida, celebre com a outra parte um acordo, salvaguardando um quinhão do que ser arrebatado por inteiro? [...] Aqui, na capital, de um inquérito feito a cento e vinte pessoas de responsabilidade, mostrou que entre elas só houve uma que discordasse. Falta agora que fale a imprensa e as pessoas de responsabilidade de Santa Catarina. Os problemas que a fusão pode levantar não são insolúveis: basta que se estude acuradamente o problema e que no pacto de fusão se acautelem sabiamente os interesses de todos. (16/10/1916)

Posicionados em diferentes perspectivas, os textos jornalísticos discutem vários aspectos referentes ao acordo, segundo a própria situação em que cada um deles se faz ouvir. O primeiro, contestando a opinião do jornal carioca, questiona os poderes da constituição federal, que diz que compete ao Supremo Tribunal julgar a causa e os conflitos entre a União e os Estados. Posiciona-se, pois, pelo arbitramento, contrariando a execução do "acordão", ao justificar que se trata de um caso de "violação de pacto", prejudicial ao Paraná. Além de colocar em discussão o discurso do *Diário*, o comentário do jornal paranaense atua no sentido de legitimar um posicionamento por ele já bastante difundido: a condenação do acordo como solução para o caso, um assunto que marcou o discurso do *Diário da Tarde* até o início de 1916.

Já o segundo texto, embora marque posicionamento semelhante ao primeiro no momento em que utiliza o adjetivo "falhado" para fazer referência ao acordo, lança mão de outro argumento para discutir o assunto. Generalizando o tratamento da imprensa carioca sobre a questão de limites entre os dois estados, procura mostrar que não passam de boatos as negociações entre os governos, com o objetivo de alarmar os "paranaenses" residentes no Contestado. No entanto, ao contradizer as informações da imprensa da capital federal, o *Diário da Tarde* também polemiza, indiretamente, as atitudes do governo do Estado; afinal, ao mencionar que "não é admissível que um assunto de tanta magnitude, quanto é o referente a esse litígio, seja assentado e resolvido em segredo", também está se discutindo uma possível falta de transparência do governo no tratamento de questões de interesse dos paranaenses, conforme tematizado em outros momentos pelo jornal.

O terceiro texto, no entanto, diferencia-se dos demais pelo direcionamento dado às soluções em pauta. Há, no mínimo, três inclinações que poderíamos observar, referentes ao acordo, à fusão e a um possível protesto, que entram em cena justamente em um momento decisório sobre o caso, em 1916. Diante das visíveis desvantagens do Estado do Paraná na proximidade das decisões sobre o litígio, acontece um marcante deslocamento dos argumentos utilizados pelo jornal: deixa-se de propagar os esforços conciliatórios e a pré-disposição dos paranaenses em buscar os meios mais justos para os dois estados na questão de limites para se negar a aceitação da execução da sentença, com um posterior protesto sem força de ação (daí as críticas ao *Commercio do Paraná*); dissolvem-se as

características injustas da assinatura de um acordo, contrariando perspectivas amplamente repetidas e difundidas pelo periódico, para considerá-lo uma alternativa à ameaça de posse total do território pelo Estado vizinho e, por fim, surge a proposta de fusão como possibilidade de amenizar as (des) vantagens de um e outro estado na disputa territorial.

Percebe-se que, mais do que negar as perspectivas do jornal paranaense *Commercio do Paraná*, acusando-o de trabalhar a serviço dos interesses de Santa Catarina, o referido texto procura também firmar pontos de vista específicos sobre o assunto; negando o discurso de outro órgão de imprensa, o *Diário da Tarde* constitui um espaço de locução profundamente influenciado pelos interesses políticos que regem tal disputa, atuando no sentido de buscar a melhor solução para o litígio, sob a perspectiva dos paranaenses. O inquérito com cento e vinte pessoas a que o jornal se refere contribui para evidenciar esta questão: como as "pessoas de responsabilidade" eram favoráveis ao acordo, o jornal estaria apenas confirmando seu posicionamento "patriótico".

Estas referências aos momentos em que o jornal se expõe, se contradiz e dialoga com as demais falas da imprensa para demarcar seu campo de ação e expressão, sua relação com a verdade da informação e com as forças que atuam no universo social, procuraram mostrar como se estabelecem as disputas simbólicas na imprensa, segundo orientações pautadas por interesses e poderes específicos. Pela identificação de algumas regularidades argumentativas e rupturas no tratamento de determinada questão, foi possível traçar as motivações que movimentaram a disputa pelo "dizer" e sua repercussão no cotidiano paranaense e no próprio andamento das decisões. Assim, buscamos retirar dos textos jornalísticos os sentidos mais ou menos legitimados no trabalho discursivo, a fim de discutir a participação e a influência das angulações previamente estabelecidas pelo *Diário da Tarde* na construção dos episódios do Contestado.

Sobre alguns fragmentos de história

Oficialidade, parcialidade, interesses. Estes três elementos – entre vários outros, certamente – presentes nos textos jornalísticos do *Diário da Tarde* "agiram" na produção de sentidos no período da Guerra do Contestado, estabelecendo uma constituição mútua entre as práticas discursivas e as

práticas históricas. Neste modo particular de "escrever" os acontecimentos da guerra, os jornais lançam mão de diferentes maneiras de contar a realidade, segundo as condições sócio-históricas do próprio acontecimento, a orientação editorial e as alianças e adesões por ele estabelecidas no transcorrer do conflito. Diante da impossibilidade de desvendar todas estas motivações, procuramos perceber o que os discursos jornalísticos informam sobre elas, ou melhor, como fazem para inserir os eventos na realidade cotidiana.

Observarmos, inicialmente, como o periódico paranaense registrou os fatos referentes ao Contestado a partir de uma forma parcial, oficializada, de escrita, baseada em fontes posicionadas em uma perspectiva específica, ao lado dos vencedores. Consideramos a tentativa de projeção de uma "unilateralidade" da história como resultado desta forma de construção discursiva, inegavelmente marcada por afirmações de verdade e feitos heróicos.

Porém, consideramos também que o discurso não tem apenas um sentido ou uma verdade, ainda que aparentemente "objetivo". Lembrando Michel Foucault, ele tem "uma história específica que não o reconduz às leis de um devir estranho" (2000, p.146). Pode-se dizer, a partir da observação de uma política "orquestrada" de organização e funcionamento dos discursos, que a publicização dos fatos por um viés "oficial" constitui uma maneira de produzir os acontecimentos pelo jornal com inegáveis repercussões na compreensão dos modos pelos quais se entendeu e construiu a história do Contestado. O que não quer dizer que os discursos apenas (re) produziram o consenso.

Procuramos investigar também as tomadas de posição do jornal em meio aos encaminhamentos da guerra, na tentativa de identificar o papel do jornalismo na sociedade da época, traduzindo descontentamentos e realizando o questionamento de fatos e verdades. Pela explicitação de algumas contradições e da manifestação de posicionamentos, o jornal demarca uma forma particular de não apenas testemunhar, mas principalmente participar dos fatos e do modo como são compreendidos no universo social.

Também pela tematização da própria imprensa na imprensa é possível apreender a importância da atividade jornalística na sociedade paranaense, uma vez que estabelece a oposição entre ideias e posições e atua de modo explicitamente angulado no tratamento de determinadas questões que envolvem o movimento sertanejo. Mais do que tornar evidente o jogo

de poderes que orienta estes discursos, o debate promovido pela imprensa constitui uma importante forma de construção da realidade neste período da história, por meio do jornalismo.

Percorrendo estas inquietações inerentes ao trabalho jornalístico, procuramos analisar alguns modos pelos quais se produziu sentido sobre os acontecimentos da Guerra do Contestado, considerando os discursos como fragmentos constituintes na própria história, como sugere Foucault:

> O discurso é, de parte a parte, histórico – fragmento de história, unidade e descontinuidade na própria história, que coloca o problema de seus próprios limites, de seus cortes, de suas transformações, dos modos específicos de sua temporalidade, e não de seu surgimento abrupto em meio às cumplicidades do tempo. (2000, p.135)

Ao procurar desvendar nos textos seu potencial de produção de um acontecimento, foi possível perceber o relevante papel da imprensa na construção da história, devido às diversas maneiras pelas quais atribui sentidos rotineiramente. Por isso, podemos afirmar que o encontro com os discursos jornalísticos, além de eventualmente negar, confirmar ou questionar os fatos da história do Contestado, permite compreender as implicações da prática discursiva no tempo e no espaço determinados.

Por fim... aspectos da história do Contestado pelo jornalismo

Ah, quem escreverá a história do que poderia ter sido? Será essa, se alguém a escrever, a verdadeira história da humanidade.
Fernando Pessoa

O percurso pelas falas do *Diário da Tarde* permitiria, a partir das temáticas e problemáticas propostas, reconduzir a leitura para outras possibilidades de análise dos mesmos discursos, desvendar outros sentidos e sugerir ângulos e olhares diferentes, demonstrando assim que o trabalho de investigação não está, absolutamente, terminado. Mas isto implicaria ignorar uma unidade reflexiva que faz que as abordagens específicas da pesquisa se encaixem, fazendo sentido e organizando preocupações comuns sobre o papel do jornalismo na construção da realidade sócio-histórica do caso Contestado.

Por isso, atentaremos não para o que poderia ser feito – no sentido de justificar possíveis lacunas, imprecisões e mesmo falhas – mas para o que foi efetivamente desenvolvido neste livro, acentuando discussões que, embora possam não estar pontualmente trabalhadas e referidas em cada capítulo, ainda assim constituem o pano de fundo das observações feitas na interpretação e na confrontação dos textos jornalísticos. Estamos nos referindo, especificamente, àquilo que o jornal constrói ao dizer – dando, ponderando e articulando vozes da sociedade –, de modo a demarcar um campo de atuação e interferência na realidade e, portanto, na própria escrita da história.

Como é necessário organizar um conjunto de observações reflexivas feitas ao longo da pesquisa, é oportuno considerar que o estudo proporcionou um reaprender não menos crítico sobre o papel que o dizer/fazer

jornalístico adquire nas práticas que passam a integrar a memória coletiva e a história de um povo ou região. Um aprofundamento sobre uma simples, mas importante constatação: fazer jornal é fazer história. Trata-se de uma prática discursiva que se poderia comparar à magia exercida pelos contadores de história oral, antes do imperioso advento das mídias eletrônicas e de alcance massivo. E que não é uma magia da repetição, como se espera de certos efeitos subliminares da publicidade. Mas uma magia que atrai pelo jeito de informar, num mundo caótico que precisa de uma ordem, escala de valores e seletividade interpretativa. Pensar nesse efeito da prática discursiva pode situar melhor o "lugar de fala" ocupado pelo jornal nas primeiras décadas de século XX ou, mais especificamente, o *Diário da Tarde* na Guerra do Contestado.

Esse espaço ocupado pelo jornal se efetua porque a história não se limita a ser a "ciência dos indivíduos no tempo", como apregoa uma escolar definição da historiografia oficial brasileira. A história ganha forma e significado nos conflitos de sentido que os diversos meios informativos levam ao seu público alvo. Nos sentidos que se chocam e vão formar as interpretações variadas existentes sobre os mesmos fatos históricos...

Inicialmente, procuramos conhecer um pouco o modo particular de "dizer" a vida social desempenhado pelo jornalismo nas primeiras décadas do século passado, compreendendo o sentido e a participação do jornal no contexto da sociedade paranaense. Partindo das considerações gerais sobre o jornalismo para chegar às especificidades do *Diário da Tarde* – como se constitui enquanto espaço público, promovendo discussões sobre os aspectos educativos, sociais e culturais e, desse modo, constrói o cotidiano da cidade –, buscou-se identificar um amplo cenário no qual o jornal atua, percebendo as relações de "intromissão" entre a imprensa e a sociedade paranaense no período da Guerra do Contestado.

Percorrendo este caminho, o que pudemos constatar sobre a atuação do periódico na discursivização dos acontecimentos e das questões que envolvem a revolta sertaneja? Tratamos, basicamente, de considerar os discursos sobre o Contestado pelo viés da produção de sentido resultante das falas específicas do jornal. Assim, a complexidade constitutiva do trabalho com as notícias – diluída na articulação de vozes que disputam sentidos no espaço do jornal, na mediação dos fatos por uma angulação determinada e no papel do jornal na construção dos acontecimentos – nos ofereceu elementos para compreender a presença, a participação e a interferência do

jornal na instituição de significados e o modo como são compreendidos e processados pela sociedade.

É importante destacar ainda que a pesquisa não procurou fenômenos objetivos, mas, antes, efeitos e representações desses fenômenos no caso Contestado. Em dias sucessivos vai aparecendo uma série de fatos ou acontecimentos diversos que fazem parte do mesmo "clima de opinião" e, por isso mesmo, produzem determinados sentidos e não outros. Progressivamente, estes fatos vão constituindo um modo específico de tratamento dado ao caso, e configurando uma leitura determinada da realidade histórica.

Isto quer dizer que a relação dizer/fazer, tomada como princípio para a análise dos textos jornalísticos, manifesta-se em cada página do *Diário da Tarde* pelo modo como são tematizadas e tratadas as questões da realidade social, de modo a produzi-las como uma outra realidade que vem compor o mundo. Pudemos observar este processo pelo posicionamento do jornal em momentos específicos da Guerra, quando elabora um "lugar" para produzir sentido – seja fazendo prevalecer determinada angulação em meio às notícias, seja manifestando juízos e impressões, seja incitando o próprio desfecho dos acontecimentos – e, desse modo, atua no universo social cotidiano. Este "fazer", enquadrado em campo de referências características ao jornalismo da época e ao pensamento social (pre)dominante, foi capaz de informar não apenas os temas e as construções discursivas vigentes no período estudado, mas principalmente o modo como o periódico registra, produz e transforma as "estórias" testemunhadas pelas páginas impressas, dando materialidade às vivências e aos acontecimentos do presente.

Do mesmo modo que a busca de regularidades entre os sentidos e as formas de construir estes sentidos pautou esta pesquisa, também o contraste entre os textos que rompem ou questionam determinadas abordagens sustentadas pelas vozes da sociedade e pelos discursos jornalísticos mereceu destaque nos encaminhamentos da análise. Pois o próprio "fazer-se" da imprensa, colocando em jogo as contradições e os interesses que orientam a tomada de posição do jornal, representa um elemento de fundamental importância para a compreensão dos processos midiáticos que atuaram no período da revolta sertaneja.

Neste espaço que o jornal constrói para "dizer" a realidade, marcado por discursos variados e até mesmo opostos ao longo da guerra, também é interessante perceber como os principais atores envolvidos nas questões

do Contestado são representados ou, ainda, representam-se. Produzindo e movimentando os sentidos do fanatismo, da criminalidade e da ignorância, de modo a elaborar uma caracterização generalizada do sertanejo, o jornal contribui para a formação de uma opinião praticamente consensual que circula entre uma leitura negativa ou condescendente do real. Do lado oposto, também cria uma determinada imagem das forças militares que permite "dizer" sua condição em meio a um projeto nacionalista; mais do que simplesmente assumir o apoio a estas forças, o jornal faz que a verdade dos fatos pertença a um dos lados, sendo ele mesmo o componente "julgador" deste processo.

Este tipo de construção discursiva, polarizada no tratamento de fatos e opiniões, repercute também em outras questões trabalhadas na sequência da pesquisa, quando a imprensa atua na produção de sentidos sobre a religiosidade, as questões sociais que envolvem o movimento, a disputa territorial, a versão predominante da Guerra construída pela imprensa, entre outras. Afinal, organizados a partir de temáticas pontuais, os textos analisados poderiam perfeitamente se encaixar em outros ângulos, para complementar, confrontar ou mesmo confirmar estas (ou ainda outras) abordagens.

Esta percepção – que não tem como finalidade apontar outras possíveis leituras, mas demonstrar que, entre os textos, há inúmeros pontos de (inter)relação – parece pertinente justamente por colocar em discussão as implicações do trabalho simbólico desenvolvido pelo jornalismo na conformação da realidade, na medida em que as falas do *Diário da Tarde* em torno de diversos assuntos constituem um campo maior de produção de sentido que incide na própria maneira como os fatos assumem existência pública no cotidiano da sociedade.

Neste ângulo, procuramos ver propriamente o trabalho de elaboração jornalística, entendendo que para compreender as narrativas é preciso analisar como são construídas, incluindo mecanismos discursivos que fazem ser construído um acontecimento de determinada maneira e não de outra, no sentido de manifestar uma singularidade que lhe é constitutiva.

Recuperando a noção de "lugar de fala" proposta por José Luiz Braga, podemos dizer que ao dar e ponderar espaço às vozes da sociedade, traduzindo posições e motivações, o jornal também fala sobre si mesmo. E, ao "dizer", demarca um "lugar" segundo o qual se constrói aquilo que entende, critica e polemiza em relação ao movimento sertanejo. Mesmo

que o jornal recorte e reproduza falas de determinados segmentos sociais – o exército, a igreja, os grupos políticos e econômicos etc. – é preciso considerar a própria fala do jornal, ao realizar escolhas, emitir pontos de vista e apontar inimigos e aliados, como um modo particular de ação no universo social, capaz de organizar estas mesmas falas para fazê-las articular, negociar e fixar sentidos.

Assim, podemos concluir que a interlocução mantida entre o jornal e demais forças sociais que acompanharam e participaram dos acontecimentos e decisões vai elaborando o que chamaríamos hoje de "opinião pública", um trabalho simbólico constituído pela articulação de visões opostas e contraditórias que vai modelando percepções e sentidos em torno de determinados assuntos e leituras do real. Em se tratando do Contestado, constatamos que esta atuação foi ordenando percepções de mundo que, associadas ao modo como os eventos foram narrados, fizeram parte de um mesmo "consenso" discursivo que construiu a imagem do Contestado nas páginas do jornal.

É preciso lembrar também que verificamos nesta pesquisa o posicionamento do jornal ao envolver interesses políticos, defendendo e acusando grupos e personagens envolvidos no debate sobre o caso e legitimando, de maneira indireta, os compromissos editoriais do próprio periódico em pauta. Esta foi uma das maneiras pelas quais o jornal mostrou seu fazer, interferiu nos rumos do conflito e marcou sua posição na sociedade paranaense. Associada a uma série de outros ângulos e perspectivas de temática e de abordagem, estas práticas contribuem para delimitar o papel e o perfil do *Diário da Tarde* na discursivização da Guerra do Contestado.

Ao nos defrontarmos com os jornais, percebemos então que mais do que distribuir papéis e produzir representações específicas aos indivíduos e grupos relacionados à Guerra do Contestado, os textos mantinham irrestritas relações com o contexto em que atuavam e ajudavam a construir. Por isso, pareceu-nos indispensável o tratamento de questões relevantes ao cenário social da época, como a religiosidade (ou melhor, a crítica a um catolicismo "rústico", fundado no que o jornal define como ignorância e crendice), a luta pelo direito à terra (uma disputa de forças que tangencia a construção discursiva dos acontecimentos e é ocultada entre outros temas e assuntos do conflito), o sentido da Monarquia em oposição às insatisfações que coincidem com a República (uma leitura que manifesta mais uma concepção de mundo do que propriamente um projeto político, tratada com

condenação pelo jornal), a influência do capital estrangeiro (um jogo de poderes que incide inegavelmente no tratamento de questões sociais) e a própria concepção de movimento social que se cria ao noticiar o Contestado, uma vez que os diversos temas mencionados dizem respeito à inserção da imprensa em um chão social marcado por expressivas contradições. Cada uma destas questões, ao ser pautada, tematizada e trabalhada pelo jornal a partir de enfoques e motivações específicas, constitui uma maneira particular de construção da realidade, trazendo à tona uma relação (nem sempre pacífica) entre os fatos e as estórias sobre estes mesmos fatos.

É por este viés que também pudemos encontrar inúmeras marcas de um discurso polêmico que se institui e é instituído pelo jornalismo em torno das questões políticas que envolvem a disputa territorial entre os dois estados – um assunto que chamou a atenção justamente pela intensa repercussão na imprensa, ao ponto de se poder dizer que o debate se constitui mais em relação à oposição Paraná/Santa Catarina do que nos próprios acontecimentos do Contestado. Buscando os diferentes modos de tratar e angular a questão – utilizando-se de argumentos favoráveis e contrários a determinadas decisões, estabelecendo um debate público na imprensa ou mesmo demarcando sua função como órgão de informação e opinião – o *Diário da Tarde* participa dos rumos da discussão e, por meio destas estratégias discursivas, permite o deslocamento e a reconfiguração de posições que seguem uma orientação editorial dada. Basta lembrar o trabalho de negar e afirmar, condenar e absolver, aceitar e questionar (questões, personagens e fatos) promovido pelo periódico, principalmente em se tratando dos discursos referentes à disputa territorial.

Pudemos encontrar, ao longo da pesquisa, uma série de questões que parecem comuns ao jornalismo praticado no início do século XX no Brasil – em termos de forma, conteúdo e modos de dizer – que renderam reflexões importantes sobre as implicações dos processos midiáticos na vida social. No entanto, nosso objetivo aqui é perceber e elucidar que jornal específico surge nesta análise quando o *Diário da Tarde* enuncia determinadas falas, toma certas posições e constrói modos de ver a realidade. Em outros termos, observar que ação é esta que o jornal paranaense desempenha ao articular conteúdos simbólicos, definindo e redefinindo, construindo e reconstruindo significados e maneiras de dizer/fazer as coisas.

Podemos dizer, a princípio, que a relação do jornal com a realidade cotidiana não é absolutamente definida pela "reprodução" dos fatos em

notícias impressas... os fatos também "acontecem" porque foram escritos no *Diário da Tarde*, produzidos de um modo particular e segundo orientações distintas. Com a análise dos discursos mediáticos do Contestado, verificou-se que o campo jornalístico paranaense acompanhou e, em boa medida, definiu os acontecimentos da Guerra do início ao fim. Assim, mesmo que se tenha adotado uma organização temática para analisar o tratamento das principais questões do conflito no periódico, a pesquisa não ignora uma evolução cronológica da Guerra que, associada ao contexto sócio-histórico, justifica determinadas posturas e angulações propostas pelo *Diário da Tarde* para dizer a realidade de acordo com a situação em pauta.

Isto permite considerar que, deste "início" a este "fim", não se pode simplesmente dizer que o jornal esteve a favor ou contra determinado setor político ou grupo social ou agiu em defesa do "povo", genericamente representado em suas páginas. Este percurso de quatro anos esteve marcado por conflitantes sentidos, que foram construídos em meio a falas e representações de modo a traçar redes de significados aceitas coletivamente como verdadeiras; ou seja, dizendo coisas diferentes, e de diferentes modos, o jornal vai construindo um "todo" que representa uma leitura – sua leitura – dos acontecimentos do Contestado.

Reunindo as temáticas trabalhadas na pesquisa, e tendo em vista o trabalho desenvolvido pelo jornal para ler e dizer o real, podemos nesta etapa das conclusões pensar o Contestado também em termos de um processo elaborado e assimilado dentro de um quadro de referências produzido pelo *Diário da Tarde*. Dentro deste enfoque, podemos perceber a inter-relação entre o contexto e o objeto, ou seja, entre os acontecimentos do Contestado e o modo como o jornal os tematiza e constrói. Ao anunciar o primeiro conflito, com incomparável dramaticidade, já se começa a demarcar um "lugar" para definir inimigos e aliados e narrar os acontecimentos segundo critérios específicos de abordagem e angulação. O rebaixamento de uma cultura "subalterna", própria do sertanejo, e o engrandecimento de qualidades como a bravura e a humanidade, que aparecem como exclusivas dos militares, vão assim forjando um clima próprio para a tematização dos conflitos.

Diante da ameaça de crescimento e fortalecimento de um movimento social de resistência impulsionado por adeptos de um líder messiânico, surgem as primeiras aclamações de aliança às forças oficiais, marcadas pelo estabelecimento da oposição nós/eles no discurso jornalístico, forjando

uma imagem do sertanejo que se reafirma em cada novo episódio e circula – sempre de maneira negativa, conforme procuramos demonstrar – entre fanáticos, criminosos e vítimas. Ao lado dos militares, entretanto, cabem as homenagens e referências que beiram à mitologização, repercutindo de modo praticamente consensual o pensamento da época.

Outros elementos vão sendo acrescidos à disputa para mostrar que não se trata de uma luta polarizada entre um "nós" e um "eles", simplesmente; há também questões sociais bastante complexas que o jornal denuncia e oculta, sugere e silencia, movendo-se entre falas e situações e articulando variados pontos de vista para dizer suas verdades. Embora necessariamente referidos no periódico analisado em momentos pontuais do conflito sertanejo, estes assuntos não chegam a entrar na "agenda pública" de temas discutíveis com o devido destaque; contudo, pareceu-nos fundamental perceber que tais referências ao contexto da época representaram para esta análise argumentos importantes para melhor cercar o objeto de pesquisa e identificar possíveis implícitos e ocultamentos. Tratam-se de questões relacionadas ao direito à terra, à política de concessão de benefícios às empresas estrangeiras, aos interesses políticos que nortearam os acontecimentos do Contestado e outros aspectos nem sempre visíveis na superfície dos textos jornalísticos, obscurecidos em meio a discursos patrióticos e ataques aos opositores políticos.

Com a intensificação dos combates e o fortalecimento do movimento sertanejo, em 1914, começam a aparecer críticas pontuais ao modo como estavam sendo conduzidas as operações: muita violência e poucos resultados. Mesmo mantendo a linha de oficialidade que lhe é característica, o *Diário da Tarde* passa a cobrar medidas definitivas para o fim do conflito entre os "fanáticos" e as forças oficiais. Falhando em tentativas "pacíficas", chega-se a um momento, já em 1915, em que os apelos de piedade parecem cair no esquecimento. O jornal promove e comemora cada nova investida das forças, reativando uma espécie de memória da mitologia criada em torno dos feitos heróicos dos representantes da ordem.

Quando, enfim, restam apenas poucos focos de resistência, a guerra parece sair da pauta diária do jornal para dar espaço à disputa pelas terras contestadas que, até o momento, já haviam figurado como cenário de sangrentos combates. É a política estadual que orienta o rumo dos acontecimentos, com o aval mais ou menos evidente da imprensa, enquanto as varreduras policiais garantem o fim do movimento sertanejo. O *Diário da*

Tarde vivencia de maneira tensa e intensa os acontecimentos do Contestado, traduzindo descontentamentos e revestindo sua opinião de um aspecto propriamente "público" ao articular falas conciliadoras, ataques discursivos e alianças variadas no cenário da imprensa da época.

Esta foi, resumidamente, a trajetória do Contestado no periódico paranaense. Ao longo da presente pesquisa, observamos que o espaço construído pelo *Diário da Tarde* para tratar os eventos em meio a vitórias, derrotas, novos redutos sertanejos e velhas disputas políticas é marcado por uma sequência de atos de dizer e desdizer ideias e posições, de modo a definir um papel e uma função particular no contexto da sociedade paranaense do período estudado.

A verificação deste percurso se dá pela própria tematização que o *Diário da Tarde* faz dos eventos ao longo do conflito. O modo como o periódico discute e silencia estes temas polêmicos mostra-nos que cada novo relato noticioso – marcado, inevitavelmente, por construções já dadas e legitimadas – promove também uma continuidade de significados que faz parte de uma "lógica" específica do jornal no tratamento das informações, determinada por um conjunto de posturas e alianças por ele definidas.

Esta "lógica" possibilitou constatar que a generalização de uma opinião favorável em relação ao combate aos sertanejos e os impasses polarizados entre as imprensas dos dois estados na definição dos direitos sobre os limites colocou os leitores diante de um tipo de consenso sobre o assunto que, de um modo genérico, foi a versão que ficou para a história. Facilitou, também, as manifestações e atitudes dos jornalistas, que se mostraram membros ativos na construção dos fatos ao se incluírem no próprio processo de "contar" a história. Em não raros momentos deparamos com expressões que manifestam explosões de dramaticidade ou afirmações de verdade, mostrando que os jornalistas assumiram um papel que ultrapassa a mera narração dos fatos: aproximaram-se dos participantes, comungaram com eles as emoções, sofreram diante das notícias de fracasso, temeram cada novo conflito, comemoraram as vitórias; e a diversidade desses estados de espírito projetaram-se, inevitavelmente, no produto de seu trabalho, que vem confirmar um tipo de leitura da imprensa da época ainda pouco preocupada em parecer distante ou imparcial (salvo eventuais afirmações editoriais).

Neste sentido, é importante lembrar que, quando nos referimos à noção de campo polêmico, estamos considerando algo que se manifesta

nos níveis interno e externo do discurso. Por isso, observamos também certas configurações específicas do campo polêmico jornalístico – como a imprensa se mostra, dialoga com outros órgãos e oferece sua visão do jornalismo –, apreendendo as relações que estabelece com o campo polêmico geral da sociedade e das forças político-sociais que põe em cena em seu trabalho discursivo. Os ângulos e as posições que o jornal adota para discutir a profissão constituem uma importante referência para pensar a presença e atuação do campo mediático na produção do contexto sócio-histórico da época.

A partir destas considerações, foi possível perceber o papel do jornal no registro e na construção de fatos históricos enquanto uma das preocupações principais desta pesquisa. Entendendo que o jornal, ao narrar de tal maneira os acontecimentos da Guerra do Contestado, estabelece uma relação de constituição mútua entre o cotidiano e a história, consideramos o processo de escrita do Contestado nas falas do *Diário da Tarde* como resultado dos discursos que, enquanto acontecimentos, tornam-se situações efetivamente integrantes da realidade histórica e social do mundo. Dito de outro modo, se os fatos "não são evidentes por si mesmos", como sugere Paul Veyne, ao jornal cabe a função de torná-los legíveis e garantir-lhes existência pública, preenchendo cada página de fatos, opiniões e sentidos latentes.

Por todos estes motivos, que evidenciam as implicações da prática jornalística na vida, na história e no imaginário da sociedade, é que podemos considerar o jornal como produtor de um discurso social. Um discurso, certamente, feito de "pedaços" do contexto social, político e econômico, mas que acima de tudo existe porque produzido pelo jornal, por um modo particular de dizer – e, portanto, fazer – a realidade.

Referidas estas abordagens principais trabalhadas na pesquisa, resta-nos voltar o olhar para os processos mediáticos que são elaborados pelo jornal, ou seja, como este se constrói pelos textos que produz. Em meio a vozes variadas e opostas que constituem o "campo polêmico" da imprensa, o *Diário da Tarde* expressa sua voz construindo o próprio campo em que estas vozes são ditas; manifesta, assim, sua participação e inserção em um cenário de produção e constituição de sentidos.

Mas, afinal, que voz é esta que o jornal lança à sociedade e "pede" para ser ouvida? Trata-se de uma voz, ou fala, que ecoa de um "lugar" que se move nos eventos e na disputa de forças sociais e angula as abordagens

que vai dando aos acontecimentos. Uma voz que diz a própria atuação do jornal (conforme procuramos mostrar nos momentos em que o jornal assume uma causa, justifica opiniões e posições ou discute as funções e o trabalho da imprensa e do jornalista) marcada por um modo singular de compreender (e verbalizar) as relações entre os acontecimentos do Contestado e a vida cotidiana no Paraná. Enfim, um "lugar" que permite o convívio entre perspectivas consensuais ou contraditórias e vai tecendo representações específicas para a condição sertaneja, o discurso nacionalista, a religiosidade, a disputa territorial e uma série de outras temáticas que nele ganham visibilidade (ou são silenciadas). As pistas para a identificação deste "lugar" estão nos próprios textos, que além das interferências de saberes e poderes diversos, são revestidos de uma singularidade enunciativa que lhes recorta e institui a materialidade histórica.

Sobre o modo singular de produzir os acontecimentos e dialogar com o público, observamos que o *Diário da Tarde* é marcado por um certo tom de "oficialidade" que angula os fatos coerentemente em uma mesma direção. Ainda que em determinados momentos procure negar tal perspectiva, mostrando-se um veículo "imparcial" e "isento" de informação, o tratamento elogioso aos representantes do poder e os atores que figuram como fontes do periódico confirmam que, no transcorrer da construção midiática e histórica do Contestado, nem todas as vozes foram autorizadas a emitir opinião com a mesma intensidade, e nem produziram eco do modo como poderiam... São os militares, os representantes da Igreja Católica, os grupos empresariais e os políticos que falam sobre o Contestado e definem seus rumos; é o jornal que "escreve" estas vozes e faz valer sua voz. Ao povo, sobram notas na seção de reclamações e comentários esparsos no jornal.

Não queremos dizer, com isso, que o papel do periódico se limita a reproduzir as falas hegemônicas que atuam na sociedade paranaense no período estudado. Consideramos apenas que este caráter de oficialidade constitui uma das características do *Diário da Tarde* em sua construção das chamadas "forças da ordem", em que a abordagem jornalística adotada é reveladora de um perfil editorial de cumplicidade ao poder instituído. Esse tratamento, ao ganhar as páginas dos jornais em momentos específicos do conflito armado ou ser construído pelo periódico para manter um mesmo cenário de opinião, incide sobre a forma como a história é narrada e compreendida pela sociedade.

Não nos faltam momentos em que é possível perceber esta oficialidade como constitutiva da prática jornalística do *Diário da Tarde*. Basta lembrar da presença e da credibilidade sugerida pelos depoimentos de figuras militares e líderes políticos, que aparecem no jornal como vozes da "verdade" dos fatos, apresentando posicionamentos e opiniões praticamente inquestionáveis. Por meio do trabalho do jornalista, de telegramas de autoridades e entrevistas com lideranças das forças armadas ou "testemunhas oculares" dos acontecimentos do Contestado a imprensa paranaense constrói um espaço simbólico específico para testemunhar e agir sobre os acontecimentos, utilizando-se do testemunho de figuras públicas que se tornam as fontes "autorizadas" pelo *Diário da Tarde* para "contar" a realidade.

A escolha de tais fontes básicas, certamente, não acontece ao acaso; encontramos no jornal analisado, na maioria das vezes de maneira subliminar, alguns critérios que orientam este tipo de escolha do "testemunhal" e oferecem pistas sobre o "fazer-se" do periódico. Por vezes mencionando diretamente quais são as fontes consideradas fidedignas – por meio de expressões como "aquele que não tem por fim ocultar a verdade" ou ainda "homem de caráter cujo único objetivo é servir à nação", só para trazer alguns exemplos – ou tratando, conforme observamos, os grupos envolvidos no conflito com ênfases e enfoques diferenciados, o *Diário da Tarde* manifesta traços de um jeito próprio de fazer jornalismo, que é o que o diferencia dos demais periódicos existentes na capital paranaense e nos possibilita compreender por que as coisas foram ditas, construídas e interpretadas de tal maneira, e não de outra. Afinal, não se pode negar que são as falas do jornal e de suas fontes que constroem uma imagem específica do conflito em meio a diversas temáticas e jogos de sentido ao fazerem, efetivamente, que os sucessos e os fracassos das forças do exército e da polícia, os problemas sociais e as disputas políticas e econômicas "existam" e se insiram no ambiente social.

Para ilustrar esta observação podemos retomar dois momentos pontuais em que o jornal, talvez mais explicitamente que em outros momentos de sua rotina, informa sobre sua atuação no caso Contestado: a campanha de pacificação promovida em 1914 para evitar a atuação do governo federal na questão do Contestado e a mediação que estabelece em meio à política regional na definição dos limites entre os estados do Paraná e de Santa Catarina.

A primeira, sem abrir mão de uma leitura estereotipada do sertanejo, o insere como vítima de sua própria ignorância e, por isso mesmo, merecedor de piedade de toda a nação. Opondo-se às atitudes mais hostis das forças do exército em relação aos sertanejos e trabalhando estrategicamente a formação de uma opinião pública sobre o assunto, o *Diário da Tarde* fez mais do que mostrar sua opinião – sua, ainda que firmada em adesões de indivíduos e segmentos sociais da capital. Mostrou, também, que havia um debate muito maior em torno da simples decisão de extermínio dos povos do Contestado para assegurar a paz. Guardadas as motivações que o fizeram agir deste modo neste momento específico, é preciso considerar que este tipo de atitude, que gerou manifestações da imprensa nacional e de relevantes grupos interessados e envolvidos na questão, só foi possível porque o jornal demarcou um campo de ação e, assim, entrou na disputa pela opinião e pelo próprio desfecho do conflito com "autoridade" para fazê-lo.

O segundo momento a que nos referimos diz respeito a um intenso debate que se estabelece na imprensa e em toda sociedade paranaense sobre a questão territorial, ou melhor, sobre a ameaça de perda das terras contestadas pelo estado do Paraná. Aqui, ao contrário do exemplo anterior, o *Diário da Tarde* não chega a assumir uma posição específica ao lado de um dos atores envolvidos na questão; o jornal, ao fazer política e pôr em cena poderes e forças, movimenta-se entre e sobre os rumos da decisão, chegando a contradizer perspectivas anteriormente referidas conforme o desfecho político da disputa. Neste momento, afirmações de um jornalismo imparcial – utilizadas como resposta aos demais periódicos que se manifestam sobre a disputa territorial ou grupos sociais direta ou indiretamente relacionados ao assunto em pauta – contribuem para definir o "lugar" que o periódico constrói para produzir sentido sobre os fatos do cotidiano, estabelecendo seu papel de porta-voz e agente das tensões e tendências de um contexto determinado.

Entretanto, em ambos os casos – e, certamente, em uma série de outras pautas e tratamentos discursivos do jornal – a justificativa de abordagem editorial apresentada ao público baseava-se no argumento de que era a missão do jornal, e do jornalista, informar e divulgar a "verdade" dos fatos e contribuir para o (re)estabelecimento da paz em tempos de conflito. Assim, as disputas pelo sentido travadas nas páginas do periódico, ao passo em que representam elementos de um fazer que dá ao *Diário da*

Tarde um perfil singular de atuação e expressão, conformam-se em um olhar menos atento a simples "deveres" que compreendem as práticas cotidianas do jornalismo.

Levamos em conta, no entanto, que este tipo de interferência do jornal nos rumos dos acontecimentos significa muito mais do que um "dever" da profissão: constitui um modo de participar da construção da própria história, determinado pelo tipo de interação que o jornal estabelece com seu público, pela interferência que exerce na sociedade paranaense, pelo poder de dar existência pública a determinados eventos segundo certas práticas de seleção e apresentação retórica e, de modo geral, pela voz que faz ecoar e que lhe confere o papel de "testemunho" dos acontecimentos.

Também a aura de heroísmo que percorre os enunciados nos momentos em que o jornal trata episódios como o da morte de João Gualberto e de outros militares, as operações de guerra e os sucessos das forças oficiais constitui uma característica relevante para a identificação de um tipo de discurso ancorado em estruturações sociais já bastante cristalizadas. Neste contexto, é interessante analisar o modo pelo qual não apenas as vitórias, mas também as derrotas são expostas pelo jornal, de modo a revestir os insucessos de um caráter heróico e honroso. Construções discursivas que se filiam nesta direção vão tecendo, aos poucos, uma história de vencedores escrita pelo *Diário da Tarde* e aceita pelos seus leitores como verdadeira.

Importante observar que não procuramos aqui determinar, no percurso realizado pelo *Diário da Tarde* no caso Contestado, um posicionamento fixo e absolutamente coerente do periódico no tratamento do conflito sertanejo. Buscamos, antes, propor uma análise partindo da observação de sequências, rupturas e nuances que perpassam o atrelamento do jornal a certos setores sociais, a crítica ou oposição que elabora a pessoas e situações posicionadas em perspectivas diferentes, a busca e apuração das "verdades" dos fatos, a articulação de vozes e poderes em questões polêmicas, o debate público com demais órgãos de imprensa em torno de idéias e posições e ainda outros elementos não menos interessantes que foram apreendidos na análise dos processos mediáticos da Guerra do Contestado. Estas características, mesmo que tornem impossível uma leitura linear da fala do jornal no transcorrer da guerra, são responsáveis pela identificação de um "jeito de ser" exclusivo do produto estudado, na medida em que figuram como recursos utilizados para agir simbolicamente na construção dos acontecimentos.

Olhando do início ao fim a presente pesquisa, podemos dizer que encontramos uma série de elementos que atuaram na produção de sentidos no período da Guerra do Contestado pelas falas do jornal paranaense. Ressaltamos, entre outras formulações possíveis, a oficialidade com que o conflito foi narrado e entrou para a história, a mudança relativa de orientação editorial segundo interesses e objetivos que variam conforme a situação em pauta e as manifestações de um jornalismo dito imparcial, plural e comprometido com a verdade (porém não apenas observador dos fatos) como traços de um dizer/fazer que nos mostra que cada discurso analisado só adquire e faz sentido por estar nas páginas do *Diário da Tarde* e envolver um universo maior da significação que não se revela em cada texto isoladamente.

Trata-se de um percurso que, ao se mover de acordo com os rumos e as decisões que envolvem a Guerra do Contestado e suas implicações, apresenta-se mais ou menos fiel às posições mais amplas e claramente definidas do jornal. Ao assumir diferentes posturas em momentos distintos do conflito sertanejo, por vezes negando e contradizendo falas anteriormente construídas, o periódico também faz revelar uma construção de sentidos articulada ao contexto em que atua, nem sempre de fácil apreensão nos relatos e estórias do cotidiano jornalístico.

Entre as temáticas aqui trabalhadas, percebemos a existência de questões essenciais e por isso mesmo nem sempre mencionadas explicitamente, ou na maioria das vezes enunciadas de forma pouco direta ou enviesada. É no interior desses intervalos, desses não-ditos, que se tornou possível depreender uma gama de representações sobre o movimento sertanejo e as questões da guerra que vai configurando, desdobrando e constituindo, no interior desse movimento, valores e significados sociais assumidos coletivamente. Ditos e não-ditos que pelo jornal ecoam, produzindo cotidianamente a história.

A relação entre as práticas de linguagem e as práticas históricas, ambas inseparáveis e em movimento, ultrapassa assim os limites do texto jornalístico para constituir a própria realidade social. O cotidiano e a história, apresentados de modo fragmentado nas diversas seções e páginas do jornal, ganham sentido ao serem conectados interdiscursivamente, ao percorreram a Guerra do Contestado em suas mais diversas expressões, pacíficas e/ou polêmicas. Aliás, é o próprio jogo de representações instaurado pelo jornal que permite mostrar que tantas vozes se fazem ouvir,

constituindo um verdadeiro "coro polifônico" orquestrado por lógicas próprias.

Cada fragmento de jornal parece oferecer "pedaços" de significação, que se amoldam uns aos outros ou não, reafirmando-se ou negando-se, mas que de toda forma parecem construir uma espécie de jogo com múltiplas imagens. Esses jornais, que pareciam à primeira vista totalmente fragmentados e compostos por seções isoladas, ganharam no decorrer da análise outras características, já que no próprio periódico é possível captar os vários espaços que formam uma espécie de "todo difuso", contradizendo-se ou interligando-se em alguns momentos.

A identificação de algumas estratégias de criação da realidade que perpassam os discursos jornalísticos do *Diário da Tarde* permitiu encontrar questões e pistas das respostas que envolvem a imprensa no caso Contestado. Descartada a busca por uma "verdade histórica", procuramos investigar o percurso de construção da guerra na/pela imprensa por meio da observação dos contrastes entre as diversas falas, estabelecidas em meio à transação e transposição entre outras falas, de modo a considerar a dimensão comunicativa como uma arma para disputa de poderes, políticas e verdades, que ganha ressonância no tecido social.

Procuramos, do mesmo modo, analisar nos textos midiáticos a lógica interna e os laços que estabelecem com as relações sociais, suas condições históricas e formas de apresentação, seu funcionamento interno e o contexto social em que interagem. Listado deste modo, este tipo de análise "plural" pode ser considerado uma tarefa gigantesca (daí as eventuais lacunas que possa haver no processo de interpretação dos textos). Contudo, podemos argumentar que o desafio de realizar uma análise integrada dos elementos de sentido (fazendo prevalecer ora uma, ora outra perspectiva) tornou-se necessário e fundamental no estudo da relação entre história e comunicação. Neste sentido, consideramos os textos do jornal como "objeto" da análise, para além de serem os principais discursos públicos sobre os fatos; ou seja, os jornais não apenas como fontes capazes de informar sobre o contexto da época e a atuação de cada segmento da sociedade envolvido no conflito, mas também – e principalmente – como "elaboradores" da história por eles testemunhada.

Como os enunciados comportam, inevitavelmente, uma marca de tempo – representando, mais do que datas de um calendário, marcas de um discurso histórico –, manifestam sentidos latentes em meio à pluralidade

de falas que, em determinado momento, tiveram a pretensão e o poder de dizer a "verdade". Percorrendo o modo como estas falas são inscritas pela ação discursiva do *Diário da Tarde*, a pesquisa considerou o Contestado como produto das estratégias e táticas utilizadas pelo jornal para "dizer" as verdades e os fatos, a fim de investigar nas representações sociais tecidas pela comunicação o papel do jornalismo na construção simbólica dos quatro anos de Guerra do Contestado.

Não nos furtamos a encerrar estas conclusões sem frisar que nem a pretensão diária de um jornalismo que quisesse mostrar o mundo de maneira imparcial, única e racional resistiria diante da constatação de que o jornal é um "campo polêmico". E, se assim o é, não dá para ignorar que o produto jornal resulta de uma infinita e imprevisível disputa de interesses que se deixa mostrar nas matérias, crônicas, editoriais e mesmo raras fotos e ilustrações que os periódicos do início do século XX traziam aos seus leitores. Um lugar de disputa, o produto jornal está distante de ser um lugar de consenso e manifestar um jeito único de pensar. O que não significa, como mostra a pesquisa sobre o *Diário da Tarde* no conflito Contestado, que não existam vozes e interpretações dominantes, que se sobrepõem às demais e assim encontram chão mais fértil para entrar para a história das gerações seguintes: conquistam espaço nos manuais escolares, honram os feitos oficiais e perpetuam alguns olhares enquanto apagam ou esquecem as outras vozes que existem mas não encontram eco junto aos leitores e demais atores sociais.

No conjunto de percepções resultante da pesquisa realizada, foi possível observar que o percurso percorrido pelo jornal para produzir a Guerra do Contestado é marcado por interferências do cenário político, econômico e cultural. A construção de imagens do sertanejo e dos militares, das derrotas e das vitórias e dos direitos do Paraná sobre o Contestado foi inegavelmente definida pela ação do *Diário da Tarde*, em diálogo com as forças sociais que nele obtiveram expressão e reconhecimento público. Isso permite dizer que os discursos produzidos pelo periódico serviram de suporte para uma "verdade histórica" que ganhou materialidade e repercutiu em suas páginas.

Por isso mesmo, a história da Guerra contada pelos jornais é muito mais do que a história de um conflito, com seus heróis e suas batalhas. É a história de uma guerra também simbólica constituída na articulação entre falas, contexto e fatos que "acontece" no *Diário da Tarde*, e não em

outro jornal qualquer que circulava no mesmo período. Podemos, por isso mesmo, perceber como é poderoso o espaço discursivo do jornalismo; a seleção do evento, sua organização discursiva e a repercussão que assume na sociedade em que atua são mecanismos essenciais e indissociáveis da produção geral do significado, responsáveis, no caso estudado, por um modo singular de criar e entender a história.

O Contestado é um assunto nacional, que evoca memórias sobre um passado coletivo. Para a imprensa, embora possa eventualmente parecer apenas mais um entre tantos assuntos relevantes da sociedade da época, foi o resultado de um investimento de sentido que só foi possível no transcorrer do conflito devido à sua ação discursiva. Uma ação que fez do Contestado um acontecimento midiático produzido pelo *Diário da Tarde*.

Desse modo, lembrando que o esboço do conflito traçado nas páginas do jornal constitui uma maneira singular de "contar" este episódio ainda ignorado pela historiografia brasileira, quase um século depois, podemos tratar esta pesquisa como a busca por uma "imagem contestada". Como imagem, esta representação pode ser refletida e percebida de diferentes modos, por uma série de ângulos e impressões, pois se constrói, basicamente, pelos sentidos (movediços, polêmicos ou consensuais) produzidos e projetados pelo jornalismo.

Desta imagem – ou imagens – da Guerra do Contestado, tivemos aqui algumas pistas, demonstrações e contrastes que nos conduziram, no transcorrer da pesquisa, ao desafio de conhecer parte do trabalho de construção da realidade (histórica e social) pelos processos midiáticos, desvendando que papel é este atribuído ao jornalismo na discursivização da vida cotidiana. E, passados cem anos dos episódios que deram início ao movimento do Contestado, ainda é possível entender o lugar construído pela imprensa para contar a história, a partir do poder simbólico das palavras.

Referências Bibliográficas

1. Bibliografia geral

ABREU, A. A. **A imprensa em transição.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

ALBERT, P. e TERROU, F. **História da Imprensa.** São Paulo: Martins Fontes, 1990.

ALSINA, M. R. **La construcción de la noticia.** Barcelona: Paidós, 1989.

ANDRADE, M. As páginas de um jornal podem ir para o lixo ou entrar para a história. **Revista de Comunicação**; ano 1, nº 4, 1985.

ARAÚJO, S. e CARDOSO, A. **Jornalismo e militância operária**. Curitiba: Ed. da UFPR, 1992.

BALZAC, H. de. **As ilusões perdidas.** São Paulo: Abril Cultural, 1978.

BARTHES, R. **Mitologias**. 5ª ed. São Paulo: Difel, 1982.

BERGER, P. e LUCKMANN, T. **A Construção Social da Realidade.** 16ª ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BRAGA, J.L. **"Lugar de Fala" como conceito metodológico no estudo de produtos culturais.** ENCONTRO NACIONAL DA COMPÓS, 5ª COMPÓS. São Paulo. I**:** 19 p. 1997.

BRANDÃO, H. N. **Introdução à Análise do Discurso.** Campinas: Unicamp, 1991.

BURKE, P.(org.) **A escrita da história:** novas perspectivas. São Paulo: Unesp, 1992.

______. **Desafios de uma história polifônica.** Folha de São Paulo, São Paulo, Caderno Mais!, p. 18, 15 out. 2000.

CALDEIRA, J. *et al.* **Viagem pela História do Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Cia das Letras, 1999.

CAPELATO, M. H. **Imprensa e história do Brasil.** São Paulo: Contexto, 1988.

CARVALHO, J.M. **A formação das almas** – O imaginário da República no Brasil. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

______. **Os bestializados** – O Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Cia das Letras, 1987.

CASTORIADIS, C. **A instituição imaginária da sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CASTRO, M. C. *et al.* **Folhas do Tempo** – Imprensa e cotidiano em Belo Horizonte: 1895-1926. Belo Horizonte: UFMG; Associação Mineira de Imprensa; Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, 1997.

CERTEAU, M. de. **A invenção do cotidiano** – Artes de fazer. 5ª ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

COULON, A. **Etnometodologia.** Petrópolis: Vozes, 1995.

CRUZ, H. de F. **São Paulo em papel e tinta:** periodismo e vida urbana – 1890-1915. São Paulo: Educ; Fapesp; Arquivo do Estado de São Paulo; Imprensa Oficial SP, 2000.

CUNHA, E. da. **Os Sertões.** São Paulo: Cultrix, 1973.

DARNTON, R. **O beijo de Lamourette** – Mídia, Cultura e Revolução. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

FAUSTO NETO, A. **Comunicação e Mídia Impressa** – um estudo sobre Aids. São Paulo: Hacker Editores, 1999.

FOUCAULT, M. **A Arqueologia do Saber**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

______. **As palavras e as coisas.** 8ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

______. **A ordem do discurso.** 4ª ed. São Paulo: Loyola, 1998.

______. **Microfísica do Poder.** Rio de Janeiro: Graal, 1984.

GARCIA, L. Era uma vez... In: RITO, Lucia (org.). **Rio de Janeiro: Imprensa ao vivo**, Rio de Janeiro: Rocco, 1989.

GINZBURG, C. **O queijo e os vermes** – O cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

GUIMARÃES, E. (org.). **História e sentido na linguagem**. Campinas: Pontes, 1989.

HELLER, A. **O cotidiano e a história.** 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

HOBSBAWM, E. **Sobre História**. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

______. **Rebeldes Primitivos**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1959.

HUDEC, V. **O que é o jornalismo?** Essência, características, funções sociais e princípios do seu desenvolvimento. 2ª ed. Lisboa: Editorial Caminho, 1980.

IADOCICCO, M. A. **A história de um certo Conselheiro**. São Paulo, 1999.

LIMA, L. C. **Terra ignota** – A construção de "Os sertões". Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

LÖWY, M. **A mística da revolução**. Folha de São Paulo, São Paulo, Caderno Mais!, 01. abr. 2001.
MAINGUENEAU, D. **Novas tendências em Análise do Discurso.** Campinas: Pontes; Editora da Unicamp, 1989.
MARIANI, B. **O PCB e a imprensa:** os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989). Rio de Janeiro: Revan; Campinas: Unicamp, 1998.
MARTINS, R. **O que é o Paraná; a terra e o homem.** Curityba: Typografia Paranaense, s/d.
MELO, J. M. **Para uma leitura crítica da comunicação**. São Paulo: Paulinas, 1985.
MOUILLAUD, M. e PORTO, S. D. (org.). **O Jornal da forma ao sentido**. Brasília: Paralelo 15, 1997.
OLIVEIRA, L. L. **A Questão Nacional na Primeira República.** São Paulo, Brasiliense, 1990.
ORLANDI, E. P. **As formas do silêncio** – No movimento dos sentidos. Campinas: Unicamp, 1992.
______. **Discurso Fundador** – A formação do País e a construção da identidade nacional. Campinas: Pontes, 1993.
PARRET, H. **Regras, regularidades e estratégias**. Campinas: Unicamp, 1988.
PILOTTO, O. **Cem anos de imprensa no Paraná (1854-1954).** Coleção Estante Paranista. Curitiba: Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, 1976.
PINTO, M. J. **Comunicação e Discurso:** Introdução à análise de discursos. São Paulo: Hacker Editores, 1999.
ROBIN, R. **História e Lingüística**. São Paulo: Cultrix, 1985.
RÜDIGER, F. R. **Tendências do Jornalismo**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1993.
SCHWARCZ, L. M. **O espetáculo das raças.** São Paulo: Cia das Letras, 1995.
______. **Retrato em branco e negro** – Jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século
XIX. São Paulo: Cia das Letras, 1987.
SEVCENKO, N. **Literatura como Missão** – Tensões sociais e criação cultural na Primeira República. São Paulo: Brasiliense, 1983.
SODRÉ, N. W. **História da imprensa no Brasil**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.
TASCHNER, G. **Folhas ao vento** – Análise de um conglomerado jornalístico no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
TINHORÃO, J. R. **História Social da Música Popular Brasileira.** Rio de Janeiro: Editora 34, 1999

TRAQUINA, N. **Jornalismo:** Questões, teorias e estórias. Lisboa: Vega, 1995.
VERÓN, E. **A produção de sentido.** São Paulo: Cultrix, 1980.
______. **La semioses social**. Barcelona: Gedisa, 1996.
______. **Construir el Acontecimiento** – Los medios de comunicación massiva y el accidente en la central nuclear de Three Mile Island. 2ª ed. Buenos Aires: Gedisa, 1987.
VEYNE, P. **Como se escreve a história.** 4ª ed. Brasília: UnB, 1998.

2. Bibliografia sobre a Guerra do Contestado

ALBUQUERQUE, M. M. de. **Contestado:** distorções e controvérsias. Curitiba: Lítero-Técnica, 1987.
AURAS, M. **Guerra do Contestado:** A organização da irmandade cabocla. 3ª ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1997.
BASTOS, A. M. de O. **Sangue no verde do sertão**. Florianópolis: Terceiro Milênio, 1997.
CABRAL, O. R. **João Maria:** interpretação da Campanha do Contestado. São Paulo: Cia Editorial Nacional, 1960.
CAVALCANTI, W. T. **Guerra do Contestado:** Verdade histórica. Florianópolis: Editora da UFSC, 1995.
DERENGOSKI, P. R. **Guerra no Contestado**. Florianópolis: Insular, 2000.
GALLO, I. C. D. **O Contestado:** o sonho do milênio igualitário. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.
GORNISKI, A. **Monges** – Vidas, milagres, histórias e lendas. Lapa: Nossa Senhora Aparecida, 1980.
LUZ, A. A. da. **Os fanáticos** – Crimes e aberrações da religiosidade dos nossos caboclos. Florianópolis: IOESC, 1977.
OLIVEIRA NETO, G. de. **O bruxo do Contestado**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996.
QUEIROZ, M. V. de. **Messianismo e Conflito Social** – A Guerra Sertaneja do Contestado. 3ª ed. São Paulo: Ática, 1981.
SACHET, C. e SACHET, S. **Santa Catarina – 100 anos de História**: Do Povoamento à Guerra do Contestado. Florianópolis: Século Catarinense, 1997.
TEIXEIRA MONTEIRO, D. Um confronto entre Juazeiro, Canudos e Contestado. In: PINHEIRO, P. S. (org.). **História Geral da Civilização Brasileira.** O Brasil Republicano. Sociedades e Instituições (1889-1930). São Paulo: Difel, v.2, pp. 39-92, 1977.
THOMÉ, N. **Sangue, suor e lágrimas no chão contestado**. Caçador: Universidade do Contestado, 1989.
______. **A Insurreição Xucra do Contestado.** Rio de Janeiro: Index, 1987.

______. **Rio Branco e o Contestado:** Questão de limites Brasil-Argentina. Caçador: Universidade do Contestado/Incon, 1993.
______. **São João Maria na história do Contestado**. Caçador: Universidade do Contestado, 1997.
VALENTINI, J. D. **Da Cidade Santa à Corte Celeste** – Memórias de sertanejos e a Guerra do Contestado. Caçador: Universidade do Contestado, 1998.

3. Jornais Históricos
Periódico: Diário da Tarde (Curitiba/PR)
Arquivo: Biblioteca Pública do Estado do Paraná

1912: 05 jan.; 30 jan.; 05 fev.; 03 jun.; 06 jul.; 08 jul.; 09 jul.; 23 jul.; 24 jul.; 26 jul.; 11 ago.; 02 set.; 03 set.; 16 set.; 25 set.; 26 set.; 27 set.; 28 set.; 30 set.; 02 out.; 05 out.; 14 out.; 15 out.; 17 out.; 21 out.; 22 out.; 23 out.; 24 out.; 27 out.; 28 out.; 29 out.; 30 out.; 31 out.; 05 nov.; 06 nov.; 07 nov.; 19 nov.; 21 nov.; 04 dez.; 07 dez.; 28 dez.
1913: 16 jan.; 03 fev.; 08 fev.; 22 fev.; 04 mar.; 08 mar.; 24 mar.; 17 abr.; 21 abr.; 07 ago.; 06 set.; 22 set.; 27 set.; 06 out.; 18 out.; 10 nov.; 12 nov.; 15 nov.; 29 nov.; 04 dez.; 12 dez.; 15 dez.; 16 dez.; 17 dez.; 18 dez.; 19 dez.; 23 dez.; 24 dez.; 26 dez.; 28 dez.
1914: 02 jan.; 05 jan.; 07 jan.; 08 jan.; 09 jan.; 12 jan.; 13 jan.; 15 jan.; 16 jan.; 19 jan.; 21 jan.; 05 fev.; 11 fev.; 12 fev.; 14 fev.; 22 fev.; 28 fev.; 12 mar.; 13 mar.; 16 mar.; 25 mar.; 28 mar.; 07 abr.; 14 abr.; 28 abr.; 01 maio; 02 maio; 04 maio; 05 maio; 16 maio; 18 maio; 20 maio; 21 maio; 25 maio; 01 jul.; 02 jul.; 03 jul.; 04 jul.; 29 ago.; 31 ago.; 02 set.; 03 set.; 04 set.; 07 set.; 10 set.; 12 set.; 14 set.; 17 set.; 19 set.; 26 set.; 08 out.; 11 out.; 24 out.; 02 nov.; 25 nov.; 25 nov.; 18 dez.; 28 dez.
1915: 07 jan.; 09 jan.; 09 fev.; 11 fev.; 12 fev.; 18 fev.; 26 fev.; 08 mar.; 13 mar.; 17 mar.; 20 mar.; 22 mar.; 25 mar.; 05 abr.; 06 abr.; 10 abr.; 16 abr.; 20 abr.; 17 jun.; 03 jul.; 07 jul.; 12 jul.; 21 jul.; 05 ago.; 30 out.
1916: 10 jan.; 29 jan.; 02 fev.; 24 abr.; 24 maio; 16 jun.; 16 jul.; 01 jul.; 16 ago.; 11 set.; 02 out.; 03 out.; 04 out.; 06 out.; 07 out.; 10 out.; 16 out.; 19 out.; 13 nov.

4. Entrevistas e Depoimentos
Dinorah Aubrift Pinto, Lapa/PR, 02 de outubro de 1999.
Vicente Telles, Irani/SC, 04 de outubro de 1999.
Nilson Thomé, Caçador/SC, 05 de outubro de 1999.
João Paes de Faria, Lebon Régis/SC, 06 de outubro de1999.
Rui João Staob, Curitiba/PR, 28 de agosto de 2001.